



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Ensaio sobre a cegueira

*As regras do método jornalístico e a reprodução simbólica da realidade
nos enquadramentos das notícias sobre a crise econômica em Portugal*

Gilberto Costa

**Brasília – DF
Primavera de 2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Ensaio sobre a cegueira

*As regras do método jornalístico e a reprodução simbólica da realidade
nos enquadramentos das notícias sobre a crise econômica em Portugal*

Autor: Gilberto Costa

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor

**Brasília – DF
Primavera de 2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

Ensaio sobre a cegueira

*As regras do método jornalístico e a reprodução simbólica da realidade
nos enquadramentos das notícias sobre a crise econômica em Portugal*

Autor: Gilberto Costa

Orientador: Prof. Doutor Edson Silva de Farias

Banca:

Orientador: Prof. Doutor Edson Farias (SOL/UnB)

Prof. Doutor Fernando Paulino (FAC/UnB)

Prof. Doutor Luiz Carlos Iasbeck(UCB)

Prof. Doutor Marcelo Medeiros (Ipea)

Profa. Doutora Christiane Coelho(SOL/UnB)

Suplente ativa: Profa. Doutora Renata Giraldi

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central (BCE)
Universidade de Brasília

Costa, Gilberto

Título: Ensaio sobre a cegueira

As regras do método jornalístico e a reprodução simbólica da realidade nos enquadramentos das notícias sobre a crise econômica em Portugal;

Orientador: Edson Silva de Farias, Brasília 2014

200 folhas.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília

Área de Concentração: Sociologia – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília

1. Enquadramento 2. Regras do método jornalístico 3. Valores-notícia 4. Campo da opinião publicada 5. Orçamento de Estado 2013.

*Para os meus pais
Pelos meus filhos*

Memória, amor e razão

RESUMO

A tese trata do enquadramento das notícias em uma investigação sobre a cobertura jornalística a respeito da tramitação e promulgação do Orçamento de Estado 2013 de Portugal. A hipótese é que os enquadramentos da imprensa produzem versões dos fatos que contribuem para a perpetuação da dinâmica social. Ao cumprir as regras do método jornalístico, baseadas em valores-notícia, a imprensa ajuda a reproduzir simbolicamente a realidade. Este trabalho faz análise de conteúdo sobre cobertura jornalística do semanário *Expresso*, do *Diário de Notícias (DN)* e do site do jornal *Público* no período de 15 de outubro de 2012 a 5 de janeiro de 2013. O pesquisador também entrevistou 24 jornalistas portugueses que se destacaram na cobertura dos três veículos, e também ouviu 13 analistas e fontes de informação citados em artigos e reportagens. Os dados primários permitem considerar a possibilidade de que os meios de comunicação (e, em consequência, a sociedade) padecem de uma espécie de cegueira branca, a metáfora descrita pelo escritor português José Saramago em seu *Ensaio sobre a cegueira* — aquela cegueira ocular, mas também moral, que não deixa enxergar evidentes contradições sociais por excesso de luz. A metáfora de Saramago substituiu ideia de invisibilidade social, recorrente nas ciências sociais, que distorce a responsabilidade do sujeito que (não) observa e agrava a situação de quem não é notado.

Palavras-chave: 1. Enquadramento 2. Regras do método jornalístico 3. Valores-notícia 4. Campo da opinião publicada 5. Orçamento de Estado 2013.

ABSTRACT

The thesis deals with the framing of news in an investigation into the media coverage about the progress and promulgation of the Portugal's State Budget 2013. The hypothesis is that the press frameworks produce versions of the facts that contribute to the perpetuation of social dynamics. To comply with the rules of journalistic method, based on news values, the press helps to symbolically reproduce reality. To illustrate the reasoning, this thesis makes content analysis of media coverage of the *Diário de Notícias* and *Público* newspaper site in the period from October 15, 2012 to January 5, 2013. The researcher also interviewed 24 Portuguese journalists that stood on the cover of the three vehicles, and also heard 13 analysts and information sources cited in the news. The primary data items and allow to consider the possibility that media (and therefore society) suffering from a species of blinding white, the metaphor described by the Portuguese writer José Saramago in his *Blindness* - one eye blindness, but also moral, leaving not see obvious social contradictions by excess light. The metaphor of Saramago replaced idea of social invisibility, the plaintiff in the social sciences, which distorts the responsibility of the individual (not) notes and worsens the position of those who are not noticed.

Keywords: 1. Framework 2. Rules of journalistic method 3. News Values 4. Social space of published opinion 5. State Budget 2013

RESUMÉ

Article traite de l'élaboration de nouvelles dans une enquête de la couverture des nouvelles sur l'avancement et la promulgation du budget de l'Etat 2013 au Portugal. L'hypothèse est que les cadres de la presse produire des versions des événements qui contribuent à la perpétuation de la dynamique sociale. Pour se conformer aux règles de la méthode journalistique, fondée sur des valeurs d'information, la presse contribue à reproduire symboliquement la réalité. Pour illustrer le raisonnement, cette thèse fait l'analyse du contenu de la couverture des nouvelles de journal *Expresso*, *Diário de Notícias* et le site du journal *Público* dans la période du 15 Octobre 2012 au 5 Janvier 2013; 24 journalistes portugais, de ces trois médias, ont été interviewés et ont également entendu à partir de 13 sources de données et des analystes. Les données primaires nous permettent d'envisager l'hypothèse que les médias (et donc la société) devrait souffrir d'une blancheur aveuglante, métaphore décrit par l'écrivain portugais José Saramago dans son *L'aveuglement* – cécité oculaire mais aussi la cécité morale qui ne laisse pas voir évidentes contradictions sociales par un excès de lumière.

Mots-clés: 1. Cadre 2. Méthode journalistique 3. Valeurs de l'information 4. Le champ de l'avis publié par la presse 5. Budget de l'Etat 2013

LISTA DE TABELAS, GRÁFICO, QUADRO, FOTOS E ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 – Tipos de matérias analisadas no *Expresso*

Tabela 2 – Distribuição de matérias conforme as editorias no *Expresso*

Tabela 3 – Distribuição das matérias conforme a data no *Expresso*

Tabela 4 – Figuras públicas ou instituições citadas ou ouvidas pelo *Expresso* (múltipla escolha)

Tabela 5 – Características gerais das matérias do *Expresso* sobre OE 2013 e a “Refundação do Estado” (múltipla resposta)

Tabela 6 – Tipos de matérias analisadas do *Diário de Notícias*

Tabela 7 – Distribuição de matérias conforme as editorias/seção do *Diário de Notícias*

Tabela 8 – Distribuição das matérias conforme a data no *Diário de Notícias*

Tabela 9 – Figuras públicas ou instituições citadas ou ouvidas pelo *DN* (múltipla escolha)

Tabela 10 – Assuntos abordados nas matérias sobre OE 2013, no *DN* (múltipla escolha)

Tabela 11 – Tipos de matérias analisadas do site do *Público*

Tabela 12 – Distribuição das matérias conforme a data veiculada no site do *Público*

Tabela 13 – Distribuição das matérias conforme intervalo de hora no site do *Público*

Tabela 14 – Distribuição das matérias conforme autores no site do *Público*

Tabela 15 – Distribuição das referências a autoridades nas matérias sobre “OE 2013” no site do *Público* (múltipla escolha)

Tabela 16 – Distribuição das referências a instituições nas matérias sobre “OE 2013” no site do *Público* (múltipla escolha)

Tabela 17 – Assuntos abordados nas matérias sobre “OE 2013”, no site do *Público* (múltipla escolha)

Tabela 18– Onde foram ensinados os valores-notícia

Tabela 19 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência de 90% ou mais

Tabela 20 – Principais respostas sobre os valores-notícia de alta importância nas matérias

Tabela 21 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência entre 70% e 89%

Tabela 22 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência entre

50% e 69%

Tabela 23 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência de 50% ou menos

Tabela 24 – Valores-notícia de tendência menos conservadora

Tabela 25 – Condições que são mais habituais na cobertura da imprensa

Tabela 26 – Ranking dos valor-notícia segundo os jornalistas entrevistados

Tabela 27 - Distribuição de frequência dos enquadramentos segundo veículo

Gráfico I – Evolução do PIB e da publicidade de Portugal

Quadro I – Valores-notícia

Foto I – Manifestação de 02/03/2013 na Praça do Comércio de Lisboa

Foto II – Pichação contra o OE 2013 em muro no Porto

Ilustração I – Capa dos jornais da amostra

Índice

Apresentação e agradecimentos

Introdução

As tramas do objeto – pág 19

A trama econômica; A trama social; A trama política; A trama dos atores; A trama das opiniões; A trama dos jornais; A trama dos enquadramentos; A trama da sociologia do jornalismo

Desenvolvimento

Cap 1 – A cegueira branca na metáfora da invisibilidade social – pág 52

Como foi feito; Principais referências teóricas; Um erro *Expresso*; Quadros sociais de referência; Interação; Conceito ampliado de enquadramento; Enquadramentos e modelos cognitivos compartilhados; Valores-notícia e as regras do método jornalístico; O campo da opinião publicada; Propriedades do campo; Invisibilidade ou cegueira

Cap 2 – Recortes de jornal – pág 87

A amostra do *Expresso*; A amostra do *Diário de Notícias*; A amostra do *Público*

Cap 3 – O enredo dos enquadramentos – pág 107

Enquadramentos verificados; Triunfo autista; Ministro do apocalipse; Espartilho fiscal; Refundação do Estado social; Cidadão comum; Estado indispensável; Viés institucional; Mobilidade descendente; Coesão social; O déficit e a quadratura do círculo; Estado dispendioso; Cobertura factual dos bastidores; Austeridade forçada; Jornais com opiniões; De dentro do gabinete; Mais austeros que Gaspar; Razões previsíveis; Quando o orçamento vira realidade; Visões em disputa

Cap 4 – A cobertura segundo as fontes – pág 139

O enorme aumento de impostos; A procura de impacto; Como se dá a cobertura; Fora da pauta; Sem visibilidade; Alimentando o senso comum

Cap 5 – Sobre os valores-notícia – pág 148

Como funcionam; Questionário

Cap 6 – A cobertura segundo os jornalistas – pág 162

Problemas e razões; Saídas airosas; Reportagens imaginativas; Papagaio do poder; Espuma dos dias; Fadiga da cobertura; O esclarecimento do leitor; Limites da cobertura; Um número vale mais que um rosto; Falta dissonância; O interesse dos leitores

Considerações finais

Imprensa, invisibilidade, cegueira e manutenção do *status quo* – pág. 175

Metáfora errada; Problemas visíveis; Cegueira nos jornais; Terapia para a visibilidade

Referências bibliografias

Apêndices

Apêndice I – Quadro 1 – Valores-notícia

Apêndice II – Tabela 27 – Distribuição de frequência dos enquadramentos segundo veículo

Apêndice III – Questionário aplicado aos jornalistas

Apêndice V – Relação de jornalistas entrevistados

Apêndice V – Roteiro para entrevista das fontes e relação das fontes entrevistadas

Anexo

Anexo I – O Caso Baptista (Recortes do *Expresso*)

Apresentação e agradecimentos

Pretendo neste trabalho desenvolver algumas reflexões iniciadas na minha trajetória profissional. Como repórter, assessor de imprensa e professor de curso de jornalismo sempre me deparei com a indagação sobre a construção da realidade pelos meios de comunicação. Para além das distorções voluntárias de que acusam a mídia, me perguntava se não haveria explicações não maniqueístas.

Alguns anos acumulados em redação, gabinete e sala de aula me fizeram pensar que a definição do que merece ser notícia está fortemente condicionada pelos juízos de valor dos jornalistas, que filtram o que merece e o que não merece ser fato noticiado. Naturalmente, esses valores não são alheios às concepções de mundo que prevalecem na sociedade.

No caso brasileiro, imaginava, por exemplo, que a cobertura da imprensa sobre a cobrança de impostos e as diversas demandas de reforma tributária pudesse revelar os aspectos mais tratados e perceber que orientações pautam os jornais. Também acreditava que um estudo comparativo sobre a cobertura jornalística de reformas econômicas em outro país pudesse me ajudar a provar se o raciocínio estava correto ou a tendência tinha a ver com as especificidades da conjuntura brasileira.

Fazer um estudo comparativo era uma possibilidade concreta porque estava indo morar em Portugal durante um ano, a partir de outubro de 2012, para trabalhar como correspondente da Agência Brasil (e outros veículos). Logo ao chegar a Lisboa e tomar o primeiro café em uma “pastelaria” no Aeroporto da Portela, vi pela TV que o governo português havia entregue ao parlamento o projeto de orçamento público para o ano seguinte. Esse assunto se repetiu várias vezes nos meus primeiros dias em Portugal e percebi que tinha uma boa pauta para analisar, eventualmente comparável com a cobertura jornalística no Brasil (no caso, a atenção dispensada aqui ao Orçamento Geral da União).

Comecei, então, a colecionar recortes dos jornais portugueses com as matérias sobre o Orçamento de Estado 2013 (OE 2013) enquanto aproveitava para conhecer os veículos. Em paralelo, tive os primeiros contatos de trabalho com o professor José Machado Pais, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que me acolheu como coorientador e me ajudou a cristalizar qual poderia ser meu objeto, quais jornais a analisar, e que recursos teóricos poderia adicionar ao projeto inicial de investigação.

As sugestões de José Machado foram ao encontro das ponderações do professor Edson Silva de Farias, meu orientador no Departamento de Sociologia na Universidade de Brasília. Em Portugal, tive oportunidade de aprofundar as leituras indicadas na minha qualificação pelo professor

Edson Farias e pelos professores Marcelo Medeiros e Nélia del Bianco; ele também do SOL e ela da Faculdade de Comunicação da UnB. As indicações dos quatro professores subsidiaram o referencial teórico metodológico apresentado no capítulo 1.

Naquela banca, uma das preocupações ressaltadas foi como isolar adequadamente as variáveis para fazer um estudo comparativo entre dois países. Ao estudar o OE 2013, verifiquei que tinha um rito legislativo (descrito a seguir na introdução) diferente do brasileiro e em uma conjuntura peculiar que não dominava, a ponto de contrapor com segurança ao que acontece no Brasil. Face as minhas limitações, fechei como objeto a cobertura do OE 2013 nos três principais jornais generalistas portugueses (*Expresso*, *Diário de Notícias* e *Público*).

Procedi análise de conteúdo de mais de 500 matérias publicadas durante toda a tramitação formal da proposta, entre outubro de 2012 e janeiro de 2013. Esse trabalho antecedeu entrevistas e aplicação de questionários junto a 24 jornalistas que se destacaram na cobertura do OE 2013 e mais 13 fontes de informação. Os dados encontrados nesses diferentes estudos são apresentados nos capítulos 2 ao 6.

Apesar de volumoso, o trabalho de coleta e classificação foi obviamente facilitado por causa do idioma. Perto culturalmente, mas a 7.300 km de casa, tive o conforto de lidar com um objeto familiar mas no qual não era parte implicada. Talvez no Brasil tivesse o meu lugar de fala questionado... A Agência Brasil, onde trabalhava, e a TV Brasil, onde trabalho, são veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ligada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Infelizmente, as análises sobre imprensa e jornalistas no Brasil se encontram atravessadas há mais de dez anos por duas visões políticas inconciliáveis: o debate entre quem defende a necessidade de novo marco regulatório e o controle social da mídia (previsto em lei), como os grupos políticos que demandaram a criação da EBC; e aqueles empresários, políticos e jornalistas que desconfiam ou semeiam desconfiança quanto às intenções de censura dos que querem discutir a comunicação social no Brasil...

Temia que, aos olhos de qualquer um, meu assumido vínculo empregatício compromettesse minha isenção e me associassem a qualquer visão “apocalíptica” ou “integrada” sobre a cobertura jornalística. Nesse sentido, avalio que ter um objeto de estudo que não se relaciona diretamente ao meu cotidiano de trabalho foi de grande valia pelo estranhamento e aprendizagem. Em Portugal, está superado há quase dez anos o debate sobre a regulação da comunicação. Desde 2005, funciona a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sem que leitores, jornalistas ou donos de jornal desconfiem de qualquer intenção de censura estatal.

Feitas as devidas separações, cabe proceder algumas ligações. Sou grato ao Departamento de Sociologia da UnB (SOL) pela minha formação (desde calouro, em 1988); e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa pela acolhida no ano de pesquisa. Devo minha estadia em Portugal à EBC, que “comprou” meu projeto e propiciou uma excelente oportunidade de trabalho. Enquanto fiz a pesquisa para a minha tese, redigi 270 matérias para a Agência Brasil (algumas citadas aqui em rodapé), fiz inúmeras participações na Rádio Nacional e até as primeiras duas aparições na TV Brasil. Estar empregado em Portugal viabilizou a minha estadia no exterior com os meus dois filhos.

Para nós três, a vida em Portugal foi muito acolhedora. Tivemos no nosso cotidiano excelentes episódios de extrema gentileza, generosidade e afeto de pessoas que não conhecíamos e que se tornaram amigos. Não tenho dúvida de que os melhores traços da gente brasileira, como a *“boa dose o lirismo”*, foram herdados dos portugueses. Não tive nenhuma situação de constrangimento no exterior e nenhuma dificuldade para trabalhar e estudar. Pelo contrário, tive facilidade em obter documentos, percorrer redações, entrevistar jornalistas e ouvir suas fontes para esta tese. Devo muitos agradecimentos a essas pessoas, que surgem ao longo do texto e estão listadas nos apêndices.

Além dos meus entrevistados (relacionados ao longo deste trabalho), sou profundamente agradecido em Portugal ao meu coorientador, professor José Machado Pais; ao presidente da ERC, professor Carlos Magno, pela abertura de portas; e aos professores Carlos Farinha, do Iseg; Nuno Nunes, do Iscte; e Filipa Subtil, da Escola Superior de Comunicação Social, pelo interesse sobre o meu projeto.

No Departamento de Sociologia da UnB, devo extremos agradecimentos ao empenho, confiança e orientações do professor Edson Farias e à paciência dos coordenadores da pós-graduação Marcelo Rosa e Arthur Trindade com meus prazos. Sou muito grato ao professor Marcelo Medeiros, e ao professor Carlos Benedito Martins – que me indicou ao professor José Machado Pais e me iniciou nas leituras de Pierre Bourdieu e no interesse pelo campo da economia. Registro aqui também com gratidão que foi o colega de doutorado Rogério Giugliano que sugeriu a leitura de Erving Goffman para fazer análise de quadros.

Ainda na UnB, mas na Faculdade de Comunicação, devo muitos “obrigados” aos professores Sérgio Porto, que me levou para a vida docente (no Iesb); e Wladimir Gramacho, que ajudou nos instrumentos de coleta desta pesquisa; e aos meus amigos, também professores, Nélia del Bianco (meu melhor exemplo em sala de aula) e Sérgio de Sá (meu editor favorito) – os dois fiadores de diversas empreitadas. Sou ainda grato a todos alunos que tive na FAC/UnB, assim como no Iesb. Foi preparando aula para a mocidade que passei a querer fazer esta tese.

Na EBC devo muito ao carinho de todos os meus colegas que se entusiasmaram com a proposta de trabalho e muito bem me receberam na volta. É justo acrescentar que minha estadia em Portugal só foi possível graças ao empenho de Elvira de Alencastro e dos meus superiores Andréa Quintiere, Ivanir José Bortot, Flávia Mello, Nereide Beirão, Eduardo de Castro e Nelson Breve.

Devo um obrigado especial ao oftalmologista André Pinheiro, que dilatou minha pupila e me tirou da agnosia escura sobre a cegueira branca e gentilmente conversou sobre a metáfora de José Saramago. Sou grato à banca e, especialmente, à amiga e jornalista Liliana Pinheiro pelas correções no texto efetuadas após a defesa da tese.

Em diversos momentos meus amigos me estimularam e acalentaram o espírito saudoso. Alguns foram a Portugal e fizeram nossa estadia melhor. Obrigado, Carol Oliveira, Daniella Almeida, Denise Oliveira, Edmundo Taveira, Heloísa Fernandes, Jefferson Cohen, Luiz Carlos Iasbeck, Luiza Inez, Nádia Faggiani, Rodrigo Mello e Sandra Lefcovich.

Outros, mesmo longe, sempre estiveram no coração. Obrigado, Alexandre Dunguel, André Campos, Christiane Dias, Gervásio Baptista, Guilherme Fernandes, João Carlos Teixeira, Maristela Baioni e Sandra Sato.

A esses “brasilienses” queridos, junto novas amizades feitas em Lisboa – obrigado, Adélia Muller, Adriana Niemeyer, Cristiana Almeida, Isabel Freire, Jair Rattener (fonte constante, leitor atento e amigo atencioso), Léa Teixeira, Natividade Moreira e Vitor Dias.

Agradeço a Renata Cabral pela alegria, entusiasmo, compreensão, traduções, leitura corretiva e carinhosa.

Sou grato por todas boas referências de vida à minha mãe, Silvia. Devo obrigados e agradados ao meu irmão, Paulinho; minha cunhada, Patrícia; minhas sobrinhas Maria Paula, Mariana e Maria Fernanda; e meu padrasto, Abílio Fábio. Por fim, agradeço meus filhos, Vinicius e Otávio, grandes e ternos companheiros de jornada. Os dois são a razão desta tese, de tudo que eu tenha feito até aqui e do que venha a fazer.

As tramas do objeto

*Ninguém pode negar:
O Brasil tem um grande passado pela frente*
Millôr Fernandes

Esta tese tem como objeto de trabalho a cobertura jornalística do Orçamento de Estado 2013 de Portugal (OE 2013), proposto pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho em meados de outubro de 2012 à Assembleia da República e, após a aprovação do parlamento (27 de novembro), promulgado pelo presidente da República Aníbal Cavaco Silva (28 de dezembro); e publicado oficialmente no *Diário da República* (31 de dezembro), como Lei n.º 66-B/2012¹.

O OE é uma lei² que fixa, diante de uma previsão de receitas e de despesas do Estado durante o ano seguinte de exercício fiscal, como os recursos públicos serão arrecadados, distribuídos e aplicados. Nesse sentido, o documento limita e racionaliza os poderes financeiros do Estado e rege a ação do governo e estabelece como se dará o atendimento à população.

Para além da normatização jurídica e das previsões de atividade financeira da administração central - não inclui os gastos locais das regiões autárquicas, concelhos (sic) regionais e das câmaras municipais - , o OE é um documento político proposto pelo Poder Executivo, avalizado pelo Poder Legislativo e sujeito à fiscalização do Poder Judiciário.

Como acontece com o Orçamento Geral da União no Brasil, o Orçamento do Estado em Portugal descreve previsão das atividades financeiras; autoriza a realização dessas atividades e estabelece controle legal sobre os poderes financeiros da administração pública. O OE descreve formalmente o plano financeiro do Estado, limita e adapta a previsão de despesas de custeio, pagamento da dívida pública e de investimento às receitas projetadas com a arrecadação tributária (impostos diretos e indiretos) e de capital com o rendimento do patrimônio público ou com a rolagem da dívida e (re)tomada de empréstimos no mercado financeiro.

A rigor, o Orçamento do Estado deve refletir as aspirações da sociedade e as opções do governo para cumprir os objetivos de promover equidade, eficiência e estabilidade macroeconômica. O OE é de interesse da opinião pública porque define as políticas sociais,

1 A lei está disponível no site da Assembleia da República http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d6a41784d69394d587a593258304a664d6a41784d6935775a47593d&fich=L_66_B_2012.pdf&InLine=true (acessado em 12.10.2014, 13h05)

2 O Orçamento de Estado está previsto na Constituição da República Portuguesa (revista em 1997) e é regulamentado pela Lei de Enquadramento Orçamental e legislação conexas como a Lei de Estabilidade Orçamental. A respeito veja: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>; <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprovado.aspx?BID=18112>; e <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprovado.aspx?BID=4415> (acessados em 03.09.2014; 11h33)

investimentos do Estado; e diversos gastos como o custeio da administração pública, a remuneração dos funcionários públicos e das pessoas aposentadas, entre outros.

Conforme o especialista português em finanças públicas Paulo Trigo Pereira explica:

*Ele [o OE] é na sua essência um documento político por refletir as políticas e as prioridades de um governo, consubstanciadas nos tipos e estruturas quer dos recursos financeiros obtidos na economia (receitas orçamentais) quer na sua afetação às políticas setoriais e seus programas, projetos e medidas (concretizados pelas despesas orçamentais) (PEREIRA et alli, 2010: 405-406; grifo original)*³

As receitas fiscais, arrecadadas com a cobrança de taxas e impostos junto a pessoas e empresas, são a principal fonte de financiamento do OE e dependem da atividade econômica. A conjuntura de Portugal na qual o orçamento de 2013 foi proposto era de recessão, elevado desemprego, crise financeira e acentuada dívida pública – cuja tentativa de controle já havia levado a cortes de benefícios sociais e aumento de impostos.

Essas tendências se perpetuaram no OE 2013. O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), equivalente ao nosso Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF), foi elevado em 3,5% em novas cinco faixas de alíquota de cobrança. Para enxugar despesas, o OE previu a demissão, aposentadoria e corte de contratos de 81 mil pessoas em funções públicas.

A busca de equilíbrio fiscal também levou a tesoura do ajustamento econômico à proteção e à previdência social. Novas regras restringiram o acesso ao Rendimento Social de Inserção (espécie de imposto de renda invertido para os mais pobres); limitaram o seguro-desemprego; diminuíram os subsídios de férias e de Natal para aposentados; e estabeleceram cortes progressivos de até 10% nas pensões e aposentadorias acima de 1.500 euros.

Além dos contribuintes assalariados, o OE 2013 agravou a taxa do imposto patrimonial para imóveis avaliados a partir de 1 milhão de euros; aumentou de 25% para 26,5% os impostos sobre ganho de capital.

O orçamento também restringiu 50% dos repasses a fundações e entidades de caráter social e enxugou 1 bilhão de euros em investimento em parceiras público-privadas e de gastos das empresas estatais⁴.

Vale antecipar que, entre essas medidas, o assunto mais explorado pelos jornais foi o aumento do IRS descontado na fonte. Com competência, os jornais se esmeram em explicar o ajuste, prever descontos para diferentes tipos de contribuintes, simular exemplos, e projetar os

3 Cabe assinalar que todo ano o Orçamento de Estado é alterado mais de uma vez por força de leis aprovadas na Assembleia da República ao longo do exercício fiscal. Os períodos de modificação do OE 2013 não fazem parte da amostra desta pesquisa.

4 Além da lei, os principais tópicos do OE 2013 podem ser vistos no site <http://www.economias.pt/orcamento-de-estado-2013/> (acessado em 12.10.2014; 21h07).

efeitos na arrecadação. Como veremos, esse tema agendado pelo governo rendeu mais notícia do que, por exemplo, o notável desemprego, a perspectiva de empobrecimento do país, e o temor de eventual incremento da desigualdade na sociedade de Portugal.

A trama econômica

O Orçamento do Estado 2013 foi concebido no terceiro ano em vigor do Programa de Assistência Econômica e Financeira (PAEF); acordado entre Portugal e a Troika formada pela Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Juntas, as três instituições ofereceram empréstimo de 78 bilhões de euros divididos em três cotas iguais de 26 bilhões de euros, oriundas do FMI, do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)⁵.

O empréstimo, com previsão de desembolso em 12 parcelas trimestrais variáveis (após avaliações periódicas dos números da economia portuguesa pela Troika)⁶, implicava na adoção de um ajustamento econômico e financeiro visando controle e redução do déficit fiscal, diminuição das dívidas pública e privada, abrandamento do consumo interno, aumento das exportações, recapitalização e desalavancagem do sistema financeiro lusitano, e algumas reformas estruturais para barateamento dos custos da força de trabalho (como a flexibilização da legislação trabalhista e da seguridade social)⁷.

O programa foi acordado em maio de 2011 para eliminar o déficit orçamental e o déficit nas contas externas e, assim, “*restabelecer a confiança dos mercados financeiros internacionais na economia portuguesa*”, entre outros propósitos conforme o relatório *Atividades e Contas 2013* do Conselho de Administração do Banco de Portugal (o banco central português).

De acordo com o livro *Basta! O que fazer para tirar a crise de Portugal*, do jornalista português Camilo Lourenço, especializado em economia,

o pedido de ajuda externa visava garantir que Portugal não ficava sem crédito, o que significaria o colapso da economia: falta de dinheiro para pagar a importação de bens fundamentais, como comida e medicamentos, e ainda falta de liquidez para pagar salários do Estado e pensões de reforma [aposentadorias]. (LOURENÇO, 2012: 34)

5 A respeito, veja páginas no site da Comissão Europeia (acessada em 03.09.2014; 17h): http://ec.europa.eu/portugal/temas/ajuda_economica_portugal/index_pt.htm#4

6 Ao término do programa em junho de 2014, Portugal dispensou o crédito de 2,6 bilhões de euros da última parcela de empréstimo e a Troika realizou 11 das 12 avaliações previstas. Metas e condições dos empréstimos foram revistas e restabelecidas em novos memorandos de entendimento ao término de cada avaliação. Ao final, foram sacados 26,5 bilhões de euros do FMI, 26 bilhões de euros do FEEF; 23,9 bilhões de euros do MEEF. Veja a respeito páginas no site da Comissão Europeia em http://ec.europa.eu/economy_finance/assistance_eu_ms/portugal/index_en.htm (acessada em 03.09.2014; 17h57).

7 A respeito, leia o memorando de entendimento proposto pelo governo português aos credores em 3 de maio de 2011: http://economico.sapo.pt/public/uploads/memorandotroika_04-05-2011.pdf (acessado em 03.09.2014; 17h22)

Na opinião do jornalista, era necessário adotar “*medidas corretivas*” para que os títulos da dívida de Portugal e das empresas instaladas no país regressassem ao mercado e assim (re)financiassem a economia lusitana:

Portugal deixou de ter quem emprestasse dinheiro em março de 2011, depois de um longo processo de degradação das contas públicas (...) Essa degradação da confiança foi acompanhada de um aumento progressivo das taxas de juro a que os investidores estavam dispostos a financiar a República. Até que as taxas chegaram a um ponto tal que se tornou insustentável pedir dinheiro emprestado (...) Para agravar a situação, ao mesmo tempo que o Estado português perdeu acesso aos investidores, outras entidades também perderam. Mormente os bancos e grandes empresas como a Portugal Telecom (PT) e a Energias de Portugal (EDP). (Idem, 93-94)

Para o economista João César das Neves, professor da Universidade Católica de Lisboa e colunista do jornal português *Diário de Notícias*, a crise financeira tem origem em um excesso de gastos públicos e privados (empresas e famílias) que foram “pagos com dívida” ao longo da modernização de Portugal. Na sua visão, o mecanismo de endividamento e refinanciamento se esgotou e depois da crise era hora de pagar o empréstimo aos credores.

Segundo ele, a evolução dos valores da dívida externa bruta total de Portugal (sem descontar o que o país possa ter a receber), calculada percentualmente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), passou de 28% em 1992 para 246% em 2011. O peso da dívida era maior em apenas outros sete países no mundo, cujas economias são mais ricas e dinâmicas do que a portuguesa⁸.

Atingindo uma situação destas admira que os nossos credores não só duvidem da nossa capacidade de liquidar as obrigações com os juros, como, naturalmente, estejam relutantes em aumentar ainda mais o nosso débito. (NEVES, 2013: 22)

O economista é da opinião de que, após a integração do país à União Europeia, o Estado português não investiu o suficiente para o crescimento sustentável da economia e nem viabilizou aumento da produção de bens transacionáveis; bem como as empresas escamotearam balanços contabilizando dinheiro de empréstimos estrangeiros; e a sociedade gozou de um padrão de vida artificial (e “europeu”), muito custeado com endividamento.

Quisemos acreditar em todos aqueles que nos prometiam mundos e fundos, que nos disseram que tinham solução milagrosa, que nos convenceram que era possível ter sem pagar. A boa e velha sabedoria lusitana tinha de saber que no final do almoço vem sempre a conta. Afinal, não há almoços grátis. (Idem, 27)

⁸ Conforme João César das Neves, em todo o mundo deviam mais que Portugal apenas Irlanda, Islândia, Reino Unido, Holanda, Hong Kong, Bélgica e Suíça (2013: 22).

Nos últimos vinte anos, Portugal viveu um clima de otimismo, facilidade e ilusão. Os hábitos de rico não nos devem admirar porque os vimos bem na última década, com outro nome. Chamavam-se "critérios europeus". (Idem, 35)

A visão de que houve gasto excessivo do Estado e deslumbramento da população estimulado pela farta disponibilidade de crédito é contestada por economistas portugueses de filiação ideológica mais à esquerda. Esse é o caso dos oito autores que publicam no blog *Ladrões de Bicicleta*⁹ e que editaram o livro *A crise, a Troika e as alternativas urgentes*.

Segundo eles, a visão de que o arrocho é necessário para resolver os problemas do passado após o “despesismo” de 20 anos faz um julgamento moral da situação econômica de Portugal, como “*um país que precisa de sofrer para se redimir*”. Para esses economistas não ortodoxos, é preciso “*ir para lá do discurso moralista e autculpabilizante que nos é habitualmente servido nos comentários televisivos*” (ABREU et alli, 2013: 11). Eles avaliam que:

as condições que conduziram à crise começaram a avolumar-se há duas décadas, fruto da conjugação de uma integração europeia disfuncional, de alterações significativas do contexto global e de fragilidades estruturais da economia e da sociedade portuguesas. Tais condições foram agudizadas pela crise financeira internacional de 2008-2009. (Idem, 10)

A análise desses autores é que o problema do endividamento público ficou mais acentuado justamente por causa do cenário financeiro pós-crise e das práticas do mercado financeiro internacional em cenário de instabilidade: diminuição da disponibilidade de dinheiro e encarecimento do crédito. Segundo eles, “*três quartos do crescimento da dívida portuguesa desde 2000 ocorreram após a grande crise de 2008-2009*” (Ibidem, 20).

A avaliação é de que a dívida pública cresce após 2008 por causa da perda de arrecadação de impostos em razão da queda da atividade econômica e do aumento do desemprego. A partir de dados oficiais de relatórios de contas sobre 2009 (produzidos pelo Banco de Portugal), o blog dos *Ladrões de Bicicleta* contabiliza que o déficit do Estado ascendeu a 14,1 bilhões de euros. Uma piora de 8,9 bilhões de euros na comparação com o ano anterior; resultante da quebra de receita fiscal de 6,1 bilhões de euros e do aumento de despesa de 2,8 bilhões de euros. Desses, apenas 824 milhões de euros foram destinados ao estímulo da atividade econômica.

Os economistas assinalam a dívida externa “como problema central” da economia portuguesa mas também comum a outros países periféricos da União Europeia.

No conjunto da UE é possível identificar uma forte correlação entre o crescimento da dívida externa dos países até as vésperas da grande crise internacional e o

⁹ Veja a respeito <http://ladroesdebicicletas.blogspot.com.br/2007/04/os-dilemas-trgicos-que-os-individuos-tm.html> (acessado em 06.09.2014).

posterior aumento dos riscos de insolvência dos estados (medido pelo crescimento das taxas de juro cobradas pelos investidores internacionais para a aquisição de títulos da dívida pública). Por outras palavras, o aumento dos juros nos países periféricos surge fortemente associado à acumulação de déficits externos nos anos que procederam a crise de 2008-2009 (Ibidem, 23).

Com a união econômica de parte do continente europeu, muitos países com características distintas e situações econômicas assimétricas passaram a se submeter a um regime cambial e regras comuns para finanças públicas e mercado. O endividamento a partir da integração de Portugal à União Europeia (1986) tem a ver com a divisão continental do trabalho e da produção, que potencializou vocações econômicas dos países hegemônicos (Alemanha à frente), atrofiou setores concorrentes de países com economia menor; e disponibilizou crédito do mercado financeiro internacional para empreendimentos que, no caso português, não renderam dividendos comerciais com exportações de produtos e serviços.

Além disso, a adoção do euro como moeda única a partir de 1999 eliminou a possibilidade de ter o câmbio como meio para baratear o valor de bens transacionáveis, aumentar vendas externas e encarecer importações. Essa dificuldade se agravou com acordos de comércio firmados pela UE com países como a China e com outras economias do leste europeu, que depois de Portugal ingressaram na UE (2004) e que passaram a fazer concorrência com os produtos até então industrializados nacionalmente.

Esses acordos proporcionaram vantagens evidentes para certas economias europeias que possuem características como sejam: uma forte especialização na exportação de produtos procurados por economias em processo de industrialização (máquinas e equipamentos para a produção, material de transporte, serviços avançados, etc); uma presença significativa de empresas de grande dimensão, que apostam na deslocalização das partes menos rentáveis de sua cadeia de valor; ou uma forte especialização em atividades de suporte ao comércio internacional (transporte, logística, etc). (Ibidem, 38)

Defensor da adesão de Portugal à UE, o economista João César Neves salienta em contraposição que o país que se endividava prosperou desde o ingresso na união econômica. “O nosso país mais do que duplicou o nível de vida, subindo de 8.020 dólares de produto per capita, em 1991, para 21.250 dólares hoje [2013]” (NEVES, 2013: 184).

Entre as melhorias, ele enumera a urbanização do país; o crescimento de 40% do número das habitações; a universalização do saneamento básico; o aumento de pessoas com nível médio de escolaridade e quadruplicação do número de pessoas com curso superior; o aumento da expectativa de vida para 80 anos e a redução em mais de dois terços da mortalidade infantil.

Nos últimos vinte anos, enquanto acumulávamos uma enorme dívida e distorcíamos a nossa economia, melhoramos muito significativamente o nível de vida. (Idem, 185)¹⁰

10 Essas contradições podem ser resumidas na expressão “modernidade inacabada” de Portugal, que é utilizada por

A trama social

Segundo João César Neves, a melhoria de vida em Portugal pode ser verificada na redução da taxa de pobreza. Em 1994, a taxa de pobreza alcançava 23% da população e em 2008, ano do epicentro da crise financeira internacional, o percentual era de 17,9%. Apesar disso, o economista reconhece que, mesmo com a ascensão, Portugal manteve-se como “*um dos mais desiguais países da Europa*”¹¹.

A visão sobre a desigualdade que perdura em Portugal é partilhada por economistas de outro matiz, como é o caso dos autores do blog *Ladrões de Bicicleta*. Entre eles, há preocupação de que a crise leve a um aumento da pobreza e da desigualdade socioeconômica.

À época da pesquisa e da redação deste texto não havia dado que comprovasse algum retrocesso na distribuição de renda e aumento na desigualdade, mas para esses economistas o receituário de austeridade prescrito pela Troika e ministrado com rigor pelo governo português tendia a piorar o quadro social.

São múltiplos os sinais de que o agravar da situação laboral, econômica e financeira das famílias as tem lançado – principalmente num momento de recuo da proteção social pública -, para situações de vulnerabilidade e dependência, seja de redes de familiares e amigos, seja se instituições de solidariedade social. (ABREU et alli, 2013: 116)

Para esses autores, a situação econômica provocou emigração de portugueses, diminuiu o padrão de vida da população e acentuou os riscos de empobrecimento e de aumento de desigualdade social.

De fato, de acordo com relatório sobre a evolução da desigualdade de rendimento no mundo, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e divulgado em junho de 2014¹², Portugal foi um dos seis países (em um grupo de 33 estados nacionais) em que o rendimento disponível mais reduziu (-2,3% ao ano) entre os anos que antecedem à proposição do OE 2013 (2007 a 2011).

O relatório salienta que, entre 2010 e 2011, o rendimento total das famílias decresceu 7% e foi mais

REIS (2013) para assinalar que desde a adesão à União Europeia até a crise financeira internacional a economia portuguesa cresceu com dinamismo diferente entre o capital e o trabalho. “*Entre 1995 e 2008, a riqueza criada no país (o PIB) aumentou, em termos reais, 32%; contudo, o PIB por trabalhador aumentou menos de metade (15%)*” (página 67; grifo original). A expressão é de autoria de Fernando Luís Machado e António Firmino Costa. Para eles, Portugal é caso de “modernidade inacabada”, pois apenas parte do país se europeizou. “*Isto é, se existem determinados grupos sociais que se encontram dentro dos padrões europeus, outros caracterizam-se pela distância a estas tendências, em grande medida devido ao peso das baixas qualificações* (CARVALHO, 2013: 68 e 69).

11 Para calcular a linha de pobreza em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) considera a população com 60% ou menos da mediana de rendimentos do país. A respeito veja: <http://www.ionline.pt/artigos/dinheiro/pobreza-tres-milhoes-vivem-menos-500-eurosmes> (acessado em 02.09.2014; 17h)

12 Ver: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/07/09/relatorio-ocde-aumento-das-desigualdades-nos-paises-da-ocde-2007-2011/> (acessado em 02.09.2014; 17h10)

sentido entre os mais pobres. Segundo a OCDE, a diminuição no rendimento do decil mais carente (os 10% mais pobres) foi de 12%, enquanto que para o decil mais afortunado (os 10% mais ricos) caiu 8%.

Como indicamos, ainda não estava mensurado à época desta pesquisa o impacto mais recente da crise e do ajustamento econômico na distribuição de riqueza em Portugal; mas especialistas portugueses e estrangeiros temiam que pudesse haver efeito concentrador numa economia já considerada entre as mais desiguais da Europa, com Índice de Gini de 0,337¹³.

O Orçamento do Estado 2013 mexia com pontos que podem ter repercussão na distribuição de renda: a alteração da progressividade do imposto direto e o acesso a mecanismos de proteção social. Estimava-se que se fossem retiradas as transferências sociais a incidência da pobreza passaria de menos de 18% para mais de 26% da população¹⁴.

A despeito da falta de indicador preciso que mensurasse o eventual aumento da pobreza e o incremento da desigualdade, alguns sinais mereceram atenção do governo, de especialistas e da imprensa portuguesa.

O sinal mais forte desde a criação até a entrada em vigor do OE 2013 foi do aumento de desemprego. O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, equivalente ao IBGE brasileiro, contabilizou que o país fechou 2012 com 923,2 mil pessoas desempregadas, uma taxa de 16,9% da população economicamente ativa.

Segundo o instituto, o aumento da população desempregada naquele período se deu essencialmente entre pessoas dos 25 aos 44 anos, com escolaridade básica (12 anos de estudo) e egressas de alguns setores da economia, como a indústria, construção civil, companhias de energia e de água. A taxa de desemprego era ligeiramente maior entre as mulheres (17,1% de desempregadas contra 16,8% desempregados).

O governo admitia o problema e o próprio primeiro-ministro Pedro Passos Coelho avaliava que o desemprego estava “muito elevado” e era “socialmente muito doloroso”¹⁵.

Entre os formadores de opinião críticos ao programa de ajustamento, sempre esteve no horizonte a perspectiva de empobrecimento e aumento das desigualdades socioeconômicas, o que afetaria a “coesão social”, geraria protestos e criaria dificuldades para o governo¹⁶.

13 Segundo boletim do Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), “entre os países da União Europeia, a Lituânia era aquele que em 2009 registrava a distribuição de rendimentos mais desigual, com um coeficiente de Gini de 37%, seguida de perto pela Letônia com 36%. Portugal, a par da Espanha, registrava para este indicador o terceiro valor mais elevado da União Europeia: 34%”. A respeito veja: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=215&lang=pt> (acessado em 02.09.2014; 17h34).

14 Conforme descreve FARINHA (2012), “tomando como referência o ano de 2009, é possível verificar que a incidência da pobreza do conjunto da população foi de 17,9% mas que, mantendo a linha da pobreza e subtraindo ao rendimento disponível das famílias as transferências sociais, a incidência passaria para 26,4%. transferências sociais possibilitam assim uma redução da incidência da pobreza em 8,5 pontos percentuais” (190).

15 A respeito leia: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-13/portugal-fechou-2012-com-mais-de-923-mil-pessoas-desempregadas> (acessado em 08.10.2014, 10h58).

16 Leia sobre isto em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-18/recessao-agrava-pessimismo-e-gera-debate-sobre-antecipacao-de-eleicoes-em-portugal> ; <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02->

Como já dito, a suspeita de que a desigualdade social estava aumentando no contexto do OE 2013 foi alimentada por cortes das transferências sociais do Estado para os setores mais pobres da população¹⁷. Estima-se que sem essas “prestações sociais” a pobreza atinja um em cada quatro portugueses¹⁸.

O alerta foi feito pelo economista Carlos Farinha Rodrigues, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão (Iseg), coordenador do livro *Desigualdade Econômica em Portugal*. Em entrevista à Agência Brasil, ele salientou que políticas sociais estavam sob ameaça e o Orçamento do Estado 2013 cortaria investimentos sociais¹⁹.

“A política para reduzir o déficit público, em grande medida, se traduz na redução das políticas de proteção social. Como forma de responder à crise, nós estamos reduzindo e anulando, praticamente, as formas de políticas sociais. Isso vai reduzir o combate à pobreza e à desigualdade”, disse em entrevista ao veículo brasileiro²⁰.

O especialista também criticava o OE porque em sua opinião, além de diminuir as transferências sociais, a proposta de diminuir de oito para cinco as faixas de alíquota de imposto de renda (IRS) reduziria “a capacidade redistributiva do sistema fiscal”, porque faria com que mais pessoas paguem mais impostos.

Na opinião de Farinha, o quadro de aumento de desigualdade em Portugal se desenhava com

[11/austeridade-fiscal-diminui-atividade-economica-e-aumenta-desigualdade-social-em-portugal](http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-11/economista-teme-que-recessao-afete-coesao-social-em-portugal) ; <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-11/economista-teme-que-recessao-afete-coesao-social-em-portugal>; <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-02/portugal-faz-grande-manifestacao-contra-troika-e-pede-demissao-do-governo-de-passos-coelho> e <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-26/desigualdade-mobiliza-protestos-em-portugal-e-no-brasil-diz-dirigente-sindical> (acessados em 08.10.2014, 22h17).

17 O corte de gastos visa redução do déficit fiscal do Estado português. Conforme noticiado pelo jornal *Público* (em outubro de 2013) 30.374 pessoas perderam, entre agosto de 2012 e agosto de 2013, o direito ao Rendimento Social de Inserção (RSI – complementação da Seguridade Social para quem renda individual mensal abaixo de €124,70). O período que abrange a tramitação e oito meses de vigor do OE 2013. No mesmo intervalo de tempo, 6.372 idosos perderam direito ao Complemento Solidário para Idosos (para pessoas de 65 anos ou mais com renda individual anual de até 5.022 euros); e 15.503 crianças perderam o abono de família (destinada às famílias com crianças e jovens cujo o patrimônio seja inferior a 100.612,80 euros). A respeito veja: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/especialista-acusa-governo-de-se-desresponsabilizar-do-combate-a-pobreza-e-a-exclusao-27181303> (acessado em 02.09.2014, 19h48) e o site de jornalistas e economistas www.economias.pt.

18 Segundo o Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) após as transferências a taxa de risco de pobreza é de 17,9% (dado 2012). Leia a respeito em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:At-risk-of-poverty_rate_after_social_transfers_2010%E2%80%9312_\(%25\)_YB14_II.png](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:At-risk-of-poverty_rate_after_social_transfers_2010%E2%80%9312_(%25)_YB14_II.png) (acessado em 02.09.2014; 20h16). Gráfico do Eurostat (dados 2012) ilustra que Portugal sem contabilizar as transferências sociais é o terceiro país mais desigual da União Europeia; com o repasse a posição suaviza e cai para o 11º. A respeito veja: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:Gini_coefficient_before_social_transfers_\(pens_incl\)_2012_V3.png](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/File:Gini_coefficient_before_social_transfers_(pens_incl)_2012_V3.png) (acessado em 02.09.2014; 20h09).

19 <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-25/crise-vai-aumentar-desigualdade-economica-em-portugal-diz-professor> (acessado em 12.10.2014, 11h42).

20 O que ocorre em Portugal guarda relação com o que acontece no continente europeu e outros países. Conforme Zygmunt Bauman, “*as funções protetoras do Estado estão limitadas e 'enxugadas', reduzidas à cobertura de uma pequena minoria dos não empregáveis e dos inválidos, embora mesmo essa minoria tenda a ser reclassificada, passo a passo, de preocupação em termos de proteção social para uma questão de lei e ordem*”. (BAUMAN e DONSKIS, 2014: 129).

o aumento de impostos, o estabelecimento de novas alíquotas de cobrança, e o enxugamento das políticas sociais, medidas expressas no OE 2013 que se agravavam com o desemprego em ascensão.

Em estudo para o Banco de Portugal, o economista Nuno Alves (do quadro da instituição) confirmava que “o elevado aumento da taxa média de imposto” acarretaria na “ligeira diminuição de progressividade” do tributo — isto é, a maior incidência quanto maior a renda, o que é tradicionalmente destacado pelos economistas como princípio para redução das desigualdades²¹.

A mudança na cobrança de impostos também era negativa na visão mais ortodoxa de João César das Neves. Para ele, além de diminuir a capacidade de consumo das famílias num período de desemprego e recessão, serviu, assim, para alimentar o aumento das despesas públicas, um problema que assinalava como estrutural da economia portuguesa: desde 1950, ano a ano, a despesa do Estado português aumentou. As únicas exceções foram os anos de 2011 (queda de 5%) e 2012 (a caminho de redução em torno de 10%)²².

Apesar do forte desemprego e desses prognósticos, como assinalado, não havia comprovação estatística quanto a estes ricos sociais da crise. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a possibilidade de viver em condições de pobreza em Portugal manteve-se estável, em torno de 18%, desde 2008 (epicentro da crise financeira internacional) a 2011²³.

O INE, porém, verificou para aquele período alguma piora das condições socioeconômicas individuais²⁴. O rendimento monetário líquido por adulto caiu de 421 euros mensais para 416 euros mensais.

Outro indicador considerado sobre a piora da situação socioeconômica foi o fato de que os gastos com o pagamento de pensões, aposentadorias e seguro-desemprego aumentaram em Portugal na comparação de janeiro a junho de 2013 com o mesmo período de 2012.

De acordo com os dados do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o gasto com as chamadas prestações sociais passou de 9,77 bilhões de euros para 10,47 bilhões de euros na comparação daqueles semestres²⁵.

21 Para ele, o OE de fato ameaça a equidade porque reduzia as transferências do Estado para setores os mais pobres. Segundo ele, o Estado português transferia proporcionalmente e em valores absolutos menos recursos que os de outros países da Europa, mas era mais justo e eficiente. “Portugal é mesmo um dos países em que as prestações em dinheiro (excluindo pensões) são mais orientadas para os rendimentos mais baixos”. Veja em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-11/austeridade-fiscal-diminui-atividade-economica-e-aumenta-desigualdade-social-em-portugal> (acessado em 12.10.2014, 12h14)

22 <http://www.ebc.com.br/2012/10/aumento-de-impostos-nao-vai-tirar-portugal-da-crise-alerta-economista> (acessado em 12.10.2014, 11h56)

23 Veja outras informações no Portal do INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=156015568&DESTAQUESmodo=2 (acessado em 12.10.2014, 11h43)

24 <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-15/risco-de-pobreza-em-portugal-fica-estavel-apesar-da-recessao-e-do-desemprego> (acessado em 12.10.2014, 11h45)

25 <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-26/portugal-aumenta-despesa-com-seguridad-social> (acessado em 12.10.2014, 11h48).

A trama política

Os quadros econômico e social descritos anteriormente se esboçam no esteio da crise financeira global, cujo epicentro foi setembro de 2008 desencadeado pelos prejuízos bilionários e pela quebra de instituições financeiras internacionais, como o banco norte-americano Lehman Brothers.

A crise elevou os custos do financiamento da dívida portuguesa, desaqueceu as trocas comerciais, gerou dúvidas sobre a capacidade de solvência do país. Esses fatores agravaram a condição de economia periférica de Portugal. A vinculação à União Europeia e a necessidade do país de garantir financiamento externo fizeram com que em maio de 2011 fosse contratado um financiamento externo junto à Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – a já mencionada Troika. A chamada “ajuda” impôs um programa de ajustamento econômico que agravou as medidas de controle fiscal.

O receituário do ajustamento econômico também foi prescrito pela Troika para a Grécia e a Irlanda. Internamente o programa foi avalizado pelos três principais partidos políticos de Portugal. O Partido Socialista, do ex-primeiro-ministro José Sócrates²⁶, que estava no poder no momento da contratação do empréstimo junto à Troika; e pelas principais legendas então de oposição, o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), de cariz democrata-cristão (liderado por Paulo Portas²⁷), e o Partido Social-Democrata (PSD), legenda do Pedro Passos Coelho, sucessor de Sócrates no posto de primeiro-ministro a partir de junho de 2011.

A ascensão da coligação PSD e CDS-PP ocorre após as eleições legislativas de 5 de junho de 2011. Quando os sociais-democratas elegem 108 deputados para a Assembleia da República e os centristas obtêm 24 cadeiras; totalizando mais de 57% dos 230 acentos do Parlamento português.

Conforme a Constituição de Portugal, a convocação das eleições e a posse do gabinete ministerial são prerrogativas do presidente da República – no caso, o social-democrata Aníbal António²⁸ Cavaco Silva (empossado em março de 2006)²⁹.

No modelo parlamentarista português, o presidente da República também tem protagonismo

26 Do mesmo partido de Mário Soares; ex-primeiro-ministro (1976-1978 e 1983-1985) e ex-presidente da República (1986-1996).

27 Paulo Sacadura Cabral Portas é jurista por formação e jornalista por experiência. Culto e politicamente habilidoso, Paulo Portas conseguiu ser a época da amostra inconveniente crítico do programa da Troika e, ao mesmo tempo, o principal avalista da maioria do governo na Assembleia da República. Desde julho de 2013, Paulo Portas atua como vice-primeiro-ministro, após ter sido ministro dos Negócios Estrangeiros e ter anunciado rompimento com o governo.

28 Para facilitar a compreensão entre os leitores brasileiros, converti neste texto as palavras escritas de maneira diferente para o que é mais usual no Brasil. Atendendo a pedidos de leitores críticos “media” virou “mídia”. Mantive, no entanto, a exata maneira como se escreve os nomes em Portugal. Lá se escreve “António”, com acento agudo no primeiro “o”.

29 Cavaco Silva também foi primeiro-ministro, entre 1985 e 1995; sucedendo Mário Soares. Os dois políticos estavam a frente do poder no momento que Portugal se integrou à União Europeia e experimentou forte modernização socioeconômica.

ao sancionar anualmente o Orçamento de Estado (OE) proposto pelo gabinete ministerial e aprovado pela Assembleia da República.

No rito de tramitação do Orçamento do Estado, segundo a Constituição da República Portuguesa, compete ao gabinete liderado pelo primeiro-ministro propor à Assembleia da República, no dia 15 de outubro de cada ano, um projeto de lei que descreva a previsão de receita e detalhe a alocação de recursos do Estado para o ano fiscal seguinte.

O Parlamento deve aprovar o projeto até 30 de novembro e, finalmente, cabe ao presidente da República sancionar a lei em um mês – podendo, no entanto, como veremos, consultar preventivamente o Tribunal Constitucional (TC)³⁰ sobre a legalidade do projeto aprovado ou enviar, para “fiscalização sucessiva”, artigos da lei sobre os quais tenha dúvida da constitucionalidade.

A elaboração da proposta de lei no Executivo é atribuição do Ministério das Finanças, especificamente da Secretaria de Orçamento. O projeto é desenhado com a consulta às demais pastas ministeriais e é aprovado pelo Conselho de Ministros antes de ir para a Assembleia da República.

Ao chegar ao Parlamento, o documento segue o rito descrito no Regimento Interno da Assembleia da República (AR)³¹, conforme também previsto na Carta portuguesa (Artigo nº 175). O presidente da Assembleia admite (ou não) a proposta, publica o texto em veículo oficial e distribui o projeto de lei entre as comissões parlamentares de competências específicas.

Junto com a proposta, o presidente da AR recebe o parecer do Conselho Econômico e Social (CES) e também solicita análise técnica da proposta de lei à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (Utao) da Assembleia da República. Parecer do CES e a avaliação da Utao são encaminhados às comissões competentes.

As comissões têm 15 dias para apreciação, realização de audiências públicas e elaboração de respectivos pareceres. Findo o prazo, enviam à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública que tem mais 20 dias para elaborar parecer final e reenviar ao presidente da Assembleia.

Ao voltar à Presidência do Parlamento, inicia-se o rito de apresentação e deliberação do Plenário para aprovação do Orçamento do Estado “na generalidade” (previsão macro de receitas e despesas do Estado) em até três dias. Conforme o regimento interno, após essa aprovação o OE deve ser discutido e votado “na especialidade” (segundo as áreas programáticas ou das pastas do gabinete do governo).

30 Nessas atribuições, o Tribunal Constitucional de Portugal equivale no Brasil ao Supremo Tribunal Federal (STF).

31 Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de Agosto; consolidado nos termos do artigo 3º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de Outubro, incorporando alterações efetuadas por deliberação do colegiado de líderes partidários em 17 de Novembro de 2009. Para saber mais leia em http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/RegimentoAR_Simples.pdf (acessado 08.10.2014; 7h57).

De acordo com o que descreve o Artigo nº 211 do Regime da Assembleia da República,

A apreciação na especialidade do Orçamento do Estado tem a duração máxima de 20 dias, sendo organizada e efetuada pela comissão parlamentar competente em razão da matéria, ouvida a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.

A discussão do orçamento de cada ministério é feita em reunião conjunta da Comissão de Orçamento com as comissões parlamentares específicas. Os ministros do governo são convocados para expor e explicar as previsões dos “mapas orçamentais” de cada pasta.

Concluída a apreciação nas comissões com a elaboração de pareceres, o debate na especialidade dos artigos da proposta de lei e das respectivas propostas de alteração vai ao Plenário da AR por três ou quatro dias. O governo abre e fecha os debates sobre a proposta. O encaminhamento da discussão (tempo para discursos e declarações antes da votação) é definido pelo presidente da Assembleia da República após consultar o colégio das lideranças partidárias.

O OE aprovado na especialidade vai para redação final na comissão de orçamento. Em até dez dias, a proposta de lei é objeto de votação final global. E será remetida até 30 de novembro à Presidência da República para promulgar a lei (até o dia 31 de dezembro).

Compete ao presidente da República avaliar se a lei proposta pela AR necessita de fiscalização jurídica do Tribunal Constitucional (TC). Como dito acima, O envio ao Judiciário pode ser feito preventivamente, antes da promulgação; ou sucessivamente, junto com a publicação da lei.

No caso de “fiscalização preventiva”, se o TC não julgar a demanda até o último dia do ano e, assim, o presidente não puder promulgar a lei no prazo legal; o novo Orçamento de Estado não entra em vigor no mês de janeiro e o governo deverá iniciar o ano fiscal executando um valor máximo correspondente até um duodécimo do OE do ano interior.

No caso de fiscalização sucessiva, o presidente da República promulga a lei, mas remete os artigos que tem dúvida sobre a legalidade para o Tribunal Constitucional. A fiscalização sucessiva também pode ser pedida, como ocorreu com o OE 2013, pelos partidos da oposição com representação na Assembleia da República; pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses e pelo provedor de Justiça, designado pela Assembleia da República e com atuação independente para que encaminhar queixas e recomendações por ações ou omissões dos poderes públicos³².

O OE 2013 teve oito artigos que entraram em vigor, mas foram enviados ao TC. Desses, três foram considerados inconstitucionais posteriormente. Em fins de março, o

³² Conforme descrito na Constituição de Portugal e acessível no site do Provedor de Justiça: <http://www.provedor-jus.pt/?idc=20&idi=1379> (acessado em 08.10.2014; 09h22).

tribunal reprovou os cortes do subsídio de férias para o funcionalismo público e para os pensionistas; impediu a rescisão dos contratos de professores e pesquisadores universitários; assim como a criação de taxa sobre o pagamento do subsídio de doença e desemprego³³.

A trama dos atores

Não a despeito dos desdobramentos jurídicos, da promulgação presidencial, da aprovação parlamentar e das responsabilidades do primeiro-ministro; a apresentação e defesa do Orçamento de Estado 2013 teve como protagonista o ministro de Estado das Finanças Vítor Louçã Rabaça Gaspar; à frente da pasta entre junho de 2011 e de julho de 2013³⁴.

Até sua saída do governo, ele foi o quadro de maior projeção do gabinete de Pedro Passos Coelho, e principal negociador do país com os credores internacionais no programa de ajustamento econômico. Foi ele quem regeu a elaboração do Orçamento do Estado, levou o projeto de lei à Assembleia da República e apresentou a proposta à imprensa. O ministro foi mais citado com aspas ou apenas mencionado pelos meios de comunicação nas matérias sobre o OE 2013, conforme veremos mais adiante.

De acordo com a pesquisa, Vítor Gaspar foi a figura política que mais mobilizou a atenção da imprensa portuguesa na cobertura do Orçamento de Estado. Para os jornais, sabemos como, Gaspar é figura protagonista, enquanto o primeiro-ministro Passos Coelho; o presidente da República, Cavaco Silva; o líder da oposição António José Seguro³⁵, e todos deputados da Assembleia da República têm papéis coadjuvantes na proposição, tramitação, negociação e aprovação; ainda que pese as descritas responsabilidades institucionais e competências legais para elaborar, apreciar a proposta, propor alterações, vetar pontos e até questionar a constitucionalidade do OE.

Se a figura de Gaspar foi a que mais mereceu o crivo dos jornalistas, em termos institucionais a entidade mais citada é a Troika³⁶. Como também observaremos adiante, os credores

33 A este respeito e sobre as consequências leia em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-05/tribunal-constitucional-de-portugal-declara-ilegal-parte-do-orcamento-do-pais> e <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-06/novo-pacote-anunciado-por-passos-coelho-divide-base-aliada-do-governo-portugues> (acessados em 08.10.2014; 9h31).

34 Vítor Louçã Rabaça Gaspar é economista com doutorado; foi conselheiro especial e diretor de Investigação e Estatística do Banco de Portugal; foi diretor-geral da área de investigação do Banco Central Europeu; e também foi membro suplente do Comité Monetário Europeu.

35 Deputado António José Martins Seguro, então secretário-geral e principal líder do Partido Socialista.

36 Falamos da importância da Troika em Portugal, mas para além dos programas de ajustamento nas economias periféricas, a ascendência dos credores segue uma tendência continental que faz prevalecer a economia sobre o político, conforme Leonidas Donskis. *“O que está acontecendo na Europa é uma revolução tecnocrática. Uma ou duas décadas atrás, era crucial ter provas de se era uma democracia para se qualificar como sócio do clube. O que contava era um conjunto de valores e compromissos. Hoje, temos a probabilidade de ingressar num novo estágio da política mundial. O que realmente conta é sua disciplina financeira, se você está apto a participar de uma união aduaneira, assim como sua conduta econômica”* (BAUMAN e DONSKIS, 2014: 66).

estrangeiros (ainda que, durante o período da amostra, raramente falassem abertamente com os repórteres e editores) foram mais lembrados em matérias sobre o OE do que o gabinete ministerial, a Assembleia da República, a Presidência da República e o Tribunal Constitucional.

O protagonismo mudo, mas ensurdecedor, da Troika nos chamou atenção e tornou-se uma questão central deste trabalho. Conforme se expõe mais adiante, apenas uma única vez no período da amostra, e para apenas um dos veículos analisados, o porta-voz dos credores concede entrevista. Além de pouco falar abertamente com jornalistas (diferente do que ocorria no início do ajustamento), veremos que a maioria das referências dos jornais à Troika é negativa e associada à recessão.

A visibilidade dos credores guarda relação com a situação de intervenção econômica externa em Portugal, e com a referência constante verificada nos discursos e entrevistas de quem defendia ou criticava o ajustamento econômico. Diga-se de passagem, a evidência da Troika nas notícias de jornal foi bastante útil para o governo, pois dividiu o ônus político da austeridade (quando não transferiu toda a culpa).

Também foi funcional para o governo o papel ambíguo da principal legenda da oposição, o Partido Socialista. Com 74 deputados, o PS é a segunda força na Assembleia da República. Como dito acima, a contratação do empréstimo da Troika se deu no final do governo socialista (de José Sócrates). A assinatura do memorando comprometeu o partido que na oposição basicamente criticava o governo por ser mais austero do que esperavam os credores internacionais.

Completavam as cadeiras no Parlamento português o Partido Comunista Português (PCP), com 14 deputados; o Bloco de Esquerda (BE), com oito representantes e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), coligado aos comunistas, com apenas dois deputados³⁷.

Compõem o campo político as centrais sindicais, que em Portugal têm acento no Conselho Econômico e Social (CES), assim como as entidades empresariais,³⁸ e também são interlocutoras junto à Troika. As duas principais centrais sindicais são: a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) e a União Geral de Trabalhadores (UGT).

A CGTP foi criada em outubro de 1970, antes da Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974). A central tem na base 82 sindicatos³⁹ e sua direção é historicamente vinculada ao PCP.

37 Além desses partidos com representação no Parlamento, há mais cerca de 15 legendas, sem deputados eleitos, de diverso espectro ideológico em Portugal - desde quem prega o marxismo-leninismo até quem é favorável ao restabelecimento do regime monárquico no país.

38 Afora os representantes dos trabalhadores, também fazem parte do CES, o governo (as figuras do primeiro-ministro; ministro das Finanças; ministro da Economia; ministro da Agricultura e do Mar; e o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social) e quatro entidades patronais (Confederação da Indústria Portuguesa; Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; Confederação dos Agricultores de Portugal e a Confederação do Turismo Português. Sobre a composição tripartite do CES, veja: <http://www.ces.pt/10> (acessados em 13.10.2014; 05h43).

39 A respeito da CGTP, veja: <http://www.cgtp.pt/> e <http://www.cgtp.pt/images/stories/PDF/msunet.pdf> (acessados em 13.10.2014; 05h29).

Com uma base menor de trabalhadores e entidades filiadas, a UGT surge em 1978 como alternativa à CGTP⁴⁰. A central tem na base cerca de 50 sindicatos e na sua direção quadros dos partidos Socialista e Social-Democrata, que desde a redemocratização de Portugal se alternam ou até coabitam no poder da entidade e do país.⁴¹

Apesar da filiação partidária das lideranças, a central sindical tem por princípio “*liberdade de constituição de organizações sindicais e a sua autonomia e independência em relação ao Estado, ao patronato, às confissões religiosas e aos partidos políticos ou a quaisquer outras associações de natureza política*”⁴².

Outro ator importante no campo político é o movimento social *Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!*, criado em junho de 2012, pouco mais de um ano após a contratação do programa de ajuda financeira em Portugal.

O movimento se notabiliza por ter promovido em 15 de setembro de 2012 a maior manifestação contrária às medidas de ajuste econômico (aumento da contribuição dos trabalhadores à previdência social – a Taxa Social Única). Naquele dia, mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas em todo o país para protestar (número equivalente ao 1º de maio de 1974, pós-revolução).

O movimento social reabilitou símbolos da Revolução dos Cravos como a canção *Grândola, Vila Morena*⁴³; com a qual interromperam o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (15 de fevereiro de 2013) enquanto falava no debate quinzenal na Assembleia da República⁴⁴.

Além de recorrer o imaginário político histórico (da Revolução dos Cravos) e ao sentimento contestatório, *Que se lixe a Troika!* marca o uso das redes sociais como ferramenta de mobilização social e de comunicação direta via internet com a opinião pública⁴⁵.

40 Veja a história da central em: <http://www.ugt.pt/site/index.php>.

41 A respeito leia: <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/05/centrais-sindicais-vaio-as-ruas-em-portugal-para-pedir-fim-de-austeridade-e> e <http://www.abc.com.br/noticias/internacional/2013/06/centrais-sindicais-preparam-nova-greve-geral-em-portugal-contra> (acessados em 13.10.2014; 05h15).

42 Retirado de http://www.ugt.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=3 (acessado em 13.10.2014; 05h09).

43 *Grândola, Vila Morena* é uma canção composta e cantada por Zeca Afonso (morto em 1987) e fala sobre o sentimento de fraternidade entre o povo de uma vila do Alentejo (Grândola). A música, que no Brasil poderia equivaler a *Caminhado* (Geraldo Vandré), foi escolhida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) para ser transmitida pela Rádio Renascença como uma senha de sinalização do início da Revolução dos Cravos. A versão mais conhecida da canção é com Amália Rodrigues. No Brasil, foi gravada por Nara Leão.

44 Leia a respeito em <http://memoria.abc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-02-15/aumenta-temperatura-no-debate-politico-em-portugal> (acessado em 13.10.2014; 06h06).

45 Acesse: <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.com.br/> e <https://www.facebook.com/pages/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626?sk=info>.



46

A trama das opiniões

De forma geral, a imprensa portuguesa encapou o sentimento da opinião pública contrário à Troika e repercutiu as críticas aos credores e às medidas de contenção de despesas e aumento de receitas expressas no Orçamento de Estado 2013.

A opinião negativa da população sobre a iniciativa foi registrada em pesquisas de opinião. Uma semana após a chegada da proposta do orçamento à Assembleia da República, a Deloitte Touche Tohmatsu, empresa britânica de consultoria instalada em Portugal, divulgou o *Estudo de Opinião OE 2013* sobre o projeto de lei⁴⁷.

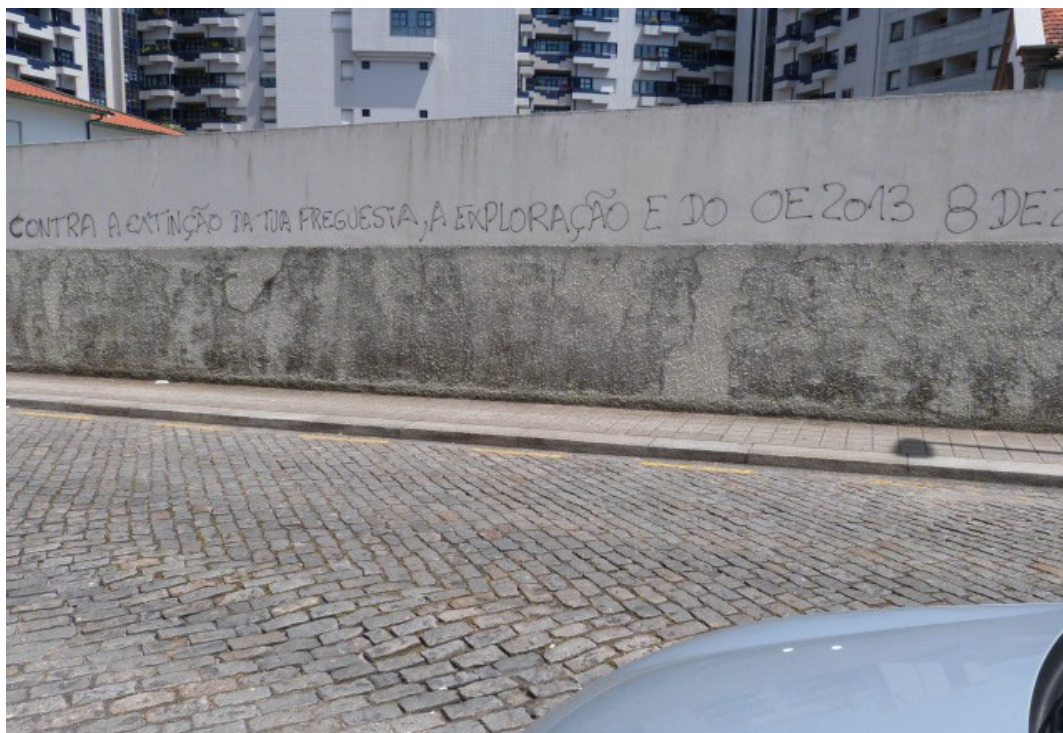
O levantamento feito junto a 23 mil pessoas pela internet verificou que a maior parte dos entrevistados declarava conhecer o “orçamento proposto para 2013”: 57% diziam ter conhecimento “razoável”; 11% consideravam seu grau de informação “elevado”; e 3% confiavam ter conhecimento “muito elevado”.

Conforme a pesquisa, para 75% dos inquiridos, a situação econômica do país iria agravar-se com as medidas previstas na Proposta do OE 2013. Mais da metade dos inquiridos (59%) considerava que as medidas apresentadas estavam muito além do que seria necessário, dado o estado da economia.

46 Foto feita pelo autor, sob direção de Heloísa Fernandes, em 02/03/2013 (Manifestação Que se Lixe a Troika, Praça do Comércio – Lisboa).

47 Leia o relatório da pesquisa no link: <https://www.deloitte.com/assets/Dcom-Portugal/Local%20Assets/Documents/Estudo%20opiniao%20OE%202013final.pdf> (acessado em 14.10.2014; 14h51).

Nesse sentido, mais do que criarem estados de espírito os jornais reverberam sentimentos e refletem as “*opiniões fiscais*” de seus leitores⁴⁹. Isso, no entanto, não quer dizer que as opiniões fiscais impressas se dão independentemente do posicionamento ideológico e da linha editorial dos jornais. Além de partilhar o senso comum sobre a situação do país, imprensa e opinião pública podem coincidir em interesses econômicos.



50

A trama dos jornais

Se a opinião pública sobre o quadro econômico e a avaliação do governo é uma força manifesta para entendermos o tom negativo da cobertura da imprensa lusitana a respeito do Orçamento do Estado 2013, devemos acrescentar como razão latente a situação das empresas de comunicação que editam os veículos.

De acordo com o *Relatório de Regulação 2012* da agência estatal Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)⁵¹, entre 2004 e 2011 assistiu-se a uma queda de mais de 20% no número de publicações impressas registradas (menos 430 títulos – desses, 222 jornais).

49 Convém assinalar o dado do Eurobarômetro sobre pobreza e exclusão social; levantado pela Comissão Europeia, que verifica que “20% dos inquiridos afirmaram que a principal causa das situações de pobreza em Portugal reside na preguiça ou falta de vontade dos pobres; por outro lado 61% dos inquiridos consideraram o elevado nível de desemprego era a melhor explicação para a existência de pobreza em Portugal” (ALVES, 2010: 101).

50 Foto do autor tirada em 19/05/2013 no Porto - pichação de muro: “Contra a extinção da tua freguesia, a exploração e do OE 2013”.

51 Acesse em <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao> (acessado em 14.10.2014; 15h24)

Em parte, como acontece no Brasil e em outros lugares do mundo, essa baixa é explicada pelo crescimento das mídias eletrônicas. O relatório da ERC compila os dados do *Inquérito às Publicações Periódicas* feito em 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que apontam que

em 2004, apenas 1,2% das publicações recenseadas tinham uma existência exclusivamente eletrônica, ao passo que esta percentagem se fixou em 8,8% em 2011. Por seu turno, a percentagem das publicações editadas nos dois suportes evoluiu de 11,2% para 28,1% naquele período de tempo, o que de certa forma revela ser imperativa a presença no online. (ERC, 2012: 297)

O movimento de queda das vendas dos jornais portugueses é bastante visível entre os títulos que compõem a amostra desta análise. Conforme assinala o mesmo relatório da ERC, a partir do *Boletim Informativo da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação* (APCT Jan/Dez 2012), o *Diário de Notícias*, o *Público* e o *Expresso* tiveram quedas de circulação entre 2011 e 2012 (ano da pesquisa).

No intervalo de um ano, o *Diário de Notícias* viu sua tiragem encolher em 17,1% (baixa de 35.377 para 29.323 unidades). O *Público* ultrapassou nesse período a circulação do *DN*, porque caiu menos: queda de 5,5% (redução de 33.980 para 32.128). Já o semanário *Expresso*, líder entre os veículos de informação geral na sua periodicidade, perdeu 6,6% da circulação (diminuição de 105.051 para 98.133 unidades).

A baixa de circulação acometeu especialmente as receitas dos veículos impressos em Portugal (queda de 12% em 2009) e foi também associada à crise econômica por qual passava o país, conforme assinala o *Relatório ERC - Estudo das Receitas dos Media em Portugal* elaborado pela consultora Deloitte⁵²:

A crise econômica veio piorar o cenário das empresas de mídia. A recessão da economia mundial e, em particular, da portuguesa veio acelerar os efeitos da migração digital e aumentar a amplitude dos seus impactos. (2010: 17)

Para além da diminuição de circulação, os veículos sofreram com a diminuição de anúncios publicitários. O relatório feito para a entidade reguladora compila dados secundários e verifica que a queda dos gastos com publicidade em Portugal é muito mais acentuada do que a evolução negativa do Produto Interno Bruto no país.

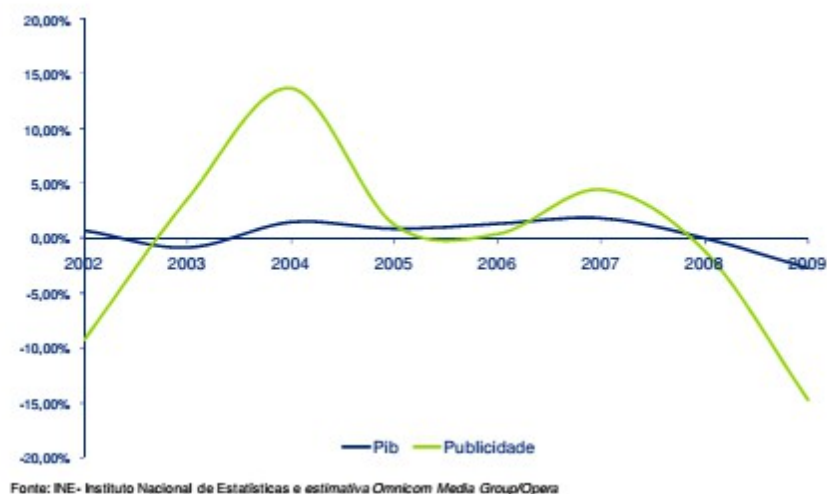
52 Conforme o estudo, “os negócios tradicionais dos media estão a enfrentar uma variedade de desafios associados, principalmente, a dois factores:

- *Migração digital*– As tecnologias digitais têm invadido todos os subsectores do campo dos media a um ritmo crescente, criando novos desafios para o sector;
- *Crise econômica* – A atual crise econômica não só acelera os efeitos da migração digital, mas afecta também significativamente as principais fontes de receita da indústria” (2010. 15).

Disponível em <http://www.erc.pt/documentos/RelatorioDeloitteERC-vrs28Maio.pdf> (acessado em 15.10.2014, 11h03).

Gráfico 1

Evolução do PIB e da Publicidade em Portugal



53

Diário de Notícias, Público e Expresso foram escolhidos para a amostra desta pesquisa porque são “jornais de referência” no sentido assinalado por Fernando Correia (2006): desfrutam de credibilidade junto aos leitores; porque são mencionados regularmente por outros meios na internet e por programas noticiosos da TV e do rádio. Além disso, foram selecionados porque são órgãos de informação geral, não tão especializada como os jornais de economia e não tão simplificada como nos jornais de linha mais popular⁵⁴.

Com tempos diferentes de existência, os três jornais se (re)configuram”, como assinala João Figueira, na “*idade moderna da imprensa portuguesa pós-Revolução dos Cravos (anos 1970)* e após adesão à Comunidade Econômica Europeia (1986)⁵⁵.

53 Figura retirada de <http://www.erc.pt/documentos/RelatorioDeloitteERC-vrs28Maio.pdf> (acessado em 15.10.2014, 11h30; página 18).

54 O jornal mais popular em Portugal é o *Correio da Manhã* (tiragem média de 123.951 exemplares em 2012), editado pelo grupo Cofina que também edita o *Jornal de Negócios* (tiragem de 10.565). Esse segundo jornal é especializado em economia e concorre com o *Diário Económico* (tiragem de 14.621 exemplares); marca do grupo Ongoing que no Brasil tem participação na Empresa Jornalística Económico S.A (Ejesa); que edita o jornal *Brasil Económico* e o *Dia (RJ)*. Dados retirados do *Relatório de Regulação da ERC* (2012). A respeito da diferença entre jornais populares e os jornais diários de informação geral, leia o relatório da ERC (acessado em 19.10.2014; 16h55) *Os Públicos dos Meios de Comunicação Social Portugueses* (2008: 106); disponível em: <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9lc3RlZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS8zMi44LnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6NTA6ImVzdHVkbylkZS1yZWNLcGNhby1kb3MtbWVpb3MtZGUtY29tdW5pY2FjYW8tc29jaWFsJt9/estudo-de-recepcao-dos-meios-de-comunicacao-social>.

55 O processo de modernização da imprensa portuguesa começou tardiamente e se deu em espaço de tempo menor do que o que ocorreu no Brasil (pós-1964). Conforme José Paquete de Oliveira, “*nos últimos anos que antecedem à adesão de Portugal à CE, a imprensa portuguesa era caracterizada como uma imprensa sem estruturação e dimensionamento empresarial adequados, com quedas alarmantes de vendas, tiragem e publicidade, com dívidas acumuladas. O estado geral de muitos títulos da imprensa diária era definido em 'situação de falência técnica', 'à beira do colapso', e numa situação de 'indigência penosa'.*” (apud MARTINS, 2007: 62)

Essa reconfiguração, como também aponta José Luís Garcia (2009), caracteriza-se 1) pelo declínio do “*jornalismo vinculado aos partidos políticos*” (como ocorreu com diversos jornais portugueses onde se agruparam grupos políticos logo após abril de 1974); 2) implementação de uma “*lógica comercial de concorrência*”; 3) “*progressiva concentração*”; 4) participação de capital estrangeiro.

Para alguns autores a reconfiguração da imprensa portuguesa afeta o modelo de negócio, a forma e os conteúdos dos jornais.

A rentabilidade passa a ser a palavra de ordem com cada vez mais grupos do setor cotados na Bolsa, alterando a forma como estes têm de se comportar face ao mercado: muito mais direcionados para o lucro, para satisfazer detentores das suas ações no mercado de capitais, do que preocupados com a classificação de títulos de referência, respeitados pela sociedade. (MARTINS, 2007: 69)

A atual situação dos meios de comunicação no centro das estratégias de poder (político, mas não só), assim como a sua transformação em espaço privilegiado quer de credibilização e prestígio, quer de reivindicação e até mesmo de participação democrática (...), não significam a sua colocação no topo dos poderes. Na atual estrutura socioeconômica, o poder último e decisivo reside no grande capital financeiro, desenvolvido numa dimensão transnacional e em grande parte fora do controle dos Estados – sendo a este poder que os meios de comunicação social, tal como a política e os políticos, estão, em última instância, vinculados. E é em seu benefício que os media assumem uma função estruturante nas formas de pensar e de agir. (CORREIA, 2009: 217)

Nesse sentido, *Diário de Notícias* (DN), *Público* e *Expresso* são marcas de seus respectivos grupos econômicos (“empresas-mãe”⁵⁶) que ascendem no Portugal contemporâneo e detêm outros veículos de comunicação, atuam com telecomunicações e em até outros ramos de atividade econômica; inclusive com participação no mercado financeiro.

Fundado em 1864, o *Diário de Notícias* é o jornal mais antigo em circulação em Portugal. Desde 2005, é propriedade do grupo Controlinveste; *holding* dona de outros veículos (como o *Jornal de Notícias*, do Porto; a rádio de notícias *TSF*, a agência de notícias *Dinheiro Vivo*, o canal de TV por assinatura *Sport TV*)⁵⁷.

O *DN* concorre diretamente nas bancas com o jornal *Público*. Este foi fundado em 1990 e assumido em 2000 pelo grupo Sonae, empresa de capital aberto, original do ramo de varejo (negócios como a rede de supermercados Continente). A subholding Sonaecom que agrega o

56 “A legislação, os regulamentos, os impostos e as vendas que afetam este tipo de indústrias são influenciados pela opinião e pela administração pública, que por sua vez são condicionadas pelas notícias. Cada vez mais, as indústrias e as notícias pertencem a uma empresa-mãe. Não é uma base encorajadora para uma seleção imparcial de informação pública..” (BAGDIKIAN apud GOMES, 2012: 379)

57 A respeito, veja: <http://www.controlinvesteconteudos.pt/Pt/Default.aspx> (acessado em 19.10.2014; 13h37).

Público também atua nas áreas de software e sistemas de informação, e telecomunicações (telefônicas Zon e Optimus)⁵⁸.

Além dos jornais diários, a amostra inclui o *Expresso* – um jornal semanário fundado em 1973 (antes da Revolução dos Cravos) e que é de propriedade do grupo Impresa Publishing SA, que edita mais de uma dezena de títulos de revistas em Portugal e, após a adesão à União Europeia (e abertura das concessões de rádio e TV à iniciativa privada) é proprietário do canal de TV SIC (principal repetidor das novelas da TV Globo em Portugal). Segundo o jornal, seu público majoritário está na larga faixa etária de 25 aos 64 anos, de escolaridade média e superior, nos estratos mais elevados de renda e residentes em áreas urbanas⁵⁹.

Como foi salientado nos relatórios da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, os anos de crise econômica em Portugal são anos de queda na circulação dos jornais e de diminuição de ganhos com a veiculação de publicidade. São anos também de perdas financeiras. Conforme o *Relatório de Regulação ERC* o grupo Impresa, por exemplo, perdeu quase um quarto do seu capital.

No final de 2011, os ativos do grupo IMPRESA ascendiam a 442 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 8,8 % face aos 484 milhões de euros existentes no final de 2010. De assinalar que esta redução do ativo, no montante de 42 milhões de euros, foi em grande parte determinada pelo reconhecimento de perdas por imparidade do goodwill [patrimônio da marca] cujo montante acumulado ascendia a 34 milhões de euros. Desta quantia, 33 milhões de euros foram registados em 2011, tendo o grupo IMPRESA apresentado, neste ano, um prejuízo de 35 milhões de euros. Assim, o total do capital próprio, incluindo interesses minoritários, diminuiu de 159 milhões de euros, em 2010, para 124 milhões de euros, em 2011, o que representa uma quebra de 22,0 % face ao ano anterior. (ERC, 2011: 153; grifos originais)

No mesmo período, a análise econômica e financeira do grupo Sonaecom, que edita o jornal *Público*, não registra perdas. São positivos os indicadores dos resultados operacionais e há valorização dos ativos do grupo. O relatório da ERC, no entanto, não deixa de reparar que houve perda de volume de negócios entre 2010 e 2011.

O volume de negócios ascendeu, em 2011, a 864 milhões de euros, registando uma quebra de 6,2 % face aos 921 milhões de euros obtidos no ano anterior. (Idem: 166)

O relatório da ERC não inclui a Controlinveste no tópico do relatório sobre a caracterização genérica dos principais grupos de comunicação social. Um comunicado oficial do grupo disponível na internet (com data de 11 de junho de 2014) evidencia, no entanto, que a holding proprietária do

58 Veja em: <http://www.sonaecom.com/home/> (acessado em 19.10.2014; 13h01)

59 Veja em: http://tabelas.impresapublishing.pt/perfis_2011/Perfil%20de%20Leitor%20%28Reader%27s%20Profile%29%20Expresso.pdf (acessado em 19.10.2014; 12h54)

Diário de Notícias também sofreu perdas econômicas nos anos de crise em Portugal.

A verdade é que nos últimos 3 anos (de 2011 a 2013) apresentamos um deficit de tesouraria e resultados antes de impostos negativos em montantes consideráveis. A continuação desta performance negativa colocaria em causa a viabilidade da nossa empresa, com consequências que atingiriam todos os que nela trabalham e o próprio universo dos media em Portugal, afetando negativamente a sua diversidade e pluralismo⁶⁰.

Ilustração 1 – Capas dos jornais da amostra



A trama dos enquadramentos

Os breves indicadores apontados acima assinalam que os anos da crise também são anos difíceis para as empresas que editam os jornais da nossa amostra. Tendo em vista as perdas das empresas de comunicação com a queda das receitas de publicidade e da circulação nacional (reforçada após a crise financeira global cujo epicentro é setembro de 2008); e o estado de espírito da opinião pública sobre a condução do país a partir daquele momento; e a sua visão sobre o Orçamento de Estado, é fácil prever um tom negativo na cobertura da tramitação e promulgação da lei.

60 Em razão das dificuldades financeiras, o comunicado descreve que haverá corte de pessoal. “Foi aprovado pelo Conselho de Administração iniciar de imediato um processo de redução de efetivos no total de 160 postos de trabalho o qual inclui um despedimento coletivo que abrange 140 colaboradores e um conjunto de negociações para rescisão amigável de contrato abrangendo cerca de 20 postos de trabalho”. Leia o comunicado em http://www.controlinveste.pt/Pt/Imprensa/NoticiaInterior.aspx?content_id=3965971 (acessado em 19.10.2014; 16h21).

De fato, a análise mais adiante confirma uma cobertura dura sobre as iniciativas do governo, da maioria na Assembleia da República, da Presidência da República e da Troika. As matérias sobre o Orçamento do Estado 2013 têm no conjunto um tom crítico e desfavorável a essas instituições; creio, reverberando os sentimentos da opinião pública (e a situação das empresas jornalísticas).

Apesar dessa antipatia, o enquadramento das notícias ocorreu principalmente dentro dos limites trilhados pelo governo ou pelos interventores financeiros externos; seja tratando de iniciativas, apurando documentos oficiais, transcrevendo citações de governantes ou governistas; seja recorrendo a fontes de maior capital político-institucional ou de saber competente – na maioria das vezes, enfatizando a agenda econômica, as discussões sobre a necessidade de ajustamento ou refundação do Estado Social.

Parece haver um paradoxo: a imprensa (junto com seus leitores) é crítica ao estado das coisas, o qual responsabiliza especialmente o governo e os credores; mas as descrições sobre as condições sociais e econômicas, as tomadas de decisão e as eventuais soluções que são apresentadas no corpo noticioso e opinativo dos jornais são assiduamente pautadas pela agenda oficial.

Este é o ponto central do trabalho. Como a imprensa e os jornalistas, ainda que mantenham espírito crítico e façam cobertura negativa à iniciativa governamental, podem ser funcionais para a manutenção do poder e do *status quo*?

Não ignorando a possibilidade (aqui não estudada) de eventual manipulação ideológica, uma das hipóteses para explicação desse efeito é que as tendências de cobertura seguem uma racionalidade do fazer notícia que acarrete na extrema focalização de alguns pontos da realidade apurada, em detrimento de outros aspectos, ainda que visíveis para a sociedade, e conhecidos pelos jornalistas.

A meu ver, aspectos da realidade não são lembrados ou percebidos nos jornais não por causa da invisibilidade das contradições, e sim por causa de uma cegueira branca da imprensa, que ocorre quando há excesso de luz. Essa cegueira moral dos jornais e jornalistas é consequência da incorporação dos critérios de noticiabilidade, os chamados valores-notícia.

Esses critérios se produzem e reproduzem diariamente nas rotinas das redações, são incorporados pelos jornalistas desde o início da socialização profissional, e reafirmados a cada pauta, apuração, redação e edição das matérias. São compartilhados horizontalmente pelos repórteres e respeitados verticalmente nas hierarquias dos jornais.

Além das redações, os critérios ajudam os jornais a atender as expectativas da opinião pública. Os valores-notícia orientam a produção do jornal, mas não são alheios ao senso comum; não são neutros e nem os seus agentes são nulos⁶¹. Nesse sentido, são valores sociais que favorecem

61 “*Todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de*

a conservação da sociedade, conforme já assinalaram cientistas sociais norte-americanos que observaram o funcionamento da imprensa como Gaye Tuchman e Michael Schudson.

A estrutura social produz normas, incluindo atitudes que definem os aspectos da vida social que são do interesse ou têm importância para os cidadãos. É suposto que as notícias digam respeito a esses tópicos reconhecíveis. Socializados nessas atitudes e nas normas profissionais, os jornalistas cobrem, selecionam e difundem histórias sobre os temas identificados como interessantes ou importantes. (TUCHMAN, 2009: 93)

As notícias registram a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente. (Idem, 98-99)

As notícias servem para criar para leitores experiências de satisfação estética que os ajudem a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las com a nação, cidade ou classe que pertencem. [George Hebert] Mead considerava essa a verdadeira e apropriada função de um jornal e observou que ela se manifesta no fato de que 'o repórter é, geralmente, enviado para apurar uma história, não os fatos. Sob este ponto de vista, o jornal age como um guia para a vida, não tanto por fornecer fatos mas por relacioná-los e enquadrá-los. (SCHUDSON, 2010: 108)

A obliquidade do jornalismo [dos Estados Unidos praticado até os anos 1960] não estava no viés explícito, mas na estrutura social da coleta de notícias, que reforça as perspectivas oficiais da realidade social. (Idem, 190)

Para o professor João Pissarra Esteves, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a imprensa ajuda a extinguir alternativas ou, pelo menos, reduzir o leque de escolhas disponíveis nos processos de formação de opinião e tomada de decisão. A capacidade da mídia é mais de manutenção de interesses e perpetuação de poderes do que de provocar ou estimular mudanças.

O poder definido não pela capacidade de fazer as pessoas pensarem de outra forma mas, pelo contrário, de levá-las a pensar sempre do mesmo modo – esse trabalho monumental de consolidação das ideologias ao nível das consciências individuais. (ESTEVEVES, 2009: 26)

Recorrendo a Peter Berger e Thomas Luckmann, creio que os jornalistas (em função dessas regras de trabalho) atuam como tradicionalistas “*definidores da realidade*”, entre algumas instituições que têm interesse político, econômico e até cultural de que não ocorram mudanças sociais.

pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo, para cuja produção de sentido eles próprios haviam contribuído.”(BOURDIEU, 2008: 435)

As definições tradicionais da realidade inibem a mudança social (...) Não nos deveria portanto surpreender que exista uma profunda afinidade entre os indivíduos que têm interesse em conservar as posições de poder estabelecidas e o pessoal incumbido de ministrar as tradições monopolísticas de manutenção do universo. Por outras palavras, as forças políticas conservadoras têm tendência a apoiar as pretensões monopolistas dos peritos no universal, cujas organizações monopolistas tendem, por sua vez, a ser conservadoras em política. (BERGER e LUCKMANN, 1999: 130)

Nesta função de definição da realidade, a cobertura da imprensa reforça e ajuda a impor qual é a “problemática legítima” para todos, o que é pensável politicamente, e quem tem competência para isso. Pierre Bourdieu assinala que os jornalistas são “*sujeitos classificadores*” do que se passa ou merece publicidade. Para ele, a mídia vive de dar sentido ao mundo social, e esses movimentos não são alheios à distribuição de capital político e de capital econômico na sociedade.

A classe dominante se define precisamente por seu interesse particular pelos negócios chamados de interesse geral porque os interesses particulares de seus membros estão particularmente associados a tais negócios. (BOURDIEU, 2008: 416)

É somente para os membros da classe dominante que o jornal desempenha verdadeiramente o papel de princípio gerador de tomadas de posição que é definido por certa posição distintiva em um campo de princípios geradores institucionalizados de tomadas de posição e que, sem dúvida, exprime tanto ou mais completa e adequadamente seus leitores, quanto mais perfeita é a homologia entre sua posição no campo dos órgãos de imprensa e a posição ocupada por eles no campo das classes (ou frações de classe), fundamento do princípio gerador de suas opiniões. (Idem, 420)

O interesse pelo aspecto percebido nunca é completamente independente do interesse em percebê-lo. (Ibidem, 441)

Assim como Bourdieu assinalou em *Distinção* que os olhos e ouvidos para a fruição estética são produtos da história reproduzidos pela educação; olhos e ouvidos dos jornalistas também são produtos da história pessoal e estão voltados para aqueles que possuem privilégio de classe, ocupam as posições estratégicas em seus respectivos espaços sociais de atuação - “*uma fração dominante da classe dominante*”, como diz o sociólogo.

Favorecendo a conservação de interesses de alguns e de opiniões de muitos, a imprensa dá visibilidade a poucos atores desempenhando papéis que representam a ordem institucional. O recurso a fontes ajuda a fixar e confirmar poderes. Por meio da imprensa essa ordem é sempre ressuscitada. Há uma tipologia dos peritos; do pessoal especializado e com legitimidade para dizer algo a respeito em cada tema.

Dessa forma, as escolhas das fontes de uma pauta, por critérios jornalísticos, além de prescrever um valor (o que é importante dizer) prescrevem quem tem valor (quem não pode deixar de ser ouvido). A “posição social” da fonte é um critério para fixar a atenção do jornalista.

As comunicações de chefes políticos, personalidades conhecidas e celebridades sociais recebem mais atenção e despertam um eco maior do que as de pessoa sem uma posição eminente. A posição social influencia, por assim dizer, a comunicação. (LUHMANN, 2009: 172)

O efeito da escolha das fontes pelos jornalistas é reforçar a institucionalização, demarcar limites e até reproduzir no papel as assimetrias verificadas na sociedade, como observam diferentes autores portugueses. Renato Miguel do Carmo (2013), citando Erik Olin Wright, assinala que “a credenciação e a autoridade são fatores importantes geradores de desigualdade social” (16).

António Firmino da Costa (2012) também salienta que as desigualdades subjetivas se encontram com as desigualdades objetivas e, assim, podemos dizer que

a escolha das fontes não é alheia às desigualdades de rendimentos e patrimônio, de escolaridade e qualificação profissional, de competências cognitivas e culturais, de posição hierárquica nas organizações e de acesso a redes sociais. (24)

Para Nuno Nunes (2013), a preferência por alguns interlocutores têm consequência para a ação social, visto que a posse de capital é estrutural e estruturante; e o agendamento da imprensa (graças ao capital informativo das classes dominantes) é um recurso para a desigualdade.

O capital econômico (o rendimento), o capital cultural (a escolaridade) e o capital social (sob a forma de confiança, práticas de sociabilidade, e pertença associativa) constituem fatores decisivos para a ação coletiva dos agentes sociais, ação coletiva que constitui e representa um recurso social hierarquizado em função da posição detida na estrutura social e cultural das sociedades contemporâneas. (161)

As classes sociais dominantes são as que estão mais 'próximas' da política, e sobretudo os empresários e dirigentes e os profissionais liberais. Os capitais econômicos, educativos, organizacionais, sociais e informativos detidos pelos cidadãos influenciam essa proximidade. Acontece, também no campo da política, uma nítida relação entre uma maior distribuição dos recursos, por um lado, e a assunção e exercício da cidadania por outro. Existem três níveis hierárquicos condicionadores/explicativos da proximidade à política: o nível estrutural e das posições sociais (o nível com maior capacidade preditiva); o nível de exposição aos meios de comunicação (acerca de política e assuntos da atualidade); e um nível mais estritamente político, referente à simpatia por partido, inscrição em partido político e auto-posicionamento ideológico. (163)

A percepção desta pesquisa sobre as tendências da cobertura do Orçamento de Estado 2013 pelos jornais portugueses também não contraria a análise de Christiana Martins que ao estudar o jornalismo econômico de Portugal desde 1974 assinala que

Uma leitura transversal das páginas de economia dos jornais da atualidade, pelo menos em grande parte das sociedades ocidentais, permite constatar (...) que a esmagadora maioria dos artigos concentra seus focos de atenção nas fontes institucionais, nos governos, na classe empresarial, nos economistas. Na maior parte das vezes, a realidade econômica é abordada pelo ângulo de percepção do poder instituído, afastando-se da realidade concreta das sociedades, do consumidor, do contribuinte, do desempregado, do pensionista. (MARTINS, 2007: 22)⁶²

Além do conteúdo, os pesquisadores portugueses, como José Luís Garcia denunciam que a forma pode esvaziar a cobertura da imprensa e levar ao “jornalismo sem informação”, risco que também ocorre por aqui⁶³.

Ser aprazível, visualmente atraente, apresentar notícias ligeiras, breves e próximas do cotidiano do leitor, historietas sobre a vida mundana das celebridades – é esta a fórmula cada vez mais convocada para competir num mercado em convulsão. Todo o conteúdo com valor de mercado – medido em audiências e vendas – tende a ser confundido com informação jornalística. Modelos de jornalismo escorados em práticas que não distinguem a informação da sua invenção e até da sua falsificação, que mesclam informação com entretenimento evasivo. (GARCIA, 2009a: 31)

Conforme veremos, a tendência de conservadorismo da mídia, calcada no *modus operandi* do jornalismo, na escolha de fontes e nas relações da imprensa com outras instituições de poder e estrutura de classe, foi observada nos enredos de enquadramento das matérias sobre o Orçamento do Estado 2013 nos três veículos de comunicação portugueses que compõem a amostra desta pesquisa: o semanário *Expresso*, o *Diário de Notícias* e o site do jornal *Público*.

62 Essa tendência de institucionalização também ocorre no Brasil e nos Estados Unidos conforme assinala o jornalista brasileiro Fernando Rodrigues no prefácio do livro *Os elementos do jornalismo*, dos norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003). “Pela primeira vez na nossa história, as notícias estão sendo produzidas cada vez mais por companhias de fora do jornalismo, e essa nova organização econômica é importante. Nós estamos enfrentando a possibilidade de o noticiário independente ser substituído por interesses comerciais apresentados como notícia.” (14)

63 Segundo o escritor Mario Vargas Llosa, na atual “civilização do espetáculo”, opera o jornalismo cuja principal dimensão é o entretenimento. “Uma das consequências de converter o entretenimento e a diversão no valor supremo de uma época é que, no campo da informação, insensivelmente isso vai produzindo também uma inversão escondida das prioridades: as notícias passam a ser importantes ou secundárias sobretudo, e às vezes exclusivamente, não tanto pelo seu significado econômico, político, cultural e social e mais pelo seu caráter original, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular. Por iniciativa própria, o jornalismo de nossos dias, seguindo o mandato cultural imperante, procura entreter e divertir informando, com resultado inevitável de fomentar; graças a essa sutil deformação dos seus objetivos tradicionais, uma imprensa também light, leve, amena, superficial e que entretém.” (2012: 50-51)

A trama da sociologia do jornalismo

As tramas justapostas podem se cruzar na mirada do cientista social. Que poderes tem a imprensa para manipular a opinião pública? Que liberdade teria o repórter para produzir informação diferenciada?⁶⁴ Questões como essas estão abertas desde a fundação da “sociologia do jornalismo” por Max Weber. Identificar as relações de poder criadas pela capacidade da imprensa em tornar públicos determinados temas é o primeiro item de um sugestivo programa de pesquisa que o pensador clássico propõe no 1º Congresso da Associação Alemã de Sociologia (Frankfurt, 1910).

Para Weber, os jornais eram instituições fundamentais da modernidade no âmbito da “*ação racional com relação a fins*”, mas também da “*ação racional com relação a valores*”. Entre interesses empresariais, o trabalho de jornalistas se faz por ideais, com imagens projetadas para o mundo e utopias, assim como os políticos e parte do público.

“Além de ser um negócio, a imprensa e a comunicação em geral definiam-se como um âmbito que havia de colocar-se a serviço da verdade e da justiça.” (KUSHICK, 2006:31)

Max Weber parecia nutrir simpatia e interesse “*pela sorte e pela situação do estamento jornalístico*” e pela rotina do trabalho do repórter. Propõe, por exemplo, uma sociologia sobre quem escreve e o que escreve; assim como o estudo de quem não escreve e porque não! O autor também perguntou o quê, onde e como a imprensa obtém o material que oferece ao público.

Além do trabalho dos jornalistas, Weber trata da relação da imprensa com a opinião pública:

A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira de como o homem capta e interpreta o mundo exterior. A mudança constante e o fato de ter de dar conta das mudanças massivas de opinião pública, de dar conta de todas as possibilidades e dos interesses, pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno. Mas de que maneira? É o que teremos de investigar. (WEBER, 2006: 43)

Weber também sugere estudar em que medida a demanda crescente de capital favorece o monopólio das empresas jornalísticas — especificamente, se o aumento de capital fixo significa aumento de poder.

64 A autonomia dos jornalistas é uma questão importante. Não parto do pressuposto que ajam de má-fé ao omitir um aspecto da informação ou o “outro lado” da notícia. Também não são desinformados ou alheios à injustiça. Artigo escrito em 2003 pela jornalista Miriam Leitão sobre a distribuição dos gastos públicos ilustra que a capacidade crítica é instrumento de trabalho do repórter e esse é capaz de ir, ver e mostrar os problemas centrais da sociedade: “*Nenhum dinheiro público é neutro. Ele reflete escolhas que uma sociedade faz. O Brasil tem escolhido ser assim tão desigual.*” (LEITÃO, 2010: 129)

Devemos perguntar-nos o que significa o desenvolvimento capitalista no interior da própria imprensa para a posição sociológica da imprensa em geral, para o papel que desempenha na formação da opinião pública?
(Idem, 39)

Apesar do entusiasmo estimulante de Weber com a imprensa, minha experiência como repórter e como sociólogo diz que os intelectuais, cientistas e acadêmicos, em geral, não gostam de jornalistas. Estes são chamados de “especialistas em assuntos gerais” por aqueles. É claro que a maioria dos pensadores lê jornais, revistas e páginas noticiosas da internet; uns escrevem rotineiramente artigos para as seções de opinião; lançam seus livros nos cadernos de cultura; outros têm até colunas fixas nos veículos de comunicação... Mas apesar desse convívio intenso sentem enorme desconforto ao lidar com quem pode fazer notícia com as suas ideias – o que, de fato, é um perigo!

Costumo dizer para os meus entrevistados, para os meus “coleguinhas” de profissão (como os jornalistas se tratam) e para os meus acidentais alunos que, o jornalista é o “portador da ignorância média da sociedade, com licença para escrever”. Os repórteres têm “brevê” para fazer perguntas óbvias e inconvenientes aos seus entrevistados, ler em primeira mão documentos de interesse público, tratar temas complexos com simplicidade rasa, usar exemplos e, até alterar a ordem cronológica dos fatos ou do raciocínio da fonte para serem entendidos pelos leitores (pirâmide invertida).

Os jornalistas, creio, pensam e escrevem de cabeça para baixo: do clímax para as informações preliminares... Ao contrário de todo mundo que tem raciocínio com começo, meio e fim, o jornalista procura primeiro o lide – o parágrafo introdutório da matéria que obrigatoriamente deve descrever “o quê”, “quem”, “onde”, “quando”, “como” e “porquê”. A conclusão costuma ser o fato noticioso, o texto jornalístico segue do “mais importante” para o pormenor, caso o leitor chegue até as linhas finais dessa daquela figura geométrica de cabeça para baixo.

Essa maneira de elaborar o texto e de encadear ideias é, a meu ver, a principal competência adquirida nas faculdades de comunicação social e nos primeiros momentos da carreira do repórter. Não é pouco, é uma maneira diferente de pensar. Se o jornalista for feliz nos seus afazeres saberá enxergar e mostrar o fato novo; apresentá-lo de maneira clara para qualquer um; e tornar a sua reportagem (às vezes alheia à vida da maioria das pessoas) algo instrutivo para o cotidiano e até uma leitura prazerosa para os seus leitores.

Bem-sucedida ou não, essa transposição é sempre muito arriscada. O ofício do jornalista é lidar, sempre atrasado e aflito, com todas as áreas do conhecimento e das atividades humanas, com informações que não domina e entender o que dizem os entrevistados e os documentos obtidos. O

volume de informação apurada costuma ser desproporcional ao espaço para a notícia – muitas vezes há dados em excesso, mas outras há em escassez e é preciso juntar anotações novas com fatos velhos para fazer um simples registro.

Essa rotina de coletar e divulgar informações (em tempo real algumas vezes e quase sempre em troca de módica remuneração), extraíndo o “principal”, trazendo-o como fato novo, implica no exercício intelectual de tornar senso comum aquilo que poucos conseguiram perceber o contexto, após algum esforço de apuração e de abstração. Em outras palavras, para conseguir o interesse dos leitores os jornalistas apelam para uma linguagem simples e a visão simplificadora (até grotesca) que sai dos limites dos espaços sociais fechados em direção à opinião pública não especializada.

Para tanto, são extremamente úteis os valores-notícia como critérios partilhados entre os jornalistas que racionalizam e justificam as escolhas sobre o que publicar e como publicar.

Como indicamos, há sempre a possibilidade de erro, pois temos alguém escrevendo sobre o que não conhece em profundidade e, pior, fazendo referência a quem conhece como se fosse garantia de precisão e procedência da informação. Daí o temor de tantos...

Mesmo que a empreitada seja de boa fé e bem-sucedida, ela poderá ser frustrante para a fonte de informação. Para que “todos” entendam e tenham interesse pela notícia, e que esta caiba no espaço da publicação, o jornalista suprimirá informações repassadas, enxugará falas, trocará termos precisos, ignorará conceitos preciosos e ouvirá outras fontes (até conflitantes).

Essa “vulgarização” das informações causa arrepios a todas fontes intelectuais – e, mais ainda, aos sociólogos que não vivem da reflexão imediata, ao contrário dos jornalistas. A labuta do cientista social é explicar o mundo concreto por meio da abstração, o que exige raciocínio complexo, linguagem hermética e pressupõe algum conhecimento acumulado pelos interlocutores que venham experimentar a ventura de sua “imaginação sociológica”.

Jornalistas e sociólogos trafegam, pois, em sentidos opostos para falar da sociedade. Os sociólogos fogem do senso comum enquanto esse é o lugar de partida e de destino dos jornalistas. Apesar do apelo ao “novo”, o texto jornalístico recorre sempre ao “velho”: ao fato familiar ao leitor, ao clichê repetido, porém, seguro e compreensível, às imagens estereotipadas e aos valores sociais que sustentam ideologias e escamoteiam o processo histórico conforme percebido pela análise sociológica.

Muitos cientistas sociais temem o poder dos jornalistas de criar versões que não tratam a “realidade”, pois ignoram dados objetivos, omitem situações, escondem dramas e alegrias e tornam invisíveis as pessoas que se situam à margem da sociedade e da cobertura da imprensa.

É sobre essa suposta “invisibilidade social”, que seria alimentada também por jornalistas conforme denúncia de alguns cientistas sociais, que pretendo tratar nesta tese. Contrariando essa

ideia (que também já caiu no gosto do senso comum...), não acredito em invisibilidade forjada pelos meios de comunicação. A versão da imprensa é eficaz não porque omite, apaga ou torna invisível fatos e pessoas, mas porque mostra e evidencia o que interessa às posições dominantes no campo da opinião publicada.

A cegueira branca na metáfora da invisibilidade social

*Deu-me olhos para ver.
Olho, vejo, acredito.
Como ousarei dizer:
'Cego, fora eu bendito'?*
*Como olhar, a razão
Deus me deu, para ver
Para além da visão —
Olhar de conhecer*
Fernando Pessoa

O presente texto tem como objetivo abordar a construção social da realidade, especificamente, a pressuposta relação entre a reportagem de acontecimentos e as análises dos fatos considerados de interesse público com a manutenção de valores sociais e do *status quo*. Acredito que o jornalismo tem uma dinâmica capaz de ajudar a transformar a realidade na imagem que representa.

A realidade da vida cotidiana, ou o seu conhecimento, tem relatividade social e é “*assombrada pela penumbra dos nossos sonhos*”⁶⁵. Como se sabe, o pensamento não é imune às influências ideologizantes do contexto social. Nesse sentido, o jornalismo é objeto de interesse sociológico porque é uma forma de conhecimento da realidade – uma forma especial, respaldada em critérios próprios de apuração e de disseminação, mas socialmente aceitos.

O jornalismo alimenta a multiplicidade de instruções do senso comum, com inúmeras interpretações sobre a realidade cotidiana. Essas interpretações estão lastreadas em padrões e enquadramentos que orientam a cobertura e tornam inteligível a realidade que é descrita pela imprensa.

65 Extraído de BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: um tratado sobre a sociologia do conhecimento* – Lisboa: Dinalivros, 1999 (p. 56). Segundo os autores, a penumbra ocorre porque o conhecimento é apenas um cone de luz que ilumina alguns pontos, mas omite outros tantos. “*A realidade da vida cotidiana aparece sempre como uma zona transparente, para além da qual há um fundo de obscuridade. Conforme há zonas de realidade iluminadas, outras permanecem sombrias. Não posso conhecer tudo que há para conhecer a respeito dessa realidade*” (Idem, 55). “*O meu conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre um trilho através de uma floresta e ao mesmo tempo projeta um estreito cone de luz sobre o qual está situado logo à frente e ao redor, enquanto aos lados do caminho continua a haver escuridão*” (Idem, 56).

A sociologia do jornalismo permite verificar que aquilo que será notícia está de alguma forma predefinido antes da ocorrência dos fatos propriamente dita. Em outras palavras, a forma recorrente como a imprensa moldura os fatos antecipa a cobertura, e pode ser tão ou mais importante do que o acontecimento propriamente na elaboração de uma notícia.

Creio que o jornalismo lida com o conhecimento prescrito e é uma das fontes sociais para a formação do senso comum. Nesse sentido, o jornal é um repositório de informações perecíveis, mas de valores permanentes. O que escreve de factual remota a valores acumulados socialmente. O estabelecimento de valores e a sua institucionalização se dão por “*habituação*”, conforme BERGER e LUCKMANN (1999). A cobertura da imprensa é uma habituação que economiza o tempo e o esforço da aprendizagem e dá um fundamento estável para as atividades humanas.

Minha experiência como jornalista, a leitura de cientistas sociais, papos com colegas de ofício, reflexões e observações para a elaboração deste texto me fazem crer que há tipificações ou visões de mundo que dirigem a redação e a leitura da notícia. A compreensão da “*novidade*” está previamente partilhada entre repórteres, articulistas, fontes de informação e público.

Esse senso comum é reafirmado rotineiramente no amplo espaço social da produção (e da leitura) da notícia. Em outras palavras, na “*quase-interação mediada*”⁶⁶ de jornalistas (e fontes) com leitores há expectativas recíprocas e coincidentes sobre o que interessa ser dito, publicado e conhecido. Nesse sentido, o jornalismo é uma forma *conservadora* de conhecimento da realidade. Uma notícia nova e atual confirma um sentimento antigo⁶⁷.

66 A expressão “*quase-interação mediada*” é do sociólogo inglês John B Thompson (2001) e se refere às relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa antes do advento da internet, sem reciprocidade inter-pessoal direta e dialógica, cujo os conteúdos são produzidos, a princípio, para um número indefinido de receptores potenciais. A direção da comunicação é em sentido único: do produtor para o receptor, que tem autonomia para parar de ler a notícia ou desligar o rádio e a televisão. Nas situações de quase-interação mediada o produtor, por sua vez, não tem *feedback* contínuo e imediato do público remoto (ou da plateia) como ocorre nas situações de interação presencial entre os interlocutores. A meu ver, essa noção de quase-interação respeita as concepções interacionistas do sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982). Apesar deste autor ter se referido especialmente a contextos dialógicos, a sua concepção de interação contempla que há uma “*assimetria fundamental no processo de comunicação*”. Assim como ocorre nas situações de quase-interação mediada, “*o indivíduo [o ator emissor] presumivelmente só têm consciência de um fluxo de sua comunicação, e os observadores [a plateia receptora] têm consciência deste fluxo e de um outro*” (GOFFMAN, 2009: 16).

67 Como disse Goffman, “*falar da situação 'atual' (...) significa permitir que o leitor e o autor mantenham tranquilamente a sua impressão de que sabem claramente o que estão pensando e concordam sobre isso*” (GOFFMAN, 2012: 32).

Ao usar expressões da literatura da sociologia da comunicação como “manutenção de valores”, “*status quo*”, “visões de mundo” e “forma conservadora de conhecimento da realidade”; corro o risco de aqui reafirmar (em plena era da interatividade virtual em tempo real) análises apocalípticas quase seculares sobre a manipulação ideológica dos jornais. Para evitar dúvida, devo dizer explicitamente que não é disso que se trata.

A tese quer modestamente colaborar com as reflexões mais sofisticadas que salientam que as notícias têm enquadramentos prévios que dirigem a atenção dos jornalistas e satisfazem os interesses da opinião pública. Dentro das redações, esses enquadramentos são regidos pelas regras do método jornalístico – especificamente, os valores-notícia que orientam o trabalho de pauteiros, repórteres e editores, e também correspondem às maneiras de ver dos leitores.

As expectativas recíprocas determinam o que é notícia, o que é mais importante na informação veiculada, a escolha das fontes, a seleção das aspas (citações literais), a referência a figuras públicas, documentos e a instituições, a preferência por alguns dados numéricos, a indicação do contraditório e alternativas, a recuperação da história e até o uso de expressões, metáforas e analogias.

Como foi feito

Para demonstrar como os enquadramentos funcionam, efetuei análise de conteúdo de reportagens, artigos, entrevistas, editoriais e notas publicadas no semanário português *Expresso*, no *Diário de Notícias* e no site do jornal *Público* no período de 15 de outubro de 2012 a 5 de janeiro de 2013 (12 semanas) a respeito da tramitação e promulgação da proposta do Orçamento do Estado 2013 (OE 2013).

Foram analisadas no total 522 matérias (nos cinco gêneros acima) anotando-se os autores e editoriais; verificando-se fontes, citações, tratamento de questões sociais, políticas e econômicas além da transcrição de expressões-chave e do principal enquadramento. Os jornais foram analisados separadamente, em momentos diferentes, por meio de fichas de classificação, adaptadas a cada veículo.

Primeiro foram analisados os recortes do *Expresso* (obtidos em banca e por meio de assinatura eletrônica); em seguida os recortes do *Diário de Notícias* (fotografados na Hemeroteca Municipal de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Portugal, também em Lisboa); e por último as matérias disponíveis, por meio de assinatura, no site do Jornal *Público*.

Do *Expresso* foram consideradas o material noticioso e opinativo que tratasse do “Orçamento do Estado 2013”; do “OE 2013” e da “refundação do Estado Social”. Do *Diário de Notícias* foram analisadas reportagens, artigos, editoriais e entrevistas que contivessem as chaves “Orçamento do Estado 2013”; “Orçamento de Estado”; “OE 2013”. Do site do *Público* foram apenas utilizados as matérias (noticiosas ou opinativas) que contassem com a expressão “OE 2013”. No caso do *Público*, em razão do volume já atingido na amostra, foram descartadas as reportagens, artigos, editoriais e entrevistas com exclusivamente a chave “Orçamento do Estado 2013”.

A tese foi escrita entre Lisboa (de janeiro e outubro de 2013) e Brasília (a partir de novembro de 2013). A classificação do material só teve início após a promulgação do Orçamento. Os recortes do *Expresso* foram trabalhados entre janeiro e abril de 2013; o material do *Diário de Notícias*, entre maio e julho de 2013; e os textos do *Público* entre agosto e setembro de 2013.

A análise dos dados do *Expresso* (redação da 1ª versão) ocorreu em abril de 2013. Paralela a elaboração dessa versão, redigi o capítulo sobre os referenciais teóricos e metodológicos com base no que especificava no projeto de qualificação. A redação desses textos foi feita em Lisboa, assim como a maior parte das leituras teóricas.

Entre agosto e outubro de 2013, foram ainda realizadas as entrevistas com os jornalistas e com as fontes. Na maioria dos casos, as entrevistas foram feitas pessoalmente e gravadas. Mas quando o entrevistado pedia (dois casos de fonte) ou se encontrava em outra cidade, como o Porto, Coimbra e Viana do Castelo (dois casos de jornalistas e um caso de fonte), as entrevistas foram por escrito.

Para as entrevistas dos jornalistas se garantiu o anonimato das respostas, tanto no questionário fechado em torno dos valores-notícia quanto no roteiro aberto de perguntas gravadas sobre a cobertura da imprensa. No caso das fontes, se manteve o anonimato de nomes e respostas quando expressamente pedido pelo entrevistado. A relação de pessoas entrevistadas se encontra na seção de anexos junto aos instrumentos de coleta.

A tese foi concluída em Brasília com a finalização da classificação de dados do *Diário de Notícias* e do *Público*; das audições de gravações das entrevistas; da realização de leituras complementares sobre o contexto socioeconômico e político de Portugal; do término da análise e da redação final deste texto.

Principais referências teóricas

A abordagem desse material se baseia nas ideias de *enquadramento* de Erving Goffman e de Robert M. Enteman (mais o paradigma do *agenda-setting*), complementadas especialmente pelas visões de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a *construção social da realidade*; pelos apontamentos de Teun A. Van Dijk (relacionáveis ao *newsmaking*) sobre o *jornalismo como forma de conhecimento*; e ainda acrescidas das noções de *espaço social* e *distinção* de Pierre Bourdieu; e a reflexão sobre as metáforas na vida cotidiana de George Lakoff e Mark Johnson - o que me retirou a ideia de *invisibilidade social* e levou à metáfora mais apropriada de *cegueira moral*, apontada por Zygmunt Bauman e Leonidas Donkis. Essas referências ampliam horizontes notados desde a *Communication Research*, por Robert Merton e Paul Lazarsfeld.

A leitura desses autores subsidiou o raciocínio de que o jornalismo, ao cumprir suas funções de informar a sociedade – mesmo observando a ética profissional, os critérios objetivos de trabalho e alimentando o espírito crítico da opinião pública – contribui para a agnosia em torno de alguns assuntos e aspectos da realidade. E essa cegueira moral é funcional para a estabilidade da estrutura social. Os enquadramentos da imprensa perpetuam versões dos fatos que contribuem para a reprodução simbólica da sociedade.

Um erro *Expresso*

Esta análise não se presta a qualquer julgamento sobre os jornais pesquisados. A amostra não permite a avaliação da linha editorial do *Expresso*, do *Diário de Notícias* ou do *Público*; e nem sobre o trabalho de qualquer jornalista. Dito isso, quero fazer uso de um mau momento da imprensa portuguesa para ilustrar o que procuro nesta análise.

Estou me referindo ao episódio da entrevista de Artur Baptista da Silva, suposto ex-professor, economista e coordenador do Observatório Econômico e Social das Nações Unidas para o Sul da Europa. O texto foi publicado no dia 15 de dezembro de 2012 no semanário *Expresso* e foi repercutido na semana seguinte no comentário do articulista, e diretor adjunto do jornal, Nicolau Santos (veja Anexo 1)⁶⁸.

⁶⁸ Segundo o jornal, a ONU estava “preocupada com o impacto da crise em Portugal ao nível do desemprego, pobreza e coesão social” e teria apresentado “ao governo e a várias autoridades uma proposta de renegociação da dívida total (pública e privada) e das condições do resgate da Troika”. Ver *Expresso*, 15 de

De acordo com o entrevistado, Portugal deveria rever as condições do programa de ajustamento econômico. Isso porque parte da dívida soberana do país englobaria contrapartidas de financiamentos europeus. Além disso, o montante de juros do empréstimo da Troika seria extremamente elevado (da ordem de 40%) e a indexação do financiamento em quatro moedas acarretaria ainda uma penalização cambial.

Na entrevista, concedida aos repórteres Anabela Campos e Jorge Nascimento, Artur Baptista assinalava: “*toda a elaboração prospectiva que fazemos da evolução da economia, dívida, desemprego leva-nos a crer que Portugal entrará em graves dificuldades de controle social dentro de um semestre*”. Uma semana depois, o articulista e diretor adjunto do *Expresso* volta a trechos da entrevista e grava no título “*O que diz Artur e o governo não ouve*”.

Além do *Expresso*, Artur Baptista mereceu comentário do jornalista Fernando Alves na rádio de notícias TSF (17 de dezembro); participação no programa *Expresso da Meia Noite*, da TV por assinatura SIC Notícias (21 de dezembro); matéria no *Jornal da Uma* no canal TVI e entrevista exclusiva na mesma rádio TSF (ambos no dia 23 de dezembro). A entrevista original (do dia 15) foi repercutida pela agência de notícias Reuters e pelo jornal norte-americano *Chicago Tribune*.

Passadas duas semanas da entrevista do suposto funcionário da ONU, o *Expresso* publicou na primeira página um “*inequívoco pedido de desculpas aos seus leitores*” (nota da direção) por terem dado “*grande protagonismo e relevância a um burlão [trapaceiro] e às suas ideias*” e revelou que o jornal foi “*enganado*” por Artur Baptista que ainda apresentou um falso estudo técnico (na verdade, um artigo já publicado pelo Banco Mundial) e disse coordenar uma equipe de sete economistas. O jornal fez o *mea culpa*, e por mais de uma edição dissecou a vida do “burlão” e trouxe à tona outros episódios de mentiras protagonizados pelo falso economista, inclusive com a mídia⁶⁹.

Descoberta a fraude, a imprensa descreve Artur Baptista como fosse um personagem que mistura o professor de javanês (“Castelo”) do famoso conto de Lima Barreto (*O homem que sabia javanês*); e “Leonard Zelig”, do filme *Zelig*, de Woody Allen

dezembro de 2012.

69 Nicolau Santos, diretor-adjunto do semanário *Expresso* e co-apresentador do programa *Expresso da Meia-Noite*, assumiu a responsabilidade pelo erro e também publicou nota de esclarecimento no dia 24 de dezembro. Veja <http://Expresso.sapo.pt/o-Expresso-e-artur-baptista-da-silva=f775848>; acessado em 3 de março de 2014, às 6h59.

– entre o estelionatário e o doente psiquiátrico⁷⁰. Depois da revelação da farsa, os jornais noticiam que Artur Baptista já esteve preso (por causa de um atropelamento de duas senhoras!); que foi dirigente sem sucesso de um time de vôlei de um grande clube português; que tentou concorrer à Câmara Municipal de Lisboa; e que a família reconhecia outros momentos em que ele também incorporou o economista.

O episódio virou um estudo de caso da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a agência reguladora do Estado português que acompanha a cobertura da imprensa e o uso do espectro de radiodifusão. Segundo o documento interno elaborado pelo Departamento de Análise de Media, Artur Baptista mereceu 147 referências (noticiosas ou de opinião) nos 16 principais veículos portugueses⁷¹, entre 15 de dezembro de 2012 e 15 de janeiro de 2013. Segundo a ERC, em mais de 98% do material, Baptista é criticado e tratado, por exemplo, como “burlão”, “falso funcionário”, “impostor” e “charlatão”⁷².

A meu ver, Baptista enganou o *Expresso* porque disse o que o jornal e a opinião pública esperavam (ou temiam) que poderia acontecer: Portugal teria que renegociar o programa de ajustamento. Ele soube dizer isso da forma que corresponde às expectativas de jornalistas e de leitores (com aparente coerência e raciocínio lógico); e se apresentou com vários “*dispositivos estratégicos*” (DIJK, 1990): um elegante tecnocrata, credenciado pela instituição que “trabalhava”; além de ser um ex-professor de economia na Milton

70 Da mesma forma como aconteceu em Portugal, há episódios hilários de erro da imprensa no Brasil. Esse é o caso da reportagem reproduzida num 1º de abril na década de 1970 pela revista *Veja* a respeito do milagroso “Boiamate”, ou o resultado do cruzamento em laboratório dos genes do boi e do tomate; o flagrante e o salvamento de um suposto quadro de Picasso, exposto numa repartição pública do INSS em Brasília, segundo a Folha de S. Paulo (assista ao filme *Mercado de Notícias*, de Jorge Furtado); ou o melhor dos enganos proporcionado pela teoria do “Abraço Corporativo” concebida para a humanização das relações de trabalho, e assim reproduzida em diversos jornais, revistas e emissora de rádio (assista ao filme homônimo disponível na internet: <http://vimeo.com/73639203>; acessado em 30.10.2014; 16h05).

71 Cinco jornais diários (“*Público*”, “*Diário de Notícias*”, “*Jornal de Notícias*”, “*Correio da Manhã*”, “*T*”) três jornais semanais (“*Expresso*”, “*Sol*” e “*O Diabo*”), duas revistas semanais (“*Sábado*” e *Visão*”), três emissoras de rádio (“*TSF*”, “*RDP Antena 1*” e “*Rádio Renascença*”), e três estações de TV (*SIC*, *TVI* e *RTP*).

72 Em janeiro de 2013, o Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa (DIAP) abriu investigação contra Arthur Baptista e em novembro do ano passado, o Ministério Público português acusou Artur Baptista da Silva, de “crime de contrafação de obra protegida”. Em resposta à Agência *Lusa* Baptista disse ser apenas um “colaborador voluntário” das Nações Unidas. A respeito veja http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=90971; acessado em 3 de março de 2014, às 8h11. Por causa da má repercussão, Arthur Baptista pediu ainda em dezembro de 2012 para deixar de ser associado de instituições a que pertencia, o International Club of Portugal e a Academia de Bacalhau de Lisboa. A respeito veja <https://www.publico.pt/portugal/noticia/baptista-da-silva-pediu-para-sair-de-instituicoes-a-que-pertencia-1579000>, acessado em 3 de março de 2014, às 8h08.

Wisconsin University, ex-consultor do Banco Mundial - ou seja: uma fonte digna de atenção e crédito.

A entrevista de um senhor de meia idade, aparentemente portador de saber competente (economista) e ligado a mais importante instituição multilateral do planeta (ONU), foi profícua em números “precisos” (valores e percentuais), tratou de diagnóstico aparentemente de base científica, recorreu a documentos e normas (como as do Banco Central Europeu), fez referência a autoridades públicas, e ainda usou expressão em latim! Em outras palavras, a fonte parecia ter competência porque dizia de forma analítica e fundamentada.

Alimentando a suposta credibilidade, a fonte alinhavou argumentos assemelhados ao que se verá mais adiante em outras reportagens, entrevistas e artigos publicados pelos jornais aqui analisados. E Artur Baptista ainda soube como dizer: no tom crítico que se verificará em algumas matérias e burilando com as visões, informações e expectativas da opinião pública⁷³.

Em outras palavras, para além dos erros de apuração e checagem admitidos pelo jornal, creio que o episódio ocorreu por causa do enquadramento, entendido como significado sedimentado que antecede a cobertura.

Quadros sociais de referência

A noção de enquadramento apropriada pela sociologia norte-americana do jornalismo, notadamente a linha evolutiva do chamado *agenda-setting*, serve para perceber padrões de apresentação e interpretação das notícias. Em poucas palavras, “enquadrar” quando nos referimos ao trabalho feito pela imprensa significa selecionar aspectos da realidade e torná-los mais evidentes em detrimento de outros.

A referida noção de enquadramento tem origem no pensamento de Erving Goffman. A ideia surge no livro *A representação do Eu na Vida Cotidiana* (original de 1959), que cita

⁷³ A respeito, o sociólogo Alberto Gonçalves escreveu no *Diário de Notícias* do dia 30 de dezembro de 2012: “O sucesso inicial e fulminante do sr. Baptista da Silva prende-se somente com a sua capacidade em reproduzir fielmente os disparates de maior sucesso no país durante os últimos dois ou três anos a saber: Portugal não tem nada de pagar a ninguém. Os alemães e a Europa em geral têm o dever de sustentar a nossa folia. A Troika é má e injusta. A austeridade não se justifica. ETC. Ou seja, o sr. Baptista da Silva diz o que a vasta maioria dos especialistas verdadeiramente encartados tem dito sempre que chamados a propósito”.

“quadros de referência”⁷⁴; e é aprofundada no livro *Frame Analysis* (original de 1974).

No segundo livro, que utiliza entre seus exemplos “*anedotas extraídas da imprensa*”, o sociólogo se propôs a isolar algumas estruturas básicas (*frameworks*) para estabelecer sentido aos eventos na sociedade. Ao manipular esses quadros de referência, Goffman desejava analisar eventuais vulnerabilidades e forças para a sua perpetuação.

Quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 2012: 34)⁷⁵

Os quadros servem como “esquemas primários”⁷⁶ de entendimento e classificação que orientam a percepção, inclusive a seleção de acontecimentos feita pelos jornalistas para contar uma história.

Apenas os acontecimentos extraordinários são notícia, e mesmo estes são submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que foram selecionadas. (Idem, 38)

O mecanismo do esquema primário, partilhado socialmente⁷⁷ (inclusive entre

74 No livro “A Representação do Eu na Vida Cotidiana”, Goffman explica que “o quadro de referência está em conformidade com questões dinâmicas, criadas pela necessidade de sustentar uma definição da situação que foi projetada diante de outras pessoas” (2009: 219).

75 No prefácio que Bennett M. Berger escreveu em 2005 para o livro sobre a *frame analysis* de Goffman explicou: “um quadro, nesse sentido, é apenas uma metáfora particularmente tangível para aquilo que outros sociólogos tentaram evocar por meio de palavras como ‘pano de fundo’, ‘cenário’, ‘contexto’, ou por uma expressão como ‘em termos de’. Tudo isso tenta comunicar que aquilo que está ocorrendo numa interação é governado por regras ou princípios em geral não declarados, estabelecidos mais ou menos implicitamente pela natureza de alguma entidade maior (...) A natureza de um quadro não é sempre inequívoca e mesmo quando o é, os participantes da interação podem ter interesse em ofuscá-lo, alterá-lo ou confundir-lo” (Idem, 18).

76 Segundo Goffman, “tendemos (...) a perceber os acontecimentos em termos de esquemas primários e o tipo de esquema que utilizamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento ao qual ele é aplicado” (Idem, 49). O sociólogo também assinalou que “em nossa sociedade ocidental, quando um indivíduo reconhece um determinado acontecimento, ele tende, seja qual for sua atividade, a envolver nesta resposta (e de fato a usar) um ou mais esquemas ou schemata de interpretação, de um tipo que podemos designar como primário (...) Um esquema primário é aquele que se pensa que converte em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação” (Idem 45).

77 *As perspectivas primárias, tanto naturais quanto sociais, acessíveis aos membros de uma sociedade como a nossa, afetam um número maior de pessoas do que apenas os participantes de uma atividade; os espectadores que se limitam a observar estão também profundamente envolvidos. Parece que dificilmente podemos olhar alguma coisa sem aplicar um esquema primário, tecendo assim conjecturas sobre o que ocorreu antes e expectativas sobre o que provavelmente vai acontecer agora”* (Idem 64-65).

jornalistas com as fontes, e os leitores) é gerador de “conforto” a quem toma conhecimento de um fato novo, pois aciona a compreensão original e estável do mundo (ou o “*esquema dos esquemas*”), favorecendo um certo conservadorismo das percepções e opiniões.

Quando ocorre um acontecimento surpreendente, os indivíduos em nossa sociedade esperam que se descubra logo uma explicação 'simples' ou 'natural', uma explicação que esclareça o mistério e os devolva ao âmbito das forças e agentes com os quais estão habituados e a linha divisória que normalmente traçam entre fenômenos naturais e ações guiadas. Certamente os indivíduos mostram considerável resistência a modificar seu esquema de esquemas (Idem, 53)

Dizendo de outra forma, os esquemas primários alimentam “*expectativas normativas*” sobre os fatos e sobre as fontes que o repórter entrevistará para fazer sua matéria. Imputamos (às vezes por “*retrospecto potencial*”) qualidades (e estigmas) às fontes que buscamos.

Esse mecanismo (que tende à estabilidade dos fatos noticiados) é fundamental para a reprodução simbólica da situação social e vai garantir aos repórteres e seus leitores o “*reconhecimento cognitivo*” reafirmado a cada matéria.

Um aspecto interessante assinalado por Goffman é que os esquemas primários enquadram o que é real e assim “transformam” os acontecimentos de acordo com as disposições assimiladas. Nesse sentido, o enquadramento antecede os fatos; e as notícias novas que emergirão estarão sempre numa zona de conforto familiar, estável e segura, do conhecimento prévio e da opinião já formulada pelos leitores.

O real ou o que está acontecendo efetivamente assemelha-se bastante a uma mistura que contém acontecimentos percebidos dentro de uma perspectiva primária e também acontecimentos transformados, quando estes são identificados em termos do seu status enquanto transformações. E a isto deve-se acrescentar o real que é construído retrospectivamente – trazido a mente devido a nossa maneira de definir algo como não qualificado dessa maneira. (Idem, 75)

A perspectiva aqui é que o jornalismo, não independente dos interesses políticos e comerciais dos veículos de comunicação, lida com o real transformado em familiar para os leitores. Isso se dá pelos esquemas primários partilhados por quem produz a notícia – na divisão convencional do trabalho: o pauteiro que encomenda a matéria e prevê fontes; o

repórter que apura a informação, seleciona aspas, contextualiza, recolhe dados e redige a matéria; o editor que corrige, reescreve e publica o texto; o articulista e o editorialista que depois comentam e repercutem os fatos.

Além dos que compartilham as páginas, se não mais o espaço físico e os recursos das redações dos jornais, ainda estão ativamente envolvidos na produção da notícia e na transformação do real (de forma indireta) as fontes de informação e as suas assessorias de imprensa, comunicação e imagem. Várias matérias têm como origem a iniciativa das fontes e de seus assessores que procuram jornalistas, realizam eventos, distribuem *press-releases*, promovem entrevistas coletivas, e assim preparam fatos que correspondem aos enquadramentos prévios.

Vale ressaltar que as fontes de informação dos jornalistas são legitimadas socialmente ou, como diria Pierre Bourdieu, são detentoras de *capital simbólico* (conversão etérea das formas de capital político, econômico, social, intelectual ou cultural; conforme a pauta⁷⁸), que assegura uma credibilidade prévia (e até institucional), útil para atestar a veracidade da informação, e assim assegurar manutenção dos quadros de referência primários⁷⁹.

Em outras palavras, merece ser lido, ouvido e visto quem ostenta seus marcadores de distinção e competência (não alheios aos privilégios de classe). O jornalista tem que fazer sua matéria apurando informações com fontes que tenham capital simbólico patrimonializado em boa formação acadêmica, conhecimento e títulos acumulados, mais experiência em trabalhos, participação em tomadas de decisão, prestígio entre seus pares e posição de autoridade⁸⁰.

78 Capital para Pierre Bourdieu não diz respeito apenas à posse material (capital econômico), mas também às relações sociais (capital social), o poder (capital político), à capacidade de produzir conhecimento (capital intelectual) ou contemplar um objeto de arte (capital cultural). As diferentes formas simbólicas de capital das fontes apreciadas pelos jornalistas e pelos leitores representam a quantidade disponível ou acumulada pela fonte conforme sua origem social, socialização, escolaridade e conhecimento, formação do gosto, luta por poder e riqueza.

79 Ainda que seja sabido que jornalistas e fontes cultivam um relacionamento recíproco e que parte dessa relação resulte nas informações e aspas lidas nos jornais, convém reparar que, além do que vem a público ou aos olhos da “plateia”, há relações entre esses interlocutores na “região dos fundos” como escreveu Goffman ou dos “bastidores da notícia” como diz o jargão dos jornalistas. “*O acesso a estas regiões é vigiado, a fim de evitar que o auditório veja os bastidores e para impedir que estranhos participem de uma representação que não lhes é endereçada.*” (GOFFMAN, 2009: 218)

80 Assim como Bourdieu assinalou em *A Distinção* (2008) que os olhos e ouvidos para a fruição estética são produtos da história reproduzidos pela educação, os sentidos dos jornalistas também não são alheios ao seu tempo estão mobilizados para aqueles que possuem privilégio de classe e ocupam as posições

A escolha da fonte depende especialmente do discurso competente⁸¹ que é calcado no capital escolar e também no capital social.

Para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder às questões políticas, não basta levar em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, até mesmo de produzi-lo, que é garantida pelo diploma escolar; convém fazer intervir, também, o sentimento – autorizado e incentivado do ponto de vista social - de ter bons motivos para dedicar-se à política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas, implementando uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente políticos, em vez de responder pontualmente a partir de princípios éticos. (BOURDIEU, 2008: 383)

A compreensão da fonte, por sua vez, depende do que os jornalistas, primeiro, e os leitores, depois, disponham de esquemas de conhecimento prévio, alguns obtidos por meio da formação escolar e também acessíveis pela sua posição de classe. A compreensão do noticiário é como o gosto, relaciona-se com o *habitus* do leitor⁸².

*De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estritamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas. (Idem, 13; grifo original)*

Assim, o outro vértice da quase-interação mediada é o público, que, conforme salientamos anteriormente, partilha dos esquemas primários dos jornalistas e das fontes de informação. De acordo com Goffman (2009), o “terceiro elemento da correlação”, a

estratégicas em seus respectivos espaços sociais de atuação.

81 “A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito” (Idem: 383) “A competência política no sentido de capacidade socialmente reconhecida é uma das aptidões que só se detém na medida que se tem o direito ou o dever de detê-las” (Idem: 384).

82 A respeito da relação gosto e *habitus*, veja COSTA, G. Memória Musical: a hipótese da mediação subjetiva na formação do gosto – Brasília, UnB/Faculdade de Comunicação, 2000 – dissertação de mestrado (mimeo)

“plateia” ou os “observadores” em uma situação de interação social utilizam a “*experiência passada*” e aplicam de princípio “*esteriótipos não comprovados*” ao lidar com interlocutores desconhecidos. Se já conhecem o indivíduo ou estão informados a respeito sabem se é crível e se podem confiar nas informações que dispõem para prever o comportamento.

Interação

De um ponto de vista neofuncionalista, Niklas Luhmann, no texto *A Opinião Pública* (2009), também assinala a necessidade de haver acordos prévios sobre os assuntos que as pessoas vão tratar para se estabelecer uma comunicação. Os temas chamam a atenção dos interlocutores que se interessam por aquele assunto e limitam a discricionariedade do que é possível conversar.

Eles [os temas] tornam possível a referência comum a um significado idêntico e impedem que as pessoas falem sem se entenderem. Uma comunicação não pode ter início sem a existência de possíveis objetos comuns de comunicação, e estes acordos prévios consolidam-se no curso da comunicação, tornando-se limites mais ou menos estáveis do sistema (...) A comunicação pressupõe, por conseguinte, além da linguagem comum, dois outros planos de fixação do significado: a escolha de um tema e a articulação das opiniões relativas a esse tema. (168)

Se a escolha do tema permite o diálogo, mas exige acordo prévio, a interação pode ser conservadora nas visões de mundo: há assuntos que podemos falar e devemos ter opinião e outros, não; o que por si favorece a manutenção social. “*Aquilo que se designa por opinião pública parece residir no domínio desses temas da comunicação*” (Idem, 167).

Essa tendência é ainda mais poderosa no caso da imprensa e das situações de quase-interação mediada. Quando há uma “*unilateralidade tecnicamente provocada*”, como acontece no caso da comunicação de massa, que em vez de veicular um “*amálgama de tema resultante de interações*”, os jornais escrevem para a opinião pública, sem capacidade de resposta dialógica.

Para voltar às ideias interacionistas, convém salientar que Erving Goffman, assim como outros autores, não lidava explicitamente com quase-interações mediadas, como a leitura de jornal; mas com situações de interação *face a face* decorrentes da probabilidade

dos indivíduos estarem *socialmente situados*.

Em “*linhas gerais*”, as situações de interação foram definidas como “*a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando da presença física imediata*” (GOFFMAN, 2009: 23)⁸³. A interação, “*num sentido estrito*”, é aquilo que “*surge unicamente em situações sociais, isto é, em ambientes nos quais dois indivíduos, ou mais, estão fisicamente em presença da resposta de um e do outro*” (Idem, 1999: 195).

Apesar de pressupor conceitualmente a presença física, o sociólogo admitiu no discurso que preparou para a posse na Associação Americana de Sociologia (1982) que a interação social poderia até ser mediada e feita por contatos a distância. “*Pode supor-se que o telefone e o correio oferecem versões reduzidas da situação real primordial*” (Ibidem, ibidem)⁸⁴; escreveu Goffman antes de considerar que fazem parte do mesmo contato “*todas as imagens e intercâmbios que tiveram durante tal situação*” (Ibidem, 207).

Nas situações de quase-interação mediada também há distribuição de imagens, e Goffman sabia disso. Em mais de um texto seu há apontamentos relativos à comunicação de massa e à formação de quadros de referência; tais como o livro sobre o estigma (escrito 1981) e o artigo sobre a ritualização da feminilidade (escrito em 1976); além do já referido *Frame Analysis*.

A microssociologia do autor, no entanto, não se refere exaustivamente às relações sociais em condições físicas mais amplas como as existentes nas interações entre jornalistas (com fontes) e leitores⁸⁵. A despeito disso, creio que a compreensão de Goffman sobre a interação social tem deixas que permitem a extrapolação para além da situação face a face e fisicamente presencial⁸⁶.

83 Para Goffman, “*Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros*” (Idem, idem).

84 Conforme Goffman, contato é “*toda a ocasião em que um indivíduo está ao alcance da resposta de um outro, quer seja pela co-presença física, por ligação telefônica ou por troca de correspondência*” (Idem, 1999:207).

85 “*...Não penso que seja possível aprender o que quer que seja sobre o estado do mercado dos bens de consumo, os diferentes valores imobiliários de uma cidade, ou os modos de sucessão étnica nas administrações municipais, ou a estrutura do sistema de parentesco ou ainda as mudanças fonolinguísticas dos dialetos de uma comunidade, através da extrapolação ou agregação dos encontros sociais com as pessoas que estariam implicadas nestes domínios*” (Idem, 213).

86 Mais de uma vez, o sociólogo assinalou que os interlocutores ativam categorias sociais aprendidas anteriormente para as suas interações. “*As regras culturais regulam o modo como os indivíduos se devem conduzir em virtude da sua presença num agrupamento. Quando são respeitadas, estas regras organizam socialmente o comportamento dos que estão envolvidos na situação*” (GOFFMAN, 1999: 151). “*...Podemos sempre esperar que a situação social tenha alguma influência*” (Idem: 196). Consta da “*experiência anterior*” dos interlocutores “*muitos fatos decisivos [que] estão além do tempo e do lugar da*

Para isso, me afianço no que assinalam Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a realidade cotidiana que não se esgota nas “*presenças imediatas*”, e cuja a percepção depende de “*esquemas tipificadores*” intersubjetivos e partilhados socialmente⁸⁷.

Esses esquemas recíprocos permitem as interações frente a frente (“*aqui e agora*”) e a comunicação a distância. Na interação imediata percebemos a olho nu “*um máximo de sintomas*” dos nossos interlocutores. Nos jornais, as referências são mais abstratas e os sintomas podem ser lidos no conteúdo impresso em expressões-chave ou nas qualificações atribuídas às situações reportadas e às pessoas envolvidas.

A realidade social da vida cotidiana é portanto apreendida num conjunto contínuo de tipificações que, de modo progressivo, se vão tornando anônimas à medida que se distanciam do 'aqui e agora' da situação frente a frente. Num polo contínuo estão aqueles com os quais, com frequência e intensidade, entre em ação recíproca em situações frente a frente: o meu 'círculo interior', por assim dizer. No outro polo estão abstrações, anônimas por completo, que pela sua própria natureza nunca se poderão encontrar numa interação frente a frente. A estrutura social é o somatório dessas tipificações e dos recorrentes padrões de interação estabelecidos pelo seu intermédio. Enquanto tal, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana. (Idem, 44)

Conceito ampliado de enquadramento

O primeiro autor a extrapolar a *frame analysis* de Goffmann para uma análise dos quadros criados pela imprensa é Robert M. Entman, da Universidade de George Washington. Segundo o acadêmico, enquadrar significa dar saliência a alguns aspectos dos fatos reportados e assinalar quais são os problemas, as causas eventuais, e os agentes responsáveis ou competentes que merecem atenção da opinião pública e das autoridades⁸⁸.

Enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebido e torná-lo mais saliente num texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação casual, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento

interação, ou dissimulados nela” (GOFFMAN, 2009: 12).

87 “*A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais apreendemos os outros e 'lidamos' com eles nos encontros frente a frente*” (BERGER, e LUCKMANN, 1999: 42). “*Os esquemas tipificadores que entram nas situações frente a frente são, como é natural, recíprocos*” (Idem, 43).

88 O conceito de enquadramento foi diretamente utilizado pela teoria do jornalismo para indicar “*padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira*” (GITLIN, 1980 apud PORTO, 2004: 80).

para o item descrito. (ENTMAN apud McCOMBS, 2009: 137)

O enquadramento é uma pista de interpretação que se faz em consonância com valores sociais e em reforço aos traços culturais compartilhados por emissores (jornalistas com as fontes) e receptores (leitores). O enfoque dado a alguns aspectos das notícias atribui importância a fatos ou ideias; e ativam concepções das audiências no sentido de perceber e julgar de um modo específico.

We can define framing as the process of culling a few elements of perceived reality and assembling a narrative that highlights connections among them to promote a particular interpretation. Fully developed frames typically perform four functions: problem definition, causal analysis, moral judgment, and remedy promotion (...) That is, frames introduce or raise the salience or apparent importance of certain ideas, activating schemas that encourage target audiences to think, feel, and decide in a particular way. (ENTMAN, 2007: 164)

As definições de enquadramento⁸⁹ compõem a segunda geração do *agenda-setting*, que há 45 anos contribui para a visão mais sofisticada sobre a influência do jornalismo sobre os leitores. Segundo esse paradigma, a imprensa é extremamente bem-sucedida em apontar os assuntos sobre os quais as pessoas se interessam e debatem, não necessariamente determinando o que as pessoas devem pensar e dizer.

Creio que a noção do enquadramento acrescenta ao *agenda-setting* a percepção de que a imprensa pode sim exercer influência sobre o que as pessoas pensam; mas concebe isso sem cair na visão mecânica de mera manipulação ideológica. As mensagens são mais eficientes se estão de acordo com o que pensam os leitores⁹⁰.

A noção de enquadramento pressupõe uma base compartilhada de valores entre quem produz e quem consome notícia – a “*schemata*”, como diriam Goffman e Entman, dos meios e da audiência. Além disso, a noção de enquadramento não descarta a autonomia da audiência, a polissemia de significados e o ideal do equilíbrio da informação entre o dominante e o não hegemônico. No repertório da imprensa, quero crer, estão abertas arestas para o contraditório⁹¹.

⁸⁹ Segundo José Luís Garcia, enquadrar para o jornalismo significa “*excluir, integrar e hierarquizar, assim como narrar, comentar e neste sentido, participar nos acontecimentos publicitados ou produzidos*”. De acordo com o autor, os enquadramentos “*são práticas cotidianas e recursos estratégicos dos jornalistas numa cena pública fortemente configurada pelos meios de comunicação social*” (2009b: 87).

⁹⁰ Desde a década de 1940, a *communication research* especula sobre a exposição seletiva da audiência (WOLF, 1987: 31).

⁹¹ Ainda que imprensa e público tenha uma base de valores compartilhada, os quadros extraídos dos jornais podem não coincidir com as convicções dos leitores. A passagem da agenda da imprensa é mais forte quando

Em vez de conceber o enquadramento como uma inclinação única e invariável, que se assemelha à manipulação da realidade e à distorção grosseira da informação, Entman considera que a realidade não é trivial e, portanto, está suscetível a mais de uma forma de apreensão.

As political communication research demonstrates, indisputable facts play only a partial role in shaping the framing words and images that flow into an audience's consciousness (Idem, 166).

Para perceber o engenho dos enquadramentos, Entman indica que se proceda a análise de conteúdo das matérias, e que vá além de considerar se a notícia é positiva ou negativa para determinado interesse ou ponto de vista. Ele sugere que a pesquisa identifique e busque os elementos mais salientes como palavras-chave, estoque de frases, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que reforcem abordagens e determinados julgamentos (ENTMAN, 1993: 52).

A proposta aqui é fazer análise de conteúdo e tentar descobrir os “*contextos envolventes*” (PAIS, 2009) e os enquadramentos recorrentes dos pontos de vista hegemônicos que podem gerar algum efeito na percepção da realidade. Esses enquadramentos chamam atenção e descrevem aspectos particulares, omitem ou tiram atenção de outros aspectos (VIMEIRO, 2010).

Enquadramentos e modelos cognitivos compartilhados

Para James Carey (*apud* KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) “*talvez (...) o jornalismo simplesmente signifique ampliar e levar adiante as conversas das pessoas*”. A meu ver, jornalistas e leitores mobilizam, em texto, um repertório comum de enquadramentos consagrados; ou, para usar termos de José Machado Pais (Idem), “*deitam mão de significados preestabelecidos*”, pois compartilham “*representações sociais, significados ou regras de comportamento*”. A origem desse repertório está no processo de socialização ao qual a maioria das pessoas está sujeita.

A partir do “*conhecimento prévio do mundo*”, conforme salienta Teun van Dijk (2005), jornalistas apuram e escrevem a notícia que, por sua vez, alimenta e reconfirma os enquadramentos. A atualização perene faz do jornalismo uma das

há correspondência dos temas dos jornalistas às predisposições dos leitores, explica João Pisarra Esteves (2012).

fontes de conhecimento para o dia a dia⁹².

O conhecimento de senso comum é acionado na produção e na compreensão da notícia. Segundo Dijk, temos “*certo conhecimento geral*” sobre os temas noticiados, e tanto os “*atores da notícia*” (jornalistas), quanto os seus leitores usam uma “*base partilhada*”⁹³ de “*modelos mentais*”⁹⁴ que ajudam a contar, explicar e fazer perceber um fato.

Conforme esse autor, há um “*script*” para ser notícia e para se entender a notícia. A consequência desse fenômeno é que a notícia, mesmo quando de um fato inesperado, vai se basear e reforçar conhecimentos prévios – assim como valores e sentimentos.

Exemplificando, quando vemos uma matéria sobre reforma tributária em um jornal brasileiro, provavelmente, encontraremos referências à elevada carga tributária, ao sistema confuso de normas federais, estaduais e municipais, à “guerra fiscal” das unidades da Federação e à dinâmica dos impostos brasileiros que diminuem a competitividade da economia (o chamado “custo Brasil”).

Como é de praxe, na matéria o repórter deve ter utilizado dados oficiais de arrecadação e do “impostômetro” da Associação Comercial de São Paulo; deve ter ouvido uma fonte do governo (na defesa do sistema), um empresário (protestando em evento que patrocina) e um tributarista (ponderando razões e acusando as incoerências da legislação). Os dados e aspas citadas nas reportagens correspondem às expectativas dos leitores e alimentam o conhecimento remontando modelos mentais já construídos e compartilhados⁹⁵.

92 Desde o começo do século 20, os pensadores americanos (e jornalistas) Walter Lippmann e Robert Park desenvolvem raciocínios de que o jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade - realidade que na modernidade ampliou a percepção para além da interação imediata e passou a incluir o que está fora do nosso campo de visão (THOMPSON, 2001). A notícia é a principal forma de conhecimento do que é remoto para o senso comum. Como destaca Maxwell McCombs, um dos pais da teoria do agenda-setting, a realidade é de “segunda mão” e, em boa parte, “é estruturada pelos relatos dos jornalistas” (2009: 17).

93 O autor holandês define expressão como algo que é “compartilhado pela maioria ou por todos os membros aptos de uma cultura inteira, exceto crianças ou estrangeiros que ainda precisam adquirir tal conhecimento. Este tipo de conhecimento é tão difundido e já faz parte do que é geralmente chamado de ‘senso comum’, de forma que é geralmente pressuposto ou lembrado no discurso público. Os membros de uma cultura adquirem esse conhecimento por meio de discursos socializantes no lar ou na escola, e mais tarde em maior escala pela mídia” (2005: 21).

94 As notícias são forjados em modelos mentais também acionados na leitura. “Notícias geralmente tratam de eventos específicos e interpretar tais eventos significa construir modelos mentais para eles”, diz van Dijk (2005: 22).

95 Esses esforço jornalístico habitualmente deixa de mostrar que a carga tributária no Brasil, por causa dos impostos indiretos no consumo, pesa proporcionalmente mais para as pessoas de baixa renda do que para a classe média ou para os empresários que repassam taxas e impostos para o preço dos produtos. A respeito veja: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-26/regressividade-da-tributacao-faz-com-que->

Creio que as ideias de modelo mental, *script* e base compartilhada, assinalados por Dijk, guardam relação com os conceitos de enquadramento vistos por Goffman e Entman; e ajudam a entender porque as notícias são conservadoras no sentido de fazer a manutenção de conhecimentos prévios, de identificar problemas sabidos, tratar de soluções já propostas, e de reeleger as fontes competentes para dizer o que é a realidade.

Segundo escreveu Teun A. Van Dijk no livro *La noticia como discurso* (1990), a rotina de produção de informações favorece a reprodução social quando elege assuntos para tratar, nomeia fontes para falar e escolhe dados para citar. Para o autor, há consequências cognitivas, ideológicas e políticas nas opções.

Las rutinas de la producción periodística, de esta manera, reproducen la estructura social mediante su especial selección y atención respecto de las organizaciones, las instituciones y las personas que cumplen con estos requisitos. Esto explica parte del especial interés por las élites política y social, los países mas fuertes o las organizaciones importantes. El encubrimiento social y el poder de los actores destacados y sus acontecimientos son reproducidos y confirmados por la prensa. Estas limitaciones sociales tienen antecedentes y consecuencias cognitivos. Esta atención especial y repetida por personas, grupos y países destacados también lleva al periodista a elaborar modelos y marcos en los que estas élites son actores dominantes. Es decir, los periodistas internalizan en cuadro social resultante de las limitaciones sociales y profesionales en la escritura de noticias. (DIJK, 1990: 175)

De acordo com Teun van Dijk, as escolhas estão prescritas na opinião pública⁹⁶. Na quase-interação mediada entre jornalistas (com as fontes) e o público – ou seja, os leitores, estão presentes indireta e implicitamente na notícia⁹⁷. Segundo o autor, os jornalistas escrevem tendo em perspectiva as expectativas dos seus leitores.

Por lo general, los periodistas tienen en cuenta lo que ellos presuponen que el lector medio comprenderá, y esta presuposición influye en sus estilos. Aun así, esta

[os-mais-pobres-paguem-mais-impostos-diz-ipea](#); acessado em 6/8/2014 (9h21).

⁹⁶ “Las informaciones periodísticas deben prescribir necesariamente las opiniones concretas de los lectores. Más bien son la forma principal del discurso público que proporciona la proyección general de modelos sociales, políticos, culturales y económicos de los acontecimientos sociales, así como el conocimiento omnipresente dominante y las estructuras conductuales que convierten en inteligibles a estos modelos” (DIJK, 1990: 259).

⁹⁷ “...La noticia es más persuasiva si representa sucesos que se adecuan a nuestros modelos sin ser completamente predecibles” (Idem: 127).

retroalimentación raramente es directa. Los constructores de noticias escriben de acuerdo con sus creencias intuitivas acerca de los lectores de clase media. (Idem: 115)

Isso significa que boa parte da informação veiculada pressupõe e reforça o conhecimento dos leitores a respeito do contexto, das instituições citadas e das fontes ouvidas⁹⁸. Além das referências, há compartilhamento de pontos de vista⁹⁹. O discurso periodístico “*debe expresar las proposiciones que pueden añadirse coherentemente a los modelos que los lectores ya tienen del mundo...*” (Idem: 127).

Na redação do texto, os jornalistas fazem uso de “*dispositivos estratégicos*” (como fontes, citações e cifras), calcados nas regras do método jornalístico, que evidenciam os modelos cognitivos dos leitores e os correspondentes enquadramentos da notícia.

Estos dispositivos incluyen el uso destacable de las cifras; un uso selectivo de las fuentes; modificaciones específicas en las relaciones de relevancia (las proporsiones incompatibles aparecen al final o son completamente ignoradas); las perspectivas ideológicamente coherentes en la descripción de los sucesos; los usos seletivos de personas e instituciones fiables, oficales, bien conocidas y creíbles; la descripción de detalles cercanos, concretos; la cita de testigos oculares o participantes directos; y la referencia o apelación a las emociones. (Idem: 138)

Valores-notícia e as regras do método jornalístico

O enquadramento resulta em uma cobertura jornalística conservadora da realidade e que, como diria o pioneiro na sociologia do jornalismo Robert Park, marca as “*distâncias sociais*”. A notícia é lida por poucos que efetivamente formam a opinião pública e sob o interesse de pouquíssimos que mantêm a hegemonia no poder ou no mercado.

Para ele, “*a extensão na qual a notícia circula, dentro de uma unidade política ou sociedade política, determina a extensão da participação dos membros de tal sociedade*” (PARK, 2008: 61).

O pensador, que se interessava pela inclusão dos grupos minoritários como os migrantes nas cidades americanas no começo do século passado, relacionava a distância social com o interesse pela notícia e participação na formação da opinião pública.

98 “*Una considerable cantidad de conocimiento generalmente compartido, creencias, normas y valores, debe ser presupuesto.*” (Idem: 113)

99 “*Los modelos cognitivos y sus esquemas sociales subyacentes, actitudes e ideologías parecen desempeñar un rol crucial en la aplicación de estos valores a la producción y a los usos del discurso periodístico.*” (Idem: 181)

Park utiliza aqui a noção de distância social no sentido da importância, proximidade e interesse informativo de uns fatos para determinadas pessoas, e alude também a capacidade de reação dessas pessoas frente aos acontecimentos que se transmite por meio das notícias. (CONDE, 2000: 110)¹⁰⁰

As distâncias sociais são reforçadas pelos efeitos cognitivos dos enquadramentos e modelos compartilhados com os leitores. Ao decidir o que deve ou não entrar em pauta, quem são as fontes de informação, o que deve dizer e como a matéria pode ser tratada, os jornalistas ajudam, com uma forma peculiar de reprodução simbólica, a girar a roda que perpetua as tais distâncias na sociedade.

Não interessa aqui, em princípio, analisar a manipulação aberta de opiniões atribuída no senso comum à imprensa (eventuais fatos grosseiramente distorcidos, etc). Creio que a contribuição dos meios de comunicação para a reprodução social não é uma mera atitude tão voluntariosa e politicamente deliberada, intencional ou combinada entre as redações.

A meu ver, não existe, na maioria das vezes, decisão elaborada e de má fé de omitir pessoas e assuntos em torno de aspectos importantes da realidade. Em outras palavras, indo além desse maquiavelismo principiante, se a imprensa “esconde” algo da opinião pública, faz isso “mostrando” outros aspectos selecionados, segundo os critérios racionais do trabalho jornalístico em atenção às expectativas do público.

Trata-se de um manual de redação não escrito mas respeitado nas decisões cotidianas de cada veículo, chamada por Erving Goffman como “*violência editorial*”¹⁰¹, de

100 Conforme Park, a comunicação (inclusive mediatizada) é o aspecto central da sociedade moderna; e a opinião pública é uma forma de controle social como são as tradições, costumes, cerimoniais, mitos, crenças políticas e religiosas, dogmas, credos e leis. Ser uma forma de controle não quer dizer que seja imposta. Park é um dos primeiros interacionistas da Escola de Chicago e entende que o estabelecimento da opinião pública começa nas mediações dos indivíduos, provocada pela notícia que anima a conversa, gera debate e produz consenso. “*A primeira reação típica de um indivíduo à notícia é provavelmente o desejo de repeti-la para alguém. Isso cria a conversação, provoca maiores comentários e talvez comece uma discussão. Mas a única coisa é que, uma vez iniciada a discussão, o evento logo deixa de ser notícia, e quando as interpretações de um evento diferem, as discussões se voltam da notícia para as questões que levanta. O conflito de opiniões e sentimentos que a discussão inevitavelmente suscita geralmente acaba numa espécie de consenso ou opinião coletiva – que nós chamamos de opinião pública. ‘E na interpretação de eventos presentes na notícia, que a opinião pública se apoia’*” (PARK 2008, 60-61).

101 “*Apenas os acontecimentos extraordinários são notícia, e mesmo estes são submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que forem selecionadas*” (GOFFMAN, 2012: 38).

caráter racional e consensual, baseada nos valores que estabelecem o que é notícia, quais assuntos são importantes e quem deve ser ouvido sobre determinados temas.

Conforme mostra a literatura sobre as teorias do jornalismo, esses processos de influência são mais sutis¹⁰², de longo prazo e não são indiferentes ao “*universo simbólico*” da sociedade¹⁰³. A construção da realidade é resultado de todo o processo de produção da notícia em várias fases da divisão desse trabalho.

Como indica a hipótese sociológica do *newsmaking*, critérios de relevância são as normas de conduta dos jornalistas - ou as regras do método jornalístico; presentes em toda a produção da informação. Essas normas são compartilhados na redação nas etapas de seleção dos fatos, na apuração das informações e na apresentação da notícia.

Aparentemente, os critérios são técnicos e estão legitimados racionalmente, conforme o conteúdo (fontes de informação, impacto da notícia, número de pessoas envolvidas, possibilidade de evolução e desdobramento do fato); o produto informativo (equilíbrio do noticiário, disponibilidade material e logística da cobertura, atualidade e qualidade da história, procura pelo insólito, pelo espetacular e pelo desvio da normalidade); o meio de comunicação (qualidade física do material, brevidade, frequência e periodicidade do veículo); o público (interesse, necessidade e capacidade de entendimento dos destinatários); a concorrência (busca da exclusividade, partilhamento de referências e expectativas recíprocas de cobertura)¹⁰⁴.

Mas esses valores-notícia, antes de serem categorias para a análise sociológica do *newsmaking*, são valores sociais que, ao orientar o trabalho de quem escreve para o público, realimenta convicções e sentimentos sobre o que merece ser tratado, como, e de quem devemos falar. Essas regras do método jornalístico, ao estabelecerem critérios para a produção de notícias, acabam por criar visibilidades e versões da vida cotidiana que auxiliam a manutenção do *status quo*¹⁰⁵.

102 Jessé Souza, no livro *Os batalhadores brasileiros* dá um exemplo de como as informações são apresentadas de uma forma escamoteadora mas não de manipulação aberta. “*Quando os grandes jornais conservadores do Brasil falam que o 'jovem' brasileiro entre 14 e 35 anos costuma morrer de arma de fogo, eles, na verdade, escondem e distorcem o principal: que 99% desses jovens são de uma única classe, a 'ralé' dos excluídos brasileiros. Quando se fala que a 'mulher brasileira' está ocupando espaços importantes e valorizados no mercado de trabalho, o que 'esquece' de dizer é que 99% dessas mulheres são de classe média e alta*” (2010: 22).

103 Conforme citado por PAIS (2009).

104 Ver Apêndice 1, elaborado a partir de HOHLFELDT (2001), TRAQUINA (2005); WOLF (1987).

105 “*Obedecer a uma regra é antes de tudo uma prática aprendida e não um conhecimento. A 'prática'*

O efeito desse mecanismo é, portanto, ideológico – afeta a formação das visões de mundo. Os jornalistas, ainda que criticando a realidade, estão sempre falando “dos mesmos assuntos” e ouvindo sempre “as mesmas pessoas”. Se a percepção está correta, parece ficar evidente que a “estrutura” social é tão ativa quanto a iniciativa ou “agência” individual do jornalista.

As convenções profissionais e a aplicação desses valores-notícia na produção do texto jornalístico são resultados de ponderações e negociações a cada caso, mas também de um processo previamente consensualizado que determina o que será publicado. É aí que se escolhe o que é notícia; quem e como merece ser mencionado; e quem deve ser ouvido na produção da matéria. Essas definições reiteradas a cada pauta perpetuam valores que estão muito além das redações dos jornais.

Na vida profissional e nas faculdades de jornalismo no Brasil é sempre dito (mas nem sempre discutido) o que é notícia e o que não é notícia¹⁰⁶. Essas definições (assumidas como quase científicas) são inescapáveis e foram embutidas pelos valores-notícia, teorizados e estudados nos bancos escolares e assimilados no enfrentamento prático de se escrever uma matéria.

Os valores-notícia incorporados por força do processo de socialização e ao longo da experiência tendem a perpetuar a sociedade como ela é.

...Los valores periodísticos reflejan los valores económicos, sociales e ideológicos em la reproducción del discurso de la sociedade a través de los medios de comunicación. (DIJK, 1990: 175)

Como já visto por Teun A. Van Dijk, os critérios de noticiabilidade são baseados na imagem que os jornalistas têm do público¹⁰⁷. Com essa visão consensual, pauteiros, chefes de

pode ser articulável, ou seja ela pode explicitar razões e explicações para o seu 'ser deste modo e não de qualquer outro' quando desafiada a isto, mas, na maior parte das vezes, esse pano de fundo inarticulado permanece implícito, comandando silenciosamente nossa atividade prática e abrangendo muito mais que a moldura das nossas representações conscientes.” (SOUZA, 2006: 78).

106 Como resumiu Otto Lara Resende na crônica “Mas é coisa nossa” (originalmente publicada na Folha de S. Paulo em 14/03/1992) “Hoje todo mundo sabe, na teoria e na prática, que o corriqueiro não é notícia. Aquele exemplo clássico que já está careca de tanto ser citado. Se um cão morde um homem, nada a noticiar. Se um homem morde um cão, está aí a matéria-prima. Cumpre apurar tudo direitinho. Se o homem foi vacinado contra a raiva. Se o cão estava quieto no seu canto, ou se partiu dele a provocação. Nome, idade, cor e sexo da vítima. Enfim, um prato cheio.” (RESENDE, 2006:45).

107 Isso explica o apelo em alguns casos ao que seja mais estridente e sensacionalista, cujo efeito é a estigmatização. “Longe de ajudar os habitantes desses subúrbios, a mídia contribui, paradoxalmente, para a sua estigmatização.” (CHAMPAGNE, 1999: 73).

reportagem, editores e repórteres decidem o enquadramento, e delimitam o que deve entrar no noticiário, o que pode ser explorado pela matéria, o tamanho máximo de linhas, a localização do texto, a escolha das palavras, foto, ilustração e o até cuidado com o autodidatismo...

Tudo isso leva à construção de notícias que favorecem a perpetuação de modelos cognitivos e à reprodução social. Conforme Dijk (Idem, 176 e 177), a informação e os argumentos são melhor compreendidos se dizem respeito a fatos com proximidade dos leitores; se os acontecimentos são abordados com base em informação pressuposta; e se a abordagem feita pelo jornalista está em consonância com as atitudes dos leitores; com o consenso ideológico da sociedade ou de determinada cultura¹⁰⁸.

O campo da opinião publicada

Apesar da lógica peculiar da produção da notícia e dessa atividade especializada corresponder a um espaço social que tem o centro nas redações, creio que as regras do método jornalístico não estão isoladas e nem foram calcadas à revelia da sociedade. Os critérios de apuração e de redação dos jornalistas reproduzem os conceitos compartilhados socialmente. São de senso comum, como disse Teun A. Van Dijk.

108 Como poderiam acrescentar Robert Merton e Paul Lazarsfeld, há uma tendência “latente” para o conservadorismo de conteúdo nessas decisões, seja para facilitar a compreensão, evitar temas dissonantes ou acompanhar a concorrência. Antes de outros motivos não declaráveis, a razão “manifesta” desse feito é que empresa jornalística disputa mercado e não quer perder leitores (e anunciantes) com a escolha de temas ou tratamento de assuntos que possam contestar os valores da opinião pública. Merton e Lazarsfeld criaram uma “teoria de médio alcance” que detecta as funções (e disfunções) manifestas e latentes dos meios de comunicação de massa. Segundo os autores, os *mass media* contribuem para a interação cultural e aumento de contato entre grupos sociais; prestam serviço e fornecem instrumentos para as tarefas cotidianas da sociedade. O jornalismo também tem a função crítica da moralização, ou em outras palavras, expor e denunciar práticas discordantes das normas sociais. A essa função de moralização liga-se uma função fundamental: atribuição de status. É a imprensa, mais do que qualquer outra instituição na sociedade contemporânea, que faz o reconhecimento de causas e iniciativas que merecem tratamento positivo e estão legitimadas perante a sociedade. Merton e Lazarsfeld assinalam duas disfunções: gerar conformismo social e gerar apatia (disfunção narcotizante). Para eles, a avalanche de informações pode servir para narcotizar o público em vez de estimulá-lo à reflexão crítica e ação política, uma vez que a maior parte do tempo é despendida em consumir informação, em saber dos problemas cotidianos, mas sem atuar sobre eles. “*O indivíduo limita-se a ler relatos de questões e problemas, chegando mesmo a discutir alternativas de ação. Este vínculo, no entanto, bem mais intelectualizado e muito mais remoto com a ação social organizada, não é estimulado. O cidadão interessado e bem informado pode congratular-se consigo mesmo em razão do seu elevado estágio de interesse e de informação, sendo para ele impossível perceber sua recusa de tomar decisões e agir.*” (MERTON e LAZARSELD, 1987: 241) Veja a respeito o capítulo sobre valores-notícia.

A forma do jornalista pensar não é alheia às visões de mundo existentes em determinada cultura. Repórteres fazem o seu trabalho mantendo contato frequente com pessoas de diversas áreas de atuação, que são suas fontes de informação. Os enquadramentos das notícias predominantes na grande imprensa dizem respeito às versões naturais¹⁰⁹ ou hegemônicas sobre a sociedade, e a sua publicação pode afetar toda a vida social.

Como salienta Gaye Tuchman, “*as notícias estão permanentemente a definir e a redefinir, a construir e reconstruir os fenômenos sociais*” (2009: 95). Por isso, não creio que é possível falar de um espaço social autônomo da produção da notícia ou de um “*campo do jornalismo*”, na expressão de Pierre Bourdieu – um “lugar” demarcável que viva apenas das suas regras internas de produção, idiosincrasias e peculiares de funcionamento.

Para Bourdieu, o campo do jornalismo tem como propriedade ser o polo da legitimação social e de influência sobre outros espaços sociais. A importância do campo está em sua capacidade de comando. Devemos conhecer o desenvolvimento e as condições de funcionamento desse espaço social para compreender a produção (e a recepção) de informações e mensagens.

A ideia da existência de um específico campo do jornalismo é alimentada no Brasil pela leitura do livro *Sobre a Televisão* (1997). A meu ver os apontamentos de Bourdieu, e a própria história do livro¹¹⁰, evidenciam a dificuldade de delimitar um espaço social restrito. As fronteiras do dito campo do jornalismo são em linha pontilhada e não em linha contínua bem marcada.

Essa linha é atravessada por via de mão dupla. É por meio desse espaço social poroso que o mercado, o poder e organizações sociais tentam estabelecer o agendamento da

109 “*A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum, porquanto se refere a um mundo que é comum a muitas pessoas. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que partilho com os outros nas rotinas normais, auto-evidentes na vida cotidiana*” (BERGER e LUCKMANN, 1999: 35)

110 Conforme Patrick Champagne (2007), *Sur la Télévision* “*é um pequeno livro com vocação militante destinado ao grande público e não uma publicação científica de difusão restrita*” (191); sobre o campo intelectual visível, especialmente, sobre “*a luta pela definição legítima do intelectual*” (201). O texto “*analisa os efeitos que a ação do campo jornalístico, e particularmente no interior deste campo, a televisão, exerce no campo intelectual*” (198). Na avaliação do discípulo de Bourdieu, o “*livrinho*” que “*não comportava nada de novo*” (185) foi lido pelos jornalistas como “*afrontamento*” e “*declaração de guerra*”; e fez do seu autor, a partir de então, um “*adversário dos media*”, sujeito a “*uma atitude cada vez mais hostil por parte de uma larga fracção do meio jornalístico*” (183), conforme críticas impressas no semanário *Le Nouvel Observateur*, e nos jornais *Libération*, *Le Monde*, *Le Figaro*; entre outros.

sociedade, em assuntos do noticiário político, econômico, internacional e do entretenimento (cultura e esporte). Os jornais são utilizados pelas fontes para legitimar política pública, atrair investimentos, promover empresas, abraçar causas, alavancar candidaturas, divulgar artistas, enaltecer intelectuais e render homenagens a jogadores de futebol, por exemplo.

A interação com as fontes é condição para narrar algumas versões sobre o processo político contemporâneo, o desempenho das economias, o funcionamento dos mercados financeiros, a geopolítica internacional, a boa ação da moda, a criação nas artes e na literatura e a última rodada do campeonato... Boa parte do que sai no jornal é acontecimento promovido e contado pelas fontes que a rigor não estariam no “campo do jornalismo”¹¹¹.

Desde Robert Park, se sabe que “*o que faz a notícia é o interesse da notícia*” (2009, 45) e que os atores de dentro e ou de fora do espaço social restrito do jornalismo compreendem estrategicamente que as notícias são “*o material que torna possível a ação política*” (Idem, 43).

Isso faz com que o jornalismo seja “*uma profissão sem isolamento*” (SHUDSON: 2010, 17) e esteja permanentemente relacionada ao mercado e às estruturas de poder. Para o argentino Carlos Alvarez Tejeiro, a relação é de dependência, se não de subserviência.

La institución se relaciona con la industria y el mercado a través de su dependencia del trabajo pagado, la tecnología y la necesidad de financiación.

Aunque carece de poder en si misma, la institución está invariablemente unida al poder del Estado a través de alguns de sus usos habituales y de mecanismos legales e ideas legitimadoras. (TEJEIRO, 1999: 57)

Valdria la pena completar la metáfora del 'cuarto poder' con la clara conciencia de que el poder de los medios es también, y sobre todo, el poder de servir. (Idem, 140)¹¹²

111 Além disso, o desenvolvimento material do espaço social do jornalismo guarda relação com o desenvolvimento tecnológico e segue à consolidação dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural em países como o Brasil e Portugal.

112 Ser servil pode fazer parte das estratégias de quem de fato atua além do seu espaço social específico. Para Christiana Martins, especialista em jornalismo econômico em Portugal, cita Howard Kurtz para salientar que “*no mundo dos negócios, os jornalistas financeiros são jogadores. Fazem as coisas acontecerem instantaneamente e o impacto destas atitudes é avaliado não através de votações subjetivas, mas pela forte alteração dos preços das mercadorias. Uma única estória negativa, verdadeira ou não, pode fazer cair o valor das ações de uma companhia em minutos. Uma notícia sobre uma eventual aquisição hostil faz imediatamente o valor das ações subir, acrescentando milhares de milhões de dólares aos acionistas da companhia*” (HOWARD KURTZ apud MARTINS, 2007: 23).

Em minha opinião, o que Pierre Bourdieu chamava de “*campo do jornalismo*” é justamente o espaço social da *opinião publicada*, mais amplo que o mundo das redações. O campo é de “produção ideológica”¹¹³ e não está isolado, mas em interface com todos os espaços sociais (político, econômico, diplomático, jurídico, artístico, esportivo, etc). O funcionamento do campo depende desse contato. A notícia existe porque há jornalistas e fontes de diversas áreas interagindo com informação que pode interessar os leitores. O trabalho dos jornalistas, o modo de fazer a notícia, repercute na opinião pública e na configuração social.

Assim, prefiro delimitar a pesquisa ao “campo da opinião publicada” para tratar das suas propriedades, entre elas o enquadramento das notícias.

Ao escolher essa expressão¹¹⁴ em vez do “campo do jornalismo”, lembro que Bourdieu escreveu que “*a opinião pública não existe*”. O sociólogo não se referia ao espaço social, mas às possibilidades de manipulação das pesquisas de opinião¹¹⁵.

Não há articulação constante, interesses permanentes, grau de envolvimento estável ou nível de participação regular em torno dos diversos assuntos abordados pela imprensa. As posições no campo da opinião publicada são diferenciáveis pela pauta e pelo momento que se articulam.

Existem três amplos níveis de envolvimento público em cada assunto, cada um deles com suas sutilezas próprias. Há um público envolvido, que tem um interesse pessoal no tema e um bom entendimento dele. Existe um público interessado, sem participação direta no assunto, mas que se sente afetado e responde com alguma experiência no tema. E há o público desinteressado, que dá pouca atenção ao assunto e poderá, no

113 De acordo com Pierre Bourdieu (2008), um campo da produção ideológica é um “*universo relativamente autônomo, em que se elaboram na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima; por outro lado agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classe e definidos por uma competência política específica em maior ou menor grau*” (grifos originais, 372).

114 O uso da expressão “opinião publicada” no lugar de “opinião pública” é concepção de Michel Maffesoli. No livro *Apocalipse: opinião pública e opinião publicada*, ele salienta que “*confundimos opinião pública com opinião publicada. A publicada é realmente uma opinião, mas pretende ser um saber; expertise ou até mesmo ciência, enquanto a pública tem consciência de sua fragilidade, sua versatilidade, logo sua humanidade*” (2010: 10, grifos originais).

115 “*Disse que por um lado haviam opiniões constituídas mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados; e por outro lado, disposições que, por definição, não constituem opinião.*” (BOURDIEU, 1981: 11)

futuro, conhecer melhor o tema, desde que outros já tenham aberto o caminho (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003: 47; grifos originais).

Vale frisar que o público envolvido não é só formado por jornalistas. José Luís Garcia lembra que:

O jornalismo é coagido à coabitação subordinada com a produção de uma parafernália de consumíveis midiáticos, promocionais e ainda de produtos degenerados de informação, desinformação e entretenimento. (2009: 42)

A atividade jornalística é condicionada pela ação, pelos valores e pela interdependência funcional com gestores, tecnólogos e profissionais do marketing, assim como pelo confronto com novas atividades e ocupações de intermediação simbólica. A qualidade da informação é tendencialmente definida por critérios relativos aos níveis de audiência e leitura, à correlação com os leitores, televidentes ou internautas, e ao impacto midiático, secundarizando-se a mediação profissional, o rigor e a contribuição para uma cultura democrática. O público deixa de ser considerado como cidadão para ser definido progressivamente como consumidor. (Idem, 42-43)

Propriedades do campo

Bourdieu assinalou os aspectos peculiares do jornalismo, “*uma economia de lógica específica*”, como a disputa pela audiência que dá prioridade à busca de novidade e à sofreguidão pela informação inédita e exclusiva. O efeito, potencializado infinitamente depois da internet, é fazer da velocidade e a da renovação constante de notícias práticas fundamentais do jornalismo.

O enorme e constante esforço dos jornalistas em colher novidade acarreta o risco do leitor estar em contato com uma sucessão de fatos descontínuos e sofrer uma espécie de amnésia sistemática. Um tipo de disfunção narcotizante, na qual o leitor não encontra o fio da meada, e não faz as ligações necessárias para entender a conjuntura e interpretar o mundo.

Essa dinâmica de produção da notícia é alimentada pelo pavor de “tomar um furo”, como dizem os jornalistas; o que os força, para usar a metáfora futebolística, a “jogar na retranca para não tomar gol” - uma espécie de vigilância constante e recíproca entre os

concorrentes¹¹⁶ que leva à restrição do repertório da cobertura midiática e à repetição de assuntos, “*dos quais não se pode deixar de falar*”, como assinalou Bourdieu (1997)¹¹⁷.

Em vez de trazer originalidade e diversidade na cobertura, a dinâmica da atividade e as regras do método jornalístico criam certa uniformidade nos enquadramentos das notícias, o que contribui para conservar os valores socialmente estabelecidos, visto que a reposição infundável de novidades e a repetição incontável de notícias são feitas pondo de lado o aprofundamento. Nesse nível raso ocorre o reforço dos modelos cognitivos do senso comum.

Por isso, creio que isolar a imprensa em um espaço social específico não me parece uma forma de compreensão pertinente porque seu funcionamento tem a ver com o conjunto da sociedade: as regras do método jornalístico dizem respeito a disposições internas, mas também a quadros de referência e visões de mundo extra-campo.

Assim como reafirma predominantemente o que a sociedade sabe, a imprensa reforça o que o senso comum não sabe. Há temas, informações e enquadramentos que não são elencados na cobertura jornalística. Em outras palavras, além dos assuntos que *não se pode deixar de falar*, ainda há os assuntos que *se pode deixar de falar*. Quais? Aqueles que não despertam interesse junto à opinião pública, não ganham audiência e, portanto, o produto notícia não tem leitura, e o veículo não consegue patrocínio.

Afora as notícias pouco vendáveis, há aqueles assuntos que não interessam à opinião pública hegemônica que sejam falados. São temas controversos do ponto de vista moral (notícia sobre suicídio, por exemplo) ou do ponto de vista político ou econômico, cuja exploração mais aprofundada pode dar evidência a contradições sociais (notícia sobre privilégios de classe ou concentração de renda, por exemplo). O efeito é deixar esses temas parcialmente na penumbra, sob luz esporádica, de forma episódica e factual.

116 Em entrevista, feita em 2008, para o livro *Nos bastidores dos telejornais RTP1, SIC e TVI*, de Adelino Gomes, o então diretor-adjunto do telejornal da SIC, Rodrigo Guedes de Carvalho, explicou como se opera na TV a vigilância mútua no campo. “*Assim, decidimos o que vamos dar numa espécie de adivinhação sobre o que os outros vão fazer. Tomamos a opção de que é melhor irmos todos para a mesma abertura ou termos alternativa se adivinharmos o que os outros vão escolher. Porque a alternativa é muito importante quando se está em concorrência direta por causa do zapping. O telejornal aqui é mais guerrilheiro, não se trata apenas da notícia pura e dura*” (2012: 307).

117 Conforme testemunho de Alberto Dines, a lógica do furo é antiga. “Na velha Última Hora, Samuel Wainer, encarregava Paulo Silveira de preparar, cada manhã, uma lista de assuntos em que o jornal havia sido furado. No Jornal do Brasil instituímos uma verificação comparativa diária, que tinha a vantagem de oferecer um quadro resumido de informações do dia, mas que, em última análise, era mesmo uma lista dos assuntos que não haviam sido por nós publicados” (1986: 95).

Invisibilidade ou cegueira

Para alguns analistas, a imprensa favorece a chamada “invisibilidade social” de algumas pessoas, categorias e classes. A investigação social já apontou a invisibilidade de setores da sociedade como moradores de rua, prostitutas, trabalhadores informais, imigrantes, empregados domésticos, mão de obra braçal, empreendedores individuais, famílias carentes, idosos, crianças e mulheres vítimas de violência, negros e índios¹¹⁸.

Por hábito, tais situações, ainda que agudas, têm interesse relativo entre os grupos dominantes. Pobres, excluídos ou estigmatizados não recebem olhar constante e reflexivo da sociedade; e não têm atenção resolutiva do Estado. Na prática, não são considerados portadores de direitos plenos ou sujeitos de seu destino, com capacidade de atuação política e de expressão das próprias condições. Não podem ser fontes de informação. Quando entram na notícia é para ser personagem, ilustrar a matéria e o texto ser mais atrativo¹¹⁹.

Essas pessoas não participam da construção da opinião pública, não ajudam a formar o juízo coletivo sobre si ou sobre a sociedade. Sua compreensão e testemunho a respeito de um acontecimento não são considerados rotineiramente pelos jornalistas. A meu ver, um dos mecanismos do que se chama supostamente de “invisibilidade” é a omissão ou o tratamento dispensado aos grupos vulneráveis socialmente¹²⁰.

Em sociedades economicamente muito desiguais, como a brasileira, ficam na penumbra “*gente das classes pobres*”; que acumula “*sofrimento político*”; e é sempre tratada de forma “*reificada*” e sob “*humilhação social*”, como descreve Fernando Braga da Costa, em sua pesquisa

118 Essas pessoas ocupam a base da pirâmide em sociedades marcadas, em níveis diferentes, pela desigualdade, como no caso do Brasil e Portugal. De acordo com análise em andamento no Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), o índice de Gini (que mede a desigualdade socioeconômica) no Brasil caiu de 0,596 em 2001 para 0,519 em janeiro de 2012 - o mesmo indicador agregado para o mundo todo caiu de 0,5448 para 0,52 no mesmo período (ver <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-03-13/diminuicao-da-desigualdade-no-brasil-espelha-mudancas-ocorridas-com-renda-em-todo-mundo-aponta-fgv>, acessado em 19.05.2011). A desigualdade em Portugal é em comparação com o Brasil bem menor: o coeficiente de Gini em Portugal no ano de 2008 foi 0,354. O país ibérico, no entanto, tem uma das economias mais desiguais da Europa. Entre 27 países da União Europeia, “*Portugal é o quarto país onde as diferenças de rendimento entre os quintis (...) são maiores: o rendimento auferido pelos 20% mais ricos é 6,1 vezes superior aos dos 20% mais pobres*” (CARMO, 2010: 7).

119 Um recurso que ajuda aos jornalistas a tornar a sua matéria mais atraente, mas que evidencia as distâncias entre quem pode explicar (fonte competente) e quem pode exemplificar.

120 O esquecimento da imprensa favorece a manutenção do *status quo* e o esvaziamento de qualquer possibilidade de protagonismo político entre os mais pobres. Quando repórteres e editores não abordam as incoerências da sociedade contribuem para a “cidadania pequena” e “pobreza política”, conforme indicado por DEMO, P. **Cidadania Pequena** – Campinas: Autores Associados, 2001; e _____. **Pobreza da Pobreza** – Petrópolis: Vozes, 2003.

sobre os lixeiros na Universidade de São Paulo, transformados, segundo ele, em “*homens invisíveis*” (2004)¹²¹.

Os homens invisíveis são pessoas com peso econômico mínimo e de baixa capacidade de organização política. Conforme Martine Xiberras, são “*marginais*”, pessoas percebidas e posteriormente despercebidas.

É, pois, possível definir o marginal como um ser percebido como colocando-se fora do sistema por causa de uma inadaptação qualquer: ele está nos confins, na periferia ou, em todo o caso, para lá da linha do horizonte, o que faz com que os normais tenham dificuldade em percebê-lo. (XIBERRAS, 1996: 148)

Para os organizadores do livro *Portugal Invisível*, há tipos de invisibilidade (social, codificada, sociológica)¹²² que recaem sobre alguns tipos humanos (idosos, clandestinos, segregados nas escolas, trabalhadores informais, empregados domésticos, prostitutas, vítimas de agressão na família ou de assédio moral no trabalho). “*A invisibilidade encontram-se frequentemente associadas várias formas e manifestações de violência exercida sobre os indivíduos*” (DORNELAS et alli, 2010: 2).

No meu entendimento, no entanto, essas pessoas marginalizadas, sob humilhação social, vítimas de violência simbólica ou real não são invisíveis para o Estado (para a polícia, especialmente) e nem para os olhos da sociedade e, muito menos, aos olhos dos jornalistas. Fatos ligados às suas condições precárias são notícia regularmente. Excluídos não são invisíveis, mas portadores de alguma forma de estigma, como diria Goffman.

São considerados pessoas pouco críveis de informação, não são fontes: não têm saber competente; não têm capacidade de articulação institucional; não são modelo de

121 “...Espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens. Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples (como varrer ruas, cortar mato retirar o barro que se acumula junto às guias), estar sujeito a repreensões mesmo sem motivo, transportar-se diariamente em cima de uma caçamba de camionetes ou caminhões em meio a ferramentas ou ao lixo são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. Tarefas nas quais pudemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e pelo servilismo. São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam condenados ao rebaixamento social e político” (COSTA, 2004: 57).

122 “...a invisibilidade social, entendo-a como abrangendo realidades sociais que não são visíveis para os cidadãos por razões diversas (...) como é o caso da condição social dos idosos; a invisibilidade codificada, aplicada a realidades que perspectivam uma visibilidade coletiva, mas uma invisibilidade individual, como é o caso do trabalho não declarado ou da prostituição; a invisibilidade sociológica, patente em realidades escassamente analisadas pelos sociólogos e pelos cientistas sociais em geral, quer por razões associadas à ausência das invisibilidades na agenda política de investigação, quer às dificuldades óbvias que os investigadores encontram para a sua análise” (DORNELAS et alli, 2010: 2).

comportamento; não são referência para a sociedade e nem para os jornalistas, não são fontes; e, de tão desarticulados politicamente, não são “classe em si” e nem “classe para si”.

A visibilidade é a base da informação. O estigma é visível. Invisíveis (ou, pelo menos, opacos até a mirada sociológica) são alguns dos mecanismos que levam ou mantêm alguém em situação de exclusão.

O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes que articulam como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis (SOUZA, 2003: 175).

Acredito que não falte informação (e juízo) da opinião pública e nem conhecimento dos jornalistas sobre pobreza, exclusão, desigualdade e os fenômenos conexos. O problema está, no entanto, na maneira como isso é abordado cotidianamente pela imprensa. Essas escolhas não são alheias à situação socioeconômica e à distribuição do poder político.

Elas ajudam na “*construção social da subcidadania*”, na suposta “*invisibilidade da desigualdade*” e na “*naturalização da ralé*”, conforme tem estudado o sociólogo Jessé Souza sobre a modernização periférica do Brasil (2003, 2006, 2009 e 2010).

Para Jessé Souza, explicar a desigualdade da cidadania brasileira e a marginalidade da “*ralé*” que perdura há tempos tem a ver com valores e instituições modernas, e exige que “*conheçamos a ‘hierarquia valorativa’ opaca e não percebida que guia todos os nossos comportamentos*” (2009: 333).

Quero crer que essa hierarquia valorativa também é veiculada nos meios de comunicação e pode ser evidenciada, por exemplo, na análise de conteúdo dos jornais como, por exemplo, no noticiário econômico ou no noticiário político.

Não podemos usar, portanto, o termo “*invisibilidade*” porque essa é uma propriedade do objeto ou sujeito não visto. O problema, no entanto, está no olhar de quem não percebe, não considera relevante o sujeito e a sua condição; ou tem isso como algo corriqueiro e natural e não o notícia. “*Antes que se possa falar de graus de visibilidade, deve-se especificar a capacidade decodificadora da audiência*”, lembra Goffman (2008: 61).

Parto da ideia que a capacidade codificadora dos veículos de comunicação é bastante restritiva. Construimos simbolicamente no nosso cotidiano, por meio da mídia especialmente, uma situação para as pessoas de *habitus* precário¹²³. Esses têm aparição afônica e mais diminuta nos meios de comunicação, o que reforça o círculo da vulnerabilidade social e sua cidadania relativa. Jornalistas preferem ouvir fontes “autorizadas”, “responsáveis”, “competentes”, “legítimas” e “conhecedoras da realidade”; dispositivos estratégicos como possuem ministros, economistas, acadêmicos, especialistas em políticas sociais, etc¹²⁴.

Nesse sentido, proponho a troca da metáfora da “invisibilidade social” por outra que seja mais ilustrativa do mecanismo simbólico de perpetuação das desigualdades socioeconômicas: a cegueira, para mantermos a analogia óptica... Imagino que o culto a determinadas fontes e a recorrência a alguns enquadramentos; e a procura de declarações para sustentar com aspas uma matéria favorecem esse mecanismo.

De acordo com George Lakoff e Mark Johnson, o poder da metáfora vai para além de conceitualizar uma realidade preexistente; é um poder para criar realidade. Temo que a metáfora da invisibilidade social em vez de denunciar a situação social contribui para sancionar que a realidade é de fato invisível, não evidente e, assim, sem solução avistável.

En la mayoría de los casos lo que importa no es la verdad o falsedad de una metáfora, sino las percepciones e inferencias que se siguen de ella, y las acciones que sanciona. Em todos los aspectos de la vida, no simplemente em la política o el amor, definimos nuestra realidad metafóricamente, y luego pasamos a actuar sobre la base de las metáforas. Extraemos inferencias, marcamos objetivos, adquirimos compromisos y ejecutamos planes, todo sobre la base de la manera em que estructuramos nuestra experiencia, consciente o inconscientemente,

123 Pessoas de *habitus* precário são aquelas que têm origem social e familiar pobre (materialmente falando), têm baixa escolaridade e, em razão disso, trabalham em atividades braçais e mal remuneradas (muitas vezes informais). Essas condições as expõem a riscos que agravam situação de exclusão. Para os jornalistas, as pessoas de *habitus* precário não são fonte de informação porque não ocupam nenhuma posição de credibilidade ou autoridade; além de serem “desprovidas de cultura” e “incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia” (CHAMPAGNE, 1999: 68).

124 “*Participantes ratificados*” como diria Erving Goffman (NUNES, 1993:41). Ao fazer escolhas por determinadas “figuras”, “posições” e “histórias” restringe-se o repertório de visões e ajuda-se a esvaziar a esfera pública como assinala Richard Sennett ao apontar o efeito ideológico da obsessão pelas personalidades no mundo moderno. “*Concebe-se a política como um domínio em que a personalidade será declarada firmemente. As pessoas se transformam em espectadores passivos de um personagem político que oferece suas intenções e seus sentimentos, mais que seus atos, para que elas o consumam*” (SENNETT, 2011:321), tradução minha, da edição em espanhol.

parcialmente por medio de metáforas (LAKOFF e JOHNSON, 2012: 200).

Conforme esses autores, “ninguna metáfora se puede entender, ni siquiera representar, adecuadamente independientemente de su fundamento em la experiencia” (Idem, 66). As representações simbólicas tem a ver com a nossa experiência física e cultural. No caso, usa-se a figuração “invisibilidade” que é uma propriedade do objeto; quando na verdade estamos falando da experiência sensorial (visão) ou da percepção social de quem (não) enxerga¹²⁵.

Diante dessas ponderações, faço opção por usar a ideia de cegueira branca (e não escura), como aquela descrita no romance *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago. O excesso de luz impede que enxerguemos o óbvio; e, assim, as sociedades continuam se reproduzindo como elas são.

Por que foi que cegamos. Não sei, Talvez um dia se chegue a conhecer a razão. Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem (SARAMAGO, 1995: 310)¹²⁶.

O conceito de cegueira é tratado em livro recentemente lançado no Brasil de Zygmunt Bauman e Leonidas Donskis (2014). O texto guarda o diálogo dos dois autores no começo desta década em torno da cegueira moral e da perda de sensibilidade nos tempos atuais.

Para Donskis, há um “*esquecimento deliberado do outro*”, em sua opinião “*uma recusa proposital em reconhecer e admitir um ser humano de outro tipo*”. Ao mesmo tempo que descartamos alguém “*vivo e real ao nosso lado*” firmamos amizades virtuais nas redes sociais da internet, comenta¹²⁷. Segundo ele, “*essa é a cegueira moral – voluntariamente escolhida e imposta ou aceita com resignação*” (BAUMAN e DONSKIS, 2014: 18).

Bauman pede para pregarmos o conceito de “*insensibilidade moral*” com o fim de

125 O uso da metáfora da “invisibilidade” cria equívocos para a análise social e reforça uma situação muitas vezes se quer denunciar. “...*La gente que consigue imponer sus metáforas sobre la cultura consigue definir lo que es verdad, lo que consideramos que es verdad – absolutamente y objetivamente verdadero*” (LAKOFF e JOHNSON, 2012: 202).

126 Retirado do romance **Ensaio sobre a Cegueira** – SP: Cia das Letras, 1995 (página 310).

127 Para o autor, o fenômeno pode estar no fundo dos debates intolerantes na rede, como esses que acompanhamos recentemente por causa das eleições presidenciais no Brasil. “*Novas formas de censura coexistem – de maneira mais estranha – com a linguagem sádica e canibalesca encontrada na internet e que corre solta nas orgias verbais de ódio sem face, nas cloacas virtuais em que se defeca sobre os outros e nas demonstrações incomparáveis de insensibilidade humana*” (BAUMAN e DONSKIS, 2014: 18).

Denotar um tipo de comportamento empedernido, desumano implacável, ou apenas uma postura imperturbável e indiferente, assumida e manifestada em relação aos problemas e atribuições de outras pessoas. (Idem, 20)

Donkis acrescenta que a perda de sensibilidade tem a ver com o conceito de “*adiaforização da conduta humana*” - “*uma saída temporária da nossa zona de sensibilidade*” que torna o outro desinteressante e alimenta a nossa

Capacidade de não reagir, ou de reagir como se algo estivesse acontecendo não com pessoas, mas com objetos físicos, coisas e não seres humanos. As coisas não ocorrem são desimportantes, não acontece a nós ou conosco. (Ibidem, 48)

Para o parceiro de Bauman, a adiaforização tem a ver com o que os jornalistas fazem; e, como poderiam dizer Merton e Lazarsfeld, é um efeito da disfunção narcotizante da mídia.

Infindáveis escândalos políticos reduzem ou eliminam de todo a sensibilidade social e política das pessoas. Para que uma coisa agite a sociedade, deve ser inesperada ou brutal. Assim, a sociedade e a cultura de massas os adiaforizam de forma inevitável. Os resultados da mídia não são só políticos. Ela produz indivíduos insensíveis, cuja natureza e atenção sociais só são despertadas por estímulos sensacionais e destrutivos (Ibidem, 49).

É sobre uma suposta cegueira branca e moral, alimentada por suposta insensibilidade dos jornalistas sobre alguns aspectos da realidade, ou negligências provocadas na produção da notícia, que quero tratar nesta tese, que aborda a cobertura da tramitação do Orçamento do Estado 2013 nos três dos principais jornais de Portugal.

Recortes de jornal

*Apenas os recortes dos jornais diários
acenam para mim como o juízo final*
João Cabral de Mello Neto

Para verificar a pertinência do conceito de enquadramento exposto e tratar da possibilidade da cegueira branca da cobertura da imprensa em torno de determinados aspectos da realidade, iniciei análise sobre matérias que reportavam e comentavam a tramitação e a promulgação da proposta do Orçamento do Estado 2013 (OE 2013) do Governo de Portugal.

O orçamento público foi escolhido como pauta para a análise de conteúdo tendo em vista a sua importância para o funcionamento do Estado e para agenda política e econômica das democracias modernas, como o Brasil e Portugal. Por definição, o orçamento público estabelece como o governo vai arrecadar e gastar o dinheiro da sociedade.

A elaboração se baseia em princípios como o da promoção do bem-estar coletivo, mas é alvo de interesses políticos e econômicos delimitados nas estruturas de poder e do mercado – incluindo dirigentes políticos, empresários, corporações laborais e sociedade civil organizada.

Como já assinalado, o OE 2013 foi uma das principais peças de intervenção do programa de ajustamento econômico para recebimento da ajuda externa que o país se submeteu desde 2011. A tramitação e promulgação do orçamento envolveu todos os poderes republicanos (gabinete ministerial, Assembleia da República, Presidência da República e Tribunal Constitucional), esteve sob a atenção total dos credores internacionais, a chamada “Troika” (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Central Europeu – BCE, e a Comissão Europeia – CE); foi tema de debate entre situação e oposição; parceiros sociais (empresários e trabalhadores) e especialistas (economistas e juristas, notadamente) - e foi razão de protestos constantes e manifestações promovidas por instituições tradicionais (como a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP) ou pelo novo ativismo articulado pelas redes sociais (como o movimento “Que se Lixe a Troika! Queremos Nossas Vidas!”).

Para a análise foi estabelecida uma amostra constituída por 522 matérias dos principais jornais generalistas de Portugal com influência sobre a opinião pública, a saber: o semanário *Expresso* (185 matérias), o impresso *Diário de Notícias* (252 matérias) e o site do jornal *Público*¹²⁸ (85 matérias).

O período de análise compreende a proposição do OE 2013, a tramitação na Assembleia da República e a promulgação pelo presidente da República, do dia 15 de outubro de 2012 (início da

128 No site <http://www.publico.pt/>

proposta) a 31 de dezembro (data da promulgação) - mais as edições do *Expresso* (5 de janeiro de 2013) e do *Diário de Notícias* (2 de janeiro de 2013) que repercutem a decisão presidencial.

O intervalo corresponde a onze semanas completas de cobertura (ou 79 dias). Para a amostra, foram forjadas semanas compostas com edições dos três grandes jornais em dias alternados. Para todos os dias de sábado foram analisadas as matérias do *Expresso*, dia que o semanário chega às bancas de jornal (ou quiosques de revistas, como se diz em Portugal). O domingo e os dias de semana foram alternados entre as matérias impressas no *DN* e as matérias veiculadas na internet pelo *Público*.

Sendo que, para os meses de outubro e dezembro foram analisadas as matérias impressas do *Diário de Notícias* às terças e quintas, e aos domingos; e as matérias do site do *Público* às segundas, quartas e sextas. No mês de novembro, é feita a alteração: das terças, quintas e domingos foram retiradas as matérias do site do *Público*; e das segundas, quartas e sextas são recortadas as matérias do *DN*¹²⁹.

Vale reafirmar que o presente texto não tem nenhuma pretensão de julgar a linha editorial ou a história dos jornais cujas matérias foram analisadas. Nenhum dado ou comentário dizem respeito a qualquer avaliação dessa natureza, à atuação do jornal ou às atividades dos profissionais. Esse não é o propósito. A amostra é episódica e tecnicamente não permitiria isso. As matérias selecionadas estão limitadas ao tema assinalado.

Este é um trabalho restrito, portanto. Saliento que minha opinião (positiva) sobre os jornais enquanto leitor ou jornalista não está contemplada neste texto. Qualquer conclusão aqui desenvolvida tenta ilustrar a ideia de enquadramento, que para sua demonstração poderia utilizar outro jornal lusitano, do Brasil ou de outra parte do mundo. Nesse sentido, creio que a análise será útil para o desenvolvimento de um raciocínio que diz respeito ao funcionamento da imprensa de forma geral.

A intenção é avaliar os enquadramentos para verificar a pertinência das regras do método jornalístico e dos valores-notícia; e se isso pode gerar o efeito de cegueira branca que descrevemos anteriormente. Esta análise subsidia outras fases da pesquisa que incluem entrevistas com jornalistas e fontes.

No conjunto, a análise de conteúdo dos três veículos foi feita de maneira similar, mas não igual. Primeiro se procedeu a análise do *Expresso*; em seguida o *Diário de Notícias* e por fim do *Público*. Entre cada análise houve a inclusão de quesitos para classificação, um detalhamento possível com a evolução da pesquisa.

129 A composição da amostra considerou a diversidade de periodicidade (semanal, diária e várias vezes ao dia) dos três veículos. A alteração dos dias analisados entre o *DN* e o *Público* minimizou, por um lado, a repetição de colunas com dias fixos; e, por outro lado, evitou a omissão de colunistas publicados periodicamente em dias alternados.

Além disso, visto que são veículos com suportes diferentes, com distintas periodicidades, não é possível somar os resultados encontrados e fechar uma totalização única. Assim, os resultados são apresentados separadamente. Quando possível, os dados apurados são comparados para se demonstrar as hipóteses deste trabalho.

A amostra do *Expresso*

Um total de 185 matérias compõe a amostra do *Expresso*. Esse volume é formado por reportagens, artigos, entrevistas, editoriais e notas; publicadas em 12 edições do semanário lisboeta (versão impressa¹³⁰), vendidos nas bancas de jornal todos os sábados, no período de 20 de outubro de 2012 a 5 de janeiro de 2013.

Além do Orçamento do Estado 2013, foram incluídos temas relacionados às questões orçamentais, como a “refundação do Estado Social” proposta pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (e que terá consequência para o OE 2014).

A tramitação e a promulgação do orçamento mereceram a cobertura constante do *Expresso* que, com repórteres, colunistas e convidados acompanhou sistematicamente as proposições e os debates no parlamento e em outras instâncias de poder; narrou desdobramentos; divulgou números; destacou previsões e analisou consequências; publicou opiniões divergentes e fez também seu próprio juízo.

Durante os sábados de 20 de outubro de 2012 a 5 de janeiro de 2013, o Orçamento do Estado esteve em pauta no *Expresso*, muitas vezes ganhando destaque, sendo o principal assunto da edição.

Além da constância, a importância da pauta do Orçamento do Estado 2013 no debate público pode ser medida na quantidade de artigos de fundo e comentários de colunistas que o assunto despertou nas páginas do *Expresso*. O resultado é que o volume de material opinativo é quase o mesmo que o volume do material factual.

Nas doze edições analisadas, foram publicadas 71 reportagens (38% das matérias selecionadas), 19 notas (10%) e cinco entrevistas; ao lado de 66 comentários dos colunistas (36%), 16 artigos (8,6%), e seis editoriais (3,2%).

Tabela 1 – Tipos de matérias analisadas no *Expresso*

Análise	1,08%
Artigo	8,64%
Coluna	35,67%
Editorial	3,24%
Entrevista	2,70%

130 A edição de 20 de outubro de 2012 foi acessada pela internet.

Nota	10,27%
Reportagem	38,37%

Sete de dez matérias selecionadas (132 das 185) encontram-se no primeiro caderno; sendo 96 (52%) na seção dedicada aos assuntos políticos (reportagens, notas e colunas); 33 (18%) na seção Opinião deste clichê (colunas e artigos). Apenas duas matérias selecionadas (menos de 1%) estão fora das seções de política e de opinião; e foram publicadas em “Saúde”.

No segundo caderno, há 33 matérias na seção de economia (18%) e 16 na seção de opinião deste clichê (8,6%). Conforme veremos mais adiante, a localização das matérias guarda relação com os enquadramentos.

Tabela 2 – Distribuição de matérias conforme as editoriais no *Expresso* (%)

Economia (2º caderno)	17,29%
Opinião econômica (2º caderno)	9,18%
Opinião política (1º caderno)	17,83%
Política (1º caderno)	51,89%
Revista (encartada a parte)	2,16%
Saúde (1º caderno)	1,08%
Últimas (1º caderno)	0,54%

Cerca de 90% do material analisado é assinado pelos repórteres, colunistas ou convidados. Os editoriais e pequenas notas não são assinados.

Nove de cada dez matérias têm apenas uma pessoa assinando. Os repórteres mais constantes foram Filipe Santos Costa (14 reportagens somente com a sua assinatura); Luísa Meireles (11); João Silvestre (9); Ângela Silva (8); Rosa Pedroso Lima (7) e Cristina Figueiredo (6). Entre os colunistas, os mais assíduos na pauta selecionada são Pedro Adão e Silva (8 comentários); Nicolau Santos (6) e Daniel Oliveira (5).

O número de matérias selecionadas oscilou do mínimo de sete (nos dias 15 e 29 de dezembro de 2012) ao máximo de 34 (em 20 de outubro); média de 15,41 matérias por edição. Obviamente, a variação tem a ver com a agenda dos acontecimentos.

A edição do dia 20 de outubro, de maior volume de matérias, cobre o início da tramitação legislativa (dia 15 de outubro, a proposta do Orçamento do Estado 2013 foi entregue pelo governo e admitida na Assembleia da República). Nessa edição, além das 19 reportagens, artigos e notas do primeiro caderno (política), o segundo clichê traz reportagens especiais detalhando e repercutindo a proposta (total de 15 reportagens e artigo).

No dia 1º de dezembro, o Orçamento de Estado mereceu 21 matérias e foi a manchete do semanário: “Prazos dificultam envio do OE para o Constitucional”. A matéria principal daquela edição tratava da possibilidade de o presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, solicitar a fiscalização preventiva ou sucessiva ao Tribunal Constitucional.

Naquele dia, o *Expresso* publicou dez reportagens, seis colunas, dois artigos de fundo (de convidados), duas notas e um editorial a respeito do OE 2013. A cobertura enfocou a discussão jurídica sobre a legalidade de algumas medidas contidas no OE e abordou as variáveis técnicas e políticas que poderiam pesar sobre a decisão de Cavaco Silva; além de ter antecipado as eventuais consequências dos possíveis encaminhamentos do presidente.

Afora esse tópico, a cobertura mais robusta ainda incluiu as divergências internas de governo sobre os cortes da despesa pública; abordou a diminuição de rendimentos e alteração nas regras dos subsídios de férias e de Natal para o funcionalismo público. A edição ainda tratou da relação entre o OE e o regresso dos títulos do Estado português ao mercado financeiro internacional; e dos riscos de aumento da desigualdade socioeconômica.

Esses tópicos também foram tratados em edições anteriores, inclusive na de 3 de novembro (com 21 matérias) que abordou o corte de gastos públicos e a perspectiva do empobrecimento da população.

Nesse dia, a manchete assinala “‘Refundação’ ameaça mais de 50 mil funcionários do Estado”. O termo “refundação” foi utilizado pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho no dia 31 de outubro quando esteve na Assembleia da República para apresentar a proposta original do OE 2013 (então, aprovada na generalidade). Coelho tratou da necessidade de “refundar” o memorando de entendimento com os credores internacionais e rever a concepção do Estado de bem estar social português.

O discurso serviu para atrair a atenção dos políticos e da opinião pública para outra agenda subsequente ao orçamento, a reforma do Estado, no momento que o OE 2013 ainda tramitava no parlamento. Além de chamar atenção da opinião pública para outro assunto (ainda que relacionado), o discurso do primeiro-ministro também serviu para provocar posicionamento da principal legenda da oposição, o Partido Socialista (PS), e dividir as responsabilidades sobre a situação econômica.

As ideias contidas no discurso repercutiram naquela edição, que tratou do assunto especialmente nas análises. O OE e temas afins foram abordados por dez colunistas; seis reportagens; dois artigos de fundo (de especialistas); duas notas e um editorial.

O número de matérias teve a menor frequência (7 textos) no dia 15 de dezembro, quando o jornal anunciou em manchete o desfecho da promulgação, conforme o já antecipado em outras edições: “Cavaco promulga mas envia Orçamento para o Constitucional” (descreveu a manchete do

dia). Nesse dia, prevaleceram matérias que trataram do Orçamento do Estado pontuando dúvidas jurídicas da lei; que descreveu as fissuras do governo; ou que remeteram ao desenho inacabado da mencionada refundação (convertida em “refundação do Estado social”).

Outro dia de apenas sete matérias de cobertura foi 29 de dezembro, a edição de final de ano e de projeção de perspectivas para 2013. Nesse dia, além do gesto presidencial e das dúvidas jurídicas sobre o OE, a cobertura estava dividida quanto à necessidade de crescimento econômico, aos efeitos do orçamento na geração de empregos e na atividade cultural.

Tabela 3 – Distribuição das matérias conforme a data no *Expresso*

20/10/12	18,73%
27/10/12	8,10%
03/11/12	11,35%
10/11/12	10,27%
17/11/12	4,86%
24/11/12	7,02%
01/12/12	11,35%
08/12/12	7,02%
15/12/12	3,78%
22/12/12	6,48%
29/12/12	3,78%
05/12/13	7,56%

Sete de cada dez matérias da amostra (73,5%) citavam explicitamente o Orçamento do Estado, ainda que não tivesse o tema como assunto principal. Os menos de 30% restantes dizem respeito a matérias que foram acrescentadas por tratar de questões correlatas, como notadamente a refundação do Estado Social para a contenção de gastos sociais (seguridade, saúde e educação).

Deve se salientar que, apesar das consequências sociais das normas contidas a época do OE 2013 ou de decisões ventiladas pelo próprio governo quanto ao enxugamento do Estado de bem estar social, mais da metade das matérias não aborda esse conteúdo. Ou seja, 98 matérias das 185 analisadas (53%) não trataram de eventuais efeitos do OE como desemprego, acesso a atendimento médico-hospitalar, funcionamento das escolas, valor e pagamento de prestações sociais.

São minoritárias as matérias que tratam de propostas alternativas às políticas descritas no OE 2013 ou aos encaminhamentos. Em apenas um quarto das matérias é possível verificar o cotejamento de opções não formuladas inicialmente pelo governo. Somente em 36% do material

analisado há mais de um “lado”¹³¹ tratado nas reportagens, notas ou comentários.

Cabe assinalar que os dados não ilustram adesão do jornal às propostas governamentais. Ainda que tenha se decidido nesta pesquisa por não se classificar as matérias quanto ao teor “positivo”, “negativo” ou “neuro”, a amostra lida é predominantemente crítica quanto ao orçamento proposto e às políticas de austeridade.

Não obstante a esse distanciamento, a cobertura sobre o Orçamento de Estado e as questões correlatas tiveram um feitiço institucional. Assim, detêm centralidade no noticiário os credores internacionais (citados ou referidos em 43,7% dos textos); a figura do primeiro-ministro e do ministro das Finanças (36,7%, ambos) e do presidente da República (27,%, ambos).

É óbvio que esse resultado corresponde ao protagonismo real que a Troika, o gabinete ministerial e a Presidência da República tiveram nos encaminhamentos do OE 2013, sem falar da responsabilidade legal que implica na iniciativa política.

Tabela 4 – Figuras públicas ou instituições citadas ou ouvidas pelo *Expresso* (múltipla escolha)

Credores	43,78%
Passos Coelho	36,75%
Vitor Gaspar	36,75%
Cavaco Silva	27,02%
Tribunal Constitucional	13,51%

Mas esses resultados também podem ser entendidos pela apuração, o que inclui a escolha das fontes de informação¹³². Em menos de 10% das matérias são lidas informações ou opiniões atribuídas a cidadãos comuns (mesmo como personagem) trabalhadores ou representantes de categorias laborais. Menos de um quarto das matérias (24,6%) tem fontes citadas ou apenas identificadas como “da oposição”. A maior parte do material apurado tem apenas uma fonte de informação (51,5%)¹³³.

131 Não necessariamente fora do governo, da minoria parlamentar ou contrário as medidas do programa de ajustamento econômico.

132 Conforme Teun van Dijk, a escolha das fontes reproduz as hierarquias sociais. “*La jerarquía social parece reproducirse em la jerarquía retórica de la credibilidad y fiabilidad*” (DIJK, 1999: 130). Entre as fontes escolhidas, as informações oficiais prestam ainda mais respaldo as matérias. “*Existe una tendencia a prestar una mayor y más destacada atención a las declaraciones o los comunicados de prensa de funcionarios estatales o municipales, de agencias o de instituciones nacionales, em detrimento de los informes o declaraciones de grupos u organizaciones de gente común implicada em discusiones o decisiones oficiales*” (Idem, idem: 191). Ainda conforme o autor, os jornais também usam as citações em aspas para reforçar, com aparente objetividade e exatidão, a credibilidade das matérias. “*...Las citas son una poderosa estrategia para el periodista a fin de evitar las limitaciones sobre la impersonalidad, las opiniones, el punto de vista y la formalidad*” (Idem, idem: 114). O mesmo efeito tem o uso de dados numéricos: “*...La retórica del discurso periodístico sugiere forzosamente veracidad mediante la exactitud implícita de las cifras precisas*” (Idem, idem:130).

133 Repare que esse dado não inclui as colunas de comentaristas fixos, editoriais e artigos de fundo de convidado porque entende-se que matéria assumidamente opinativa não exige o mesmo rigor de ponderação que deve ter a

Tabela 5 – Características gerais das matérias do *Expresso* sobre OE 2013 e a “Refundação do Estado” (múltipla resposta)

Entrevista trabalhadores, representantes ou cidadão comum	9,72%
Há fontes da oposição	24,58%
Há mais de um “lado” tratado na matéria	36,21%
Há mais de uma fonte	48,52%
Questões sociais são abordadas	47,02%
Trata de propostas alternativas	24,86%
Trata do explicitamente do orçamento	73,51%

A amostra do *Diário de Notícias*

A segunda análise de conteúdo foi procedida em 33 edições do jornal *Diário de Notícias* (*DN*), buscando matérias que citassem o “Orçamento do Estado 2013” (ou apenas “OE 2013”; ou “Orçamento de Estado”), durante o período de tramitação e promulgação – de 16 de outubro de 2012 (dia seguinte à entrega da proposta orçamentária na Assembleia da República) ao dia 2 de janeiro de 2013 (primeira edição do jornal após a divulgação da promulgação presidencial, ocorrida em 31 de dezembro de 2012).

Nesse intervalo de tempo, o rito orçamentário manteve alto interesse do *DN* que esteve atento ao debate político e econômico em 252 matérias, a maioria de caráter factual. A reportagem foi o gênero mais acionado (127 matérias, ou 50,4%). Junto com 46 notas (18,25%), 18 suítes das matérias publicadas em box (7,14%), quatro entrevistas (1,59%) e um abre de reportagem (0,4%), as reportagens assinalam, diferente do que ocorreu no *Expresso*, um caráter mais noticioso do que opinativo – três quartos da amostra do jornal (77,77%) são compostas por esses tipos de matérias.

Cabe sublinhar que as matérias a respeito do OE 2013 mereceram manchete oito vezes nas 33 edições analisadas (24,24% do total). Além dessas, 54 matérias relacionadas ao tema tiveram chamada de primeira página no *Diário de Notícias* (21,42%).

apuração factual.

Tabela 6 – Tipos de matérias analisadas do *Diário de Notícias*

Abre de reportagem (topo da página)	0,40%
Artigo	10,71%
Box	7,14%
Coluna	4,37%
Depoimento	0,79%
Editorial	6,35%
Entrevista	1,59%
Nota	18,25%
Reportagem	50,40%

O carácter noticioso e factual é confirmado na distribuição de frequências das matérias entre as editorias/seções em que se organiza a publicação do jornal. Quase 40% de todo o volume (97 matérias) foram publicadas na seção chamada “Atual”, que diariamente abre o conteúdo do jornal (a partir da página 2).

A preparação da seção Atual divide-se entre diferentes editorias, conforme a pauta do dia, especialmente entre a cobertura de política e de economia – esta capitaneada pelos jornalistas da Agência Dinheiro Vivo, também do grupo Controlinveste.

Na tabela de distribuição de matérias conforme as editorias/seção chama atenção o percentual de quase 20% de matérias que foram publicadas na edição especial do caderno Dinheiro Vivo, encartado na edição de 16 de outubro, um dia após a entrega da proposta orçamentária. O encarte trouxe 48 matérias entre reportagens e suas suítes (box), notas, artigos de convidados, editorial e colunas dos jornalistas da equipe elaborados no calor da proposição do OE 2013.

Somadas as matérias publicadas no caderno Dinheiro Vivo, especialmente publicado no dia 16 de outubro, e as matérias da seção Atual temos quase 60% da amostra, o que reforça o carácter factual da cobertura do *Diário de Notícias*.

Tabela 7 – Distribuição de matérias conforme as editorias/seção do *Diário de Notícias*

Alegações finais	0,79%
Artes	1,19%
Atual	38,49%
Bolsa	5,56%
Dinheiro Vivo	19,05%
Fórum	6,75%
Media	1,59%
Opinião	8,33%
País	7,14%
Política	11,11%

A factualidade também pode ser inferida pelo expressivo volume de matérias publicadas naquele dia. Além das 48 matérias do caderno Dinheiro Vivo, outras 18 matérias foram publicadas no jornal – um total de 66 matérias, mais do que um quarto de tudo que foi publicado em todo o período da amostra. Se considerada a primeira semana de cobertura, nota-se que 38,49% das notícias saíram nesse período e mais de 48% na primeira quinzena de tramitação.

Vale assinalar, por um lado, que o volume inicial demonstra o esforço do jornal em explicar o OE 2013 aos leitores logo que esse chega ao Parlamento; incluindo aí a edição de um encarte especial produzido pela Agência o Dinheiro Vivo dedicado à pauta. Por outro lado, a distribuição da cobertura pode sinalizar um interesse mais imediato sobre o assunto e até um esgotamento da cobertura factual vis a vis com a predisposição e atenção dos leitores para esse noticiário.

Tabela 8 – Distribuição das matérias conforme a data no *Diário de Notícias*

16/10/12	26,19%
18/10/12	6,35%
21/10/12	5,95%
23/10/12	1,19%
25/10/12	3,97%
28/10/12	1,59%
30/10/12	3,57%
02/11/12	2,38%
05/11/12	1,98%
07/11/12	3,57%
09/11/12	3,57%
12/11/12	1,59%
14/11/12	3,97%
16/11/12	3,57%
19/11/12	1,59%
21/11/12	0,40%
23/11/12	1,59%
26/11/12	1,98%
28/11/12	5,56%
30/11/12	2,38%
02/12/12	2,38%
04/12/12	1,19%
06/12/12	1,98%
09/12/12	0,00%
11/12/12	1,59%
13/12/12	0,40%
16/12/12	1,59%
18/12/12	0,79%
20/12/12	0,79%
23/12/12	1,19%
25/12/12	O jornal não circulou nesta data
27/12/12	1,19%
30/12/12	1,19%
02/01/13	2,78%

Se a notícia acompanha o rito orçamentário com sua iniciativa governamental, é possível prever que haja um predomínio de referências à agenda institucional e às figuras de poder. De fato, o presidente Cavaco Silva; o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho; e o ministro das Finanças, Vitor Gaspar, são os nomes mais mencionados e as fontes mais citadas.

Dessas três figuras, Vitor Gaspar é a que tem a maior proeminência. Em matérias que dizem respeito a todo o funcionamento do Estado e a organização da administração pública é citado em 57 vezes e suas palavras são reproduzidas em outras 15 matérias – 28,57% das matérias sobre o OE 2013 fazem referência a ele.

Passos Coelho e Cavaco Silva são figuras presentes, porém de forma mais discreta que Gaspar. Primeiro-ministro e presidente da República são citados cada um 41 vezes no noticiário analisado e também são “aspeados”: 14 vezes, Coelho; e 12 vezes, Cavaco – ambos abaixo dos 23%.

As aparições individuais desses são maiores do que as referências ao secretário-geral do Partido Socialista, António José Seguro, o principal líder da oposição, ouvido em dez matérias e citado em outras 11 (8,33%). Somadas aspas e referências de todos os quatro partidos de oposição com representação no parlamento equivalem às referências e citações de Vitor Gaspar.

O “governo” em suas diversas instâncias (como ministério e secretarias) é citado 174 vezes (69% das matérias), um número quase quatro vezes superior às citações da oposição, 46 vezes (18,25%).

Vale frisar que as figuras do poder institucional têm muito mais aparição do que “cidadãos”, “contribuintes”, “trabalhadores”, “funcionários públicos” ou “reformados”; assim como são mais constantes que “empresários”, “parceiros sociais”, especialistas, líderes sindicais e representantes de movimentos sociais.

Um último dado importante sobre as citações é a regular referência da imprensa portuguesa aos credores internacionais, seja à Troika propriamente dita ou a uma das instituições pertencentes – o Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu ou Comissão Europeia.

Juntos, os credores são mencionados 77 vezes (30% das matérias), mais do que a Assembleia da República (67 vezes), onde tramita o OE 2013; e muito mais do que o Tribunal Constitucional (26 vezes), que, por fim, veio a ser consultado para avaliar a legalidade do orçamento.

Tabela 9 – Figuras públicas ou instituições citadas ou ouvidas pelo DN (múltipla escolha)

Nome/Figura/Instituição	Referências	Aspas	Total de aparições (%)
Passos Coelho	41	14	21,83%
Vitor Gaspar	57	15	28,57%
Cavaco Silva	41	12	21,03%
António José Seguro	11	10	8,33%
Armênio Carlos (CGTP)	5	5	3,97%
João Proença (UGT)	0	2	0,79%
Oposição	46	26	28,57%
Movimentos sociais	3	2	1,98%
Parceiros sociais	10	3	5,16%
Especialistas	17	11	11,11%
Empresariado	17	5	8,73%
“Trabalhador”	18	3	8,33%
“Contribuinte”	13	0	5,16%
“Reformado” (aposentado)	17	0	6,75%
“Funcionário público”	28	2	11,90%
“O cidadão”, “o português”, “o povo português”, “a população”	5	Não computado	1,98%
Governo	174	Não computado	69,05%
Assembleia da República	67	Não computado	26,59%
Tribunal Constitucional	26	Não computado	10,32%
Credores	77	Não computado	30,56%

Um efeito provável da (1) cobertura institucionalizada -- e (2) muito mais focada no governo do que na oposição; (3) que põe em evidência o ministro das Finanças e os credores, e (4) ouve poucos cidadãos comuns ainda que diretamente afetados pelo OE e (5) mal se articula com interlocutores especialistas, dos trabalhadores ou do empresariado -- é que essa as matérias captam apenas um lado da discussão e não desdobrem alternativas.

Esses cinco feitos ajudam a explicar porque cerca de 47% das matérias não cumprem o princípio jornalístico de abordar o(s) outro(s) lado(s); e porque quase 79% não ouviam alternativas às propostas do Orçamento do Estado. Os temas mais recorrentes na cobertura também correspondem à agenda governamental: cortes de despesas públicas e aumento de impostos para

diminuir deficit fiscal. Cerca de 46% das matérias tratavam da necessidade ou da programação de cortes e quase 38% dos textos assinalavam o aumento de impostos.

Sobre o aumento de impostos, cabe lembrar dois aspectos. O primeiro é que quem chama atenção para ele é o próprio ministro das Finanças, Vitor Gaspar, que apresenta o OE mencionando um “*enorme aumento de impostos*”¹³⁴. O segundo é que este tema mobiliza a opinião pública tipicamente formada pela classe média, supostamente o estrato mais afetado por causa dos descontos diretos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Outro tema que angustia a classe média é a diminuição do Estado de bem estar social e do Estado providência e, com isso, eventual aumento de gastos com saúde e educação e o risco de mudança nas regras de aposentadoria dos atuais contribuintes. Sendo assim, as possibilidades de reforma do Estado Social foram tema de 38% das matérias.

Vale reparar que esses três assuntos foram mais recorrentes na cobertura sobre o Orçamento do Estado do que o desemprego efetivo (12,7% das matérias), a recessão então vindoura (8,7%), a possibilidade de empobrecimento da população ou do país (5,2%), e os riscos de “*ruptura da coesão social*” (3,17%); e o eventual aumento da desigualdade socioeconômica (1,58%).

A evidencia de alguns temas nos jornais pode ser explicada pelas discussões do debate político. Mais de 40% das matérias se detinham às desavenças entre governo e oposição (dentro e fora da Assembleia da República) e ou ao desentendimento interno do próprio governo quanto às medidas do Orçamento do Estado 2013. O peso dessas disputas no noticiário também pode ser verificado na análise dos enquadramentos mais recorrentes.

Tabela 10 – Assuntos abordados nas matérias sobre OE 2013, no DN (múltipla escolha)

Aumento de impostos	37,69%
Corte de gastos	36,27%
Deficit fiscal	15,07%
Desemprego	12,69%
Desigualdade socioeconômica	1,58%
Empobrecimento	5,95%
Estado Social	21,03%
Privatização	3,96%
Recessão	8,73%
Reforma do Estado	9,12%
Riscos à coesão social	3,17%

134 A declaração é de 12 de outubro, e foi feita em entrevista coletiva concedida pelo ministro das Finanças Vitor Gaspar.

A amostra do *Público*

A terceira análise de conteúdo efetuada foi na amostra de matérias encontradas no site do jornal *Público* (www.publico.pt) entre os dias 15 de outubro e 31 de outubro de 2012. Essa amostra, de carácter complementar, é composta por 85 matérias que citam exclusivamente a expressão “OE 2013” (referência em sigla ao Orçamento de Estado de 2013) durante o período de tramitação no Parlamento português e promulgação presidencial.

Tabela 11 – Tipos de matérias analisadas do site do *Público*

Artigo	2,35%
Entrevista	4,71%
Reportagem	92,94%

Parte esmagadora da amostra do site do *Público*, quase 93% dos textos analisados (79 matérias), é composta por reportagens. A concentração nesse gênero na amostra salienta um aspecto mais noticioso e factual do que opinativo e analítico, diferente de o que foi verificado na versão impressa do *Diário de Notícias* e no semanário *Expresso*.

Diferente do procedimento adotado com os dois veículos em papel, as matérias do *Público* não foram identificadas conforme editoria ou seção. Isso porque no site do jornal as matérias são classificadas por múltiplos tópicos de possível filiação a mais de uma editoria. Em vez de estar identificada na editoria de “Política”, “Economia” ou “Portugal”, uma matéria tem como tópicos (*tags*), por exemplo, “parlamento”, “Orçamento do Estado” e “finanças públicas” - rubricas que podem ser vinculadas àquelas três editorias.

Como acontece nos casos analisados no *Diário de Notícias* e no *Expresso*, a distribuição de matérias ao longo do período da amostra tem maior concentração no início da tramitação do Orçamento do Estado. Quase um quinto do material analisado (16 matérias) foi veiculado no dia 15 de outubro, data da entrega da proposta do Executivo ao Legislativo, conforme estabelecido na Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). A atenção ao calendário parlamentar e à agenda governamental são incontornáveis para pauta que tem carácter factual. Isso não determina, porém, que o enquadramento tenha que ser institucional.

Tabela 12 – Distribuição das matérias conforme a data veiculada no site do *Público*

15/10/12	18,82%
17/10/12	7,06%
19/10/12	0,00%
22/10/10	0,00%
24/10/10	7,06%
26/10/10	5,88%
29/10/10	2,35%
31/10/10	5,88%
04/11/12	2,35%
06/11/12	2,35%
08/11/12	5,88%
11/11/12	2,35%
13/11/12	3,53%
15/11/12	9,41%
18/11/12	1,18%
20/11/12	0,00%
22/11/12	4,71%
27/11/12	7,06%
29/11/12	1,18%
03/12/12	2,35%
05/12/12	0,00%
07/12/12	0,00%
10/12/12	2,35%
12/12/12	0,00%
14/12/12	1,18%
17/12/12	2,35%
19/12/12	1,18%
21/12/12	2,35%
31/12/12	1,18%

Além das datas, no caso do *Público*, foi possível verificar os horários de veiculação das matérias na internet. Assim, observou-se 17 intervalos de hora para inserção das notícias na rede. Sendo a faixa das 19h às 19h59, o intervalo com maior frequência. Mais de 41% do material é veiculado a partir das 17h. Quase 13% do material inserido *on line* foi veiculado na faixa da 0h.

Conforme dinâmica da internet, algumas matérias são incluídas e atualizadas (em “tempo real”) ao longo do dia, e muitas coincidem com a rotina de trabalho dos jornalistas e fechamento das matérias (ao fim da jornada). Outras somente são veiculadas na rede à meia noite, após a liberação do conteúdo que estará impresso na edição a ser vendida nas bancas e ou entregues nas casas dos assinantes na manhã seguinte¹³⁵.

Tabela 13 – Distribuição das matérias conforme intervalo de hora no site do *Público*

0h	12,94%
07h	1,18%
08h	7,06%
09h	1,18%
10h	3,53%
11h	3,53%
12h	9,41%
13h	7,06%
14h	5,88%
15h	3,53%
16h	3,53%
17h	5,88%
18h	5,88%
19h	17,65%
20h	5,88%
21h	3,53%
22h	2,35%

Três quartos do material veiculado é de cobertura própria, especialmente dos repórteres setoristas no legislativo ou especializados em economia. Vale reparar que a *Lusa*, agência pública de notícias de Portugal (www.lusa.pt), é apontada como autora de mais de 23% das matérias divulgadas no site do *Público*.

¹³⁵ Como acontece no Brasil, as matérias impressas no jornal tendem por natureza consolidar as informações divulgadas no site do veículo no dia anterior; mas as matérias publicadas pelo site não são necessariamente reproduzidas pelo diário impresso.

Tabela 14 – Distribuição das matérias conforme autores no site do *Público*

Ana Rita	16,47%
Carlos Cipriano	2,35%
Clara Viana	2,35%
Fabíola Maciel	3,53%
Félix Ribeiro	4,71%
João D'Espiney	3,53%
<i>Lusa</i> (agência de notícia)	23,53%
Pedro Crisóstomo	2,35%
Samuel Viana	2,35%
Sérgio Aníbal	4,71%
Sofia Rodrigues	3,53%

Resultou do trabalho desses profissionais do *Público* (e da Agência Lusa) uma cobertura onde também prevalecem as referências institucionais (governo e credores), mas esse perfil tende a ser menos acentuado do que o verificado no semanário *Expresso* ou no jornal impresso *Diário de Notícias*.

Também se verificou um grande volume de citações ao governo (um quarto das matérias), ao primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (10,59%) e ao ministro das Finanças Vitor Gaspar (18,82%); bem como ao presidente da República Aníbal Cavaco Silva (15,29%) e aos credores (20%), sejam esses a “Troika”, ou individualmente Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu ou a Comissão Europeia. Essas proporções, porém, são em geral significativamente menores do que o apontado no *Expresso* e menores do que o lido no *Diário de Notícias*.

Vale notar que se o site teve um perfil institucional menos acentuado, também cumpre assinalar que são maiores no *Público* do que no *DN* e no *Expresso* as referências à oposição aos trabalhadores, aos “parceiros sociais” e aos movimentos sociais.

Talvez por ter um peso menos institucional e com mais referências a visões diferentes ao hegemônico e estabelecido, há ligeiramente mais matérias factuais no *Público* do que no *DN* com visões alternativas às propostas do governo (23%) e uma atenção menor ao debate político entre os partidos – menos de 17% no site do *Público*; enquanto no *DN*, 40% das matérias se interessaram por essas disputas.

Tabela 15 – Distribuição das referências a autoridades nas matérias sobre “OE 2013” no site do *Público* (múltipla escolha)

Cavaco Silva	15,29%
Passos Coelho	10,59%
Vitor Gaspar	18,82%

Tabela 16 – Distribuição das referências a instituições nas matérias sobre “OE 2013” no site do *Público* (múltipla escolha)

Credores	20,00%
Empresariado	3,53%
Governo	25,88%
Movimento Social	2,35%
Oposição	29,41%
Parceiro Social	7,06%
Trabalhador	29,41%

Neste ponto, vale acrescentar que entre as amostras do site do *Público* e das edições impressas do *Diário de Notícias* não há diferenças acentuadas entre os assuntos abordados. Tanto na internet quanto no papel, o aumento de impostos é o aspecto mais lembrado. A taxação prevista no orçamento 2013 é mais tratada (28,24% das matérias) que as eventuais consequências sociais do ajustamento económico como o desemprego (11,76%), o empobrecimento (5,88%), a desigualdade (3,53%), o funcionamento do Estado social (3,53%); e outros aspectos macroeconómicos como deficit fiscal (14,12%), corte de gastos (8,24%) ou recessão do Produto Interno Bruto (4,71%)¹³⁶.

¹³⁶ Convém sublinhar que não é possível inferir dessas distribuições de frequência nenhuma preferência política, doutrina ideológica ou orientação editorial. A amostra do site *Público* (restrita a “OE 2013”) é mais limitada que do *Expresso* e que do *Diário de Notícias*, e a diferença dos meios (semanário, jornal diário impresso e site na internet) também deve ser lembrada.

Tabela 17 – Assuntos abordados nas matérias sobre “OE 2013”, no site do *Público* (múltipla escolha)

Aumento de impostos	28,24%
Corte de gastos	8,24%
Deficit fiscal	14,12%
Desemprego	11,76%
Desigualdade	3,53%
Empobrecimento	5,88%
Estado Social	3,53%
Privatização	8,24%
Recessão	4,71%
Reforma do Estado	1,18%
Risco de coesão social	4,71%

O enredo dos enquadramentos

*Mas há milhões desses seres que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta de onde é que essa gente vem*
Chico Buarque

A meu ver, os resultados da análise de conteúdo dos jornais guardam relação com os enquadramentos que as notícias podem ter. Como vimos anteriormente, os enquadramentos correspondem às expectativas de entendimento e classificação que orientam a percepção dos leitores e organizam o trabalho dos jornalistas ao selecionar aspectos da realidade e torná-los mais evidentes em detrimento de outros.

As matérias que compõem a amostra foram agrupadas de acordo com o lide em sete tipos de enquadramentos: econômico; econômico-internacional; político-econômico; político; político-jurídico; político-social e social. Dentro desses tipos há 69 subdivisões correspondentes ao conteúdo dos assuntos tratados (ver Apêndice II).

A qualificação dos tipos e quantificação dos enquadramentos confirmam o feitio institucional da cobertura, atento ao debate político e às condicionantes econômicas, e pouco focado nas contradições da proposta governamental e os efeitos sociais do Orçamento do Estado.

Tabela 18 – Tipos de enquadramentos segundo veículo analisado (%)

Tipo de enquadramento	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>	<i>Público</i>
Econômico	22,16%	24,60%	24,39%
Econômico-internacional	3,78%	1,98%	1,22%
Político-econômico	8,65%	31,75%	31,71%
Político	41,08%	25,40%	24,39%
Político-jurídico	8,65%	11,11%	4,88%
Político-social	14,05%	5,16%	12,20%
Social	1,62%	0,00%	1,22%

Nos três veículos analisados são absolutamente minoritárias aquelas matérias que abordam problemas sociais agravados pelo OE 2013 ou buscam alternativas para a política de austeridade. No semanário *Expresso*, cuja a análise inclui a refundação do Estado Social, menos de 16% tem esse caráter. No *Público* a proporção não chega a 14%; e no *Diário de Notícias* o número de matérias equivalem a 5%.

Vale notar que isso não quer dizer que os jornais portugueses analisados não sejam críticos ao OE ou não tratem de questões sociais que afligem a população ou preocupam fontes

credenciadas. Esse grupo de reportagens e comentários incluem análises que apontam para os riscos à coesão social. Apesar de o tom questionador, as matérias não têm um enfoque alternativo que amplie significativamente fontes, referências e visões além do institucional.

Os dados indicam que a cobertura do OE 2013, apesar de considerar a possibilidade do agravamento da situação socioeconômica, não explorou as consequências sociais e cotidianas da proposta de lei na vida de leitores. Em raras ocasiões, reportagens e comentários evidenciaram relações diretas entre, por exemplo, a política de austeridade e situações concretas de funcionamento de escolas e hospitais ou as condições de vida das famílias.

No período analisado, os jornais produziram matérias sobre esses fenômenos, mas fora das páginas de economia e política, e sem relacionar com regularidade os problemas ao Orçamento do Estado. Quando notou-se referências, o enquadramento era econômico ou de político-econômica, debatendo, por exemplo, a necessidade da austeridade e de enxugamento da máquina pública; ou abordando as consequências recessivas na atividade econômica, na dívida do Estado ou na capacidade de Portugal honrar compromissos do programa de ajustamento ou ter de renegociá-lo.

Há uma vinculação estritamente institucional nas matérias com esses enquadramentos: os agentes citados e as fontes de informação (nem sempre identificadas pelo nome) formam o gabinete ministerial, estão na Presidência da República, falam em nome dos partidos políticos com representação na Assembleia da República. São pouquíssimas as referências a acontecimentos, pessoas, grupos que não estejam nesses lugares institucionalizados.

Com esses personagens nesses espaços de poder, as matérias sucessivamente reportam fatos ou comentam episódios que correspondem às expectativas da opinião pública, tais como o “enorme aumento de impostos”, as falhas de encaminhamento das propostas de OE e de refundação do Estado; as fissuras e dificuldades de funcionamento da coligação que sustenta o governo; a má interlocução com a oposição e parceiros sociais; as expectativas quanto à decisão presidencial quanto à promulgação; a permanência ou dissolução do gabinete ministerial; a necessidade de um pacto de regime.

Esses enquadramentos notados no *Expresso* também são importantes nos outros dois veículos analisados. Um quarto das matérias do site *Público* e impressas pelo *Diário de Notícias* tratam de aspectos políticos. Esse feitiço institucional pode ser ainda mais caracterizado se observadas aquelas matérias que especulavam ou repercutiam o encaminhamento jurídico que o presidente Cavaco Silva daria ao Orçamento de Estado 2013¹³⁷. Os jornais discutiram mais sobre a constitucionalidade da lei do que os efeitos sociais.

137 Uma explicação para isso é o fato de que parte do orçamento do exercício de 2012 foi considerado ilegal pelo Tribunal Constitucional; o que voltou a ocorrer com o OE 2013.

Aqui a principal referência institucional é o Palácio de Belém. Além da Presidência da República, o Tribunal Constitucional é citado pelas matérias como provável destino do OE após a sua promulgação. Reportagens e comentários tentam adivinhar a decisão que será tomada e, após a escolha feita, passam a avaliar o gesto de Cavaco Silva. Nesse enquadramento surge um tipo de fonte especializada peculiar: o jurista.

Mais da metade das matérias analisadas e veiculadas pelo site do *Público* ou impressas pelo *DN* tratavam de economia especialmente dos riscos do OE agravar a crise; afetar a função pública (corte de pessoal), diminuir recursos das empresas estatais ou repassados às regiões autárquicas; e aumentar taxas e impostos para obter mais arrecadação – em cenários projetados por fontes econômicas ou descritos nos documentos institucionais, como contido no próprio orçamento. Nesse grupo de matérias fala mais quem tem saber competente: economistas, acadêmicos e técnicos especialistas em orçamento *Público*.

Apesar de contar com um extenso caderno de economia, o semanário *Expresso* distingue-se pela maior regularidade do enquadramento político. Quatro de cada dez matérias tratavam de questões da governança e da relação entre os partidos políticos. No *Expresso*, foram mais recorrentes as matérias sobre a desestabilização do governo, as divergências na base aliada provocadas pelo OE, os erros de encaminhamento da proposta à Assembleia da República ou a perda de credibilidade política.

As reportagens e análises contidas no *Expresso* dizem respeito especialmente à disputa, às negociações e à partilha do poder; e narram as divergências e consensos que antecedem a tomada de decisões e as repercussões no campo político.

Enquadramentos verificados

Conforme Robert Entman (1993), os enquadramentos devem ser comprovados por meio da análise de conteúdo que identifique palavras-chave, estoque de frases, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que reforcem a abordagem de fatos e determinados julgamentos peculiares nas matérias.

A observação desses elementos pode ajudar a verificar se há recorrência de enquadramentos, antecipando os fatos noticiados e confirmando modelos mentais partilhados no campo da opinião pública.

No caso do nosso estudo, a análise quantitativa prévia das matérias publicadas no semanário *Expresso*, no *Diário de Notícias* e no site do jornal *Público* a respeito do Orçamento do Estado 2013 de Portugal verificou a tendência ao enquadramento econômico e político, crítico mas de viés institucional – e carente de visões alternativas.

Veremos agora que são constantes nos textos, determinados tipos de enfoque e de raciocínio, extraídos das fontes transcritas ou das figuras públicas citadas e respectivas instituições. Em outras palavras, a despeito do teor, as reportagens, comentários, notas, entrevistas e artigos de fundo se assemelham em indicar quais são os problemas (recessão econômica, aperto fiscal, aumento de imposto, redução do Estado Social) e os agentes implicados (sobretudo autoridades governamentais, como o ministro das Finanças; e instituições, como os credores).

A pauta explica em parte essa tendência. O Orçamento de Estado é uma lei anual que prevê os montantes e repartições de receita arrecadada principalmente por impostos, e a distribuição das despesas públicas com gastos sociais, investimentos e custeio do Estado. Como acontece em outras democracias modernas, há um percurso de proposição e tramitação a ser percorrido ano a ano entre os poderes constitucionais para a elaboração do OE¹³⁸.

Em geral, as fontes mais procuradas pelos jornalistas estão habitualmente nesse caminho institucional. O Orçamento de Estado, porém, tem consequências práticas na vida dos cidadãos comuns que podem ser cotejadas com diferentes pontos de vista. Assim, é possível que para além do governo e do parlamento (e, eventualmente, do Poder Judiciário), haja outras projeções diversificadas sobre o cenário macroeconômico e percepções mais complexas da situação social sob impacto do OE.

A análise de conteúdo a seguir, de cunho interpretativo, quer detalhar os principais pontos de atenção dos jornalistas (e da opinião pública), e ponderar se, como assinalamos na parte quantitativa, também escapam da visão informações, raciocínios e opiniões que poderiam calibrar a notícia, a análise dos fatos e a formação de outros juízos sobre a realidade.

Trunfo autista

As tendências dos enquadramentos na cobertura do Orçamento do Estado estão estabelecidas desde as primeiras edições retidas nas amostras dos jornais. Nas matérias publicadas logo após a entrega da proposta do OE 2013 são narrados tipos de fatos e apresentadas análises que serão recorrentes durante as 12 semanas finais de 2012, prazo legal de tramitação e promulgação do Orçamento.

No plano político, as reportagens e comentários enfatizam as fissuras causadas pelo OE dentro do governo, a postura de espectador adotada pelo presidente Cavaco Silva, as ilegalidades da proposta e, de forma incipiente, a articulação dos movimentos sociais contra a austeridade orçamental.

138 Conforme a Constituição da República Portuguesa, cabe ao Poder Executivo a iniciativa de elaboração da proposta de orçamento e que deve ser aprovada pela Assembleia da República e promulgada como lei pela Presidência da República. O governo deve executar o orçamento conforme a lei e será fiscalizado pela Assembleia da República e pelo Tribunal de Contas.

Ao mostrar os cortes, a imprensa veicula o discurso de que não há margem para alteração do Orçamento, mas também sugere que a proposta do OE 2013 foi além da dose exigida pela Troika e está baseada em cenário irreal. Apesar dessa tendência geral, a cobertura da imprensa não é monolítica. É possível ver numa mesma edição, matérias com pontos de vista antagônicos; por exemplo, há textos que criticam e textos que respaldam a política econômica e a figura do ministro das Finanças, Vitor Gaspar.

Segundo matéria assinada por Ângela Silva e Filipe Santos Costa no primeiro caderno do *Expresso* de 20 de outubro¹³⁹, os deputados da base aliada “não esperam milagres” para alterar o OE na Assembleia da República e a maioria trata de “baixar as expectativas” sobre eventual possibilidade de melhorar a proposta. Na opinião do colunista Nicolau Santos, porém, alterar a proposta é necessário. Entre sete razões que apresenta, ele sublinha que a lei foi concebida com base em “um cenário irrealista” e critica o “ministro das Finanças autista”.

Naquela altura, a imagem de Vitor Gaspar começa a se alterar nos jornais. Na mesma edição do *Expresso* ainda há a visão de que o ministro é “peça chave da ação do governo” (conforme reportagem de Ângela Silva¹⁴⁰) e também é um “trunfo raríssimo” (segundo artigo do político e professor de economia Miguel Cadilhe¹⁴¹).

Desde o começo da tramitação do OE 2013, Gaspar não contava, portanto, com unanimidade de opiniões positivas e enquadramentos favoráveis. Mas era possível ler matérias elogiosas. Reportagem de Eduarda Frommhold no *Diário de Notícias*, cinco dias depois daquela edição do *Expresso*, enaltecia: “trabalho é a palavra de ordem no Ministério das Finanças. Com Portugal sob um forte programa de ajustamento orçamental no âmbito da ajuda financeira da UE e do FMI, este é o ministério mais ativo do governo”.

Reportagem de Ana Rita Faria, publicada no site do jornal *Público* do dia 24 de outubro¹⁴², registra que a imagem de Gaspar e a percepção da política econômica são contraditórias inclusive dentro da principal legenda que forma a base de sustentação do governo. Segundo o texto, o vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), Miguel Frasquilho, disse naquele dia ao ministro das Finanças que o OE continha “o maior aumento de impostos de que há memória” e que a forma como as metas orçamentais de 2013 são projetadas “não faz parte da matriz ideológica do PSD”.

Assinalado isso, Frasquilho fez questão de diminuir a responsabilidade do governo e do ministro, e ponderou que o “enorme aumento de impostos” previsto para 2013 é a consequência da

139 Sob o título “Deputados baixam expectativas sobre recuos no OE”.

140 Ver a reportagem “Passos recusa escolher entre Gaspar e Portas”.

141 Com o título “Uma renegociação honrada”.

142 Com o título “PSD aprova Orçamento em nome do 'interesse nacional”.

decisão do Tribunal Constitucional, que no meio do ano vetou (ou “chumbou” como dizem os portugueses) os cortes dos subsídios a funcionários públicos e pensionistas previsto na lei do orçamento do exercício fiscal anterior (2012).

A falta de alternativas e a imposição de mais austeridade por razões acima da vontade do Poder Executivo são discursos veiculados pelo governo e pela base partidária para legitimar o Orçamento do Estado e diminuir a responsabilidade do gabinete ministerial de Pedro Passos Coelho na recessão.

Dez dias depois de encaminhar a proposta do OE 2013, como mostra reportagem do *Diário de Notícias*¹⁴³, o ministro das Finanças Vitor Gaspar esteve na Assembleia da República, fez o *mea culpa* de projeções erradas sobre os efeitos recessivos do programa de ajustamento, mas reforçou a ideia de que não havia alternativa e nem boa vontade dos credores com Portugal.

“Gaspar admitiu que o governo subestimou, durante mais de um ano, os efeitos recessivos da austeridade (...) Por cada euro de austeridade, a destruição da economia pode ser de 0,8 euro. 'Isto significa que existe o reconhecimento do efeito significativamente maior do que o consideramos antes' da quinta avaliação, disse [Gaspar]. Mas, insistiu, 'é enganador dizer aos portugueses que há margem negocial que não existe' para obter outros termos e condições no programa de ajustamento. 'O limite para o deficit e a dívida em 2012 e 2013 encostou no limite de tolerância das instituições que acompanham o programa'.”

Ministro do apocalipse

O raciocínio fatalista de que o Orçamento do Estado proposto é a única alternativa - de que é necessário aumentar impostos e de que o enxugamento do Estado é incontornável – foi funcional para a tramitação e aprovação da proposta. Como documenta matéria veiculada pelo site do *Público* no primeiro dia de tramitação do OE 2013 (15 de outubro)¹⁴⁴, “recusar este OE é recusar o programa de ajustamento e escolher uma via muito arriscada para Portugal”, disse o ministro das Finanças Vitor Gaspar ao tratar do projeto do Orçamento de Estado na Assembleia, segundo reportagem de Ana Rita Faria.

Conforme Gaspar disse aos deputados portugueses, “não há ninguém que defenda o mérito intrínseco de uma subida de impostos. Isso é reconhecido pelo governo, pela Troika, por todos os grupos parlamentares”; mas de acordo com ele a margem de manobra é “muito estreita”, repetindo a ideia já veiculada no discurso que apresentou o OE numa entrevista coletiva na sexta-feira anterior (12), fora do período da amostra.

143 De 25 de outubro, com o título “Gaspar errou a calcular impacto de austeridade mas diz que não há outra via”.

144 Com o título “Gaspar: 'Não há ninguém que defenda o mérito intrínseco de aumentar impostos'”; veiculada às 19h07.

Artigo de António Perez Metelo¹⁴⁵, redator principal da Agência Dinheiro Vivo, sublinha o fatalismo. “Ou se aprova isso a que se chegou, ou é o colapso de todo o programa de assistência plurianual 2011/2014”; escreve ao desdobrar “o remate político é inequívoco: 'ou a política vence a crise ou a crise subverte a política'. Agora ninguém diga que não sabe o que o governo fará até 2015”¹⁴⁶.

A mensagem do governo é corroborada por outras fontes “autorizadas” procuradas pelos jornais. Para a economista Teodora Cardoso, presidente do Conselho de Finanças Públicas, não há atalho alternativo à austeridade. “Para ter mais financiamento, temos de ter quem nos dê mais dinheiro”, lembrou a economista em reportagem do *Público*¹⁴⁷, salientando que outras possibilidades “estão esgotadas”, quer do lado dos mercados, quer do lado dos credores oficiais. Além disso, defendeu que aumentar a dívida significaria agravar o problema económico. “Daí que a nossa posição seja a que de temos de prosseguir este caminho”.

Um mês depois de tramitação, a tônica parece mudar ligeiramente. O tom fatalista é suavizado pelo discurso da prudência elaborado pelo governo e repetido na imprensa. Em audiência na Comissão de Orçamento e Finanças, da Assembleia da República, realizada no dia 15 de novembro, “Vitor Gaspar afirmou também perante os deputados que o OE de 2013 é um 'orçamento prudente', tanto ao nível do desenho das medidas de consolidação orçamental, como na previsão de receitas e na construção do cenário macroeconómico, que, salienta o ministro, 'tem em conta o padrão de ajustamento da economia em 2011 e 2012’”¹⁴⁸.

Sem ter sofrido grandes modificações, a proposta de lei orçamentária inicialmente defendida pelo governo como “irrecusável”, evoluiu para “prudente” e tornou-se “de risco” no dia de sua aprovação, como registra o site do *Público* em 27 de novembro prevendo o desfecho da tramitação¹⁴⁹. “Sem surpresas, a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2013 é aprovada hoje em votação final global no Parlamento. A maioria PSD/CDS viabiliza um Orçamento de 'risco', como já é assumido [pelo governo e base], mas não sem esconder o desconforto. E com episódios rocambolescos”¹⁵⁰.

145 Publicado no encarte da edição especial do *Diário de Notícias* do dia 16 de outubro.

146 O fatalismo também é comentado em artigo assinado por André Macedo, diretor do Dinheiro Vivo “... Ele [Vitor Gaspar] apresentou o único orçamento que podia apresentar para fazer de conta que estamos a cumprir a risca o estúpido memorando e que vamos atingir as metas. O jogo é esse: fazer de conta”.

147 Matéria de Ana Rita Farias, veiculada no site do *Público* em 8 de novembro de 2012 (12h41)

148 Vitor Gaspar ainda garantiu que “houve cuidado em garantir uma distribuição equitativa no esforço de ajustamento”; ver a respeito a reportagem de Ana Rita Faria (veiculada às 15h58 daquele dia) com o título “Ajustamento da economia explica maior parte do desvio orçamental, diz Gaspar”.

149 Ver matéria de Sofia Rodrigues, postada à 0h00 do dia 27 de novembro, com o título “Maioria PSD/CDS aprova Orçamento sem esconder desconforto”

150 Segundo disse ao *Diário de Notícias* o porta-voz do CDS-PP (segundo partido da base aliada do governo), deputado João Almeida, o OE continha cinco riscos: de “credibilidade”, pois os esforços não estavam “devidamente justificados”; de “sustentabilidade”, havia previsões arriscadas no PIB e no consumo privado; de “desproporcionalidade”, entre esforço na despesa e na receita; de “insuficiência”, das mudanças introduzidas na

Apesar da própria base aliada mudar a adjetivação da proposta, o tom apocalíptico inicial seguiu nas justificativas após a aprovação do OE. O deputado Telmo Correia (CDS-PP) descreve ao *Diário de Notícias* do dia 28 de novembro que seria o caos se o OE 2013 não fosse aprovado: “o fim do financiamento, a impossibilidade de pagar salários e, no limite, a saída do euro”. E, em consequência disso, “casas de habitação e as pequenas poupanças de milhões passariam a valer menos da metade”. O próprio porta-voz do CDS-PP (segundo partido da base aliada do governo), deputado João Almeida disse que o OE aprovado pelo parlamento não era “um bom orçamento” – apesar de ser “melhor” do que a proposta original.

Espartilho fiscal

Outra imagem interessante, que vai perdurar em outras matérias, é elaborada na reportagem de Ana Sofia Santos, do *Expresso*. Segundo o texto (publicado em 20 de outubro¹⁵¹), as famílias portuguesas terão que vestir um “espartilho fiscal” por causa da sobretaxa excepcional de impostos. A roupa íntima ficaria apertada em razão da redução de escalões do imposto de renda (Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares – IRS) e agravando a carga fiscal elevada no imposto sobre o consumo (Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA). De acordo com outras matérias do caderno de economia do semanário, a classe média, especialmente funcionários públicos e pensionistas seriam os mais afetados.

O sacrifício da classe média é sublinhado pelos jornais desde o primeiro dia de tramitação do OE. Reportagem veiculada pelo site do *Público* às 8h43 do dia 15 de outubro, intitulada “Governo apresenta o mais duro Orçamento do Estado” (matéria sem assinatura). O texto assinala que “a proposta preliminar do OE, que circulou dias antes da entrega oficial, apontava para aumentos no IRS que penalizam mais a classe média do que os mais ricos. Quem trabalha a recibos verdes [prestação de serviço sem vínculo empregatício] deverá ser fortemente tributado: espera-se um aumento de 70 para 80% do rendimento considerado para o cálculo da tributação.”

A penalização dos assalariados e das famílias com o aumento de impostos, admitida pelo governo e ressaltada pela oposição¹⁵², foi sempre lembrada negativamente pela imprensa em reportagens ou comentários desde o início da tramitação da proposta do OE 2013. “O Orçamento do Estado para 2013 ficará para a história como um dos que mais aumentaram a carga fiscal, sobretudo

AR e; por fim, de “perversidade”, ao promover um 'aumento atabalhoado da pressão fiscal' que vai 'penalizar as famílias”. Publicado no *Diário de Notícias* de 28 de novembro, ver reportagem “Centristas aprovam Orçamento para evitar “crise” política”, de João Pedro Henriques.

151 Sob o título “Até quanto aguentam as famílias o espartilho fiscal?”

152 O secretário-geral do Partido Socialista, António José Seguro, chamava o Orçamento do Estado de “exterminador da classe média” e “bomba atômica fiscal”. Segundo disse ao repórter Fernando Madaíl (*Diário de Notícias* de 21 de outubro), a proposta era “irrealista” e desacreditada dentro do próprio governo – “ninguém acredita, nem mesmo alguns dos ministros”.

no IRS, em que o governo espera ir buscar mais cerca de 2,8 mil milhões [bilhões] de euros de receita adicional face a 2012”, contabiliza reportagem de Lucília Tiago, no *Diário de Notícias* de 28 de novembro.

A crítica também foi alimentada pelo descontentamento de alguns empresários¹⁵³ como, por exemplo, os donos de restaurantes e bares que já acumulavam de anos anteriores aumento de carga tributária. O dono da marca de lanchonetes H3, António Araújo, escreve um artigo no encarte do Dinheiro Vivo da edição especial do *Diário de Notícias*, no dia seguinte à chegada do OE na Assembleia da República¹⁵⁴: “com as medidas anunciadas pelo governo, como sempre, quem paga os impostos e as receitas extraordinárias é quem trabalha. Infelizmente, acho que as medidas são sempre tomadas com base no desespero. Isto acontece na questão da tributação de imóveis, por exemplo, ou no caso da subida do IVA de 13% para 23%. Para os ricos é fácil... saem do país e quando as coisas melhorarem regressam. Nenhum empresário vai continuar em Portugal se não ganhar dinheiro”.

Em diversos momentos da tramitação vários setores fizeram coro contra o aumento da carga tributária. Onze dias depois do projeto de lei do OE 2013 chegar à Assembleia da República (dia 26 de outubro), o *Público* reproduziu matéria da Agência Lusa sobre as críticas da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) ao orçamento do governo. Segundo a central, “a proposta de OE para 2013 não tem possibilidades de ser cumprida por ser injusta, pelo seu impacto na recessão e porque muitas famílias não terão dinheiro para suportar o brutal aumento de impostos”, citou a matéria extraindo informações da nota da central sindical distribuída à imprensa.

Artigo do jornalista Pedro Tadeu no *Diário de Notícias* (publicado no dia 30 de outubro) também demonstra a preocupação com a classe média. “Toca, portanto, a inundar-nos com mais impostos e a redefinir as funções do Estado, isto é, a acabar com o rega-bofe dos pobres e da classe média que querem ter quase de borla [de graça], saúde e educação e, ainda por cima, subsídios de desemprego e reformas”. A aflição dos estratos médios é muito cara aos jornais portugueses porque, assim como acontece em outros países, grande parte da chamada opinião pública, leitora de jornais, está nessa classe social.

Dentro da classe média, ainda é possível distinguir as referências da imprensa a um estamento especialmente atingido pelo Orçamento de Estado, como descreve o *Diário de Notícias*¹⁵⁵. “Os funcionários públicos são duplamente sacrificados. Além de pagar mais IRS como

153 “Nem o tabaco de enrolar escapa”, afirma empresário que reclama dos impostos sobre o fumo, ouvido pela repórter Ana Marcela na matéria tabagista “Já nem vale a pena comprar tabaco de enrolar”, publicada no dia 16 de outubro no *Diário de Notícias* (encarte Dinheiro Vivo).

154 No dia 16 de outubro.

155 Matéria de Eduarda Frommhold, publicado no encarte do Dinheiro Vivo na edição especial do *DN* de 16 de outubro. No mesmo dia, a repórter também assina a reportagem “Função pública vai despedir dez mil e cortar os

o restante dos trabalhadores, continuam a ter os salários cortados em 3,5% a 10% acima dos 1.500 euros mensais brutos, a que se soma o corte de um dos subsídios para os vencimentos acima dos 600 euros”.

Refundação do Estado Social

Essa ideia começa a ser plantada pelo ministro das Finanças Vítor Gaspar logo no início da tramitação do Orçamento do Estado. Em audiência na Assembleia da República, Gaspar aponta que o Estado Social português é caro e força a alta da carga fiscal. “Aparentemente, existe um enorme desvio entre aquilo que os portugueses acham que devem ser as funções sociais do Estado e os impostos que estão dispostos a pagar”, disse na sessão no parlamento no dia 24 de outubro.

O ministro solta ali o balão de ensaio da refundação do Estado Social, que será proposta em discurso três dias depois pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho¹⁵⁶. Nem Gaspar e nem Passos Coelho esclarecem se a reforma é na seguridade social, no sistemas de proteção, na educação pública ou na assistência à saúde.

Tratar da refundação àquela altura serviu para embaralhar a cobertura jornalística, agendar novo assunto junto à opinião pública e dividir a atenção dos jornais entre o orçamento e eventual reforma do Estado; que por lei só poderia acontecer no ano fiscal seguinte e não estava proposta no OE 2013. Ali se plantou o valor de que o ajustamento da economia passa pelas funções sociais do Estado e é aflitivo o enxugamento das despesas permanentes que agravam o deficit *Público*.

O discurso do governo conseguiu mais uma vez pautar a imprensa. O agendamento foi assinalado em matérias com teor favorável e também com ponto de vista contrário. Por exemplo, o articulista Pedro Adão e Silva, do *Expresso*, quando escreveu sobre “Uma teoria geral dos buracos”¹⁵⁷, opinou que o governo não sabia a dimensão que terá a chamada refundação do Estado Social, e em vez de tratar do conjunto das despesas e das políticas públicas prefere o debate de cariz ideológico típico - favorável ao liberalismo econômico e contrário à intervenção estatal.

“Não há motivo para que não se tenha um debate aberto sobre o conjunto das políticas públicas. Ao procurar centrar o pseudo debate nas funções sociais, fica claro que a crise é uma oportunidade para impor uma agenda ideológica que tem como ambição diminuir as responsabilidades públicas nas áreas sociais”, disse Adão e Silva.

A capacidade de agendamento do governo também pode ser demonstrada na reportagem “Repensar o Estado Social, mas até onde?” (*Expresso*, 15 de dezembro). A matéria pergunta:

salários aos restantes”; onde assinala: “... o governo teve mão pesada no que se refere às remunerações dos trabalhadores do Estado, que encolhem por diversas vias”.

156 “[É necessária uma] refundação do programa de ajustamento com a 'Troika' que permitirá fazer uma profunda reforma do Estado [até 2014]”; disse Passos Coelho no dia 27 de outubro.

157 Na edição de 15 de dezembro.

“Quando o Governo proclama que é preciso refundar o Estado, discute-se o quê?” e tenta responder a partir das intervenções de juristas, economistas e cientistas políticos que participaram de um colóquio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa a respeito do tema. O enquadramento político-social, construído a partir do discurso competente de especialistas de diferentes áreas, forma a visão de que a reforma do Estado não está completamente desenhada.

O agendamento do governo prossegue na edição seguinte do *Expresso* (22 de dezembro) que reporta a intenção do governo, calcada nas expectativas da Troika, de reformar o sistema de pensões. “O sistema de segurança social, tal como existe, não está a ser um instrumento eficaz de redistribuição de riqueza”, teria dito Pedro Passos Coelho, em reunião no Conselho Nacional do PSD. Segundo o jornal, em reunião com o governo português, o então chefe da missão da Troika, o egípcio Abebe Aemro Selassie teria classificado o sistema nacional de pensões como “muito generoso” .

Cidadão comum

O jornal trata o assunto como “balão de ensaio da reforma geral do sistema” e dá um enquadramento político-social repercutindo a ideia de que os sistemas de aposentadoria em Portugal são desiguais e ineficientes para a distribuição de riqueza. A matéria cita políticos da situação (Passos Coelho, Cavaco Silva), da oposição (João Senedo) e independente (Bagão Félix), e faz referência a instituições da seguridade (Caixa Geral de Aposentações; Segurança Social) e órgão internacional (OCDE), mas não ouve e nem cita diretamente aposentados ou seus representantes.

No mesmo dia, a Revista do *Expresso* trata da “Manif' de 15 de setembro” na retrospectiva de 2012. O texto avalia que o protesto naquela data (fora da amostra), feito por causa de uma proposta de aumento da Taxa Social Única foi a maior manifestação desde o 1º de maio de 1974, após a queda do Estado Novo português. “Percebeu-se que há uma fatia da sociedade civil – boa parte dela apartidária e distante dos sindicatos – disponível, por alguma razão e a dado momento para protestar contra o poder político”. Apesar de ser uma manifestação, nenhum ativista participante tem fala na matéria, nem mesmo um porta-voz das entidades mobilizadoras.

Outra matéria que o cidadão comum não é ouvido apesar de supracitado é a reportagem escrita de Nicolau Santos sobre “O sacrificado contribuinte”, também publicada em 22 de dezembro na Revista do *Expresso*. Conforme o jornalista, “os 20% de contribuintes que pagam 85% da receita fiscal passaram a ser esfolados vivos pelo Estado, esse Estado que ao mesmo tempo cortou fortemente em todos os apoios sociais (rendimento social de inserção, subsídio de desemprego, subsídio de doença, subsídio para funeral em caso de morte, etc, etc.)”.

Estado indispensável

Sem esquecer dos dramas da classe média por causa da refundação do Estado Social e do aumento de impostos, os jornais aquiescem posições contraditórias sobre a diminuição de gastos do governo para economizar recursos públicos. Tanto nas partes noticiosas quanto nas partes opinativas dos jornais, há desde manifestações francamente favoráveis ao enxugamento de despesas do Estado àquelas opiniões frontalmente contrárias aos cortes nas políticas sociais.

O posicionamento pode parecer confuso, mas corresponde às visões de mundo da opinião pública, que além de ser mais afetada com o aumento de impostos é o estrato beneficiário do Estado Social sob maior ameaça por causa da política de contenção fiscal.

A ideia de diminuir os gastos permanentes do governo justifica a redução do Estado Social, como pode ser visto, por exemplo, na edição de 27 de outubro do *Expresso* em diferentes matérias. A reportagem “Vem aí a 'revolução' no Estado Social” anuncia que o governo testará os “limites da Constituição” e se prepara para o “maior desafio da legislatura: emagrecer empresas do Estado, reduzir funcionários públicos e mexer a fundo na saúde, educação e prestações sociais”.

A razão da iniciativa, segundo o enquadramento, é “garantir a sustentabilidade” do Estado social. Os repórteres Ângela Silva e Filipe Santos Costa registram que defensores das medidas encontraram a “fórmula para fugir à carga ideológica do Estado mínimo”, falam em “Estado indispensável”.

Viés institucional

O texto elenca possibilidades de ajustes, mas apesar do tom crítico não trata das eventuais consequências de redimensionamento das políticas públicas. A matéria não ouve possíveis afetados pela reforma do Estado e nem cita seus representantes. As referências são ao primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, ao ministro Vítor Gaspar, ao governo, aos partidos de sustentação e aos credores internacionais.

O mesmo efeito pode ser visto no comentário de Nicolau Santos em sua análise naquele dia (27 de outubro¹⁵⁸) a respeito da apresentação de Vítor Gaspar na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças da Assembleia da República. Segundo a coluna, o ministro das finanças demonstrou que a política econômica está falhando e não tem rumo, pois Gaspar “admitiu que subestimou os efeitos recessivos do ajustamento durante mais de um ano”; e “admitiu que o 'enorme aumento de impostos' veio para ficar”. O articulista ainda sublinha: “não explicou como é que a dívida (...) vai parar de crescer e como é que o deficit será cumprido no próximo ano”¹⁵⁹.

158 Sob o título “Alguém deve travar a Troika e Gaspar”.

159 Para o articulista; “é extraordinário que o ministro insista num brutal aumento fiscal para 2013, que vai devastar famílias e empresas e tornar árida, por muitos anos, a economia portuguesa”.

Por mais negativa que possa ser a reportagem ou por mais desfavorável que seja o comentário, as figuras de governo tendem a estar no centro do noticiário. Leia-se ainda naquela edição a coluna de Fernando Madrinha. Com argumentos, ele grava “a culpa não é da Troika”; e rechaça o governo (em especial; o ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares) pela “deplorável” intenção de reduzir subsídios sociais mais baixos, “incluindo o subsídio mínimo de desemprego”.

O enquadramento é político, e Madrinha tem a clarividência de ressaltar que as decisões de cortes sociais são do governo e não do FMI, do Banco Central Europeu ou da Comissão Europeia. “O que tem vindo a matar o governo, a comprometer o consenso político e a paz social não são as exigências da Troika. São os excessos e abusos cometidos em seu nome”. O tom é crítico, mas apesar de ir além do senso comum, que em geral culpabiliza os credores internacionais sobre a situação econômica, não extrapola a esfera do poder institucional.

A mesma tendência institucional pode ser percebida até mesmo em matérias onde os trabalhadores eram os principais personagens das reportagens. É o que se vê na matéria “UGT entrega a PM [primeiro-ministro] moção contra 'ultra-austeridade’”, da Agência Lusa e veiculada pelo *Público* na noite do dia 26 de outubro. A matéria informa que a moção da União Geral dos Trabalhadores (UGT) entregue pessoalmente a Pedro Passos Coelho afirma que o OE “agrava a pobreza, aumenta o desemprego e aumenta a insegurança de todos”.

Apesar de a iniciativa ser de uma central sindical e da matéria expor supostas consequências socioeconômicas, não há enfoque nas políticas alternativas e nem referências a outras fontes não institucionais (como movimentos sociais) ou a pessoas comuns que vivam concretamente a situação descrita.

Observação semelhante pode ser feita quanto ao comentário do articulista Viriato Soromenho-Marques, publicado no dia 30 de outubro no *Diário de Notícias*¹⁶⁰, que avalia que o OE 2013 é “uma verdadeira máquina do tempo”, pois “em poucos meses arrisca-se a transportar Portugal aos indicadores de pobreza de há trinta ou quarenta anos, antes da existência de um mínimo 'Estado social’”. Apesar de dizer que o Orçamento agrava a incapacidade do Estado em atender à população e piora as consequências sociais do programa de ajustamento, o texto não esmiúça a crítica e não detalha os riscos de empobrecimento.

Mobilidade descendente

A edição de 3 de novembro do semanário *Expresso* contém mais de um texto cujo enfoque é a queda do nível social da população. No caderno de economia daquele dia, Daniel Bessa assina o

160 Com o título “Veja a Diferença”.

artigo “Refundação”, onde expõe que a retomada do crescimento é central para a reversão do processo de empobrecimento e que minguou o Produto Interno Bruto. No mesmo caderno, Nicolau Santos escreveu uma coluna¹⁶¹ abordando o empobrecimento e tratando explicitamente de fome e de outros problemas sociais.

No primeiro clichê, Fernando Madrinha diz que a chamada “refundação” do Estado social significa “institucionalização do empobrecimento”; o escritor Miguel Sousa Tavares, em extenso artigo¹⁶², fala em classe média reduzida a “remediada”; e o ativista Daniel Oliveira¹⁶³, que mantém coluna onde o enquadramento político-social é recorrente, assinala que a “refundação” agrava a situação social. Ele critica o banqueiro Fernando Ulrich (presidente executivo do banco BPI) pela demonstração naquela semana de “insensibilidade e cegueira social”¹⁶⁴.

Se há cegueira social entre os banqueiros, ela não ocorre por agnosia completa dos jornais sobre os riscos de empobrecimento da classe média e aumento da iniquidade social em Portugal. Além das matérias citadas no *Expresso*, há diversas abordagens a respeito no *Diário de Notícias* e no *Público*. Artigo assinado na seção Fórum pelo deputado socialista Pedro Marques, por exemplo, alertava naqueles dias de aprovação do OE que “a estratégia de empobrecimento regenerador falhou!”¹⁶⁵.

O *DN* de 21 de outubro traz, na seção Atual, reportagem especial¹⁶⁶ de Fernando Câncio que cita a socióloga Maria João Freitas, alertando para o empobrecimento e a reversão do processo de mobilidade social experimentado por Portugal depois da Revolução dos Cravos. “As pessoas estão neste momento em processo de mobilidade descendente. Está tudo a cair e tudo a perder os fatores de distinção dos que eram pobres e classes médias, etc (...) Esta crise econômica implica também uma crise radical de identidade das pessoas, e de posição relativa de classe. As famílias que sustentarem uma ruptura com o passado vão-se encontrar com ele (...) E isso cria uma enorme angústia, porque o que marca a percepção da qualidade da vida é o sentido ascendente ou descendente, o sentido da esperança e da sua ausência”.

O site do *Público* no dia 27 de novembro (13h16) também traz notícia com referências aos riscos de empobrecimento por causa da austeridade explícita no Orçamento do Estado. A matéria de Fabíola Maciel¹⁶⁷ trata da mobilização da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) para pedir o veto presidencial e a análise prévia da constitucionalidade do OE 2013

161 Com o título “Um país de indigentes e desprotegidos”.

162 Com o título “A hora da verdade”.

163 Com o título “Refunda e aguenta”.

164 Naquela semana, o banqueiro ao responder a pergunta se “o país aguenta mais austeridade?” cravou “ai aguenta, aguenta!”.

165 “Crônica de um desastre anunciado”, artigo publicado em 26 de novembro.

166 Publicada com o título “A paz, o pão, a habitação”.

167 Com o título “CGTP pede veto de Cavaco Silva a orçamento 'fora da lei'”.

aprovado na véspera pela Assembleia da República. Conforme a matéria, o secretário-geral da central sindical, Arménio Carlos, prometeu continuar a luta “enquanto houver fome, pobreza e desigualdades” e, neste sentido, garantiu que a CGTP vai apresentar uma petição – que será a “maior de sempre da CGTP” – em defesa das funções sociais do Estado.

Deve-se salientar que o conhecimento dos riscos de empobrecimento e da distribuição desigual dos efeitos do ajustamento económico foram parte das razões apresentadas por Cavaco Silva para mais adiante solicitar a fiscalização do Tribunal Constitucional após a promulgação do OE 2013. “Todos serão afetados, mas alguns mais do que outros, o que suscita fundadas dúvidas sobre a justiça na repartição dos sacrifícios”, disse Cavaco Silva em mensagem de fim ano aos portugueses¹⁶⁸.

Apesar dessas perspectivas irem além do estrito enquadramento político e económico, e ressaltarem a possibilidade de empobrecimento desigual, o conjunto de matérias analisadas não deixa de estar pautado pela agenda do governo e pelo pensamento de que a austeridade do OE e a reforma do Estado Social são inevitáveis - “pois é disso que se trata: escolher entre a sobrevivência da economia ou a do Estado que deixamos inchar irresponsavelmente”, como descreve Miguel Sousa Tavares em 3 de novembro¹⁶⁹.

Esse é o teor da reportagem que narra na mesma edição que “Gaspar pediu ajuda ao Banco Mundial há 15 dias” para localizar onde é possível efetuar os cortes de 4 bilhões de euros das despesas permanentes do Estado. De acordo com a matéria, equipe do FMI com um perito do Banco Mundial esteve em Lisboa “a correr todos os ministérios para detectar potenciais cortes na despesa”.

Repare que a referência descrita na matéria é sobre peritos (inominados) em gastos públicos de um dos credores internacionais, que avaliariam onde era possível enxugar excessos. Não há citação a eventuais fontes especialistas (da equipe do FMI ou não) em políticas sociais que possam ponderar sobre os impactos dos cortes.

O *Expresso* dá sequência à pauta e na semana seguinte (10 de novembro) anuncia que o “FMI deixou *road map* para a reforma do Estado”. Segundo a reportagem, a proposta previa cortes na proteção social, defesa e administração pública. Na saúde e na educação, o fundo indicou a redução de estrutura e o aumento concessões de serviços; na segurança social sugeriu aumentar a fiscalização, combater a fraude e moralizar acesso às prestações sociais.

168 Conforme a matéria “Cavaco envia OE para Tribunal Constitucional e rejeita crise política em 2013”, publicada na seção Atual, e escrita por Paula Sá e Miguel Marujo.

169 Sob o título “Hora da Verdade”

Coesão social

Nos jornais, há uma visão de que a recessão econômica (acentuada pelo OE 2013) agrave a situação social e leve a um quadro durkheimiano de falta de coesão social. Por exemplo, a matéria do *Expresso* sobre o “road map” do FMI cita trecho do relatório do Fundo no qual se alertava que os programas de austeridade, aplicados às economias europeias em maiores dificuldades, “estão em sério risco de se tornarem social e politicamente insustentáveis”.

Mesmo com o alerta, o texto repete o feitiço de outras matérias e não aprofunda a análise e nem explicita as consequências sociais dos cortes de gastos previstos no Orçamento ou da “refundação” do Estado Social. Veja, por exemplo, o comentário do articulista do *DN* Viriato Soromenho-Marques, no dia seguinte à aprovação (28 de novembro). “Os cortes com as despesas sociais aumentarão a precariedade e farão perigar ainda mais uma débil coesão social. O desmoronar do mercado interno aumentará os encargos sociais do Estado com a subida do desemprego. O PIB continuará em rota recessiva, agravada pela perda de velocidade nas exportações”.

À direita e à esquerda, os formadores de opinião enxergavam riscos para a coesão social. Não tendo uma conceituação mais elaborada, o temor da anomia vestia textos contrários ao enxugamento de despesas do Estado ou favoráveis aos cortes. Na edição do dia 10 de novembro do *Expresso* a ameaça é lembrada no artigo de Rui Ramos¹⁷⁰. Segundo o colunista, “em vez de ajudar aos que necessitam, este sistema [o Estado expropriador] reduz todos à condição de necessitados. Em vez de reforçar a coesão, destrói a sociedade”.

O risco de coesão social parece ser uma questão especialmente econômica e financeira - de má gestão da dívida pública e de falta de crescimento. “Não é um exagero dizer que este orçamento é um dos mais importantes da nossa história em democracia. Da capacidade de controlar a dívida pública depende a continuação do financiamento externo; da capacidade de retomar o crescimento depende a sobrevivência da nossa economia; da capacidade de distribuir sacrifícios com justiça depende a coesão social e política do país”, explica o colunista Ricardo Reis no encarte do *Dinheiro Vivo*¹⁷¹.

O presidente do Conselho Económico e Social (CES), José Albino da Silva Peneda, também liga a coesão social ao desempenho económico e à dose de austeridade. Conforme opina em entrevista publicada no site do *Público* no dia 3 de dezembro (8h30)¹⁷², “a austeridade é necessária mas é preciso que valha a pena”, disse citando frase do ex-primeiro ministro Francisco Sá Carneiro.

170 Sob o título “A Troika não está sozinha”.

171 Publicado no encarte da edição especial do *Diário de Notícias* de 16 de outubro.

172 Entrevista concedida a Miguel Gaspar e a Raquel Martins, sob o título “Se houvesse um governo de iniciativa presidencial, seria muito mau para o país”.

Na entrevista, Peneda assinala que o receio dos parceiros sociais (empresários e trabalhadores que junto com representantes do governo formam o CES) é o medo do ciclo recessivo. “Não podemos estar condenados à penúria. Estamos perante um Estado falido neste momento, mas a solução passa pelo crescimento económico. Para isso tem de haver um conjunto de pressupostos: pôr as contas em ordem é fundamental, mas tem de ser conciliado com as tais medidas de crescimento”.

No parecer sobre o Orçamento do Estado¹⁷³, o CES assinalou os riscos de “ruptura social”. Conforme Peneda aponta na entrevista, o conselho entende que “há limites” para a austeridade. “Quando se fala num corte de quatro mil milhões [quatro bilhões] de euros há limites. Cuidado que podemos estar a tocar em questões sensíveis. Os mercados financeiros são instantâneos, os sociais podem ser muito violentos”.

As ameaças de perda de coesão social por causa do orçamento também são salientadas no artigo do gestor Pedro Marques Lopes, publicado em 21 de outubro no *Diário de Notícias*¹⁷⁴. Segundo ele, “só pode ser piada de mau gosto dizer, num mesmo documento que se aprova o Orçamento para a estabilidade política e coesão social. Falências, desemprego em massa, miséria, destruição da classe média, instituições em colapso não serão propriamente a imagem dum país estável e coeso socialmente”.

Além dos riscos de coesão social interna, os formadores de opinião ressaltam a falta de “solidariedade orçamental” na União Europeia e das ameaças ao projeto da federação continental com moeda única. Esse é o caso do artigo assinado pelo economista Francisco Caneira Madelino, ex-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, também publicado no site do *Público*¹⁷⁵.

Como descreve, “a recessão fundamentalista não é assim a resposta para economias em depressão profunda, muito menos generalizada a zonas amplas de comércio internacional livre, e muito menos ainda a espaços com moeda única, aplicadas precisamente sobre as regiões que mais tem tido problemas de coesão. Moeda única e produtividades regionais distintas, sem solidariedade orçamental, e com austeridade ao nível que está a ser feito, agravará as desigualdades, como está a acontecer. Com

173 De acordo com o Artigo nº 92 da Constituição da República de Portugal, o Conselho Económico e Social é o órgão de consulta e de “concertação” que, entre outras coisas, participa na elaboração das propostas das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social – incluindo aí a rotina de formulação de parecer sobre as propostas orçamentárias. O conselho é formado por representantes do governo, das organizações representativas dos trabalhadores, de empresários, das regiões autónomas e das autarquias locais. Veja a respeito <http://www.ces.pt/44>, acessado no dia 15 às 12h01. Conforme matéria de Pedro Araújo publicada pelo *DN* em 30 de outubro, “o CES insiste que é preciso renegociar o quanto antes com a Troika o memorando de entendimento, nomeadamente estendendo os prazos, diminuindo os encargos com juros do empréstimo e reconfigurando as políticas no sentido de haver um esforço do lado da despesa e uma aposta mais séria no crescimento da economia”.

174 Publicado na seção Fórum com o título “O triste fim do CDS”.

175 Artigo “Mais recessão e desemprego: impossível ajustar as contas públicas”, publicado no dia 15 de novembro (12h47).

desigualdades exageradas dentro da zona Euro não há moeda única que possa funcionar”¹⁷⁶.

O deficit e a quadratura do círculo

Se a austeridade excessiva é apontada por alguns formadores de opinião como risco de anomia, para outros, o desequilíbrio entre as despesas públicas e as receitas geradas e arrecadadas é a principal ameaça à capacidade do Estado em garantir a coesão social. “Tudo foi relativizado e desvalorizado com o argumento da urgência e das dificuldades do monstro do deficit, erigido em meta central, quando não única ação do governo”, comentou a respeito o filósofo e ex-ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho em sua coluna do *Diário de Notícias*¹⁷⁷.

Reportagem analítica de Sérgio Aníbal (jornalista e economista), publicada no site do *Público* em 21 de dezembro¹⁷⁸, assinala que o deficit fiscal é a principal preocupação dos credores de Portugal. Um relatório da Comissão Europeia, após a avaliação da Troika de novembro de 2012, lamentava para aquele ano 2012, “a implementação de medidas adicionais no valor de 0,3% do PIB para cobrir as insuficiências de receita, como acordado na quinta avaliação, não esteja ainda totalmente feita”.

Segundo a matéria, o deficit persiste apesar das medidas de ajustamento prescritas pelos credores externos. “O congelamento do investimento e da aquisição de alguns bens e serviços já foi adotado e as mudanças necessárias nos impostos sobre os imóveis mais caros também estão em vigor, mas a aplicação antecipada de algumas medidas na Segurança Social previstas para 2013 ainda está por fazer, diz a Comissão, receando que o objectivo do deficit possa não ser atingido pelo fato de estas medidas apenas entrarem em vigor em dezembro”.

A resiliência do deficit fiscal já havia sido descrita pelo mesmo Sérgio Aníbal em matéria do dia 3 de dezembro¹⁷⁹ sobre a avaliação da Assembleia da República sobre as metas do ajustamento. “Apenas um deficit inferior a 4,3% nos últimos três meses de 2012, algo que nunca aconteceu em Portugal nos anos mais recentes, poderá evitar que o governo falhe mais uma vez o seu mais recente objetivo para o saldo orçamental no final do ano”; descreve a reportagem sobre a análise da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (Utao) do Parlamento português¹⁸⁰.

176 Também reclama da falta de solidariedade europeia o articulista Viriato Soromenho-Marques. Em comentário publicado em 30 de outubro, ele afirma que “os portugueses de 2012 pagam o erro de ter acreditado que a União Econômica e Monetária seria um projecto de solidariedade política e não uma organização de prestamistas capazes de utilizar o terror social como técnica de cobrança contra os membros devedores”.

177 Publicado no dia 18 de outubro, com o título “Uma nave de loucos”.

178 Com o título “Comissão Europeia teme derrapagem no défice deste ano”, publicada às 12h51.

179 Com o título “Déficit continua em derrapagem, avisa a Utao”, publicada às 18h.

180 Conforme reportagem de Ana Rita Faria, com o título “Teodora Cardoso: orçamento não incorpora expectativas de redução do rendimento permanente”, publicada no dia 8 de novembro, a dificuldade de diminuir o deficit fiscal em 2012 colocou em xeque as previsões do Orçamento do Estado de 2013. Conforme a presidente do Conselho de Finanças Públicas, a economista Teodora Cardoso, as previsões comportavam “um conjunto de riscos”, pois “a execução de 2012 não estava assegurada, visto que só no início do próximo ano será possível fechar os números das

O problema do deficit fiscal alimentou as justificativas tanto para o aumento de impostos e para enxugamento de despesas e diminuição do Estado. Como mostra reportagem de João Pedro Henriques no *Diário de Notícias* de 9 de novembro¹⁸¹, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas defendia cortes inclusive na área social para evitar novos aumentos na carga fiscal. “Portugal tem um problema de excesso de deficit, de excesso de dívida e de excesso de despesa, que leva por sua vez a um problema de excesso de carga fiscal”.

Os portugueses usam uma expressão muito peculiar quando querem tratar de uma dificuldade ou da impossibilidade de resolver um problema – chamam isso de “quadratura do círculo”. Para o editorial do *Diário de Notícias*, publicado na edição especial de 16 de outubro (dia seguinte da entrega da proposta do OE 2013) era assim que a questão do deficit *Público* se colocava e a solução econômica tinha que ser anticíclica: “essa quadratura do círculo só parece ter uma saída lógica: a do fim da recessão, a do estímulo à economia, que, crescendo de novo, acabará por gerar mais receita pública, mais emprego, e menos despesas em apoios sociais do Estado”¹⁸².

Estado dispendioso

Contrariando alternativas de político-econômica não-ortodoxa e a promessa feita pelo governo aos portugueses de ter um ajuste econômico cortando despesas e não aumentando mais impostos, o crescimento do fisco foi peça fundamental do Orçamento de Estado de 2013. Ao apresentar a proposta em entrevista coletiva, o ministro das Finanças Vítor Gaspar enervou a opinião pública e estimulou as críticas dos jornais ao anunciar que aquele texto determinava o mencionado “enorme aumento de impostos” para equilibrar as contas do Estado.

Na opinião do ex-secretário-geral da CGTP, o sociólogo Manuel Carvalho da Silva, o OE 2013 era “um retrocesso profundíssimo” e “dramático”, coisa de “banditismo político”, pois continha “expressões limite, violentas, do ponto de vista dos sacrifícios pelo lado dos impostos”, conforme reportagem da Agência Lusa reproduzida pelo site do jornal *Público* em 31 de outubro¹⁸³.

Na matéria, Carvalho da Silva chama atenção para os cortes de despesas sociais do Estado que ainda seriam efetuados. Diferente do aumento dos impostos, o enxugamento de gastos parece

receitas fiscais, bem como saber se o Eurostat irá ou não viabilizar o registo da operação de concessão da ANA [Aeroportos de Portugal] nas contas nacionais”.

181 Publicada com o título “Seguro e Cavaco unidos contra mudar o governo sem eleições” na seção de Política.

182 O foco na questão do deficit fiscal é observado nos textos dos economistas. Ao comentar a publicação de livros de economistas portugueses sobre a situação do país, Renato do Carmo do Observatório das Desigualdades (Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE) assinala que “os temas abordados remetem sobretudo para o deficit orçamental, o deficit Público, o deficit externo, a competitividade, o crescimento... e, talvez, o desemprego, a escolarização e ponto final. Também se podem referir esporadicamente aos rendimentos, mas dificilmente os farão a partir da ótica da desigualdade. Na verdade se os rendimentos são vistos como problema é porque são inevitavelmente remetidos para a questão salarial, ou seja, são vistos normalmente como custos de produção.” (2011: 10)

183 Publicada às 14h44, com o título “Carvalho da Silva diz que OE para 2013 é 'retrocesso profundíssimo”.

ser mais palatável para a opinião pública. O artigo de Rui Ramos, publicado no semanário *Expresso* em 10 de novembro explica em duas linhas porque a ideia de enxugar as despesas do Estado tem mais aceitação junto aos leitores: “o contribuinte não aceitará sangrar indefinidamente. E a única maneira de o poupar à desidratação fiscal está no corte dos gastos do Estado”¹⁸⁴.

Muitas das matérias sobre o OE 2013 traziam como busca de solução para o Estado perdulário gerador de deficit a diminuição de despesa. O enquadramento do estado dispendioso também está no foco de Henrique Raposo na mesma edição. “Há muito Estado e pouco social no tal Estado Social (...) Estado fica com metade da nossa riqueza e, mesmo assim, é incapaz de apoiar como deve ser a rede de creches já instalada (...) Se não serve para apoiar as crianças e as famílias, se não serve para garantir o futuro, o Estado Social serve exatamente para quê?”, pergunta o articulista.

Em sua coluna também no *Expresso*, Luís Mira Amaral reforça os temores de quem custeia por meio do pagamento de impostos o Estado Social. No artigo “Despesa pública e Estado Social”, ele assinala que devido à política fiscal “vai haver um desvio colossal entre o que a classe média vai pagar de imposto e o que vai receber do Estado!”.

Cobertura factual dos bastidores

Ainda merece atenção na edição de 10 de novembro do semanário *Expresso* a reportagem “Doentes menos graves vão pagar mais pelos medicamentos”. De enquadramento político-social, a matéria detalha e prevê áreas de cortes e de coparticipações após a entrada em vigor do Orçamento do Estado 2013. O texto chega a indicar serviços que serão afetados e trata da situação futura dos usuários do Sistema Nacional de Saúde.

Vale reparar que a matéria, no entanto, não ouve o cidadão comum, e não repercute o anúncio do ministro da Saúde Paulo Macedo junto a qualquer usuário dos remédios que estão perdendo subsídio ou junto aos médicos que prescrevem os tratamentos... Interessante apontar o fato de que a reportagem que trata de cortes previstos no OE 2013 neste caso não citar ainda as figuras de Vitor Gaspar ou dos credores da Troika.

Ou seja, se verificamos nas matérias que têm enquadramento político e político-econômico omissões quanto às consequências sociais; aqui, em uma reportagem de enquadramento político-social, não há nenhuma menção ao núcleo decisório sobre os cortes de gastos do Estado. Nos dois sentidos, as ligações

184 Do colunista também é ilustrativa a coluna publicada em 8/12/2012; “A máquina de fazer pobres”. Conforme expõe, “...o maior contributo que o Estado poderia dar neste momento para reduzir a pobreza em Portugal seria diminuir as suas despesas e dívidas; de modo a libertar-nos um dia dos impostos e dos custos associados ao seu risco de crédito”. Para ele, “...este Estado *déficitário* e endividado é um Estado fraco e que enfraquece a sociedade; retirando-lhe recursos; estabilidade e confiança O Estado que temos em Portugal é hoje a grande máquina de fazer pobres”.

entre causa e consequência são preteridas por uma abordagem que privilegia a informação factual.

Como é peculiar no jornalismo político, o relacionamento entre os partidos e as figuras públicas têm grande atenção dos repórteres e comentaristas. Natural o interesse dos jornalistas porque essa pauta trata da configuração de forças que precede a tomada de decisões; seja no flanco aberto entre governo e oposição, seja no plano fechado dentro das alianças partidárias que sustentam a governabilidade.

A edição do *Expresso* publicada no dia 17 de novembro ilustra, com, pelo menos, quatro matérias, essa tendência do jornalismo em buscar a notícia (ou especular) a respeito dos bastidores políticos – no caso, as divergências internas do governo quanto aos encaminhamentos dos cortes do Estado e do OE 2013; especialmente, entre o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.

Num desses relatos, o *Expresso* trata da dificuldade dentro do governo de negociar a política de austeridade fiscal e eventualmente rever decisão de aumento de impostos e cortes nas despesas. O jornal cita uma frase de Vítor Gaspar pronunciada publicamente na Assembleia da República para esvaziar proposta alternativa sobre a elevação da carga tributária. Para ele, alterar a proposta do OE 2013 “é um exercício de enorme dificuldade nas atuais circunstâncias, a que acresce o problema político adicional de termos necessariamente de obter o acordo político dos nossos credores”¹⁸⁵.

A imposição de uma via única para recuperar a economia portuguesa criou fissuras nos dois partidos da base aliada e o governo. Se dentro da legenda do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o Partido Social-Democrata (PSD), havia o incômodo rumoroso de que o receituário do ajustamento econômico distinguia-se do programa e da história partidária, no Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), o mal estar era explícito e sempre acompanhado de condições para seguir o voto e até de ameaças veladas de ruptura da coligação e consequente fim de governo.

Logo no dia seguinte à entrega da proposta do Orçamento do Estado (16 de outubro), a principal reportagem do *Diário de Notícias* assinalava em título “Gaspar mantém 'enorme aumento de impostos' e agrava tensão na maioria”¹⁸⁶. Entre outras informações, a matéria mostrava a reação do CDS-PP à proposta vendida na Assembleia da República por Vítor Gaspar como a “única possível” e sem “margem de manobra”. Para o então deputado Adolfo Mesquita Nunes (antes de

185 Retirado da matéria “Passos desbloqueou braço de ferro entre Gaspar e Portas”, de 17 de novembro de 2012. Outro exemplo desse estrito enquadramento político sobre as fissuras na aliança é a entrevista do porta-voz do partido CDS (Centro Democrático Social) que coligado ao PSD (Partido Social Democrata) dá maioria ao governo, é a entrevista do porta-voz da legenda (João Almeida). Ele usa o espaço para expôr as críticas do partido à condução política do governo e à condução da política econômica; e especialmente demarcar diferenças do CDS em relação ao governo. “O que se passou no Orçamento de 2013 não pode repetir-se em 2014. Nem na forma e nem no conteúdo. O processo tem que acontecer de outra maneira (...) Houve pouca margem para uma discussão mais profunda que tem de haver dentro de um governo”.

186 Publicada na seção Atual e assinada pelos repórteres Luís Reis Ribeiro, Miguel Marujo, Paula Sá e João Pedro Henriques.

tornar-se secretário de Turismo do governo de Passos Coelho), negar alternativas ao Orçamento do Estado apresentado e limitar eventuais possibilidades de modificação era “negar fundamento do parlamentarismo”¹⁸⁷.

A crítica do parlamentar tinha o respaldo do principal líder do CDS-PP, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas que assumiu uma postura dúbia perante uma proposta antieleitoral. Conforme mostra artigo do sociólogo Alberto Gonçalves, publicado no *DN* de 21 de outubro, “Paulo Portas tentou, e em parte conseguiu, pairar pelo poder sem pagar os seus custos. Agora tenta escapar-se dele sem sofrer as consequências”. Segundo o texto, “através de sugestões explícitas ou dissimuladas, Paulo Portas mostra não gostar do Orçamento proposto ou da impopularidade do Orçamento proposto”.

Ao esforço do CDS-PP de se esquivar de responsabilidades sobre o OE 2013 correspondia à reação do PSD de incluir a legenda coligada na concepção da proposta. O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, recordou em matéria na mesma edição do *Diário de Notícias* que “o CDS-PP nunca disse que não tinha contribuído para o OE”; e afirmou que “ambos os partidos estão motivados a devolver a soberania plena a Portugal, a cumprir os compromissos assumidos e a reformar os principais sistemas públicos”, para se atingirem “objetivos muito claros: ficarmos livres da Troika o mais depressa possível e não necessitarmos de a ver durante as próximas décadas”.

A reportagem de Fernando Madaíl (*Diário de Notícias*), intitulada “Passos garante que 'não há desentendimento nenhum’”¹⁸⁸, assinala que o líder pessedista Montenegro segue a estratégia do primeiro-ministro de ressaltar a participação do aliado CDS e de sublinhar que a proposta corresponde àquilo que foi negociado com os credores estrangeiros.

O vai e vem do CDS-PP antecedeu a proposição do OE 2013 e a aparente inconstância da legenda foi percebida pelos jornalistas como uma atitude recorrente para não descontentar eleitores. Tarimbada no jogo de cena político, a editora Paula Sá (do *DN*) descreve em análise publicada no dia 19 de novembro¹⁸⁹ que “as picardias entre os dois partidos não encontram, no entanto, reflexo na própria dinâmica do governo”.

Austeridade forçada

A austeridade é recorrentemente tratada como uma imposição dos credores do programa de ajustamento econômico. É fato, no entanto, que os técnicos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e ou da Comissão Europeia não falaram abertamente com a imprensa em

187 Formadores de opinião também criticavam a posição de Gaspar de que não havia alternativa. “Vitor Gaspar não resistiu à forma suprema de vaidade que é a do providencialismo: o seu orçamento é o único possível. Isso ou o caos”, escreveu o articulista Viriato Soromenho-Marques na edição do dia 21 de outubro do *DN*.

188 Publicada em 21 de outubro

189 Sob o título “Portas vai dizer que ficou descontente mas dará a cara na concertação social”

Portugal durante a tramitação do OE 2013 e recorrerem mais ao expediente dos comunicados institucionais. A prudência se justifica pelo protagonismo que em tese deveriam ter os governos nacionais nas decisões econômicas e de governança interna¹⁹⁰.

Apesar da falta de aspas e declarações transcritas, a figura fantasmagórica dos credores assombra constantemente o noticiário que recorre muitas vezes a fontes não reveladas (em *off*) para contar ou especular sobre uma decisão de política econômica. A meu ver o efeito é, de novo, o jornalismo não fazer as devidas ligações e ajudar a deixar na penumbra, como preferem alguns atores do campo político, a construção das decisões e as possibilidades de desdobramento.

O protagonismo dos credores é assinalado, por exemplo, no editorial do *Diário de Notícias* do dia 21 de outubro¹⁹¹ que reclama por uma política econômica alternativa. “O que se pede a este governo, como outros, é que aponte um rumo, uma estratégia clara, que discuta de forma séria e 'transparente', que não seja um mero executante cego de um memorando que, como o próprio FMI já reconheceu, foi construído com base em premissas matemáticas erradas”.

A tutela dos credores é assunto de outro editorial, publicado dois meses depois daquele. No texto, o jornal observa “...não é possível ignorar o contexto de tutela financeira que vivemos. Com efeito, nada de importante com reflexo nas contas das administrações públicas pode hoje ser empreendido pelo governo sem o acordo ou contra o parecer da Troika que já desembolsou a maior parte da verba acordada com Portugal”¹⁹².

A falta de protagonismo do governo é vendida pelo próprio gabinete ministerial e pela base aliada como uma fatalidade; e a fiel submissão aos credores como a melhor estratégia. “O Orçamento do Estado para 2013 é apresentado neste contexto. A necessidade e obrigação de cumprir as metas acordadas com os nossos credores e de proceder ajustamento doloroso, em clima recessivo interno e externo”, afirma o deputado Duarte Pacheco (PSD) em artigo publicado no *DN* no dia 26 de novembro¹⁹³. “Poderia ser outro o caminho alternativa?”, pergunta no texto e responde: “poderia, mas os resultados seriam desastrosos”.

Esta é a terceira vez que Portugal se submete a um programa de ajustamento econômico financiado por instituições financeiras multilaterais¹⁹⁴. Há quem diga, no entanto, como o ex-presidente Mário Soares¹⁹⁵, que dessa vez a intervenção estrangeira é maior e a margem de

190 Conforme relatos mais adiante, no início do programa de ajustamento, a Troika falava diretamente com a imprensa, inclusive convocando entrevistas coletivas ao término das missões de acompanhamento da ajuda financeira.

191 Com o título “Receitas mágicas, não obrigado!”

192 Publicado em 20 de dezembro com o título “Decisão tutelada”

193 Artigo publicado na seção Fórum, com o título “2013 – Um ano de viragem”.

194 As outras vezes foram de 1978 a 1980 e de 1983 a 1985, com auxílio técnico e financeiro exclusivo do Fundo Monetário Internacional.

195 Veja a respeito <http://www.abc.com.br/noticias/portugal/2013/04/portugal-vive-pior-momento-desde-1974-critica-ex-presidente-mario-soares>, acessado em 23 de fevereiro de 2014, às 13h28.

negociação com os credores é bastante estreita. Em uma matéria sobre o OE e a refundação do Estado Social, o *Diário de Notícias* escreve: “[o cientista Político] Joaquim Aguiar, ex-conselheiro de Cavaco Silva (...), sublinhava ao *DN* a ausência de autonomia de Portugal face à Alemanha: 'a refundação virá por correio, mesmo que seja eletrônico’”¹⁹⁶.

Vale reparar que a visão dos credores, porém, não é de “ausência de autonomia de Portugal”. Na única entrevista concedida no período da amostra da pesquisa, o então chefe da missão do FMI para Portugal declara: “há uma coisa contra qual luto é a ideia de que a Troika chega aqui e diz: isto é um problema; aquilo é um problema; e depois arranja soluções. Não é assim. Estes processos têm de ser dinâmicos, contínuos. Tem de haver uma afinação constante para se atingir os objetivos”¹⁹⁷.

Jornais com opiniões

Um dos aspectos característicos da amostra analisada, puxada principalmente pelo semanário *Expresso*, é ter muitos textos opinativos e analíticos (colunas, artigos de fundo e editoriais). Por orientação editorial, os jornais tendem a dar espaço a visões diferentes na publicação dos artigos. Há diversidade de pontos de vista entre os articulistas permanentes e os convidados – no *Expresso* há até crítica disparada entre os comentadores...

Esse aspecto é importante para enfatizarmos a compreensão de que os jornais aqui analisados não estão restritos a um único ponto de vista.

A amostra não dá margem segura para se afirmar o posicionamento ideológico de cada jornal; e, como já assinalamos, este não é o foco deste trabalho. Nos interessam os traços mais nítidos dos enquadramentos; aqueles aspectos hegemônicos que possam ter a ver com as construções sociais predominantes da realidade. Isso está acima da mera identificação da empatia entre a linha editorial e o programa econômico do governo ou da oposição. Diz respeito ao que merece ser pauta, quem deve ser fonte, quais dados devem ser apresentados, onde ocorre o acontecimento e sobre quem é necessário falar.

Vejamos, por exemplo, o artigo “A pobreza não paga as dívidas”, assinado pelo Deputado João Galamba (do Partido Socialista, oposição ao governo de Pedro Passos Coelho) e publicado em 17 de novembro no semanário *Expresso*. O parlamentar constrói o raciocínio de que a política de austeridade do governo gera um ciclo de empobrecimento ao privado e também ao Estado arrecadador que dificulta pagar as dívidas (e cumprir metas de deficit orçamentário, como esperam os credores).

196 Reportagem intitulada “Passos ameaça PS: ou negocia ou haverá um segundo resgate”, de João Pedro Henriques e Paula Sá, publicada em 30 de outubro.

197 Entrevista exclusiva de Abebe Aemro Selassie concedida a Luís Reis Ribeiro e Miguel Pacheco, do Dinheiro Vivo, publicada pelo *Diário de Notícias* no dia 21 de novembro.

“Como o setor privado está mais endividado do que o público este caminho não é mais sustentável: em vez de promover o ajustamento pela poupança ele acontece via falências. Mas falências não reduzem a dívida. Como aumentam as imparidades de crédito no balanço dos bancos forçam uma retração adicional do financiamento da economia o que agrava a recessão; e/ou obrigam o Estado a recorrer ao endividamento para recapitalizar o setor financeiro. Tudo isso cria um círculo vicioso que paradoxalmente agrava o endividamento do país”.

O artigo de enquadramento político-econômico explora as contradições do processo recessivo que acarreta em mais endividamento por causa das dificuldades de ter recursos para pagar dívida. Repare, porém, que a despeito do tom crítico e assumidamente oposicionista, o texto não desdobra a questão social e não explora os efeitos reais na vida das pessoas. Essa agnosia quanto às consequências das decisões contidas no orçamento é o foco deste “Ensaio sobre a cegueira”, título inspirado na obra original de José Saramago.

Ao não explorar aspectos além da dívida, e não ligar os problemas econômicos aos problemas sociais, Galamba mantém o debate onde o governo ou os credores internacionais constroem a racionalidade monetarista do programa de ajustamento econômico – que, lembre-se, o Partido Socialista foi o primeiro signatário quando no poder, mas cujo encaminhamento posterior o deputado se opõe.

Na falta de uma agenda alternativa, Galamba abre quatro dos sete parágrafos do artigo usando “este governo” ou “o governo”; avalizando (ou imputando) o protagonismo dos seus adversários.

De dentro do gabinete

Além das críticas nos artigos de convidados, o governo também foi alvo de crítica em diversas reportagens sobre a tramitação do Orçamento do Estado. Entre elas, a matéria “Alterações ao retificativo por engano” (do *Expresso* de 24 de novembro). De acordo com o jornal, o governo alterou fora do prazo e em desacordo com o regimento da Assembleia da República propostas do OE 2013 (a respeito do Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores). A alteração atribuída ao Ministério das Finanças irritou os partidos da oposição e “surpreendeu” aliados.

O gesto mereceu até análise do repórter setorista na Assembleia¹⁹⁸: “a história do orçamento (...) começou como uma tragédia para o país; continuou como um drama para a coligação e culminou; com as propostas de alteração; numa afronta às regras e desrespeito pelas instituições”, descreve Filipe Santos Costa. Segundo ele, “a questão aqui é a tentação da opacidade. E é sobretudo a tentação do abuso pela maioria. Foi só uma questão de prazos? Não foi uma questão de regras (...)

198 Filipe Santos Costa, com o comentário sob o título “A tentação da Maioria”.

A questão é, no fim de contas, a incompetência emendada pela arrogância”.

A reportagem e a análise são restritos ao erro de encaminhamento e não faz observações sobre as consequências sociais das alterações no Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores. A meu ver, o episódio ilustra a ideia de que o enquadramento político (restrito ao jogo parlamentar) antecipa o que o leitor vai ler – uma matéria sobre as relações do governo na Assembleia da República, restrita aquele espaço, ainda que tenha desdobramentos não explorados. Creio que esse procedimento é bastante recorrente no jornalismo, são as devidas separações em lugar das devidas ligações...

Este parece ser o feitio hegemônico da cobertura. Conforme verificou-se na análise quantitativa e nesta avaliação qualitativa, são poucas as matérias com foco alternativo. Em muitos casos isso ocorreu porque não foram ouvidas fontes que pudessem fazer contraposição à agenda institucional.

Veja, por exemplo, a matéria do *Expresso* “Educação vai cortar pessoal” (8 de dezembro) sobre o enxugamento de 1 bilhão de euros de despesas do Ministério da Educação e Ciência. Conforme “uma fonte do gabinete de Nuno Crato”, titular da pasta, é preciso que cortar no pessoal porque “os ganhos de gestão acabam sempre por ser residuais num orçamento que é 80% engolido por despesas de pessoal”.

A reportagem ressalta que o governo precisa de luz verde “de Bruxelas” (leia-se da Comissão Europeia) ou “da Troika”, mas não ouve os credores internacionais, assim como não há explicação e nem contraposição sobre a informação de que o peso com as despesas de pessoal é de 80% do total gasto na educação. Não há sequer atenção à eventual repercussão sobre a eventual decisão do governo entre os sindicatos.

A intenção desta análise, ao apontar eventual incompletude de algumas matérias não é de ser um *ombudsman* (ou, como dizem os portugueses, um provedor) tardio dos textos. Os aspectos assinalados exemplificam problemas considerados para a formulação da hipótese sobre o papel dos enquadramentos na antecipação dos fatos.

A reportagem citada acima, restrita a bastidores e fontes em *off*, evidencia mais uma vez que, apesar da crise econômica, da impopularidade de algumas medidas e da antipatia de formadores de opinião, o governo consegue agendar a pauta do enxugamento e assim favorecer a construção do senso comum de que há excessos de gastos e que há necessidade de cortes nas áreas sociais.

Mais austeros que Gaspar

Pesando as angústias da opinião pública e o agendamento do governo, o enquadramento político-econômico hegemônico tende a ser aquele que critica o aumento da carga de gastos para o

contribuinte, mas assinala a necessidade de enxugamento de despesas do estado e racionalidade das políticas públicas.

A coluna de João Vieira Pereira (caderno de economia do *Expresso*) intitulada “A escola de Passos Coelho”¹⁹⁹, exemplifica isso. O texto lamenta os rumos da discussão sobre a reforma do Estado Social e detona a eventual cobrança de “propina” [taxa] para educação como o governo chegou a especular; mas não deixa de assinalar a necessidade de cortes de gastos.

“O governo está a confundir cortes no Estado com aumento de receita e isso é totalmente inaceitável”, escreve o colunista depois de ter sentenciado: “temos uma estrutura da despesa desajustada, gastamos mais do que temos. Esse plano [de cortar 4 bilhões de euros do Estado] é necessário e acima de tudo justo”.

Outra matéria interessante também publicada no caderno de economia é feita com base em pesquisa do próprio jornal *Expresso* e da consultora Deloitte, junto a seis mil pessoas que participaram de uma simulação de elaboração do Orçamento de Estado. O resultado da pesquisa guarda relação com a agenda do governo.

Segundo a reportagem, os participantes “são bastante mais austeros que o próprio ministro das Finanças”, apontam “baterias aos trabalhadores ou reformados do Estado”, e “miram onde os cortes foram estabelecidos: redução de pensões dos funcionários públicos; municípios e regiões autónomas; cortes no subsídio desemprego; saúde; parcerias público-privadas; gastos com pessoal de saúde e de educação”.

Razões previsíveis

Há outros exemplos de reportagens que demonstram concordância quanto às decisões e ao processo de escolha política. Esse é o caso da reportagem “Cavaco Silva guarda segredo até em Belém”, publicada no *Expresso* no dia 1º de dezembro, sobre o então incerto encaminhamento do OE 2013 para a fiscalização do Tribunal Constitucional.

A reportagem tenta antecipar qual será o gesto do presidente (promulgar na íntegra; promulgar mas submeter artigos à fiscalização posterior da corte; ou pedir a fiscalização preventiva). Em dada altura, o texto apresenta as razões que no futuro serão alegadas para justificar a decisão. “A não entrada em vigor do Orçamento do Estado a 1º janeiro cria problemas quase insolúveis como fazer aplicar o anterior em duodécimos; se ele foi declarado inconstitucional para 2013? E como fazer em relação aos subsídios?”.

Prever qual será decisão de Cavaco Silva foi tarefa assumida por toda imprensa. Para antecipar a decisão, o *Expresso*, em reportagens e análises, conjugou as opiniões de juristas com

¹⁹⁹ Publicada em 1º de dezembro.

informações de políticos colhidas (algumas em *off*) nos espaços institucionais (Presidência da República; Assembleia da República; Tribunal Constitucional e gabinete ministerial).

Uma das matérias publicadas no dia 8 de dezembro também pelo *Expresso* exemplifica esse enquadramento político-jurídico e aborda “Os riscos de não haver OE a 1 de janeiro”. De acordo com o lide da reportagem, a Presidência estava analisando o Orçamento de Estado para saber se levava à consulta da corte constitucional ou se promulgava a lei. O texto recupera a memória dos leitores sobre as questões institucionais, aponta quatro cenários possíveis de encaminhamento e avalia os desdobramentos políticos.

Como ocorre em outros textos com o mesmo enquadramento, não há avaliação das consequências sociais. A reportagem compra a versão de que a alternativa de não promulgar o OE e executá-lo em duodécimos é complicada do ponto de vista econômico e administrativo. “O presidente preza 'o valor da estabilidade' e colocará nos pratos da balança os custos/benefícios da instabilidade interna e das consequências externas de um país a cumprir um memorando não ter orçamento na data marcada”, diz o *Expresso* voltando às razões que virão a ser alegadas no futuro por Cavaco Silva.

Além de tomar uma decisão “serenamente”, prezando a “estabilidade econômica e política”, o presidente Cavaco Silva tenta formar pelos jornais a imagem de que será criterioso e busca respaldo jurídico. “Tomarei a decisão tendo em conta os pareceres jurídicos aprofundados que mandei fazer e tendo em conta a minha avaliação do superior interesse nacional”, disse em matéria da Lusa reproduzida pelo site do *Público*, quinze dias antes de assinar a promulgação do OE 2013²⁰⁰.

Quando o orçamento vira realidade

Não contradizendo o feitiço geral das matérias, cabe ressaltar que há na amostra de textos analisados reportagens e comentários que vão além do institucional, declaratório, dos bastidores políticos, da agenda do governo; e, assim, fazem as ligações entre a político-econômica e os efeitos sociais, tratam do processo decisório e das escolhas governamentais sem esquecer cenários alternativos e fontes com diversidade de opinião e informação.

O semanário *Expresso*, por exemplo, publicou em 24 de novembro a reportagem “Meio subsídio de natal e férias pago mensalmente”, na qual a jornalista Rosa Pedrosa Lima (da editoria de política) liga a decisão governamental ao impacto na remuneração dos trabalhadores do setor privado. Vale ressaltar que a matéria traz mais de dois lados; aponta alternativas; e expõe os

200 Publicado em 17 de dezembro 18h58 com o título “Cavaco não vai ceder a pressões relativamente ao Orçamento do Estado”.

interesses de patrões e de empregados.

Outro exemplo de ligações entre o plano político-econômico e o plano social está no comentário do articulista Helder Robalo, do *DN*, publicado em 28 de outubro²⁰¹, no qual aborda a ameaça de cortes na oferta de cheques saúde (programa de assistência médica e odontológica). “No Orçamento do Estado [2013] a verba aparentemente está lá, destinada ao programa. Vamos ver. Até porque a alternativa é sujeitar todas estas crianças a dores de dentes, problemas nas gengivas, dentes estragados e que, se não forem tratados a tempo, vão ter de ser arrancados”, diz o Robalo antes de apelar: “pensem nas crianças, pensem nas pessoas quando tomam estas decisões”.

A pesquisa identificou matérias que trazem fontes alternativas àquelas tradicionalmente citadas em enquadramentos políticos e econômicos. Esse é o caso da reportagem de Patrícia Jesus e Ana Maia, impressa no *Diário de Notícias* do dia 5 de novembro²⁰², na qual, ouvindo fonte não governamental o jornal aborda os cortes sociais e o aumento das taxas moderadoras para acesso aos serviços públicos de saúde.

Conforme a reportagem que cita Carlos Braga, presidente do Movimento dos Utentes dos Serviços públicos (Musp), “o Orçamento prevê uma redução das atribuições para a saúde e ainda se quer recupera o valor não conseguindo através das taxas moderadoras”. Braga se queixa no jornal que os usuários não acham possível cortar o atendimento, mas temem “uma degradação dos serviços prestados aos doentes” e a extinção de alguns serviços.

Há outras matérias na amostra que demonstram as possibilidades de ligação entre os fatos político-econômicos e os problemas sociais²⁰³. Quando isso acontece, tende a se acentuar o teor crítico em relação ao programa de ajustamento e à condução do governo.

Na matéria “Na CGTP não somos meninos de coro” (do dia 1º de dezembro), feita com base em uma entrevista exclusiva do *Expresso* com o presidente da central sindical Arménio Carlos. No texto, o sindicalista chama o OE de “roubo”, diz que a lei “está ferida de oito inconstitucionalidades” e propõe alternativas para fazer o caixa do Estado como “novas taxas sobre o capital e transações financeiras” e “um programa de combate à fraude fiscal”.

Apesar de Arménio Carlos dizer que tem outras propostas para lidar com “crise, dívida e deficit”, inclusive com “tudo documentado, estudado e mostrado com gráficos”, a matéria não expõe todas as propostas, não detalha as apresentadas e nem coteja a viabilidade das que são mencionadas.

201 Publicado na coluna Alegações Finais sob o título “Pensem nas crianças, pensem nas pessoas quando tomam decisões”.

202 Com o título “Saúde deve cortar 70 milhões para não aumentar taxas”.

203 Veja por exemplo no *Expresso* os artigos “Filicídio Económico”, da coluna de João Vieira Pereira (de 27 de outubro); “Diário de um neto”, assinado por Henrique Raposo; ou “O Beco”, escrito por Miguel Sousa Tavares (ambos em 1º de dezembro).

A edição do *Expresso* do dia 8 de dezembro traz outras duas matérias (na verdade, uma reportagem com suíte) de enquadramento político-social (sob o chapéu de “saúde” e não de política ou economia) que evidencia as ligações entre uma decisão orçamentária e um problema concreto²⁰⁴: “Hospital de Santa Maria sem dinheiro para medicamentos e material clínico”, diz o título.

A reportagem de Vera Lúcia Arreigoso aponta que as medidas de austeridade (contidas no Orçamento de Estado 2012) estavam afetando o atendimento à saúde. De acordo com a matéria, os recursos programados para o hospital Público de Lisboa (290 milhões de euros; 56 milhões de euros a menos do que no ano anterior) só cobriram as despesas básicas (água e luz) até outubro e a unidade funcionava graças a racionamento e a venda “fiada” de fornecedores de medicamento e material clínico dos laboratórios.

Para contar a situação do hospital, a reportagem liga Estado e sociedade; e entrevista o responsável imediato (João Álvaro Correia da Cunha, presidente do Centro Hospitalar Lisboa Norte que integra hospitais Santa Maria e Pulido Valente) e representantes de pacientes na Associação de Esclerose Múltipla e na Associação de Artrite Reumatoide. A matéria ainda aponta alternativas e busca de soluções e cita o ministro da Saúde (Paulo Macedo).

A reportagem, no entanto, não explora as planilhas gerais da saúde para saber se o problema é generalizável em toda rede pública (esforço comum no jornalismo econômico quando fala de um setor produtivo) e nem remonta detalhes de responsabilidades no processo decisório do orçamento de 2012 (como sabe fazer o jornalismo político quando narra fatos dos bastidores). Apesar de tratar de um exemplo dos efeitos sociais da política econômica em tempos de programa de ajustamento, o jornal mais uma vez, ao tratar de pontos peculiares desse enquadramento, não cita as figuras do primeiro-ministro, do ministro das Finanças ou dos credores internacionais.

Versões em disputa

A existência de reportagens e comentários que se distinguem do enfoque hegemônico na cobertura do Orçamento do Estado (de viés político-econômico) demonstra que na imprensa pode haver versões em disputa e debate sobre quais são os problemas da sociedade e quais podem ser as eventuais soluções.

Para além das orientações editoriais (baseada nos interesses das empresas de comunicação e das convicções ideológicas dos proprietários), a análise qualitativa leva à reflexão de que a limitação da cobertura da imprensa e a tendenciosidade também podem ocorrer por causa de

204 A matéria “O orçamento vai paralisar a atividade cultural?” (edição de 29/12/2012) publicada junto às perspectivas para 2013 (“100 perguntas para 2013 e mais 10 que não couberam”) também faz as ligações entre o econômico e o social e avalia que o corte orçamental afeta cultura, que “vai funcionar a meio gás”. Embora crítico, não há porém as referências a situações concretas de instituições ou de pessoas.

procedimentos de apuração e edição, que nem sempre fazem as ligações entre as decisões políticas e as consequências sociais, e nem contemplam cenários alternativos com base na diversidade de fontes e informações.

Conforme já dito, o propósito aqui não é de fazer qualquer julgamento sobre as linhas editoriais dos três principais jornais portugueses. O objetivo não é esse e a amostra não permite isso. O problema tratado nessa tese é do jornalismo e não especificamente de alguns veículos. Creio que observações aqui descritas são generalizáveis para a cobertura de outros temas, por outros jornais – inclusive na imprensa brasileira.

No campo da opinião publicada as versões estão em disputa permanente, o problema é saber porque alguns enquadramentos são predominantes²⁰⁵. Uma das hipóteses explicativas é que correspondem aos valores-notícia, essas regras são do método jornalístico não são exclusivas de qualquer meio de comunicação.

Apenas marcar as linhas editoriais de alguns jornais pode limitar a análise às razões declaráveis pelas empresas, e perder de perspectiva as contradições percebíveis a cada edição. Um jornal não é uma peça uniforme, os jornalistas têm convicções diferentes e contraditórias, o acaso acontece e o inesperado ainda é notícia.

Há exemplos dessas contradições nas edições analisadas. Vejamos, o editorial do *Expresso* “Um novo ano para esquecer?”, publicado na edição de 29 de dezembro. O texto é sobre a aguardada promulgação do OE 2013, e sentencia que “o presidente tem feito um esforço permanente para não pôr em causa a coesão social e a concertação social e evitar qualquer crise política que podia ser desastrosa”.

A opinião do *Expresso*, também vista em matérias anteriores de enquadramento político-jurídico do *Público* e do *Diário de Notícias*, é de que “uma crise política dificilmente daria origem a uma vida orçamental diferente”. O horror à instabilidade é confirmado pelo próprio Cavaco Silva em entrevista na semana seguinte da edição comemorativa dos 40 anos do semanário²⁰⁶.

A prudência do presidente da República foi destacada de forma positiva entre os enquadramentos prevalecentes até a tomada de decisão quanto à promulgação do Orçamento de Estado. Após a iniciativa de enviar quatro medidas do OE para a fiscalização sucessiva do

205 Interessa, por exemplo, demonstrar e buscar explicações porque o cidadão comum não é fonte e nem referência para esmagadora maioria das reportagens e artigos...

206 Na entrevista o presidente da República diz que preferia que a “Troika fosse embora mais cedo” e discorda do termo “refundação”. Ele diz: “não gosto dessa expressão. O Estado tem três grandes funções: a de afetação de recursos; traduzida pela provisão de bens e serviços *Públicos* como a justiça; segurança; defesa; educação; saúde; proteção social; a da distribuição; para alcançar uma distribuição socialmente justa do rendimento e da riqueza; e da estabilização (...) Nenhum governo pode deixar de dar atenção a estas três grandes funções em simultâneo”.

Tribunal Constitucional²⁰⁷, Cavaco Silva passa a ser questionado pelo seu gesto e pelo discurso que fez em cadeia de televisão.

“Compreender-se-ia facilmente esta opção e, bem assim, a reafirmada preocupação com a estabilidade política, se tudo isto não fosse acompanhado de uma mensagem de Ano Novo surpreendente e demolidora, quer do orçamento, quer do rumo traçado pelo governo”, aponta o articulista Fernando Madrinha que ainda detona: “a dúvida que se coloca é, pois, a de saber se estará de fato preocupado com a imagem e a perda de força política do Executivo, ou, acima de tudo, com a sua própria perda de popularidade e influência”.

A coluna de Martim Avelaz Figueiredo complementa as críticas ao ato de Cavaco Silva e afirma que o presidente transferiu para os juizes do Tribunal Constitucional a decisão sobre o OE 2013. “Acontece que este Orçamento levanta desafios políticos, justamente aquilo que não se deve passar à mão de juizes. Quer dizer, as dúvidas do presidente têm dimensão constitucional, mas na medida em que colocam em causa convicções políticas que a constituição protege”. Segundo o colunista, o presidente “chutou para outros, não eleitos, uma responsabilidade que é sua”.

O enquadramento que sobressai passa ser oposto à visão predominante do presidente da República como um estadista prudente. Pedro Adão e Silva acrescenta que a futura decisão do Tribunal Constitucional poderá ser oportunidade para se rever o programa de ajustamento econômico. “Se o bom senso emperrar, a decisão do TC será um bom pretexto para exigirmos novas condições à Troika, em lugar de prosseguir escaninho insensato e devastador no qual o governo tem insistido”.

O Tribunal Constitucional irá se manifestar apenas quatro meses depois (em abril de 2013), parcialmente desfavorável ao governo; que terá que buscar novas medidas de restrição orçamentária para compensar a reprovação pelo Poder Judiciário.

207 Outras quatro medidas do OE 2013 foram questionadas por partidos políticos e órgãos de natureza pública, conforme a Constituição de Portugal.

A cobertura segundo as fontes

*Que faremos destes jornais, com telegramas, notícias,
anúncios, fotografias, opiniões...? (...)
Aqui, toda a vizinhança proclama convicta:
“Os jornais servem para fazer embrulhos”.
E é uma das raras vezes em que todos estão de acordo*
Cecília Meireles

Como vimos, a análise de conteúdo da cobertura do Orçamento do Estado 2013 (OE 2013) pelos jornais *Diário de Notícias*, *Público* e *Expresso* salienta o predomínio da agenda governamental no noticiário impresso português; a atenção ao debate político na Assembleia da República e no gabinete ministerial sobre as propostas contidas no projeto de lei; e as referências sistemáticas à figura do então ministro das Finanças, Vitor Gaspar, e à Troika. Entre os assuntos relacionados à proposta, o aumento de impostos ressaltado pelo governo e a preocupação com o déficit são os temas mais abordados.

Essa percepção é partilhada entre as 13 fontes de informação e analistas entrevistados para esta pesquisa após a leitura crítica dos jornais²⁰⁸. Segundo o ex-secretário de Estado do Orçamento do Ministério das Finanças (no período de Vitor Gaspar), Luís Morais Sarmento, não é estranho a cobertura jornalística ter viés institucional. “O Orçamento é um documento do governo e naturalmente o governo veicula a ideia que quer do orçamento. Não vejo como possa ser diferente”, disse.

As recorrentes citações relativas à Troika também são explicáveis dada a conjuntura, conforme o ex-secretário. “Nós estamos com uma situação de soberania limitada e, portanto, a Troika tem uma influência na nossa vida diária (...) Está a se discutir um documento [o OE 2013] que dá forma às decisões que foram acordadas com a Troika. Naturalmente, a Troika tem aí um peso substancial e as alterações de medidas exigiu negociação intensa”²⁰⁹.

208 O presidente do Conselho Económico e Social, José Silva Penada, considera “normal” o traço prevaiente de matérias encontrado na pesquisa. “É normal. A proposta tem origem no Ministério das Finanças, faz sentido. A Troika também faz sentido porque neste momento condiciona muito o governo português (...) Os atores mais importantes são a Troika e o Ministério das Finanças”. Para o economista Jorge Bateira, do blog “Ladrões de Bicicleta”, “essa percepção [da análise de conteúdo] é correta porque a política económica da austeridade com 'reformas estruturais' tem uma visão do funcionamento da economia que é partilhada pelo governo e pelos credores oficiais. O ministro das finanças, Vitor Gaspar (ex-quadro do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu), tinha um lugar central na articulação entre os atores internos e externos. O aumento dos impostos, uma via contrária à ideologia dos partidos do governo, foi a solução de recurso do OE 2013 para tentar reduzir o déficit já que as reduções da despesa requeriam mais tempo e levantavam problemas constitucionais”.

209 Segundo o especialista em Finanças Públicas, Paulo Trigo, a presença da Troika foi maior no noticiário. “Um ano atrás era a Troika que fazia conferência de imprensa [entrevista coletiva]. Isso foi arrasado pela oposição e pelas mídias todas. Aí há o impacto das mídias: basicamente o que a oposição disse foi 'bom, quem governa o país? É a Troika ou é o ministro das Finanças?'. Há um ano atrás, a Troika acabava a avaliação e eram eles que diziam como estavam as coisas (...) Era um pouco chocante, os próprios documentos não vinham em português, só vinham em

O enorme aumento de impostos

Para Luís Morais Sarmiento, “o enorme aumento de impostos [mencionado por Vitor Gaspar na véspera da entrega da proposta no Parlamento] dominou a agenda da comunicação social”. Na opinião de uma assessora de imprensa do Ministério das Finanças à época do OE 2013, que pediu para não ser identificada, Vitor Gaspar era “o denominador comum de todos esses temas” e os jornais procuram cobrir o que pode ser de maior interesse dos leitores, no caso a questão tributária pautada pelo próprio governo.

“A cobertura jornalística de um OE é sempre muito concentrada naquilo que afeta diretamente o consumidor das notícias, o que leva a uma maior concentração jornalística na rubrica dos impostos. No OE 2013, este tema esteve ainda mais em destaque, depois da expressão usada pelo ministro das Finanças sobre ‘o enorme aumento de impostos’”, rememora a assessora²¹⁰.

O interesse maior por um tema específico acabou por esvaziar a atenção para outros aspectos importantes do orçamento, opinou a assessora. “As medidas ligadas à reforma da administração pública contidas no OE acabaram por ser relegadas para um plano inferior”, exemplifica.

A presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP), Teodora Cardoso, confirma as impressões do ex-secretário de orçamento e da assessora. Segundo ela, o interesse pelo crescimento dos tributos se justifica pela novidade. “Os impostos tiveram um papel muito importante neste orçamento porque foram a surpresa”, diz assinalando um critério fundamental do jornalismo – o ineditismo.

Apesar do raciocínio concordante com os valores-notícia, Teodora Cardoso critica a personalização da cobertura do Orçamento de Estado em torno de Vitor Gaspar. “Numa situação de crise, penso que era útil atender mais essa pedagogia: menos atribuir as decisões de fato a uma pessoa. As circunstâncias vão além do ministro das Finanças ou o primeiro-ministro”, pondera²¹¹.

inglês. No início, isso era assim a colônia da Troika”, rememora.

210 A frase de Vitor Gaspar foi lembrada por mais de uma fonte entrevistada. Para o especialista em Finanças Públicas, Paulo Trigo, “Aquilo que tem surgido mais nas mídias, na opinião pública e no debate *Público* é a questão dos cortes. Onde é que estão sendo feitos os cortes por um lado e também o aumento de impostos, porque o ministro das Finanças teve uma frase ao meu ver infeliz ao falar em aumento colossal de impostos. Isso foi reproduzido em várias mídias. Acho que isso foi infeliz porque Portugal, em termos da carga fiscal, continua abaixo da média europeia e não é de fato um aumento significativo de impostos, mas há de se ponderar isso com o enquadramento geral, quer no país e na União Europeia”, critica.

211 A respeito da centralidade da figura de Vitor Gaspar, o secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) comentou em sua entrevista que “Vitor Gaspar foi eleito como a personalidade do governo mais importante para concretizar a política do memorando da Troika (...) Tal como o colocaram num pedestal, como um técnico respeitadíssimo, um homem que era ouvido em todo o lado, tudo que ele dizia era lei e tinha mais poder em relação à política econômica que o próprio primeiro-ministro... Quando se concluiu que o homem tinha os pés de barro, caiu, e toda gente agora critica ele”.

A procura de impacto

Para a presidente do CFP, a imprensa busca o que tem impacto imediato e polêmico. “Os jornalistas às vezes pecam por escolherem os pontos que chocam a opinião pública; ou porque um político discorda de qualquer coisa (...) ou porque há um erro. Isso para eles é muito importante porque dá uma notícia imediata ou porque chama a atenção”.

Ainda entre as fontes do Poder Executivo português, a pesquisa ouviu o coordenador do Gabinete de Estudos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), José Miguel Cardoso Costa, que assinalou a descontinuidade da cobertura. “O aumento de impostos foi o tema-chave, mas depois eu não vejo a discussão de quem foi que perdeu mais com esse aumento de impostos”.

Cardoso Costa reclama do tom “demagógico” da imprensa generalista (como o *Diário de Notícias*, o *Público* e o *Expresso*) que ao não aprofundar sobre a tomada de decisão governamental e os efeitos das medidas, “agrava a dificuldade de percepção do que é a realidade do país”; diz se referindo à não autonomia de Portugal para determinar a taxa de juros dos empréstimos contraídos junto à Troika, a uma eventual suspensão unilateral de pagamentos e aos cortes de gastos sociais para fazer ajustamento econômico acordado com os credores.

Para o presidente do Conselho Económico Social (CES), José Albino da Silva Peneda, o interesse da imprensa pelo que é mais impactante é efeito da simplificação que os jornais generalistas praticaram ao abordar o OE 2013. “O orçamento é um instrumento muito complexo, é muito difícil um jornal diário cobrir (...) Eu compreendo que os jornais vão para aquilo que é mais apelativo, quando se trata, por exemplo, do corte das reformas [aposentadorias] no momento que o país está numa situação muito difícil, onde há aqui o que se chama de austeridade (...) Num clima de recessão, de constrangimento económico, é natural que esses aspectos saiam mais do ponto de vista jornalístico”, avalia.

Como se dá a cobertura

Na opinião de um economista do Banco de Portugal, que também pediu anonimato em sua entrevista, a complexidade do conteúdo do orçamento de fato limita a cobertura nos jornais não especializados. “O trabalho do jornalista é extremamente difícil e eles vão fazendo o melhor que podem. Tem uma realidade muito complexa que é difícil de se tratar se não estiver numa organização que faz um trabalho de acompanhamento todos os dias do que está a passar: aqueles relatórios todos, a estatística toda, os procedimentos de tratamento dessa informação; como fazemos aqui no banco, como as Finanças Públicas está a montar. Um jornal não pode fazer isto. Fazem uma tarefa útil (...) de transmitir a informação, pegam nos documentos oficiais e tentam apanhar aquilo que é mais importante do ponto de vista do público. Isso é por si muito meritório”, reconhece.

Ele aponta como se dá o jogo de influência e interesses no campo da opinião publicada entre jornalistas e fontes. “Os jornalistas tentam avançar com medidas que serão eventualmente incorporadas ao orçamento. Um bocadinho tentando adivinhar, mas, por outro lado, nesta fase com muita frequência, os jornalistas são utilizados, quer pelo governo, quer pelos partidos da oposição. Basicamente, para quê? Da parte do governo, este está a considerar várias medidas e faz uma fuga [de informação] para os jornalistas para deixar a ideia sem ter responsabilidade e essa ideia ser objeto da atenção do público para testar um bocadinho as reações. Da parte da oposição, avançam com ideias que pretendem evitar que depois sejam concretizadas. Medidas que são muito gravosas para a população são avançadas pela oposição para criar uma reação pública de tal maneira forte que impeçam que essas medidas sejam de fato incluídas depois no orçamento”, comenta ao falar da publicação de “balões de ensaio”.

A possibilidade de manipulação, as dificuldades de apuração e a interpretação da imprensa a respeito do OE 2013 produziram efeitos na compreensão dos leitores a respeito de problemas económicos portugueses. “Falta uma apreciação que se situe acima do estágio do orçamento e que tenha uma perspectiva das contas nacionais bem articulada com o cenário macroeconómico e que no fundo faça uma boa avaliação tecnicamente muito fundamentada do próprio orçamento”, assinala o economista²¹².

Para o economista, o acesso à informação pelos jornalistas nos documentos do orçamento foi fundamental. “Os temas destacados [pela imprensa generalista] foram destacados pela sua importância e pela disponibilidade de informação nos documentos orçamentais. Não há propriamente um enviesamento. O tema que é muito importante, tem que aparecer no articulado, no relatório do orçamento e naturalmente passará para aquilo que é escrito na imprensa”²¹³.

O presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República, deputado Eduardo Cabrita (Partido Socialista), acrescenta que o grande volume da proposta orçamentária pode favorecer abordagens parciais. “O orçamento tem tanta coisa que a dúvida é onde por luz. Há coisas que o governo escolhe dar destaque, há coisas que a oposição

212 “Há uma sobreposição de quadros contabilísticos e, portanto, aquilo que interessa do ponto de vista do orçamento que continua a ser uma perspectiva predominante de caixa, aquilo que se paga efetivamente. Quando que aquilo que é relevante do ponto de vista dos compromissos internacionais do país são valores que são apurados numa perspectiva de contas nacionais seguindo as regras do sistema europeu de contas que são acompanhados notadamente pelo Eurostat. O orçamento em si tem regras de contabilidade pública de caixa, aquilo que é relevante do ponto de vista dos compromissos do país é uma coisa um bocadinho diferente e a ligação das duas coisas nem sempre é fácil. A maior parte dos jornalistas que cobrem assuntos relacionados ao orçamento não domina bem a ligação entre as duas coisas”, assinala o economista do Banco de Portugal.

213 A fonte anónima ressalva as diferenças entre a cobertura dos veículos especializados e a imprensa generalista. “A cobertura sobre o OE é muito mais completa nos jornais económicos (...) A atenção dedicada à discussão e à aprovação do orçamento é muito grande na informação escrita, na imprensa. Sempre aconteceu assim, mas se acentuou agora que estamos em programa em que há medidas muito importantes que afetam a vida das pessoas [impostos, valor das aposentadorias, salário do funcionalismo Público]. As pessoas estão interessadas e a imprensa procura dar resposta a esse interesse”.

escolhe dar destaque. Às vezes, a comunicação social descobre alguma questão menos bem esclarecida e isso abre outro ponto de discussão. Essa aí é uma função útil da comunicação social”, defendeu.

Apesar do reconhecimento do papel da imprensa, Eduardo Cabrita assinala que a cobertura parcial do orçamento, estritamente pautada pelo governo, pode omitir consequências sociais das medidas económicas. “Da agenda do governo, o cumprimento dos objetivos do memorando é essencial, está acima de tudo (...) Portanto, a questão dos custos sociais só vai aparecendo, por exemplo, na questão do desemprego que só surge quando o desemprego sobe muito, e sobe para além das previsões do governo”²¹⁴.

A baixa cobertura com enquadramento social indicada pelo presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, também assinalada na análise de conteúdo, é efeito da “falta de pluralismo nas matérias publicadas”, complementa José Coelho, coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República (Utao). “Nomeadamente porque os argumentos são apresentados sem contraditório”, avalia.

“As propostas de alteração apresentadas em fase de discussão na especialidade do Orçamento poderiam ter sido melhor cobertas”, descreve ao ressaltar que os jornais não indagaram, por exemplo, “se os prazos para apresentação e discussão são os mais adequados, se existe a devida transparência orçamental”.

A despeito das críticas e de avaliar que houve grande “personalização” da figura do ministro das Finanças e “diabolização” da Troika, José Coelho avalia a cobertura do OE 2013 como “positiva” e enxerga no público as razões para a frequência de algumas pautas. “Os temas 'aumento de impostos' e 'cortes de despesas' foram predominantes. Os cortes em prestações de segurança social (reformas, aposentadorias, subsídios diversos) foram cobertos em grande detalhe, nomeadamente por parte de imprensa escrita que se direciona para uma faixa etária mais envelhecida”.

Conforme o coordenador da Utao, os leitores de jornais estão hoje em dia mais atentos do que no passado recente ao debate sobre o Orçamento de Estado. “O contexto que Portugal atravessa contribuiu para aumentar o interesse do público sobre os assuntos orçamentais”, assinala.

Fora da pauta

Para alguns especialistas entrevistados, o aumento da cobertura sobre o Orçamento do Estado não necessariamente garantiu esclarecimento dos leitores sobre a situação económica do país. A professora da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico, Filipa

214 Para o parlamentar, “a dimensão do efeito social não é uma questão central na imprensa económica”.

Subtil, assinala que “o excesso de informação, a multiplicação de canais que as novas mídias vieram exponenciar [a circulação de notícia], mais do que trazer esclarecimento à opinião pública, traz o caos, traz a incompreensão de temas de grande complexidade. Mais informação não significa melhor informação. Pelo contrário, instala a confusão, a incapacidade de compreender o que está em causa”.

Entre as razões para o não esclarecimento estão a perspectiva e a linguagem das principais fontes e analistas lidos nos jornais. “É como se a sociedade se resumisse à economia. A sociedade é economia, os únicos que têm aval a falar de uma sociedade que é economia, são os economistas. Há uma invasão completa do economês onde eles falam por si próprios”²¹⁵, descreve a acadêmica.

Ao ser perguntada se na cobertura do OE 2013 faltou tratar de algum assunto importante foi enfática: “Faltou falar da desigualdade desse país que é a mais alta da Europa, uma das mais altas do mundo... Falar a fundo de como essa situação está a agravar mais o fosso entre os muito ricos (...) e as camadas da população mais baixa”.

O economista Jorge Bateira, do blog “Ladrões de Bicicleta”²¹⁶ também aponta limitações da cobertura do OE 2013 – o que comprometeu a visão ampla sobre a sustentabilidade das medidas propostas no orçamento. De acordo com ele, “aquilo que os jornais não fizeram foi apresentar análises sobre a sustentabilidade da política econômica inscrita no OE 2013. Não só do ponto de vista social (maior desemprego, mais emigração de jovens qualificados, maior pobreza, desagregação da classe média) e do ponto de vista político (degradação da democracia com a consolidação da ideia de que as elites políticas não estão à altura das circunstâncias, grande cumplicidade entre elites políticas e setor financeiro)”.

Ele acrescenta que também do ponto de vista econômico e financeiro, “a sustentabilidade não recebeu a atenção que devia ter” pela imprensa que mal perguntou: “como sustentar uma dívida galopante com os respectivos juros quando o quadro institucional europeu impede o país de crescer?”. A avaliação do economista é de que nos jornais “não se faz uso da análise histórica comparada para ver o que aconteceu noutros países, em outras épocas, quando o endividamento numa moeda estrangeira se tornou um problema grave (na América Latina, por exemplo)”.

O jornalista Nuno Ramos de Almeida, ativista do movimento social “Que se lixe a Troika! Queremos nossas vidas!”²¹⁷ acredita que omissões e limitações da cobertura da imprensa têm a ver

215 Essa mesma crítica é feita pelo ativista Nuno Ramos de Almeida, do movimento “Que se lixe a Troika” ao comentar o debate sobre o encaminhamento do OE 2013 para o Tribunal Constitucional. “Em relação ao [Tribunal] Constitucional, a ideia é que a imprensa econômica é a da inflexibilidade da Corte e da necessidade de haver uma interpretação da lei que seja consoante ao Estado que a crise está (...) A maioria do jornalismo econômico raciocina que o tribunal tem que ter uma interpretação economicista da lei!”.

216 Veja <http://ladroesdebicicletas.blogspot.com.br/> ou <https://www.facebook.com/pages/Ladr%C3%B5es-de-Bicicletas/148383745233778?fref=ts>

217 Veja <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.com.br/> ou <https://www.facebook.com/pages/Que-se-Lixe-a->

com a influência do governo e dos bancos e com a visão de mundo partilhada entre alguns jornalistas e as fontes que dominam os campos político e econômico.

“O problema da leitura do orçamento é que os jornalistas compartilham em grande parte com os mesmos preconceitos ideológicos dos autores, portanto leem que determinadas medidas não possuem efeito social, mas têm efeito social”, acredita. Segundo o ativista, “os jornalistas são plurais” e têm “capacidades profissionais diferentes”, mas “por vezes, até por causa de suas ligações e a sua formatação, os jornalistas reproduzem os argumentos do governo”²¹⁸.

Para o secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Arménio Carlos; “em termos gerais”, a imprensa manteve uma postura crítica a respeito do governo na cobertura do OE 2013. “Isso tem ajudado a descredibilizar o próprio governo e até algumas posições que o presidente da República tem tido”, reconhece.

Ele aponta, porém, que a imprensa não aprofunda a discussão, não aborda soluções alternativas às propostas de governo, e há “um deficit significativo no que diz respeito à demonstração do confronto de ideias e de saídas para a resolução do problema”.

Para o sindicalista, “a opinião pública está esclarecida dos malefícios das propostas governamentais que tem sido apresentadas e das implicações negativas decorrentes da aplicação do memorando da Troika. A opinião pública não está suficientemente informada e sensibilizada para a ideia que há propostas alternativas (...) Isso nos levanta um problema de fundo que é da resignação e da ideia de inevitabilidade da aplicação dessas políticas, que não tem saída se não aquelas que estão a ser aplicadas”.

O desinteresse da imprensa em Portugal por propostas alternativas, quando sugerida por trabalhadores, já havia sido assinalado pelo pesquisador Fernando Correia no livro *Jornalismo, grupos económicos e democracia* (2006). Ao falar sobre a abordagem dos temas laborais nos jornais portugueses, o autor repara no consenso silencioso dos meios de comunicação que “*se debruçam sobre um país que não é o nosso, onde o mundo do trabalho, enquanto tal, tem um lugar completamente desproporcionado ao da realidade social que nos cerca*” (95).

Para o autor, a subestimação da importância do trabalho nos noticiários não é resultado apenas de uma escolha editorial:

Ela enraíza-se mais fundo e adquire uma dimensão estrutural, na medida em que assenta na própria organização quer das salas de redação quer das páginas do jornal ou das programações. E aqui estamos, indiscutivelmente,

Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626?fref=ts

218 O exemplo citado pelo ativista é o enxugamento do Estado. “Os ditos 'cortes na gordura' são cortes nos rendimentos das pessoas, da educação e da saúde gratuita”, lembra. Para Ramos de Almeida, há coincidência entre o poder político-econômico diz sobre a crise e o que a maior parte dos jornalistas pensam em relação à crise: “nosso problema é que vivemos acima das nossas possibilidades”; “nosso problema é de um Estado que é muito grande”; “os setores privados são melhores que o setor *Público* em qualquer matéria”.

perante verdadeiras opções de classe que não deixam de o ser, mesmo quando não assumidas ou mesmo consciencializadas por quem as toma ou nelas se enquadra. (Idem, 95-96)

Fernando Correia lembra que os sindicatos, os sindicalistas só são procurados pela imprensa quando há greve, manifestação e mobilização social.

Os meios de comunicação não se limitam a 'criar' notícias nem a transmitir automaticamente a ideologia dominante; na verdade, eles transmitem essa ideologia na media [mídia] em que estão sujeitos a uma agenda definida pelo poder econômico e político que através de sua ligação estrutural com os meios de comunicação, funciona como primeiro definidor dos temas e dos enquadramentos e transforma os meios de comunicação em 'definidores secundários'(Ibidem, 103)²¹⁹

Sem visibilidade

Para Arménio Carlos, a imprensa expõe e critica o que está sendo feito, “mas não é dada a mesma visibilidade àqueles que propõem” como fez a CGTP ao elaborar alternativas. Essa queixa é repetida por Nuno Ramos de Almeida, do movimento “Que se lixe a Troika!”, contra os jornalistas. “Eles não valorizam o que dizemos (...) Há um preconceito que vem em parte dos jornalistas de política que costumam a falar com os chefes partidários: qualquer movimento que saia do enquadramento geral da política [institucional] eles têm dificuldade de tratar”, reclama o ativista.

Segundo Ramos de Almeida, a ênfase das matérias está na fala dos porta-vozes dos partidos políticos com representação no parlamento. “Se seguir uma manifestação do 'Que se lixe a Troika!' terás certamente declarações do líder do Partido Socialista [PS], do líder do Partido Comunista Português [PCP], e do Bloco [de Esquerda – BE]”. “Não tem a declaração de ninguém do 'Que se lixe a Troika!'. Não é que não tenham dado, é que os jornalistas não acham importante; acham que a manifestação aconteceu apesar deles, não acham que a manifestação aconteceu com eles”, reclama.

A preferência por fontes institucionais têm efeitos na cobertura. “Em regra, o que falta na análise do orçamento é aquilo que está para além do que o governo diz, isto é: quais são de fato os reais impactos”, aponta o ativista antes de sublinhar que, concordando com essas fontes institucionais, “a maior parte dos comentadores econômicos e dos jornalistas dão como adquirido que quando temos uma dívida, temos que pagar, e temos duas maneiras de pagar: uma é cortar nas despesas, a outra é aumentar as receitas. O movimento de investir implica desinvestir”, comenta.

219 A crítica de Fernando Correia à cobertura da imprensa sobre a pauta do trabalho faz lembrar o processo de desumanização da força de trabalho e humanização do capital. “*Existem publicações, páginas, suplementos ou programas dedicados aos temas econômicos, mas onde os problemas dos trabalhadores e as suas opiniões não têm assento. Lugar privilegiado na seleção dos editores têm, sim, as informações da Bolsa, as notícias de compra e venda de empresas, as lutas pela liderança dos mercados, as entrevistas com os gestores 'em alta' e com os (grandes) empresários, etc. Tudo se passa como se no mundo do trabalho, quando se trata de falar de 'coisas sérias', os únicos protagonistas fossem, os patrões, economistas e gestores*” (2006: 96).

Conforme Nuno Ramos de Almeida, a ênfase na dívida torna opacas consequências sociais do programa de ajustamento econômico que regeu a elaboração do OE 2013: “a questão da desigualdade nunca está muito presente”, sublinha²²⁰.

Para Arménio Carlos, da CGTP, além da escolha das fontes, outra decisão de cunho jornalístico molda a cobertura. Os jornais fazem abordagem de matiz economicista onde predomina o interesse pelo capital e se subestima a importância da força de trabalho, inclusive absorvendo pautas que poderiam ter um tratamento mais social, como as matérias sobre emprego onde esse aparece como “um supletivo, um quarto primo ou quinto primo da economia”.

“Aqui há umas nuances para além de que há uma desvalorização do trabalho no contexto do funcionamento da economia e que se reflete na própria comunicação social. Por exemplo, há muitos anos que os jornais não têm uma página sobre as questões do trabalho. O trabalho está inserido na área de economia. O emprego aparece aqui numa postura de subordinação à economia numa situação de classe”.

Alimentando o senso comum

A falta de enquadramento social para as matérias sobre o OE 2013 é visto pelo professor de Finanças Públicas Paulo Trigo como limitação académica de quem cobre a pauta. “É difícil a quem não tenha formação técnica analisar o impacto do Orçamento de Estado nas desigualdades sociais”, diz o especialista que leciona no Instituto Superior de Economia e Gestão (Iseg) da Universidade Técnica de Lisboa e escreve periodicamente no *Público* e no *Expresso*.

Segundo ele, os jornalistas estão atentos às dotações orçamentárias repartidas entre os órgãos públicos, mas não estão aptos para ver além da distribuição de recursos, contextualizar informações, relativizar posicionamentos, enxergar efeitos socioeconômicos e ir além do senso comum.

“Muito do que aparece nas notícias é o sobe e desce dos vários ministérios”, comenta Trigo. “Há vários momentos no orçamento que há implicações, por exemplo, os cortes, feitos nas pensões ou nos salários da função pública não são proporcionais, são progressivos, uma medida que eu considero justa”; pondera ao lembrar que, apesar do aumento da carga tributária, “houve um redirecionamento dos impostos indiretos para impostos diretos” - o que pode ter efeito redistributivo e, ao contrário do que temem outros entrevistados acima, não agravar a desigualdade de Portugal²²¹.

220 “Isso é um dado politicamente relevante para quem se insere num movimento de contestação e considera por um lado que essa política de cortes não é nenhuma austeridade expansionista – austeridade é austeridade, se faz destruição. Não tem efeitos macroeconômicos que estavam a dizer e tem efeitos na redistribuição de rendimentos na sociedade que eles não dizem”, acrescenta o ativista.

221 Paulo Trigo ainda reclama da falta de análise na imprensa sobre o impacto dos gastos das empresas estatais (“do setor *Público* empresarial”) nas contas públicas. “Essa parte que é responsável pelo aumento da dívida pública a meu ver tem sido pouco tratado, a meu ver porque é um pouco mais complexo tecnicamente e, portanto, os jornalistas têm mais dificuldades de entrar nela. O OE 2013 foi péssimo neste aspecto. No orçamento de 2012 havia

Sobre os valores-notícia

A dor da gente não sai no jornal
Haroldo Barbosa e Luís Reis

As análises quantitativa e qualitativa demonstram que prevaleceu na cobertura da tramitação e aprovação do Orçamento do Estado 2013, pelos jornais *Expresso*, *Diário de Notícias* e *Público*, uma tendência de assimilação da visão do governo e dos credores internacionais de que é necessário Portugal atingir o equilíbrio fiscal diminuindo as despesas do Estado. O corte de gastos públicos é considerado como opção ao aumento de impostos, que na visão dos jornais sacrificava, especialmente, a classe média.

A meu ver, a imprensa comprou a agenda do governo mas tratou o assunto considerando as expectativas e insatisfações do estrato social que forma a opinião pública.

De acordo com o que assinalamos, o enredo dos enquadramentos tem o político-econômico como tom principal e está focado nas decisões do gabinete ministerial, em especial do então ministro das Finanças Vitor Gaspar. Governo e base parlamentar apresentaram pelos jornais que não havia alternativa às medidas prescritas no Orçamento de Estado 2013 – aparentemente exprimido pela crise financeira internacional e pela imposição, pelos credores da Troika, de um incontornável programa de ajustamento.

Neste cenário de saída única, conforme esboçado pelo governo e pelos credores, e repetido pela imprensa, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o presidente Cavaco Silva e os partidos de sustentação do governo veicularam imagem de espectadores (e não decisores) da política econômica, cujo não cumprimento pode trazer incertezas, minar o respaldo do país no mercado financeiro internacional, secar as fontes de recursos para investimentos e custeio do Estado e das empresas privadas, e até levar a sociedade portuguesa à perda da coesão social.

Conforme foi apontado, a anomia não está conceituada sociologicamente e, assim, os riscos do fim da coesão da sociedade foram vistos como problemas macroeconômicos por fontes entrevistadas e comentaristas dos jornais que defendiam ou se opunham ao programa de ajustamento e à proposta do OE 2013.

Focados na economia, os jornais não fizeram as ligações entre as decisões políticas, as razões de ajustamento e as consequências sociais - apesar de críticos em geral à austeridade e ao projeto de lei do Orçamento de Estado, especificamente. Dessa forma, a imprensa não relativizou o discurso do governo e da base aliada, não aprofundou o problema da coesão social e, no geral, nem

uma seção 'setor empresarial do Estado' e no orçamento de 2013 essa seção desapareceu. Há muito pouca informação também”.

sequer percebeu ou explicitou que as falas apocalípticas eram de fontes que tinham visões antagônicas sobre a política econômica. Na falta desse trabalho de explicitação, a cobertura ajudou a prevalecer a agenda do ajustamento econômico – o que foi bastante funcional para as justificativas de aprovação do OE 2013, exatamente como queriam o governo e os credores.

Como funcionam

Para além de vinculações ideológicas e interesses dos jornais (que, insisto, não são objeto desta tese), creio que os enquadramentos dos textos escritos pelos jornalistas²²² resultem do *modus operandi* da imprensa e dos valores-notícia que baseiam os critérios jornalísticos, e costumam ser ensinados nas faculdades e seguidos nas redações.

Valores sociais são concepções de mundo com uma “*hierarquia material particular*” (expressão de Jessé Souza). Essas visões individuais, mas aprendidas coletivamente, pautam os valores-notícia.

É a partir de estruturas sociais e culturais hierarquizadas igualmente no plano simbólico ideológico, nas quais participam os valores e as representações sociais dos agentes perante as possibilidades de ação coletiva e a sua correspondente participação nos atores coletivos que intervêm nos campos e instituições das sociedades modernas. (NUNES, 2013: 167)

Com origem nas concepções gerais de mundo e de senso comum, os valores-notícia são patrimônio peculiar dos jornalistas, racionalizam o seu trabalho e funcionam como critérios legítimos na performance das atividades de repórter, editor ou comentarista. Os valores-notícia são da base que forma a identidade de uma categoria profissional; são efetivamente normas aprendidas na formação pelos jornalistas e acionados constantemente.

Qualquer transmissão de significados institucionais é óbvio que implica procedimentos de controle e legitimação. (BERGER e LUCKMANN, 1999: 81)

Cada papel cria uma entrada para um setor específico do patrimônio social total de conhecimentos. Para aprender um papel não basta adquirir as rotinas imediatas necessárias ao seu desempenho 'exterior'. É preciso também ser iniciado nas várias camadas cognitivas, e até afetivas, do corpo de conhecimentos, que de modo direto e indireto, são adequados a este papel. (Idem, 87)

222 O raciocínio aqui exclui artigos de convidados (políticos ou não) e de especialistas de colunas cativas nos jornais. Esses textos analisados na amostra estão baseados nas expertises dos autores, de acordo com suas convicções ideológicas.

Chamamos a alguém racional não apenas se ele é capaz de avançar uma asserção e, quando criticado, apresentar bases para ela apontando para a evidência apropriada, mas também se ele estiver a seguir uma norma estabelecida e for capaz, quando criticado, de justificar a sua ação explicando a situação à luz de expectativas legítimas”. (JURGEN HABERMAS apud SILVA e MENDES, 2009: 176)

Conforme Pierre Bourdieu, “*todos os agentes de determinada formação social têm em comum, de fato, um conjunto de esquemas de percepção fundamentais*” (2008: 436). Os valores-notícia, enquanto valores²²³, são esquemas de percepção historicamente constituídos que incorporam estruturas da sociedade e funcionam como orientadores do trabalho do jornalista. “*Constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para a prática (e não para fins de puro conhecimento)*” (Idem, 435).

De acordo com a sociologia do jornalismo, os valores-notícia estabelecem orientações para os conteúdos das matérias (critérios substantivos); consideram as condições de apuração dos fatos e edição das notícias (critérios de produção); ponderam o interesse de outros veículos (critérios de concorrência); antecipam o entendimento e as reações dos leitores (critérios de público); e orientam como as informações devem ser apresentadas (critérios de construção).

Os valores-notícia são padrões da cultura profissional dos jornalistas que controlam e validam as atitudes de definição de pauta, apuração, redação, edição e apresentação das matérias. Esse padrão começa a ser enculturado na formação acadêmica dos estudantes de comunicação social e é definitivamente incorporado na prática profissional, reforçado no cotidiano das redações.

O controle do que hoje é publicado ou transmitido exerce-se de uma forma muito mais sutil e sofisticada, fundamentalmente através da implantação de um consenso implícito dentro da sala de redação acerca daquilo que pode ou não pode ser publicado. Em geral, não são necessárias 'ordens superiores' para que os jornalistas, desde logo os que têm mais anos de 'casa', saibam com bastante clareza quais os critérios jornalísticos (os valores-notícia) a adotar, a forma como devem selecionar e abordar os acontecimentos, a maneira de tratar este ou aquele tema, este ou aquele fato, este ou aquele partido, esta ou aquela personalidade. (CORREIA, 2006: 94)

Como são elementos simbólicos partilhados, os valores-notícia servem para integrar cada jornalista ao grupo profissional, orientar procedimentos de trabalho, selecionar informações e justificar atitudes tomadas na elaboração de todos os textos em situações transituacionais.

223 Pierre Bourdieu explica que os valores são “*esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum*” (2008, 436)

Tais valores se constituem como modelos de interpretação global de que os indivíduos dispõem, que eles são dotados de alguma espessura e durabilidade e, finalmente, que lhes servem para organizar os seus próprios comportamentos. Serão, por isso, propensões específicas para entender e reagir, de modo consistente, em cada nova situação do cotidiano. (ALMEIDA, 2013: 114)

Os valores-notícia são acessados por quem detém o *habitus* de jornalista. Como estrutura estruturante podem predefinir as atitudes; mas o acionamento é uma ação individual, socialmente viável e respaldado por todos que vivem do ofício de publicar informação de interesse geral.

Esses critérios estão incrustados nas práticas de trabalho, e essas não são alheias à cultura geral que fundamenta hábitos e visões da sociedade. Pelo contrário, os valores-notícia ajudam a perpetuar as normas sociais de comportamento e as percepções do mundo. Têm caráter conservador e estão dentro dos limites da cultura.

Os valores-notícia reforçam normas; favorecem a legitimidade do poder; assinalam quais são os problemas da coletividade e como pode buscar solução; dão visibilidade a determinadas pessoas e segmentos sociais. Ao serem acionados pelos jornalistas para definir o que merece entrar no texto do jornalista e como isso deve ser tratado, os valores-notícia estabelecem qual agenda de assuntos pode ser coberta, quem é fonte e pode ter fala numa matéria. Marcam também o que “não é importante”, “quem não tem credibilidade” e “o que não faz sentido”.

Questionário

Para identificar quais são os valores-notícia mais recorrentes segundo os jornalistas do *Expresso*, *Diário de Notícias* e *Público*²²⁴, que cobriram a tramitação e promulgação do Orçamento do Estado 2013, foi elaborado um questionário com 30 alternativas fechadas que perguntava aos jornalistas: 1) O quê é importante para se ter uma notícia?; 2) Quais dessas condições eram as três mais habituais no trabalho da imprensa?; e 3) Onde ou quando os valores-notícia foram incorporados durante a trajetória profissional?

O instrumento de pesquisa foi elaborado a partir de um quadro que sintetiza quais são os valores-notícia, conforme as definições mais comuns da sociologia do jornalismo (ver Apêndice II). Em regra, o questionário (ver Apêndice III) foi respondido diretamente pelos 24 jornalistas entrevistados pessoalmente²²⁵, antes de serem aplicadas as questões abertas que sobre a conjuntura o trabalho da imprensa (ver Apêndice IV).

224 A escolha dos jornalistas entrevistados baseou-se na lista de nomes anotados na análise de conteúdo da cobertura do OE 2013.

225 Três jornalistas não foram entrevistados pessoalmente porque não moravam na cidade de Lisboa e responderam o questionário por e-mail. Foram eles: Pedro Araújo, da agência de notícias Dinheiro Vivo/*Diário de Notícias*; Carlos Cipriano e Samuel Silva.

A primeira observação é que os valores-notícia são critérios de trabalho conhecidos por todos, se não aprendidos desde as faculdades, são incorporados na labuta. Ao responderem se os valores-notícia apresentados na pesquisa foram ensinados na “formação acadêmica”, “abordados na redação” ou nos dois momentos da “trajetória profissional”, 23 dos 24 entrevistados (96%) apontaram para o trabalho. Desses, sete apontaram “apenas no trabalho”²²⁶, 16 assinalaram “na faculdade e no trabalho”. Nenhum entrevistado declarou que aprendeu “apenas na faculdade” e um entrevistado disse não lembrar.

Ao ter o trabalho como principal local de socialização, podemos confirmar, como sugere a literatura especializada, que os valores-notícia servem como guia para orientação da prática profissional, são afirmados cotidianamente, balizam uma forma específica de pensar e escrever que distingue o jornalista.

Tabela 18– Onde foram ensinados os valores-notícia

Não foram ensinados	0
Na faculdade e no trabalho	16
Apenas na faculdade	0
Apenas no trabalho	7
Não lembra	1

Dos 30 valores-notícia apresentados aos jornalistas entrevistados, 25 foram considerados “importantes” e/ou “muito importantes” em pelo menos 50% das respostas. O dado indica a pertinência do conceito e confirma o alto grau de conhecimento dos jornalistas a respeito (ver apêndice).

Os valores-notícias mais assinalados como “importante” ou “muito importante” (100% das respostas) são: “ouvir pelo menos dois lados”; “ser uma matéria exclusiva”; “envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas” ou “tratar de assunto recente e atual”.

Além desses, também tiveram alta frequência como “importante” ou “muito importante” (90% ou mais de respostas) “citar fontes especializadas”; “informar sobre calamidade pública”; “estar documentada”; e “ter números, valores e dados estatísticos” (95,83%); além de “ser de fácil compreensão dos leitores” (91,67%).

²²⁶ É possível que entre esses sete entrevistados estejam profissionais com outras formações como economia e direito. O dado porém não foi anotado nos questionários para assegurar a não identificação dos entrevistados.

Tabela 19 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência de 90% ou mais

Ouvir pelo menos dois lados	100,00%
Ser uma matéria exclusiva	100,00%
Envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas	100,00%
Tratar de assunto recente e atual	100,00%
Citar fontes especializadas	95,83%
Informar sobre calamidade pública	95,83%
Estar documentada	95,83%
Ter números, valores e dados estatísticos	95,83%
Ser de fácil compreensão dos leitores	91,67%

Dentre esses nove valores-notícia apenas sobressaem como “muito importante” as alternativas “ouvir pelo menos dois lados” (87,5%); “estar documentada” e “ser de fácil compreensão dos leitores” (79,17%); e “ser uma matéria exclusiva” (58,33%).

Tabela 20 – Principais respostas sobre os valores-notícia de alta importância nas matérias

Ouvir pelo menos dois lados	87,50%
Estar documentada	79,17%
Ser de fácil compreensão dos leitores	79,17%
Ser uma matéria exclusiva	58,33%

Os chamados critérios de produção (como “ouvir os dois lados” e “estar documentada”) são os mais salientados pelos jornalistas como “muito importantes”. Também tem alta referência um critério de construção (“ser de fácil compreensão dos leitores”) e um critério de concorrência (“ser uma matéria exclusiva”). Pouco abaixo desses, os critérios substantivos têm grande importância (“envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas” e “tratar de assunto recente e atual”).

Num grupo de valores-notícia de relativa importância estão aqueles que têm como critério a notoriedade do assunto, pois estão na agenda (política, social ou econômica) ou citam fontes ligadas a movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Além desses valores de critério substantivo, também é indicado “mostrar comportamentos desviantes”.

Tabela 21 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência entre 70% e 89%

Estar na agenda política	87,50%
Estar na agenda social	87,50%
Mostrar comportamentos desviantes (corrupção, por exemplo)	87,50%
Citar fontes de movimentos sociais e sindicatos	79,17%
Estar na agenda econômica	75,00%
Citar fontes ligadas a partidos políticos	70,84%

Também há um grupo de valores-notícia ainda considerados importantes, mas de menor frequência. Há nesse grupo valores-notícia com critérios substantivos (“citar fontes de alto grau hierárquico no Estado”; “mostrar comportamentos de referência”; “contar um fato insólito, raro ou extraordinário”; e “citar fontes do empresariado”).

Há também os valores-notícia que têm como critério as condições de produção e trabalho (“permitir a produção de fotos” e “haver disponibilidade da informação”). Nesse grupo de valores de importância intermediária também está um de critério de construção (“ter a participação de cidadãos comuns”); e outro de critério de concorrência (“ser uma matéria de interesse de toda a imprensa”).

Tabela 22 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência entre 50% e 69%

Citar fontes de alto grau hierárquico no Estado	66,67%
Permitir a produção de fotos	66,67%
Ter a participação de cidadãos comuns	62,50%
Mostrar comportamentos de referência	62,50%
Ter a participação de autoridades ou de figuras públicas conhecidas	62,50%
Ser uma matéria de interesse de toda a imprensa	58,34%
Contar um fato insólito, raro ou extraordinário	58,33%
Citar fontes do empresariado	58,33%
Haver disponibilidade da informação (<i>releases</i> , <i>briefings</i> , conferência de imprensa, assessoria de comunicação)	50,00%

Repare que os valores-notícia quanto às condições de produção (acessibilidade, horário, produção de ilustração, e previsão) e de construção (“discordar” ou “concordar” com a opinião de leitores) tendem a ser menos importantes para os jornalistas entrevistados.

Tabela 23 – Valores-notícia “importantes” e “muito importantes” com frequência de 50% ou menos

Ter acessibilidade local e facilidade de cobertura	50,00%
Ocorrer dentro dos horários de fechamento	41,67%
Permitir a produção de ilustrações	41,67%
Estar previsto o acontecimento	25,00%
Discordar da opinião dos leitores	8,33%
Concordar com a opinião dos leitores	4,17%

Além dos critérios de noticiabilidade, os valores-notícia podem ser agrupados pela tendência conservadora de assuntos, enfoque e escolha de fontes legitimadas; ou pela tendência inovadora na definição de temas, na construção de abordagens mais diversificadas e na seleção de entrevistados fora do *status quo*.

De acordo com Robert Merton e Paul Lazarsfeld, são funções sociais da imprensa reforçar normas e atribuir importância social. Segundo esses autores clássicos da *communication research*, o jornalismo tem a função de expor e denunciar condutas que se desviam dos valores e leis da sociedade. O jornalismo chama atenção do público para práticas danosas (no caso brasileiro, por exemplo: abuso de poder, gasto excessivo do dinheiro público, corrupção...).

A essa função de moralização liga-se uma outra função fundamental: reconhecer e/ou atribuição de status. É a imprensa, mais do que qualquer outra instituição na sociedade contemporânea, que faz o reconhecimento de causas e iniciativas que merecem tratamento positivo e estão legitimadas perante a sociedade.

O trabalho do jornalista outorga prestígio a políticos, empresários, artistas, celebridades, organizações e movimentos sociais. A matéria publicada (ou veiculada) realça modelos de comportamento. Observe-se que da mesma forma que lança luz, o jornalista pode fazer sombra sobre fatos e pessoas.

Com argúcia de uma “teoria crítica e apocalíptica”, os dois sociólogos “integrados” ainda apontam para uma disfunção: gerar conformismo social. Segundo eles, por interesses políticos e econômicos, a imprensa deixa de levantar questões sobre a estrutura da sociedade e contribui assim para a manutenção do sistema vigente.

Uma vez que os meios de comunicação são financiados pelos grandes interesses econômicos, gerados no sistema econômico-social vigente, eles contribuem para a manutenção desse sistema (...) Os meios de comunicação, além de reiterar a ordem vigente, recusam-se a levantar questões essenciais no tocante a estrutura social. (MERTON e LAZARSELD, 1987: 242-243)

Nesse sentido, creio que apenas cinco valores-notícia na lista de 30 exposta nas entrevistas com os jornalistas²²⁷ poderiam favorecer *a priori* luz sobre alguns temas, enfoques e fontes que estão na penumbra; à margem do conhecimento público e dos interesses gerais da sociedade, e que podem (por definição) estar em desalinho com o “sistema econômico-social vigente” ou trazer uma visão alternativa, menos tradicional ou menos conservadora da realidade. Esses valores são: “ouvir pelo menos dois lados”; “citar fontes de movimentos sociais e sindicatos”; “ter a participação de cidadãos comuns”; “discordar da opinião dos leitores” e “mostrar comportamentos desviantes”.

Tabela 24 – Valores-notícia de tendência menos conservadora

Para uma notícia é importante...	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Branco
Ouvir pelo menos dois lados	0	0	12,50%	87,50%	
Mostrar comportamentos desviantes (corrupção, por exemplo)	0	12,50%	45,83%	41,67%	
Citar fontes de movimentos sociais e sindicatos	4,17%	12,50%	75,00%	4,17%	4,17%
Ter a participação de cidadãos comuns	8,33%	29,17%	50,00%	12,50%	
Discordar da a opinião dos leitores	29,17%	62,50%	8,33%	0	

O grau de importância atribuído pelos jornalistas a esses valores-notícia potencialmente “menos conservadores” varia bastante na pesquisa. Como vimos, “ouvir pelo menos dois lados” é o valor mais importante para os jornalistas ao escrever uma notícia. Por “ouvir dois lados” entende-se, em princípio, “ouvir dois lados antagônicos”. Orientação fundamental porque pode contrabalançar informações discordantes e visões diferentes sobre um assunto; e assim propiciar ao leitor melhor juízo sobre o tema.

Dito isso, devemos fazer algumas ponderações que relativizam o potencial “alternativo” desse valor-notícia. Primeiro, “ouvir pelo menos dois lados” pode ser pouco diante da realidade complexa com mais grupos e atores implicados e percepções diversificadas. Segundo, algumas vezes as visões podem ser mais complementares do que antagônicas e nesse sentido prestarem informação semelhante e orientar a visão do leitor para o mesmo ponto. Terceiro, ainda que antagônicos, os dois lados podem habitar o espaço institucional estabelecido, por exemplo base aliada do governo e oposição no parlamento. Duas correntes políticas num espaço de legitimação do poder não são necessariamente “alternativas” às visões de mundo cristalizadas no campo político e soluções já conhecidas²²⁸.

227 Como apontamos, a relação de valores-notícia foi elaborada conforme a literatura especializada.

228 No caso da pauta do Orçamento do Estado vale notar que tanto os partidos da base aliada do governo (PSD e CDS-

Outros dois valores-notícia em princípio “mais abrangentes” são “mostrar comportamentos desviantes” e “citar fontes de movimentos sociais e sindicatos”. Esses valores foram considerados relativamente importantes pelos jornalistas entrevistados (12º e 13º lugares entre 30 valores).

“Mostrar comportamentos desviantes” é um valor fundamental porque diz respeito ao papel “guardião” da imprensa e pode coibir práticas ilícitas e até penalizar politicamente quem esteja envolvido. Mas além desse ponto, a definição desse valor-notícia também carrega visões de mundo mais restritas sobre o que é “comportamento desviante” e “comportamento normal”. Ou seja, a aplicação do valor-notícia tem potencial efeito conservador e gerador de estigma e preconceito.

Os jornalistas entrevistados consideram importante “citar fontes de movimentos sociais e sindicatos”, mas atribuem mais importância “citar fontes especializadas”. A preferência se explica por saber que sindicatos e movimentos sociais têm seus interesses estabelecidos (não necessariamente semelhantes aos dos jornais e da opinião pública) e por ter teoricamente entre as fontes de discurso competente maior possibilidade de visão refinada e objetiva da realidade.

Vale notar que a fonte é considerada “especializada” porque tem formação específica ou trabalha em instituição respeitada, etc. Isso não quer dizer, porém, que tenham visões neutras e nem alternativas. Como diriam Merton e Lazarsfeld, as fontes de discurso competente são representativas em si do *status quo* que a imprensa ajuda a manter.

Com menor frequência (18º lugar), os jornalistas também consideram importante “ter a participação de cidadãos comuns” nas matérias, um valor-notícia de construção que “humaniza” a cobertura, pode facilitar entendimento com exemplos reais (ter cidadãos comuns como personagens) e tornar o texto mais atraente.

Deve-se reparar que “ter a participação de cidadãos comuns nas matérias” é um valor-notícia de importância menor do que “citar fontes ligadas a partidos políticos” e “citar fontes de alto grau hierárquico no Estado”, segundo os jornalistas entrevistados.

Por fim, cabe assinalar que “discordar da opinião dos leitores” (assim como “concordar com a opinião dos leitores”) tem diminuto grau de importância para os jornalistas entrevistados. O valor-notícia teria em tese o potencial de estimular nos jornalistas a produção de matérias sobre assuntos não conhecidos, com enfoques diferentes e até elementos surpreendentes.

À exceção de “ouvir pelo menos dois lados”, nenhum dos valores-notícia “mais alternativos” foram considerados como os mais habituais na imprensa portuguesa. De acordo com as respostas dos 24 jornalistas entrevistados, há significativa coincidência entre os valores-notícia que os profissionais consideram importante e aqueles que julgam ser mais habituais nos jornais de Portugal.

PP) como o principal partido da oposição (PS) são signatários do acordo que resultou no programa de ajustamento econômico assinado com o FMI, o BCE e a Comissão Europeia. Ou seja podemos ter no caso até ouvir “dois lados”, mas essas opiniões e informações não partem necessariamente de polos políticos totalmente alternativos.

Os quatro valores-notícia considerados mais habituais na imprensa portuguesa são também (não na mesma ordem) os quatro valores-notícia mais importantes para os jornalistas: “ser matéria exclusiva”; “ouvir pelo menos dois lados”; “envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas” e “tratar de assunto recente e atual”. Desses, o valor-notícia mais indicado como habitual é “envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas”.

A partir da quinta posição há um descolamento entre o que os jornalistas avaliam como importante e aquilo que consideram mais habitual na imprensa portuguesa. Vale sublinhar que a visão dos jornalistas é de que a imprensa tende ser mais conservadora em seus critérios de noticiabilidade do que os profissionais. Assim, por exemplo, os jornalistas afirmam boa disposição da imprensa por assuntos que já estão na agenda; que são de interesse comum dos veículos de comunicação; ou tem fontes notáveis.

Tabela 25 – Condições que são mais habituais na cobertura da imprensa

Condições mais habituais na cobertura da imprensa	Entre as três	Principal
Ser uma matéria exclusiva	37,50%	12,50%
Ouvir pelo menos dois lados	37,50%	8,33%
Envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas	33,33%	20,80%
Tratar de assunto recente e atual	29,16%	12,50%
Estar na agenda política	29,16%	4,16%
Estar na agenda econômica	20,83%	12,50%
Ser uma matéria de interesse de toda a imprensa	16,66%	8,33%
Mostrar comportamentos desviantes (corrupção, pex)	12,50%	8,33%
Ser de fácil compreensão dos leitores	12,50%	4,16%
Informar sobre calamidade pública	12,50%	
Estar na agenda social	8,33%	4,16%
Ter a participação de autoridades ou de figuras públicas conhecidas	8,33%	
Citar fontes especializadas	8,33%	
Citar fontes de alto grau hierárquico no Estado	4,16%	
Haver disponibilidade da informação (releases, briefings, conferência de imprensa, assessoria de comunicação)	4,16%	
Contar um fato insólito, raro ou extraordinário	4,16%	
Estar previsto o acontecimento	4,16%	
Concordar com a opinião dos leitores	4,16%	

Os dados sobre a importância atribuída pelos jornalistas aos valores-notícia, a menor

frequência daqueles critérios de noticiabilidade que permitiriam visões alternativas e percepção que esses profissionais têm sobre a imprensa na definição dos assuntos e fontes que merecem cobertura são congruentes com os enquadramentos assinalados na análise quantitativa e na interpretação dos conteúdos das matérias da amostra.

Ao atribuir relevância para as fontes institucionais temos uma explicação para a tendência de assimilação da visão do governo sobre equilíbrio fiscal e despesas do Estado.

A cobertura seguiu o calendário de tramitação e promulgação porque para imprensa (e os leitores, considero) o factual é importante e os jornais em concorrência devem se ocupar do que está na agenda. Além de marcada pelo processo legislativo formal, a imprensa seguiu a agenda de assuntos sobre “que não se pode deixar de falar”. Se o governo propõe o debate sobre cortes de gastos públicos para aliviar aumento de impostos, o tema entra na pauta.

Agenda e fontes enquanto critérios de noticiabilidade ajudam a explicar porque o enredo dos enquadramentos teve um viés político-econômico e focado nas decisões do gabinete ministerial sob influência do ministro das Finanças Vitor Gaspar.

As fontes do governo e da base parlamentar disseram aos jornais que não havia alternativa ao programa de ajustamento e às medidas prescritas no Orçamento de Estado, e assim firmou quais os limites da cobertura que enfatizou as dificuldades de Portugal diante da crise financeira internacional e a imposição dos credores da Troika.

A ênfase no aspecto econômico e nas fontes que articulam esse discurso (especialmente Vitor Gaspar) suplantou a mediação política e favoreceu a visão de que eram coadjuvantes o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o presidente Cavaco Silva e os partidos de sustentação do governo.

A valorização da agenda governamental, do enfoque economicista e de fontes do campo da político-econômica explicam a falta de maior pluralidade de visões. Impediu, por exemplo, que o risco de perda da coesão social fosse melhor apurado e não visto apenas como aspecto do problema macroeconômico, ainda que para isso tenha sido ouvido dois lados: os que defendiam e os que se opunham ao programa de ajustamento e à proposta do OE 2013.

Tabela 26 – Ranking dos valor-notícia segundo os jornalistas entrevistados

	Para uma notícia é importante...	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Branco
1º	Ouvir pelo menos dois lados	0	0	12,50%	87,50%	0
2º	Ser uma matéria exclusiva	0	0	41,67%	58,33%	0
3º	Envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas	0	0	50,00%	50,00%	0

4º	Tratar de assunto recente e atual	0	0	70,83%	29,17%	0
5º	Estar documentada	0	4,17%	16,67%	79,17%	0
6º	Citar fontes especializadas	0	4,17%	50,00%	45,83%	0
7º	Informar sobre calamidade pública	0	4,17%	45,83%	50,00%	0
8º	Ter números, valores e dados estatísticos (pesquisas, relatórios, diagnósticos produzidos por instituições de pesquisa ou acadêmicas)	0	4,17%	62,50%	33,33%	0
9º	Ser de fácil compreensão dos leitores	0	8,33%	12,50%	79,17%	0
10º	Estar na agenda política	4,17%	8,33%	54,17%	33,33%	0
11º	Estar na agenda social	4,17%	8,33%	58,33%	29,17%	0
12º	Mostrar comportamentos desviantes (corrupção, por exemplo)	0	12,50%	45,83%	41,67%	0
13º	Citar fontes de movimentos sociais e sindicatos	4,17%	12,50%	75,00%	4,17%	4,17%
14º	Estar na agenda econômica	4,17%	20,83%	54,17%	20,83%	0
15º	Citar fontes ligadas a partidos políticos	0	20,83%	66,67%	4,17%	8,33%
16º	Citar fontes de alto grau hierárquico no Estado	0	29,17%	66,67%	0	4,17%
17º	Permitir a produção de fotos	12,50%	20,83%	50,00%	16,67%	0
18º	Ter a participação de cidadãos comuns	8,33%	29,17%	50,00%	12,50%	0
19º	Mostrar comportamentos de referência	0	37,50%	41,67%	20,83%	0
20º	Ter a participação de autoridades ou de figuras públicas conhecidas	4,17%	33,33%	58,33%	4,17%	0
21º	Ser uma matéria de interesse de toda a imprensa	4,17%	37,50%	54,17%	4,17%	0
22º	Contar um fato insólito, raro ou extraordinário	4,17%	37,50%	50,00%	8,33%	0
23º	Citar fontes do empresariado	8,33%	25,00%	58,33%	0	8,33%
24º	Haver disponibilidade da informação (releases, briefings, conferência de imprensa, assessoria de	0	50,00%	50,00%	0	0

	comunicação)					
25°	Ter acessibilidade local e facilidade de cobertura	20,83%	29,17%	37,50%	12,50%	0
26°	Ocorrer dentro dos horários de fechamento	20,83%	33,33%	41,67%	0	4,17%
27°	Permitir a produção de ilustrações	16,67%	41,67%	29,17%	12,50%	0
28°	Estar previsto o acontecimento	25,00%	50,00%	25,00%	0	0
29°	Discordar da opinião dos leitores	29,17%	62,50%	8,33%	0	0
30°	Concordar com a opinião dos leitores	33,33%	62,50%	4,17%	0	0

A cobertura segundo os jornalistas

*E que vale uma entrevista
Se o que não alcança a vista
Nem a razão apreende
É a verdadeira notícia?*
Carlos Drummond de Andrade

Junto ao questionário fechado sobre os valores-notícia mais pertinentes na produção de matérias, um roteiro de perguntas abertas também foi proposto aos jornalistas entrevistados para captar a visão geral sobre o contexto e os principais problemas socioeconômicos de Portugal; o impacto do Orçamento de Estado 2013 sobre essas condições; a atenção da imprensa ao assunto; as melhores fontes de informação a respeito; e o que sabem sobre o interesse dos leitores.

Como ocorreu com as questões fechadas, o nome dos respondentes foi omitido nesta parte do texto, conforme assegurado aos entrevistados no instrumento de coleta de dados (veja a relação de jornalistas entrevistados no Apêndice IV).

Ao contrário do que a metáfora da invisibilidade possa caracterizar a respeito da percepção dos formadores de opinião sobre a situação socioeconômica de Portugal e as pessoas que vivem nas condições sociais mais difíceis, as respostas dos jornalistas deixam claro que são visíveis problemas tais como pobreza, desigualdade, desemprego. Os jornalistas, inclusive, enxergam o agravamento desse quadro por causa do OE 2013 e não fecham os olhos para o resultado final do seu trabalho.

Em outras palavras, ainda que a análise de conteúdo e as entrevistas das fontes tenham apontado um viés de cobertura noticiosa com predomínio da agenda governamental nas discussões; atenção prevalecente às discussões na Assembleia da República e no gabinete ministerial sobre as propostas contidas no projeto de lei; além das referências sistemáticas à figura do então ministro das Finanças, Vitor Gaspar, e à Troika; as respostas dos jornalistas às questões abertas evidenciam que a percepção dos problemas vai além das versões institucionalizadas descritas nas matérias²²⁹.

229 Não foi solicitado aos jornalistas entrevistados que assinalassem suas tendências de posicionamento político. As respostas às questões abertas sobre a cobertura do OE alimentam a visão de viés ideológico supostamente progressista. O dado é claramente abordado em outras pesquisas. O Segundo Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses (feito 1997) entrevistou 251 pessoas e verificou que 10,4% dos jornalistas (26 pessoas) se disseram de 'extrema esquerda'; 38,6% (97) de 'esquerda'; 28,7% (72) 'de centro'; 7,2% (18) 'de direita'; 0,4% (1) 'de extrema-direita'; 14,7% (37) não sabe ou não respondeu. Para os autores, “*existe um fosso inevitável entre o que os jornalistas pensam e valorizam e aquilo que é produto da sua atividade profissional, ou seja, é preciso não confundir os jornalistas com as notícias (...) Se as decisões cotidianas na atividade jornalística são fundamentalmente market-driven, isto é, tomadas praticamente à revelia dos valores dos produtores de informação, então isso mostra bem como não raras vezes os jornalistas são levados a agir sem qualquer convicção, eventualmente divididos entre a consciência moral e a necessidade objetiva de obedecer a critérios de objetividade ou hierarquia profissional*” (180, grifo original). “*Apenas 1,2% dos inquiridos concordam que 'a economia de mercado tem a capacidade*

Problemas e razões

Vejam, por exemplo, a pergunta “em sua opinião, quais os principais problemas socioeconômicos do país?”. As respostas colhidas demonstram interesse, conhecimento e sensibilidade dos jornalistas quanto às questões sociais e confirmam a capacidade de fazer ligações entre aspectos variados da realidade.

Um repórter especializado em educação, entrevistado por escrito, afirma que, entre os problemas de Portugal “o mais importante é a devastação do tecido econômico, que provoca os outros dois: o aumento do desemprego e a redução das receitas fiscais para o Estado, que põe em causa a manutenção da qualidade dos serviços públicos”.

À falta de emprego e à baixa na arrecadação de impostos, o jornalista relaciona outro problema “que tem a ver com o desinvestimento nas áreas em que o país tem qualidade e pode fazer a diferença (...), nomeadamente, a ciência e o ensino superior”.

Segundo ele, os orçamentos de Estado dos últimos anos têm piorado essas condições “por via do corte no investimento e do aumento da carga fiscal sobre cidadãos e empresas”. Em sua opinião, “o caminho de saída da crise terá que passar por um país com melhores ferramentas de competitividade, que não pode passar por salários baixos e trabalhadores não qualificados, mas sim por aproveitar os recursos altamente qualificados que o país tem conseguido formar. Mas tudo isso está em causa com uma política de investimento no ensino e na ciência que é errática”, pondera.

O diretor de uma publicação entrevistado sublinha que ao focar estritamente na geração de receita e na contenção da dívida, a falta de perspectivas marcou a elaboração do OE 2013. “O orçamento que era para ser instrumento de política econômica mas é um instrumento de política exclusivamente financeira”. Visão compartilhada por um repórter setorialista de política que afirma que o programa de ajustamento “gerou uma filosofia de austeridade, de recompor as contas públicas”.

Uma repórter especializada em saúde também faz ligações entre aspectos diferentes para explicar a crise do país. Para ela os problemas de Portugal são “economia pouco desenvolvida, mal organizada, que gasta mais do que aquilo que gera e do que aquilo que tem”

Para ela, o OE “é sempre um orçamento feito abaixo daquilo que são as necessidades (...) É sempre feito um orçamento retificativo porque sempre se sabe que o dinheiro não vai chegar (...)”

de resolver os problemas sociais'. Esta posição assenta na defesa do papel regulador do Estado na correção das desigualdades produzidas pelo sistema económico (50,6%). Esta valorização do papel do Estado está longe de significar a defesa do controle estatal da economia: só 1,2% dos jornalistas é que concordam que a 'economia de mercado é totalmente ineficaz na resolução dos problemas de equidade social, [pelo que] somente um total controle estatal poderá extinguir'. (SILVA e MENDES, 2009: 189-191)

depois se arruma maneira para buscar o dinheiro e tapar o buraco.”

Em sua ótica, a falta de recursos e a falta de organização administrativa se alimentam e têm perpetuado os problemas do país: “A ajuda externa está a nos dizer o que temos que fazer para gerir a nossa casa, o que temos que fazer por determinado período de tempo e o que é certo é que as coisas não estão a correr assim tão bem (...) Por maior e melhor que seja a ajuda, nós continuamos a ter grandes problemas de base”.

Saídas airosas

Entre os problemas de base que os jornalistas assinalam está o aumento da desigualdade. “A situação econômica suscitou planos sociais gravíssimos. São o desemprego, em primeiro lugar, e em consequência aumento da pobreza e dos desequilíbrios interclassistas, digamos assim. As crises sempre propiciam saídas airosas para uns, muito poucos, e sempre prejudicam seriamente a grande maioria”, opina um articulista entrevistado, ex-diretor de jornal.

Desemprego, pobreza e desigualdade também são enumerados pelos repórteres de veículos diferentes com formação em economia e especializados em finanças públicas. Para um deles, o OE 2013 agrava esses problemas, pois mina políticas sociais que poderiam amortecer o agravamento das condições de vida da população. “[O orçamento] tem agravado a crise. O programa de austeridade implica em mais recessão, mais desemprego, e, em alguns casos, as linhas não são suficientemente bem desenhadas para combater o desemprego, ou, pelo menos, para minimizar os efeitos do desemprego ou para combater a pobreza ou para reduzir as desigualdades”, avalia.

Para um colega com as mesmas qualificações, a intervenção da Troika e o programa de assistência financeira pioram ainda mais os problemas de (falta de) crescimento econômico e de desemprego; e o “Orçamento do Estado agrava porque, numa fase que estamos a crescer pouco e estamos com o desemprego tão alto, é preciso o Estado ajudar a economia com estímulos e estamos sendo forçados a cortar ainda mais”; assinala antes de relacionar as questões socioeconômicas aos riscos demográficos que pairam sobre Portugal. “O problema que vamos ter é de esvaziamento do país, emigração das pessoas mais capazes; vai ser um problema durante décadas”.

Reportagens imaginativas

Além de ouvir a opinião dos jornalistas sobre as principais dificuldades sociais e econômicas de Portugal e saber se para eles o OE 2013 agravava a situação, foi indagado se os problemas que apontavam eram tratados pela imprensa e se eram noticiados com a importância que atribuem.

As respostas corroboram a hipótese de que as tendências e distorções verificadas na análise de conteúdo e nas entrevistas com as fontes especializadas não ocorrem em razão da “invisibilidade”

dos problemas sociais.

Assim como são bastante evidentes os juízos negativos e pessimistas dos jornalistas sobre o Orçamento de Estado 2013, o programa de ajustamento financeiro, a atuação do governo e da Troika na crise, e as perspectivas socioeconômicas de Portugal, também é notório o ponto de vista rigoroso dos entrevistados sobre a atuação da imprensa na cobertura da pauta investigada.

Para um repórter especializado em economia, que trabalha numa sucursal fora de Lisboa, “Esses problemas não foram ignorados pela imprensa”; mas houve “uma falta de atenção ao perigo de atacar fortemente o poder de compra das famílias da classe média e a uma das suas consequências: a perda de alunos nas universidades”.

Segundo ele, “não é um problema ignorado (...) No entanto, a imprensa devia insistir mais nestes aspectos, fazendo reportagens imaginativas, exemplificativas das dificuldades da classe média e convocando também pensadores, sociólogos e economistas para refletir nas consequências a prazo das políticas de austeridade em vigor. O problema do endividamento tem sido intensamente tratado”, critica.

Papagaio do poder

Na opinião de um repórter que cobre as pautas de infraestrutura, e que rejeita a ideia de que “a comunicação social seja cúmplice da situação vigente e do poder vigente”; os problemas têm sido “devidamente tratados pela imprensa”. Ele, porém, admite que há situações em que “a imprensa é um mero papagaio do poder”.

Esse juízo é compartilhado por um repórter setorista de educação que acrescenta que “a austeridade é um problema e não uma solução”, mas “o debate público está excessivamente condicionado pela narrativa da inevitabilidade do momento por que passamos”. Para ele, a imprensa falha por “não estabelecer a relação entre os dois lados da equação (orçamento 'austeritário' e degradação das condições econômicas e de emprego)”.

Alguns jornalistas assinalaram que muito se noticiou sobre a incontornabilidade das políticas de controle de gasto. Uma repórter que cobre o parlamento acrescenta que a austeridade é um remédio amargo para compensar o descontrole fiscal dos anos anteriores. “Em Portugal, desde o Orçamento de Estado há uma mensagem muito forte, que vai do centro à direita e até à esquerda (não sei se na extrema esquerda) de que não há alternativa, 'o país chegou a um ponto que tem que ser isso'. Durante algum tempo, as pessoas assimilaram essa mensagem. 'Foram anos de conduta errada. Vivemos acima das nossas possibilidades, nós consumidores no acesso ao crédito. Pois agora, temos que pagar a fatura e tem que ser assim, não há alternativa”.

Um repórter que cobre o parlamento e os bastidores de um dos partidos de sustentação do

governo lembra que, antes da entrega formal do OE 2013 à Assembleia da República, o governo salientava para gravidade da situação econômico-financeira e para o arrocho fiscal embutido na proposta. “A apresentação do orçamento mostrou que os fatos eram muito mais graves do que aquilo que se supunha com as fugas de informação. Ou seja, acreditava-se que seria um orçamento de austeridade, um orçamento restritivo, mas o orçamento era de uma componente de austeridade e restrição e o tal caráter pró-cíclico muito mais forte que se podia imaginar. A grande surpresa começa logo na conferência do ministro Gaspar quando esse fala no 'enorme aumento de impostos'. Isso não é suposto, normalmente um político não dá uma resposta como esta, mas tenta diluir a gravidade da coisa, o que ele fez foi justamente o contrário (...) Imediatamente a partir daí se identificaram os problemas”.

Na visão de alguns jornalistas, a inevitabilidade da austeridade faz parte da agenda hegemônica proposta pelo governo e credores, e “comprada” pela imprensa. “Os importantes veículos ficaram reféns dessa agenda, que também dominou por completo a agenda política, agenda econômica, agenda empresarial, agenda sindical. Portugal viveu no último ano quase sob um tema único”, assinala uma repórter que cobre a Presidência da República.

Espuma dos dias

Para além das eventuais razões políticas e pecuniárias, aqui não investigadas mas sempre apontadas por quem na academia ou na praça pública critica o trabalho da imprensa, vale lembrar que o imediatismo da cobertura favorece a reprodução de aspas e argumentos propostos por quem tem poderes político e/ou econômico, e inicia o fluxo de informação. Nesse ponto, se assinala que cumprir a regra do método jornalístico não é uma atitude neutra e sem efeito ideológico.

Seguir estritamente a agenda governamental traz o risco da imprensa dar luz aos aspectos de interesse dos grupos de poder, sem fazer ligações entre situações relacionáveis e contraditórias, e sem veicular alternativas e mostrar busca de soluções, como pondera um repórter de uma editoria de política ao comentar a cobertura sobre as propostas de reforma do Estado. Ele confessa “muita dificuldade de sair daquilo que é o acontecimento político mais imediato, de sair daquela agenda muito suscitada pela atualidade (...) e de pensar um bocadinho mais da espuma dos dias”.

Segundo ele, “a discussão sobre a função social do Estado está inclinada pela situação de emergência econômica e com as pessoas a fecharem qualquer porta para escuta de outras alternativas. Quando se fala de cortes, há três áreas que sempre se referem: educação, saúde e segurança social. E nunca se questionam áreas que também são funções do Estado e onde também se gasta dinheiro (...): a questão da defesa e da segurança (...) Um debate que há muito tempo não é feito neste país sobre a importância ou não de termos um Estado que em alguns aspectos é quase ter

um Estado dentro do Estado”.

Fadiga da cobertura

Para um repórter especializado em finanças públicas, além do esquecimento de contradições e da repetição dos argumentos das agendas institucionais, a cobertura do OE 2013 esgotou a atenção dos leitores pois houve “informações demais e as pessoas não conseguiram digeri-las porque todos os dias havia notícias novas das pensões, dos salários, dos impostos etc”. Uma colega de redação que cobre política concorda com o ele: “a imprensa portuguesa está muito chata. Está virada para o seu umbigo. Porque só fala sobre crise, crise, crise, e sobre isso é muito monotemática”.

A mesma opinião repete uma repórter setorista na Assembleia da República: “a imprensa quase que tornou-se monotemática e há outros assuntos que desapareceram completamente da agenda por causa da situação de emergência financeira que o país se encontra e, portanto, essa tem sido o foco da imprensa (...) De fato o que interessa é como nós vamos pagar o empréstimo, como é que estão as contas e as finanças públicas. Isso tem de fato dominado a imprensa (...) Eu acho que as pessoas têm se interessado muito porque vai direto ao bolso (...) Embora eu ache que já há uma fadiga desses temas crise, crise, crise”.

O diretor adjunto de uma redação especializada em economia ressalta a dinâmica de reprodução de informações entre os diferentes veículos, o que reforça a sensação de fadiga por causa da cobertura monotemática da crise. “Muita informação que é produzida pelos jornais e reproduzida nas rádios e nas televisões diariamente. Boa parte dos telejornais são feitos com as informações que são produzidas pelos jornais e por isso as pessoas estão muito preocupadas, vivem muito essa atualidade. Se calhar, não comprem jornais, mas todos os dias aquilo que é notícia sobre o Estado Social, austeridade, as pessoas têm um acompanhamento quase diário”.

Como salientado em outro capítulo, o excesso de cobertura de uma pauta pode gerar um efeito negativo na opinião pública. Segundo Paul Lazarsfeld e Robert Merton, o fastio de notícias negativas faz “participar” ser um verbo transitivo (significando de comunicar) em vez do sentido intransitivo de tomar parte, e causa um efeito narcotizante no público. Ou seja, a fadiga gerada pelo excesso de matéria sobre a crise, como admitem parte dos jornalistas entrevistados, pode gerar desinteresse pelo assunto, levar os leitores à apatia e à desmobilização política.

O esclarecimento do leitor

Paralela a esta visão, outros jornalistas entrevistados avaliam que o trabalho da imprensa prestou o serviço de esclarecimento à sociedade, e possibilitou um nível inédito de conhecimento sobre os processos econômicos e financeiros do Estado – o que, diferente de entorpecer leitores, conscientiza e favorece o

juízo sobre a realidade, a formação de opinião e do posicionamento político, e eventual decisão política.

“A crise econômica e a assistência financeira a Portugal teve todos aspectos negativos que são inerentes à situação, mas teve um positivo que é meio parte da imprensa e meio parte do cidadão que foi documentar e perceber muito mais os dilemas econômicos do que se percebia antes dessa situação”, considera uma editora de política entrevistada.

“Nunca se escreveu tanto sobre impostos, taxas, na linguagem da Troika. São matérias que são difíceis até para os jornalistas que não são formados em economia (...) Teve que não se contar apenas com o interesse imediato do leitor, mas a necessidade de tornar acessível temas novos mas que são vitais”; acrescenta uma repórter setorista na Presidência da República, e que acredita no papel de esclarecimento da imprensa.

Um repórter que cobre economia em tempo real reconhece que “houve um interesse maior [dos leitores pela pauta de economia] mesmo antes da apresentação do orçamento, porque tem impacto direto nas suas vidas (...) Há mais pessoas a lerem e comentarem, são temas que preocupam as pessoas e que dominam uma série de dias”.

Ele, no entanto, não idealiza a cobertura e critica o trabalho feito pelos jornais portugueses, que não traduziriam completamente para os leitores as decisões tomadas pelo poder político. “Também há uma falta de esclarecimento das pessoas (...) Não falta detalhe, mas há algumas medidas complicadas com impacto. São questões técnicas que são difíceis de explicar e sobre as quais da parte dos agentes das instituições públicas não há esclarecimento a 100%, e isso também cria ruído nas pessoas”, considera.

Limites da cobertura

A partir da dinâmica do agendamento e das críticas ao enquadramento das notícias assinalados pelos jornalistas é possível especular que as fontes de informação exercem um papel protagonista no campo de opinião publicada e fixam os limites da produção da notícia sobre o Orçamento do Estado.

Muitos dos jornalistas entrevistados concordam que devem trazer informações, se possível “documentadas”, de fontes “oficiais”, “obrigatórias”, “preparadas” e/ou “privilegiadas”, tais como autoridades, economistas, tecnocratas, juristas, acadêmicos e sindicalistas.

Os repórteres procuram, e os editores esperam, para as matérias que publicam, fontes de discurso competente, autorizados a falar pelo conhecimento adquirido, pelo poder político que exercem ou pelo contato direto com os bastidores das tomadas de decisão. Por causa dos seus atributos, essas fontes dispõem das informações de interesse jornalístico, têm capacidade analítica e podem antecipar notícias, um valor fundamental.

“Não sei se é só o jornalismo português, mas estamos cada vez mais a funcionar por antecipação. O jornalismo é cada vez menos dizer o que se passou e cada vez mais dizer o que vai passar. Pelo menos o jornalismo político e económico é um jornalismo de antecipação, de dizer 'amanhã vai acontecer isso...' Eu, jornalista, estou preocupado com coisas que vão acontecer daqui um mês, o que passou ontem serve de *background*, mas mobiliza pouco. O valor-notícia da antecipação tem sido cada vez mais valorizado [sic] no noticiário português”, crê um repórter setorista de política.

Um colega que também cobre política confirma a importância da antecipação para os jornais. “Hoje em dia, o jornal não pode viver apenas da notícia, porque a notícia já foi queimada na internet, na televisão e na rádio. Tem que acrescentar mais-valia do contexto da explicação que ajuda a entender o que está a passar”.

Um número vale mais que um rosto

Além da capacidade analítica de cada jornalista, a antecipação dos fatos e a contextualização também depende da escolha das fontes de informação. “Para tratar de assuntos ligados ao OE e com a política orçamental, minhas fontes preferenciais são os técnicos dentro do Estado (...) Não são do governo, são trabalhadores do Estado. Estão lá, são especialistas dos assuntos e não tão dependentes da política. O trabalho deles é estar no Estado, não vêm e vão com os governos. São pessoas que dão informação credível e não têm em princípio, ou têm bastante menos, influência em nível político. Não são membro do partido que está lá a vender a coisa”, explica como escolhe as fontes um repórter especializado em finanças públicas.

“Quando fala em reforma do Estado, você fala em duas fontes: uma, as fontes governamentais ou que estão a tratar disso (...) e também me interessa falar com economistas ou fontes especializadas para saber se efetivamente aquela medida terá o impacto que o governo diz que vai ter”, resume uma jornalista que cobre a Presidência da República.

Uma colega de redação enumera, entre as melhores fontes, aquelas que ajudam a “antecipar o que estava a se cozinhar nos gabinetes. Aí estão mais do que as fontes institucionais que são apreciadas: aí estão as fontes que estavam a definir políticas nomeadamente de cortes, de reforma da administração pública, do despedimento de massa”.

Para além dos bastidores, “é fundamental ouvir os sindicatos que percebem a repercussão disso”, acrescenta, ao lembrar que o envio do OE 2013 ao Tribunal Constitucional, obrigou [a pauta] a quase ter um tratamento jurídico, porque as fontes jurídicas eram fundamentais para o que se verificou depois, os entraves constitucionais”.

Para uma experiente repórter de política, há “um cruzamento de dois ou três tipos de fontes”

que é “essencial” acompanhar. “Por um lado, as fontes políticas, institucionais, do governo. Depois, as fontes sindicais – porque os parceiros sociais estiveram sempre muito informados do que estava a passar, quer seja das fontes sindicais quer seja das fontes empresariais. Depois acho que são fundamentais as fontes da Troika também (...) que foram um poder tão ou mais importante do que os outros nestes dois últimos anos”.

Uma editora de política enumera as melhores fontes para tratar do Orçamento de Estado. “Há uma diversificação de fontes: há o governo cujos dados oficiais pode disponibilizar; há os documentos que são disponibilizados para poder trabalhar; há a concertação social, que em Portugal, inclui os sindicatos e as associações patronais; há os partidos políticos... Tem sido um vasto leque de informações usadas para trabalhar essa matéria e até os cidadãos, que sentem as medidas, servem como fonte de informação para fazer chegarmos a algumas situações do dia a dia”.

O diretor de uma redação de jornalismo econômico critica a alta dependência das fontes e a necessidade de conteúdo declaratório. “Estamos muito presos ao que se diz. Se olharmos para as notícias temos sempre frases de alguém a dizer qualquer coisa”. Seu diretor adjunto expõe os componentes desse jornalismo declaratório e institucional. “O [resultado] final é um misto de informação estatística e informação em *off*, alguma informação em *on* de fontes institucionais e depois há o cruzamento disso tudo com o mundo real das empresas, das pessoas, dos acadêmicos”.

Um repórter de política de um jornal concorrente assegura que os economistas e acadêmicos “são os mais preparados para explicar e contextualizar as coisas”.

Outro repórter de política assinala que há diversidade entre as fontes acadêmicas. “Nas universidades vão surgindo vozes diferentes, não necessariamente contra aquilo que está sendo feito, vozes diferentes que vão levantando outras questões. Eu acho que o jornalista devia ir muito junto dessas vozes diferentes, contra ou a favor, mas que são mais amplas”.

Segundo ele, a reportagem deve buscar fontes que expliquem o contexto e rememorem a história. “Para além da academia, eu resolvi acrescentar um valor-notícia (...) Eu acho importante contar sempre o contexto histórico mais recente. Essa crise não nasceu com o orçamento de 2013 ou de 2012, mas antes, e também não nasce com a intervenção da Troika em Portugal. Há um contexto europeu e internacional que explica determinados fatores e determinados comportamentos, e aí acho importante buscar fontes que nos ajude a entender esse contexto – sejam fontes jornalísticas publicadas, sejam relatórios governamentais, sejam pessoas que estão no lugar de decisão (não necessariamente no topo do governo) naqueles órgãos intermediários onde se estuda e se decide para cima e para baixo”.

Um jornalista especializado em economia conta que, “no jornalismo praticado em Portugal, a estatística e o estudo científico são frequentemente ponto de partida para o trabalho da imprensa,

que muitas vezes faz reportagem a partir daí. Quando digo reportagem, refiro-me à exemplificação de estatísticas ou conclusões de estudos com casos reais. O caso do desemprego é paradigmático: um número vale mais com um rosto”.

Falta dissonância

A declarada preferência por fontes institucionais e dados oficiais não elimina de todo a consciência dos jornalistas de que é preciso outro olhar na cobertura de assuntos como o Orçamento do Estado 2013, e que falta dissonância de pontos de vista e de informações por causa da insistência com alguns tipos de fonte.

Para um setorista de educação, o enquadramento institucional da imprensa também é verificável na escolha dos comentaristas. “Os meios de comunicação têm-se enchido de comentadores políticos e econômicos, mas é pertinente reparar que raras são as vozes dissonantes. Os economistas keynesianos não aparecem nas televisões, por exemplo. E raras são as vozes que discordem da austeridade em abstrato, ainda que haja pontualmente uma ou outra crítica à intensidade da 'receita”.

Um colega que também cobre educação concorda e reconhece a “dependência” da imprensa junto aos partidos e sindicatos. Para ela, os jornais “têm que ter as fontes institucionais” e “quem explique o que está na base dos documentos” que circulam durante a tramitação do orçamento. Ele avalia que “o cidadão comum deveria ser uma fonte de referência (...) para nos dar acesso a outros tipos de situações e prioridades”, aproveitando as redes sociais para saber de demandas não verificáveis em gabinetes ou na letra fria dos relatórios estatísticos.

Um comentarista político, ex-diretor de jornal, sugere que os repórteres equilibrem a cobertura entre fontes que tomam decisão, fontes que conhecem os dados socioeconômicos e pessoas comuns – fontes que ilustram situações concretas decorrentes da tomada de decisão.

“Há fontes institucionais obrigatórias, como o Instituto Nacional de Estatística para perceber a dimensão desses dramas. No mais, os jornalistas têm eles próprios uma apreciação que (...) devem procurar o caminho mais fácil de apreciação de realidade, um contato com as pessoas, incluindo o contato direto com as pessoas que são mais diretamente atingidos. Julgo ser igualmente importante as fontes institucionais que nos fornecem dados e nos permitem uma visão global sobre a situação. E o aspecto particular é a procura de situações concretas que permitam ilustrar, provando ou não aquilo que as fontes institucionais professam”.

Buscar situações concretas é fundamental para uma repórter que cobre saúde. “Os melhores tipos de fontes acabam por ser aqueles que sentem essas medidas, as restrições e a realidade na pele: por um lado, os doentes, os médicos, os enfermeiros, os auxiliares da ação médica, as pessoas que

trabalham no centro de saúde nos hospitais e as pessoas que usufruem desses serviços. São aquelas que percebem como é a realidade no seu dia a dia e que podem nos dizer efetivamente como é que são as coisas na prática”.

O interesse pelo concreto, porém, não afasta a repórter do discurso competente e institucional. “As pessoas que estudam essas matérias, que muitas vezes estão nas universidades, estão em institutos independentes. São pessoas de uma forma desapaixonada, sem emotividade, já conseguem olhar para as mudanças e o que está a acontecer e fazer a contextualização, o enquadramento histórico (...) E depois é sempre bom ter o lado governamental como é óbvio (...) Muitas vezes nos questionamos os governos sobre determinado problema que está a acontecer e é incomodo para ele, negativo, e ele na resposta anuncia qualquer coisa de novo. Nós acabamos por denunciar o que está mal e acabamos por dar uma novidade ao leitor”.

Uma repórter setorizada na Assembleia da República avalia que há descolamento entre aquilo que cobre e a realidade da população. Para ela, a dinâmica do trabalho do jornalista favorece esse afastamento entre o que noticiam e aquilo que possa interessar aos leitores.

“O jornalista por causa da vida diária que tem, às vezes tem um bocadinho de dificuldade em lidar com gente normal. Nós de política e economia passamos nesses últimos dias a trabalhar 14 horas por dia (...) Não dá tempo de conviver com as pessoas normais. Nós sentimos ainda isso mais quando somos repórteres parlamentares, enfiados onze meses no parlamento, em que só lidamos com políticos e perdemos um bocadinho do *feeling* 'isso interessa às pessoas?'. É preciso ir ao encontro do que as pessoas querem ouvir e saber e isso na política é um bocadinho difícil; até por conta das coisas serem tão óbvias que para nós jornalistas que nós esquecemos que não são nada óbvias”.

O interesse dos leitores

O que interessa a quem lê as matérias não é de todo sabido pelos jornalistas entrevistados. “A visão dos leitores é uma coisa muito geral porque não tenho contato direto. Não tenho o *feedback* dos leitores como figura”, admite uma repórter de política.

“Quando você é jornalista, você tem um olhar (...) e você acha que aquilo é muito importante para os leitores saberem. Se você conversar com o jornalista do lado, ele não acha. Ele acha que é a matéria dele é a mais importante (...) Isso é muito importante para um misto de leitores – leitores que se interessam por política (...) Isso é uma preocupação que está sempre presente, muito embora eu tenha consciência que não estou escrevendo para todos os leitores”, detalha outra repórter de política de um veículo concorrente.

Não tendo certeza de quem se interessa pelas suas matérias, um repórter de política de um

terceiro veículo diz tentar garantir a atenção dos leitores pelo rigor da apuração e credibilidade. “Eu acho que o leitor mobiliza-se em ler notícias que consegue perceber que são rigorosas e verdadeiras. Aquela máxima que as televisões mostram, o rádio conta e os jornais explicam ainda vale, e é por aí que se pode ganhar mais leitores, com verdade e com rigor. É fundamental tarefa do jornalismo que as pessoas quando nos leem não fiquem desconfiadas (...) O que interessa é a credibilidade, é ser bastante rigorosos”.

Segundo ele, a busca da informação correta deve ser um valor mais importante do que a preocupação em garantir grande leitura. “Tem que se remar um pouquinho contra a maré e mostrar o que é importante, sem querer educar”; e “não falar o que as pessoas querem ouvir”, recomenda. “Entre o interessante e o importante, que é uma divisória essencial do jornalismo, eu gosto de ir pelo importante. O interessante é muito giro [legal], muito engraçado, mas na maior parte das vezes, é espuma que não vale nada”.

Um repórter que produz em tempo real assegura que os jornalistas têm independência para escrever a despeito dos estritos interesses dos leitores. “Nós escrevemos para os leitores e queremos os leitores esclarecidos, mas eu e nem ninguém aqui vai escrever em função daquilo que pensa um leitor ou deixa de pensar. O interesse público acaba por se estabelecer e o interesse público é o do conhecimento dos leitores”.

Uma setorista de saúde também defende o rigor pois imagina leitores com capacidade crítica. “Estamos a falar de um leitor bem informado, que tem formação universitária (...) são pessoas muito atentas à realidade e querem saber muito bem, têm grande interesse nessas matérias. Na saúde é sempre divulgada a necessidade de *empowerment*, nós sempre somos responsáveis pelas decisões que tomamos (...) As pessoas querem saber muito sobre saúde (...) Vamos publicar aquilo que vai ser lido. Não vai ser um trabalho em vão”, crê.

Para um repórter que cobre educação, o interesse depende da compreensão dos leitores, que por sua vez é uma responsabilidade da imprensa. “Creio que a generalidade dos leitores preocupa-se com as consequências do que estamos a atravessar (desemprego, encerramento de empresas). Mas dificilmente compreendem a extensão das causas e o desajuste da 'receita' [econômica] que está a ser seguida. E isso é também responsabilidade dos meios de comunicação”.

A responsabilidade dos jornalistas é uma idealização que permanece apesar das críticas que fazem ao trabalho da imprensa, das dificuldades de trabalho e da confissão de não saber exatamente qual o interesse do leitor.

“Não tenho em mente esse leitor, mas não posso dizer honestamente que em determinadas matérias não o faça deliberadamente e percebo que dou voz a muita gente. Por exemplo (...) quando eu escrevo sobre os reformados [aposentados] ou sobre essa situação dos reformados, eu sei que

muita gente... sei que minha opinião coincide com aquilo que é opinião comum (...) Eu sei que o meu comentário é suscetível de agradar e ter audiência”, diz um comentarista ex-diretor de jornal antes de assinalar seu comprometimento ao escrever.

“Eu não escrevo a pensar nisso, mas não posso dizer que sou alheio e que não considero isso também na escolha dos temas. É sobretudo na escolha dos temas. Dizer que não, se calhar, é mais politicamente correto, mas, na verdade, eu reconheço que se há um clamor por determinada matéria, eu não sou insensível a este clamor. Se não sou insensível escrevo de forma mais envolvida e comprometida, mas procuro em qualquer caso olhar as coisas com mais distanciamento possível, mas a objetividade é um mito”.

Imprensa, invisibilidade, cegueira e manutenção do status quo

*O costume é a força que fala mais alto que a natureza
e nos faz dar prova de fraqueza*

Noel Rosa

Para quem lê *Homem Invisível*, romance do escritor norte-americano Ralph Ellison que narra a situação do negro nos Estados Unidos nos anos 1950, a metáfora da invisibilidade parece ser bastante significativa das relações sociais que se estabelecem em um ambiente de discriminação e desigualdade.

Invisibilidade é uma figura de linguagem poderosa. No romance, o termo denuncia a insignificância de um personagem que foi desaparecendo no caminho, não longo, que o levou para fora da sociedade.

O homem invisível foi se desfigurando a cada espaço social por qual passava. Deixou de ser visto na universidade onde estudava; depois como força de trabalho manual sumiu aos olhos dos chefes; reaparece mas torna sumir entre ativistas sociais; e, por fim, para sua sorte, deixa de ser notado pela polícia, e pelos inimigos também párias como ele.

Segundo Ralph Ellison, seu personagem não foi mais visto pelo Estado, pela sociedade e pela imprensa. Conforme narra em primeira pessoa:

Sou invisível – compreende? – simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Como as cabeças sem corpo que algumas vezes são vistas em atrações de circo, é como se eu tivesse cercado daqueles espelhos de vidro duro que deformam a imagem. Quando se aproximam de mim, só enxergam o que me circunda, a si próprios ou o que imaginam ver – na verdade, tudo, menos eu.

...A invisibilidade a que me refiro decorre de uma disposição peculiar dos olhos daqueles com quem entro em contato. Uma questão de construção de sua visão interior, aqueles olhos com os quais olham a realidade através dos olhos físicos (...) Os de pouca visão estão constantemente tropeçando em você. Ou, uma vez mais, você duvida de que realmente exista. (2013:25)

No dia seguinte, vi sua foto no Daily News e, abaixo dela, uma legenda dizendo que fora espancado. 'Pobre idiota, pobre idiota cego', pensei com sincera compaixão, agredido por um homem invisível! (Idem, 27; grifo original)

Além da literatura, a metáfora da invisibilidade é usada por cientistas sociais e jornalistas, entre outros, quando abordam a situação de exclusão social. Segundo a repórter e escritora Eliane Brum (1999), o jornalismo padece de “verborragia”, sofre com a fissura pelas aspas, se tornou incapaz de observar os detalhes, e perceber as pessoas. Conforme escreveu na crônica *O homem que come vidro*, essa insensibilidade é típica na sociedade contemporânea.

Jorge Luiz não entendia porque as pessoas preferiam ver um lagarto sem graça fazer coisa nenhuma a assistir um homem comer vidro, deitar-se sobre vidro, caminhar sobre vidro. Não compreendia um mundo em que um homem comendo vidro não causa espanto. Ficamos os dois ali, olhando feio para o lagarto. Depois fui embora, sem responder sua pergunta de abismo. O Homem de Aço não estava preparado para a maior de todas as dores: a da invisibilidade. (151)

O psicólogo social Fernando Braga da Costa (2004), no livro *Homens Invisíveis*, cria o conceito de invisibilidade pública e o associa ao que chama de “*humilhação social*” e à reificação, estudada pela sociologia desde sua fundação.

A invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação

(...)

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade, do governo do trabalho (63).

Metáfora errada

Como ressaltai ao longo deste texto, a metáfora da invisibilidade não me parece adequada para ilustrar a situação social, apesar do apelo que tem, pois acaba por distorcer o fenômeno que quer denunciar. A figura de linguagem esvazia a responsabilidade de quem não vê e transfere para quem não é notado. Ela coloca o problema em quem é excluído e não em quem exclui.

Os atributos da exclusão social são notáveis para qualquer pessoa; são reconhecidos por todos nos momentos de piedade, medo ou raiva; lembrados nos discursos políticos e até categorizados por especialistas de diferentes formações. A ideia de invisibilidade, porém, não tem lastro em teoria social, conforme critica Jessé Souza (2006).

Sem uma 'teoria social' que explique o que produz e qual a lógica que permite a permanência da invisibilidade social de amplos setores sociais em países como o Brasil, o que temos é não apenas uma análise superficial de todos aspectos importantes dessa questão, mas também um diagnóstico de reforma política irremediavelmente tosco e de apelo meramente simbólico, para produzir escândalo e emotivamente impotente. (134)

Quem estuda o fenômeno sabe que a exclusão é reconhecida pelo *habitus* precário e os estigmas que transporta. Do excluído se nota cor, gênero, comportamento sexual, idade, roupa, higiene, sotaque e origem. Essas impressões de preconceito são confirmadas também pela baixa escolaridade e pelo tipo de trabalho. O suposto “invisível” social pode ser facilmente encontrado

percorrendo-se com os próprios olhos alguns locais e situações determinadas – por exemplo, pode estar fichado na polícia, e ser observado com foto e tudo...

A exclusão é tão vista que há quem disfarce o olhar ou vire o rosto para não enxergar. O problema não é, portanto, do sujeito negligenciado (o suposto invisível), mas de quem não quer ver. Há razão para não querer enxergar ou ouvir e, assim, ignorar, omitir, apagar e esquecer. A cegueira moral por excesso de evidência faz parte do processo de exclusão social e é muito funcional para a manutenção do quadro social.

Na verdade, não há invisibilidade alguma. Há indiferença habitual ao que é até familiar, conforme bem escreveu Otto Lara Resende (2006) na crônica *Cristina, cadê você?*

Nos últimos tempos, aparecia aqui cedinho. Eu, lendo os jornais. Nunca lhe perguntei sobre Los Angeles. Não me perdoe. A familiaridade quase cega a presença. E a gente adia a palavra de simpatia. Que de sua parte nunca faltou. Deve ser uma câimbra desta nossa sociedade escravagista. Sumiu oito dias. Afinal morta no apartamento de uma das antigas meninas da Anita Garibaldi. Ali pertinho, tomava conta do imóvel. Cristina, cadê você? Seu silêncio me desafia e me dói. Em vão indago: Cristina, quem é você?
(78, grifo meu)

Os problemas mais visíveis

Não enxergar é um ato individual, mas aprendido e partilhado socialmente. Quem não vê incorporou valores que foram ensinados na escola, informalmente na rua e, principalmente, em casa. Há um senso comum sobre o que deve ser observado, dito e lembrado; e o que não é preciso perceber.

A falta de visão é confirmada cotidianamente nas interações pessoais e também atualizada por meio das instituições que entretêm, informam e formam opiniões, como é o caso da imprensa, objeto deste trabalho. Aquilo que os jornais publicam não contraria por feitiço expectativas e visões de mundo da sociedade em geral e dos seus leitores em particular. Teoricamente, jornalistas apuram, redigem, editam de acordo com o que julgam ser do interesse dos seus leitores saberem.

Conforme literatura percorrida para redigir essa tese, o compartilhamento de visões de mundo entre jornalistas e seus leitores é próprio das interações e da dinâmica da notícia. Não seria um atributo específico de uma sociedade extremamente desigual como a brasileira. O fenômeno não é verde e amarelo, e é investigável em outros contextos – como Portugal.

Nesse sentido, não é um problema de sociologia autóctone mas de sociologia do jornalismo, este um gênero literário que não é jabuticaba e, por causa disso, abraçamos a oportunidade de investigá-lo em outro contexto (e, assim, também fugir da aparente polarização entre quem quer o controle social da mídia no Brasil e os que fazem parte “Partido da Imprensa Golpista”; como chamam a grande mídia no Brasil por causa das reportagens de enquadramento negativo contra o governo).

Esta pesquisa aborda a cobertura jornalística de parte da imprensa de Portugal sobre o Orçamento de Estado 2013, e verifica que, como poderia acontecer no Brasil, a atenção dos jornalistas esteve voltada para temas que eram de interesse imediato de determinados segmentos sociais e políticos, e esses assuntos foram muito mais realçados do que outros problemas que poderiam ser, segundo a própria imprensa, mais agudos e até “ameaçar a coesão social”.

Vimos que a visibilidade do desemprego, da ameaça de empobrecimento da população e aumento da desigualdade foram borradas. No lugar do que parecia mais aflitivo, a atenção da imprensa se dedicou ao deficit público e ao “enorme aumento de impostos” contido no Orçamento do Estado 2013, conforme anunciado por Vitor Gaspar, então ministro das Finanças de Portugal, durante a vigência do programa de ajustamento econômico negociado entre o país e a Troika.

O protagonismo de Gaspar, as referências constantes à Troika e a fixação no aumento de impostos na imprensa portuguesa foram significativamente superiores ao interesse em cobrir eventuais alternativas ou, até mesmo, as iniciativas de qualquer outra autoridade, a agenda de outras instituições e qualquer outra consequência presumível do Orçamento do Estado.

Como vimos, prevaleceu nas mais de 500 matérias analisadas um enquadramento econômico que enfatizava os problemas de deficit público e a necessidade de aumentar receitas e de cortar as despesas do Estado. As matérias que abordavam os desdobramentos sociais do ajustamento econômico, ainda que graves, foram em proporção menos expressiva.

Além da significativa diferença numérica de matérias, também deve-se assinalar questões qualitativas, como, por exemplo, o viés economicista, agendado pelo receituário do ajustamento proposto pelos credores de Portugal e galvanizado na escolha das fontes institucionais, de discurso competente e especializado, que se posicionavam diante do fato consumado de Portugal ter de viver naquele período uma recessão inescapável e não ter nenhuma margem além do previsto do OE 2013.

O modelo geral das matérias que estudamos é de que aparentemente não existia alternativa. Vimos que, quando alguma fonte de grupo político ou corrente de pensamento não hegemônico sugeriu outro caminho, a proposta não foi tratada profundamente, abordada com projeção de cenários e explorada eventual pertinência ou contradições, como bem sabem fazer com o noticiário econômico e político em Portugal.

Isso não quer dizer que não houve atenção alguma a problemas sociais percebíveis. Como assinalado em alguns momentos desta tese, pairou sempre no imaginário construído pelos jornalistas de que a coesão social estava por um fio. Vimos até matérias relacionando o OE 2013 a questões sobre saúde, educação, proteção social; mas essas ligações não eram esgotadas.

Basicamente, os problemas sociais foram tratados como problemas para o deficit fiscal. E as

matérias sobre os problemas sociais, que até tinham enquadramento social, por sua vez, também ficaram no meio do caminho e deixaram de fazer correspondência entre determinadas situações, decisões econômicas e atores envolvidos.

Como acontece no Brasil, o jornalismo político em Portugal mostra-se competente em buscar os bastidores das disputas dentro do governo e no parlamento com a oposição. Já o jornalismo econômico é profícuo em projeções de cenário e apresentação de contas. No caso das questões sociais, o esmero de recuperar a tomada de decisão ou de prever consequências é posto de lado.

Como salientamos na análise dos dados, a cobertura factual até mostra as dificuldades de funcionamento de um hospital público por causa do contingenciamento de verba, mas a matéria não recupera a decisão, nem aborda os responsáveis que levaram àquela situação; assim como também não antecipa eventuais consequências para o quadro social.

Como não aprofunda além do flagrante, a matéria (ainda que seja crítica, contrária ao ajustamento econômico e negativa para o governo) não esgota o tema: não apresenta todas as razões de uma situação, não assinala alternativas e nem presta serviço de como o cidadão que se veja em apuro assemelhado possa buscar solução.

Ao deixar de lado ou sonegar essas informações, creio que a imprensa favorece a tal cegueira branca do romance de José Saramago. Essa indiferença no meio de tanta luz é o contributo cotidiano de nós repórteres, e dos editores, para a suposta invisibilidade das pessoas e reprodução do quadro social.

Não creio e não percebi que houve nas matérias que analisei má-fé no esvaziamento de ligações das causas e consequências dos problemas sociais; assim como não acredito em uma decisão política deliberada nas redações e comitês de imprensa em se valorizar a informação oficial, ouvir basicamente fontes institucionais ou enquadrar as matérias preferencialmente sob a ótica economicista. Também não penso que isso ocorre à revelia dos interesses das forças hegemônicas na sociedade...

Cegueira nos jornais

O jornalismo é absolutamente influenciado por atores políticos e econômicos que atuam no campo da opinião publicada. As regras do método jornalístico que orientam a produção das notícias são elaboradas dentro dos limites impostos pelo poder e pelo mercado.

Essas regras são de extrema relevância na produção da notícia. Elas orientam todos que trabalham na produção da informação, desde a assessoria da fonte até o diagramador da página na qual a reportagem será impressa; o que merece ser pautado; quais os meandros da apuração, quem

deve ser ouvido, visto ou mencionado; como, onde e quando o texto deve ser escrito e apresentado.

Nesse sentido, o modo de fazer jornalístico é conservador e os enquadramentos favorecem os interesses estabelecidos, a manutenção do *status quo*, a perpetuação de privilégios de classe e reprodução de situações sociais ainda que injustas.

As regras do método jornalístico se baseiam nos chamados valores-notícia, sobre os quais a pesquisa também constatou que há um razoável consenso dos jornalistas. Esses valores percebidos pela sociologia do *newsmaking* estão cristalizados: são ensinados na formação acadêmica e prática dos jornalistas, e constantemente lembrados na construção das notícias.

São critérios fundamentais para os jornalistas porque racionalizam o trabalho. Escrever uma notícia implica sempre em fazer uma seleção de fatos, fontes, frases, imagens e aspectos a serem reportados. Os valores-notícia são referências compartilhadas na economia da produção da notícia, por todos que trabalham no jornal, para escolher o que merece ser selecionado.

Repare, porém, que o que é importante para ser notícia e estar na matéria, ser ouvido e citado são decisões também baseadas em critérios que extrapolam a produção jornalística e remontam aos valores da sociedade onde está o jornalista, suas fontes e, especialmente, os seus leitores.

O jornalista é portador da ignorância média da sociedade. Ele alimenta e divide com o público o senso comum. Esta forma de conhecimento não é alheia aos preconceitos coletivos. Pelo contrário, o senso comum reflete e ajuda a constituir o estado das coisas como elas são.

Ao enquadrar a notícia dentro desses limites, o jornalista atende às expectativas internas da redação, mas também corresponde aos valores de quem aguarda a sua matéria. Cabe assim ressaltar que uma profissão reconhecida por aparentemente “trabalhar a novidade” faz muito mais divulgar o “certo e sabido”. Na maioria das vezes, os fatos tratados pelos jornalistas não rompem com uma ordem. Pelo contrário, a confirmam.

A ordem é aquela que assenta as posições e os valores do campo da opinião publicada. Isso permite entender como num contexto ideal de observação (como o que tive em Portugal) – de crítica da situação econômica, e até de oposição da opinião pública, dos jornalistas e da imprensa (essa, inclusive por razões empresariais) ao programa de ajustamento econômico condicionado pelos credores internacionais da Troika e implementado com zelo (ou insensibilidade) pelo governo –, os jornais fizeram uma cobertura funcional para os setores dominantes sobre o Orçamento do Estado.

No cotidiano de produção e reprodução de informações, o governo pautou e tornou deficit público e o “enorme aumento de impostos” mais importante do que, por exemplo, abordar problemas como desemprego, riscos de empobrecimento e eventual aumento de desigualdade.

Foi num rito ditado pelas regras do método jornalístico que, a cada matéria, jornalistas corresponderam

às expectativas da opinião pública sobre o que e quem merece ser notícia, quem deve comentar e propor, o que deve ficar esquecido ou ficar “invisível”, apesar das evidências sabidas pelos jornalistas e pelos leitores.

Essa visão não é maniqueísta, mas trata de algo muito mais forte do que uma deliberada intenção de manipulação dos fatos. A cobertura da imprensa pode até distorcer a realidade, pois mesmo ao fazê-lo corresponde às expectativas há muito estabelecidas na opinião pública. Essas expectativas, por sua vez, guardam relação com a estruturação do campo da opinião publicada e a veiculação de matérias reafirmam visões de mundo (o senso comum) construídas na dialética dos espaços sociais.

Reforço que em momento algum este trabalho descreve o que se possa entender como uma manipulação grosseira, politicamente deliberada e com propósito partidário ou eleitoral. A notícia é produzida sob uma racionalidade de critérios (os supracitados valores-notícia), de divisão de trabalho jornalístico e de concordância com as convicções de senso comum, tem força simbólica justamente porque reproduz percepções de mundo que favorecem a manutenção do quadro social.

Apesar dessas tendências hegemônicas, vimos que a produção de notícias não é monolítica. Conforme autores portugueses aqui estudados, o jornalismo pode usufruir das contradições existentes no campo da opinião publicada.

Os jornalistas situam-se na intersecção entre valor comercial e valor cultural. Encontra-se numa posição ambígua de 'funcionários' de uma indústria que procura o lucro econômico e de 'funcionários' da humanidade, desempenhando o papel de criadores e transmissores de informações e formas de conhecimento considerados relevantes para a própria constituição da comunidade política e do todo social. (GARCIA 2009b: 86)

Uma coisa é falar dos media enquanto organizações empresariais submetidas aos objetivos e lógicas comerciais, fundamentalmente virada para a procura de audiências, que trazem consigo a publicidade e, com ela, os lucros. Outra é falar dos jornalistas, trabalhadores assalariados, e não profissionais liberais, sujeitos às estratégias empresariais, subordinados às hierarquias, e cujos objetivos são produzir informação destinada ao Público, isto é, fazer notícias, entendendo a notícia como um bem social e não como uma mercadoria.

(...)

Frequentemente os critérios comerciais revelam-se contraditórios com os critérios jornalísticos, o que gera uma conflitualidade latente e cria sérios constrangimentos à autonomia jornalística e ao direito do Público a informar-se e a ser informado. (CORREIA, 2006: 17)

Há brecha para repensar novos valores-notícia. Apesar da predominância de algumas visões de mundo que agendam a imprensa, as ideologias não são monocromáticas e na sociedade há conflito e contradição suficientes para incrementar a percepção da realidade.

Os valores culturais relativos a desigualdades sociais podem, em certos contextos, ser amplamente partilhados, mas raramente são consensuais. Coexistem socialmente versões diversas, com frequência contrapostas ou mesmo abertamente conflituais (COSTA, 2012: 17).

Terapia para a visibilidade

Diante desse diagnóstico sobre a cegueira moral e branca que acomete o jornalismo, Leonidas Donskis em diálogo com Zygmunt Bauman prescreve como terapêutica

Unificar o pensamento e ação, abertura pragmática e ética, assim como razão e imaginação se torna um desafio para o jornalismo, exigindo não apenas a estratégia sempre autorrenovada de representar e elaborar o mundo, aprender a debater os problemas, promover o diálogo – mas também um tipo de escrita que não crie barreiras (...) O desafio é uma busca de sensibilidade, de novas formas de agir de maneira adequada aos seres humanos, busca que, em estrita colaboração com as ciências humanas e sociais, cria um novo campo global de compreensão mútua, crítica social e autointerpretação (BAUMAN e DONSKIS, 2014: 13).

A meu ver, a terapia é repensar os valores-notícia, enfatizando critérios que favoreçam a produção de informações que contemplem o debate, respeitem as controvérsias e diversidades de opiniões, assinalem conflitos de visões mundo e explorem as contradições.

Citando coletânea de textos publicada em 1979 por Claude Julien, ex-diretor e redator-chefe do *Le Monde Diplomatique* (morto em 2005), o jornalista e sociólogo português Adelino Gomes (2012) enumera o que deveria ser o propósito do jornalismo.

Revelar aquilo que todos os poderes se esforçam por esconder; expor à luz do dia aquilo que todo o poder quer apresentar sob ângulo que mais o favorece; meter o dedo acusador nas contradições e nas imposturas; esclarecer aquilo que pode ser difícil de entender; ouvir os que têm poucos meios para se fazerem escutar; traduzir o melhor possível o que eles dizem, por vezes tão bem que ninguém os ouça. Porque as verdades do poder (poder de Estado, poder daqueles que orientam e decidem) não podem ser suas (381).

Em vez de confiar no senso comum e ser confiável ao senso comum, o jornalismo deve provocar o senso crítico e estimular a reflexão. No lugar de confirmar convicções dos leitores para que esses se sintam bem informados, o jornalismo pode se preocupar em contrariar expectativas dos leitores e da opinião pública, para buscar ampliar as visões de mundo.

Nesse sentido, é interessante pensar na produção de notícias que ouça mais fontes em situações assimétricas, imagine o público como uma audiência ativa e com capacidade de interação com os meios e, assim, elabore enquadramentos em mais de uma dimensão.

Segundo o formulador do *Civic Journalism* nos Estados Unidos, David Merrit (*apud* MARTINS,

2004), o jornalismo pode ter papel político não conservador e o jornalista precisa se preocupar menos com a pretensa objetividade, e a suposta separação entre repórter e fato apurado. Em vez de tentar ser um “*observador desprendido*”, Merrit sugere que os repórteres assumam o papel de “*participante justo*”.

David Merrit desejava um jornalismo que cuidasse mais das ligações entre causas e consequências dos fatos. A recomendação é antiga. Antes dele, Cláudio Abramo propunha:

A informação importante é a informação vertical, de profundidade: como uma pessoa vivia, quanto ganhava, quantas calorias absorvia por dia, se era doente ou não – essas são as informações importantes, que fazem o leitor chegar à conclusão de que se um absorveu oitocentas calorias e o outro quatro mil, se um tinha um carro do ano e o outro estava nu diante dos seus inimigos, então o João da Silva estava ali para ser morto mesmo, como é o caso da maioria da população miserável deste país (ABRAMO, 1988: 111).

Conforme Robert Park, as notícias são “*bens perecíveis*”, “*palavras aladas*” de essência “*transitória e efêmera*”, como um “*flash*” de luminosidade limitada, e vivem do “*presente ilusório*”; um tempo suspenso do contínuo entre passado e futuro. Isso não significa que os fatos estejam levantados do chão, sem causas ou sem desdobramentos. De forma diferente do historiador, mas sem perder o fio da história, o jornalista pode fazer o registro do acontecimento singular permitindo ao leitor compreender melhor as razões do tempo presente e imaginar suas consequências.

Nesses dias bicudos para os jornais impressos, em que se demitem jornalistas (alguns tarimbados) para economizar gastos, é preciso lembrar que cultura, capacidade crítica e espírito observador são fundamentais para se fazer a notícia. Apesar da crise, ainda valem as recomendações de Cláudio Abramo.

Reportagem é um documento da realidade, uma narrativa, a mais objetiva possível daquela realidade, num determinado momento, que se baseia em dois elementos principais: um agudo senso de observação do repórter e a presença de referências universais (Idem, 113).

Os jornalistas devem ter a dúvida por princípio e se sentirem desafiados a relativizar sempre suas próprias convicções; romper com repetição de conteúdo e visões; e a não privilegiar fontes notáveis, em razão do grau hierárquico, fama, status político, poder aquisitivo ou proeminência intelectual.

Independentemente da forma de capital da empresa de comunicação, o jornalismo é uma atividade de caráter público, que deve cobrir o que é de interesse público e sob fé pública. O que significa ir além das fontes e enquadramentos habituais, e produzir uma informação mais completa e assim atualizar o leitor, ampliar visões e ajudar na formação do cidadão²³⁰.

230 “*A sua função [do jornalismo] é, também, orientar, assessorar, educar e esclarecer o que é certo ou falso, justo e injusto, belo e execrável no vertiginoso vórtice da atualidade em que o Público se sente extraviado*” (VARGAS

Repórteres e editores devem saber abertamente e explicitar a quem interessa e como interessa a notícia que estão produzindo. Havendo implicações econômicas e políticas, isso deve ficar evidente para que o leitor elabore seu julgamento sobre os fatos apurados.

Novas regras do método jornalístico podem acrescentar valores-notícia que privilegiem os problemas sociais tanto quanto se enfatiza o noticiário político e econômico. O jornalismo deve orientar e buscar de soluções, tratar de novas ideias e alternativas aos consensos preestabelecidos e enfatizar a interlocução de pessoas comuns no cotidiano, prestando serviço mais ao cidadão do que ao consumidor ou ao contribuinte das maiores faixas de renda.

Em tempos de internet, segmentação de públicos, participação da audiência e expansão infinita dos espaços de informação, os meios jornalísticos podem repensar a brevidade como razão maior, se interessar menos pela concorrência e não alimentar expectativas recíprocas. Veículos e profissionais devem dar importância à profundidade como hoje dão ao furo e à exclusividade. Isso ampliaria as visões de mundo, das alternativas aos problemas da sociedade e das incoerências da vida.

Assim como é notícia a história do homem que mordeu um cachorro, são os fatos contraditórios que merecem a atenção dos repórteres e editores. Creio que ampliar os valores-notícia pode ajudar a tornar o espaço social dos jornalistas um campo mais autônomo em relação à opinião publicada de quem tem dinheiro e poder. E assim, mais do que uma força conservadora, o jornalismo ajude a esclarecer o que podemos fazer para a vida coletiva melhorar, e possa fornecer notícias que alimentem nossas utopias.

LLOSA, 2012: 54).

Referências bibliográfias

- ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo** – SP: Companhia das Letras, 1988
- ABREU, A et alli. **A crise, a Troika e as alternativas urgentes** – Lisboa, Tinta da China, 2013
- ADORNO, T. E HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1947]
- ALMEIDA, J. **Desigualdades e perspectivas dos cidadãos** - Lisboa: Mundos Sociais, 2013
- ALVES, N. “Pobreza e participação no mercado de trabalho em Portugal” In: CARMO, R.M (org.) **Desigualdades sociais 2010: estudos e indicadores** Lisboa: Mundos Sociais, 2010
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** – Coimbra: Edições 70, 2009
- BAUER, M. “Análise de conteúdo clássica: uma revisão” In: BAUER, M. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Petrópolis: Vozes, 2005
- BAUMAN, Z. e DONSKIS, L. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida** – RJ: Zahar, 2014
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: um tratado sobre a sociologia do conhecimento** – Lisboa: Dinalivros, 1999
- BOURDIEU, P. “A opinião pública não existe” In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo : Polis, 1981 (<http://pt.scribd.com/doc/21979592/Bourdieu-A-opiniao-publica-nao-existe> – acessado 2/8/2011)
- _____. “Trabalhos e projetos”. In: ORTIZ, R. (org.) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1990
- _____. **Sobre a Televisão** – RJ: Jorge Zahar Editor, 1997
- _____. **Distinção: crítica social do julgamento** – SP: Edusp e POA: Zouk, 2008
- BRUM, E. **A vida que ninguém vê** – POA: Arquipélago Editorial, 1999
- CANELA, G. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo** – SP: Cortez Editora, 2008
- CHAMPAGNE, P. “A visão midiática” In: BOURDIEU, P. (coord). **A miséria do mundo** – Petrópolis: Vozes, 1999
- _____. “A mediatização do campo intelectual: intelectuais 'mediáticos' e intelectuais 'mediatizados'. Análise da polemica em torno de Sur la Télévision de Pierre Bourdieu” In: PINTO, J e PEREIRA, V. **Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal** – Lisboa: Edições Afrontamento, 2007

- CARMO, R. M. “Classes sociais e reemergência da sociedade bipolarizada” In: CARMO, R. M. (org) **Portugal, uma sociedade de classes: polarização social e vulnerabilidade** – Lisboa: Edições 70, 2013
- _____. “Desigualdades: o grande déficit português” In: CARMO, R. M. (coord.) **Desigualdades em Portugal: problemas e propostas** – Lisboa: Edições 70, 2011
- CARVALHO, T. “Obstáculos de classe à cidadania em Portugal” In: CARMO, R. M. (org) **Portugal, uma sociedade de classes: polarização social e vulnerabilidade** – Lisboa: Edições 70, 2013
- CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS. **Dicionário das crises e das alternativas** – Coimbra: Universidade de Coimbra e Almedina, 2012
- CONDE, Ma. R. **Comunicación, opinión pública y prensa em la sociología de Robert E. Park** - Madri: Siglo XXI, 2000
- CORREIA, F. **Jornalismo, grupos econômicos e democracia** – Lisboa: Caminho, 2006
- _____. “Crise de identidade profissional e emergência de um novo paradigma” In: GARCIA, J. L. (org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI** – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009
- COSTA, A. **Desigualdades sociais contemporâneas** – Lisboa: Mundos Sociais, 2012
- COSTA, F. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social** – SP: Globo, 2004
- COSTA, G. **Memória Musical: a hipótese da mediação subjetiva na formação do gosto** – Brasília, UnB/Faculdade de Comunicação, 2000 – dissertação de mestrado (mimeo)
- DELOITTE. Estudo de opinião OE 2013: medidas que fazem a diferença – Lisboa: Deloitte, 2012 (novembro) (mimeo)
- DEMO, P. **Cidadania Pequena** – Campinas: Autores Associados, 2001
- _____. **Pobreza da Pobreza** – Petrópolis: Vozes, 2003
- DIJK, T. A. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información** – Barcelona: Ediciones Paidós, 1990
- _____. “Notícias e conhecimento” In: **Estudos em Jornalismo e Mídia** (Vol II; nº 2), 2º sem 2005
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura** – SP: Summus Editorial, 1986
- DORNELAS, A. et alli (org) **Portugal Invisível** – Lisboa: Ed. Mundos Sociais, 2010
- ELLISON, Ralph. **Homem Invisível** – RJ: José Olympio, 2013
- ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL – **Relatório Exploratório Cobertura Jornalista do Caso Baptista** – Lisboa: ERC, 2013 (mimeo)
- ENTMAN, R.. Framing: towards clarification of a fractured paradigm In: **Journal of**

Communication 43 (4), 2007)

_____. Framing Bias: **Media in the Distribution of Power** In: **Journal of Communication** 57, 2007

ESTEVEES, J.P. “*Agenda-setting* e efeitos dos Media: o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista” In: SOUSA, J. P. **Pesquisa em Media e Jornalismo**: Homenagem a Nelson Traquina – Lisboa: CIMJ, 2012 (mimeo) [download no dia 23.04.13 efetuado as 11h do link: http://www.academia.edu/3152310/A_construcao_social_da_realidade_eo_jornalismo_como_profissao_especializada]

ESTEVEES, J. P. “O estudo dos meios de comunicação e a problemática dos efeitos” In ESTEVEES, J. P. (org.) **Comunicação e Sociedade** – Lisboa: Livros Horizonte, 2009

FIGUEIRA, J. **A imprensa portuguesa (1974-2010)** – Coimbra, Angelus Novus, 2012

FONSECA JR., W. “Análise de conteúdo” In: DUARTE, J. e BARROS, A. (org) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação** – SP: Atlas, 2005

GARCIA, J. L. “Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses: os jornaliistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI” In: GARCIA, J. L. (org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a

_____. “Principais tendências de profissionalização dos jornalistas” In: GARCIA, J. L. (org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009b

GOFFMAN, E **A representação do Eu na Vida Cotidiana** – Petrópolis: Vozes, 2009

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada – RJ: LTC, 2008

_____. **Os momentos e os homens** – Lisboa: Relógio D'Água, 1999

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise – Petrópolis: Vozes, 2012

GOMES, A. **Nos bastidores dos telejornais RTP1, SIC e TVI** – Lisboa: Tinta da China, 2012

HAGUETTE, T. **Metodologias qualitativas na sociologia** – Petrópolis: Vozes, 1987

HOHLFELDT, A. “Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação” In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L; e FRANÇA, V (org) **Teorias da Comunicação** – Petrópolis: Vozes, 2003

KOVACH, B e ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o *Público* exigir – SP: Geração Editorial, 2003

KUSHICK, M. “Weber e sua relação com a comunicação”. In: MAROCCO, B. e BERGER, C. (org). **A Era Glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa – POA: Sulina, 2006

(V.1)

- LAGO, C. e BENETTI, M. (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo** – Petrópolis, Vozes, 2007
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. **Metaforas de la vida cotidiana** – Madri: Cátedra, 1986
- LEITÃO, M. **Convém Sonhar** – RJ: Record, 2010
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública** – Petrópolis, Vozes, 2008
- LOURENÇO, C. **Basta!** O que fazer para tirar a crise de Portugal – Lisboa: matéria-prima edições, 2012
- LUHMANN, Niklas “A opinião pública” In ESTEVES, J. P. (org.) **Comunicação e Sociedade** – Lisboa: Livros Horizonte, 2009
- MAFFESOLI, M. **Apocalipse: opinião pública e opinião publicada** – POA, Sulina, 2010
- MARTINS, C. **30 anos de jornalismo econômico em Portugal (1974-2004)** – Lisboa: Livros Horizonte, 2007
- MARTINS, L “Jornalismo *Público*: o social como valor notícia” In: _____. (org) – **Jornalismo Público: o social como valor notícia** – BSB: Casa das Musas, 2004
- McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública** -Petrópolis: Vozes, 2003
- MERTON, R. e LAZARFELD, P. “Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizadas” In:GOHN, G. (org.) **Comunicação e Indústria Cultural** – SP: T.A. Queiroz, 1987
- NEVES, J. C. **As 10 questões da recuperação** – Lisboa: D. Quixote, 2013
- NEVEU É. **Sociologia do Jornalismo** - SP: Loyola , 2006
- NUNES, J. A “Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida cotidiana” In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, junho de 1993
- NUNES, N. **Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa** - Lisboa: Mundos Sociais, 2013
- PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro** – Lisboa: Ambar, 2005
- _____. **Sociologia da Vida Quotidiana** – ICS: Lisboa, 2009
- PARK, R. “A história natural do jornalismo” In: BERGER, C. e MAROCCO, B. (org) **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa** – POA: Sulina, 2008 (V.2)
- _____ “As notícias como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento” In ESTEVES, J. P. (org.) **Comunicação e Sociedade** – Lisboa: Livros Horizonte, 2009
- PEREIRA, PAULO (et alli) **Economia e Finanças Públicas** – Lisboa: Escolar Editora, 2009
- PORTO, M “Enquadramentos da Mídia e Política” In: **Comunicação e Política**, julho de 2004
- PROKOP, D “O trabalho com estereótipos: os filmes de D.W. Griffith” In: MARCONDES F° (org.)

- Dieter Prokop. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1986.
- REBELO, J. **Ser jornalista em Portugal**: perfis sociológicos – Lisboa: Gradativa, 2011
- REIS, J. “O que vale o trabalho? A economia portuguesa como fonte de desigualdades” In: CARMO, R. M (coord.) **Desigualdades em Portugal**: problemas e propostas – Lisboa: Edições 70, 2011
- RESENDE, O. L. **Bom dia para nascer** - SP: Cia das Letras, 2006
- RODRIGUES, C. F. (coord.) **Desigualdade Econômica em Portugal** – Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012
- SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a Cegueira** – SP: Cia das Letras, 1995
- SENNETT, R. **El declive del hombre Público** – Barcelona: Editorial Anagrama, 2011
- SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos – Petrópolis: Vozes, 2010
- SILVA, F. **O Futuro do Estado Social** – Lisboa: Fundação Francisco Manuel Barros, 2013
- SILVA, P. A. e MENDES, H. “Valores sociais: família, política e ciência” In: GARCIA, J. L. (org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009
- SOARES, D. **Percepção social da fiscalidade em Portugal**: um estudo exploratório – Coimbra, Almedina, 2004
- SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro –SP: Ed. UnB, 2000
- _____. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira** - BH: Ed. UFMG, 2006
- _____. **A Construção Social da Subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica – RJ: Iuperj, 2006
- _____. (org) – **A ralé brasileira** - BH: Ed. UFMG, 2009
- TEJEIRO, C. A. **Comunicación, Democracia y Ciudadanía**: Fundamentos Teóricos del Public Journalism – Tucuman (Argentina): Ediciones Ciccus-La Crujia, 1999
- TUCHMAN, Gaye “As notícias como uma realidade construída” In ESTEVES, J. P. (org.) **Comunicação e Sociedade** – Lisboa: Livros Horizonte, 2009
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo** (V. I) – Florianópolis: Insular, 2005
- _____. **Teorias do Jornalismo** (V. II) – Florianópolis: Insular, 2005
- VARGAS LLOSA, M. **A Civilização do Espetáculo** – Lisboa: Quetzal, 2012
- VIMIEIRO, A. C **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)** – BH: UFMG/FFCH/Depto. de Comunicação Social, 2010, tese de doutoramento (mimeo)

- VIZEU, A “*O newsmaking e o trabalho de campo*” In: LAGO, C. e BENETTI, M. (org).
Metodologia de pesquisa em jornalismo – Petrópolis, Vozes, 2007
- WEBER, M. “Sociologia da imprensa um programa de pesquisa” - In: MAROCCO, B; BERGER,
C. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa** (vol 1) – POA: Sulina: 2006
- WOLF, M. **Teorias da Comunicação** – Lisboa: Editorial Presença, 1987
- XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão** – Lisboa: Instituto Piaget, 1993

Apêndice I

Quadro I - Valores-notícia*

Crítérios substantivos	Crítérios de produção	Crítérios de concorrência	Crítérios de P
Notabilidade e notoriedade Participação de pessoas proeminentes Personalização e referência a pessoas de elite Uso de fontes de alto grau hierárquico Conflito ou controvérsia Infração e ilegalidade Calamidade pública Desvio e raridade Fato insólito e extraordinário	Brevidade Disponibilidade da informação Acessibilidade e facilidade de cobertura Visualidade (imagens) Dia noticioso (efemérides)	Exclusividade Expectativas recíprocas Modelos de referência	Imagem do <i>Público</i> Interesse por <i>fait d</i> Protetividade e conservadorismo d conteúdo

*Elaborado a partir de Mauro Wolf (1987); Antônio Hohlfeldt (2003); e Nelson Traquina (2005)

Apêndice II

Tabela 27 - Distribuição de frequência dos enquadramentos segundo veículo

ENQUADRAMENTOS	<i>Expresso</i>	<i>DN</i>	<i>Público</i>
Econômico	41	62	20
Com austeridade, OE agrava crise, afeta crescimento e metas do programa de ajustamento	16	49	18
Déficit do Estado não aquece economia	1		
É preciso fazer ajustamento nas despesas públicas; austeridade exige sacrifícios	6	5	1
Governo orienta declaração de impostos		1	
OE descreve previsão de despesa por área	2	3	
OE e o regresso aos mercados	2	1	
Portugal tem história de economia perdulária, sociedade é dependente e precisa reformar Estado social	5	2	
Previsões macroeconômicas do OE podem estar erradas; há risco de sustentabilidade e de falhas na execução	8	1	1
Taxas de juros da dívida voltam a subir quando OE começa a ser debatido	1		
Econômico-internacional	7	5	1
Crise põe em cheque arranjo da UE			1
Economia e execução do OE depende da Europa		2	
País refina dívida no mercado		1	
Portugal deve renegociar programa de ajustamento (prazo e dívida)	6	1	
Portugal terá dificuldades para financiar sua dívida pós-Troika	1		
Situação grega beneficia Portugal		1	
Político-econômico	16	80	26
Despesas do Estado estão controladas	2	2	
Governo quer voltar aos mercados	1		
Governo tenta alívio para ajustamento: diminui cortes ou assegura recursos para algumas áreas escolhidas	2	11	7
Há pouca margem de modificação da proposta do OE e alternativas de corte	5	3	4
Leitores são mais austeros que ministro das Finanças	1		
Metas do déficit não são atingidas; há risco de novo resgate		2	
Não haverá refundação do Estado social	1		

OE afeta função pública, estatais e/ou regiões autárquicas	2	21	6
OE aumenta taxas e impostos e prevê mais arrecadação	2	35	7
OE permite privatizações		2	2
OE tem dinheiro para banca		4	
Político	76	64	20
Base governista vincula PS à crise e quer oposição no pacto de regime	4		1
CES quer renegociação de memorando	3	1	1
Crise desestabiliza governo e OE provoca divergências na base aliada	20	22	3
Discussão sobre Estado deveria ocorrer sem a “gabardina ideológica”	1		
É inviável revisão constitucional		1	
É preciso um pacto nacional para reforma do Estado Social	2		
Falta alternativa para o desenvolvimento de Portugal	1		
Governo e oposição debatem gastos com segurança para Merkel em audiência sobre OE			1
Governo erra no encaminhamento do OE e perde credibilidade	13	6	1
Governo impõe OE com cortes	5	16	2
Governo vai além das exigências dos credores	2		
Medidas de austeridade estimulam críticas e mobilização	2	12	10
Parlamento terá ano polémico		1	
Presidente endossa crítica ao governo	1		
Presidente erra ao promulgar OE 2013	7		
Presidente não quer criar instabilidade	9	3	'
PS não aceita acordo; critica OE e a reforma do Estado Social	3	1	
PSD da Madeira se opõe ao OE 2013			1
PSD não encaminha limite ao déficit orçamental	1		
Refundação exige debate e acordo	1	1	
Votação do OE paralisa remodelação do governo	1		
Político-jurídico	16	28	4
AR agiliza tramitação do OE para ter mais prazo de promulgação	1		
Cavaco estuda decisão sobre fiscalização	1	16	1
Decisão do TC afetou ajustamento económico	1		
Há ilegalidades do OE, proposta é inconstitucional	10	7	3

Políticos e juristas especulam sobre decisão de Cavaco	2	5	
Texto da constituição comporta possibilidades de mudança para OE	1		
Político-social	26	13	10
Austeridade afeta atendimento à saúde	3	2	2
Cavaco espera alteração do OE e criação de fundo social de desemprego	2		
Cortes se darão em áreas excessivas e mal utilizadas; são necessários para ajustes estruturais para a coesão social	10	4	
Estado social garante coesão social	2		
Falta política social para os idosos	1	1	
Há limites para a redução do Estado Social	1		
Ideia de reforma nas aposentadorias afeta princípio do Estado-providência	2		
Não está definido qual Estado social que se quer	1		
OE afeta atividade cultural	1		
OE altera e estimula aposentadoria	1	2	1
OE muda índice para Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores		2	1
OE reduz recursos para educação e dificulta funcionamento das universidades	1	2	6
Sistemas de aposentadoria são desiguais e ineficientes na distribuição de riqueza	1		
Social	3		1
Agrava desemprego entre os jovens			1
Contribuinte paga conta da austeridade	1		
Há riscos de perda de coesão da sociedade	2		
<u>TOTAIS</u>	<u>185</u>	<u>252</u>	<u>85</u>

Apêndice III

Pesquisa sobre enquadramento de notícias

Prezado jornalista,

Seguem abaixo perguntas sobre os valores-notícia para pesquisa sobre o enquadramento de notícias em jornais e revistas portuguesas e brasileiros. Não é necessária a identificação e está garantido o sigilo de nomes profissionais e dos veículos. Obrigado!

Gilberto Costa

*Depto. de Sociologia da Universidade de Brasília /
Inst. de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa*

I – Para os jornalistas responderem diretamente

Por favor, assinale a pertinência para si de cada valor-notícia de acordo com a sua opinião sobre a importância de cada um.

a) Para uma notícia é importante...	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
1. Ouvir pelo menos dois lados				
2. Citar fontes de alto grau hierárquico no Estado				
3. Citar fontes do empresariado				
4. Citar fontes especializadas				
5. Citar fontes de movimentos sociais e sindicatos				
6. Citar fontes ligadas a partidos políticos				
7. Estar na agenda econômica				
8. Estar na agenda política				
9. Estar na agenda social				
10. Ter a participação de cidadãos comuns				
11. Ter a participação de autoridades ou de figuras públicas conhecidas				
12. Ser uma matéria de interesse de toda a imprensa				
13. Ser uma matéria exclusiva				
14. Concordar com a opinião dos leitores				
15. Discordar da opinião dos leitores				
16. Ser de fácil compreensão dos leitores				
17. Envolver ou ser do interesse de um grande número de pessoas				
18. Informar sobre calamidade pública				
19. Tratar de assunto recente e atual				
20. Contar um fato insólito, raro ou extraordinário				
21. Mostrar comportamentos de referência				
22. Mostrar comportamentos desviantes (corrupção,				

por exemplo)				
23. Estar documentada				
24. Haver disponibilidade da informação (releases, briefings, conferência de imprensa, assessoria de comunicação)				
25. Ter números, valores e dados estatísticos (pesquisas, relatórios, diagnósticos produzidos por instituições de pesquisa ou acadêmicas)				
26. Estar previsto o acontecimento				
27. Ocorrer dentro dos horários de fechamento				
28. Permitir a produção de ilustrações				
29. Permitir a produção de fotos				
30. Ter acessibilidade local e facilidade de cobertura				

b) Das alternativas enumeradas acima, quais as três condições que são mais habituais na cobertura da imprensa (indique o número conforme a ordem)

1º _____
 2º _____
 3º _____

c) Esses valores-notícia foram ensinados na sua formação acadêmica ou abordados na redação ou durante em algum momento da sua trajetória profissional?

- Não
 Sim, na faculdade e no trabalho
 Sim, apenas na faculdade
 Sim, apenas no trabalho
 Não me lembro

d) Há um ou mais valores-notícias que gostaria de acrescentar? Qual(is)?

II – Para os jornalistas responderem ao pesquisador

a) Sobre o contexto: Em sua opinião quais os principais problemas socioeconômicos do país? (Cite até três) O Orçamento do Estado agrava isso? Por quê? Que desdobramentos avalia que ocorrerão?

b) Sobre a cobertura da imprensa: Os problemas que apontou são tratados pela imprensa? Têm sido noticiados com a devida importância que você atribuiu? Por quê? Que reportagem ou análise seria pertinente fazer a respeito?

c) Sobre as fontes de informação: Quais os melhores tipos de fontes para tratar desses assuntos? Por quê?

d) Sobre os interesses dos leitores: Como avalia o interesse dos seus leitores pelos principais problemas socioeconômicos do seu país? Essa opinião sobre o interesse dos leitores de alguma forma influencia o seu trabalho? Como?

Apêndice IV

Relação de jornalistas entrevistados

Jornalistas do *Expresso*

Ângela Silva
Cristina Figueiredo
Fernando Madrinha
Filipe Santos Costa
João Silvestre
Luísa Meireles
Nicolau Santos
Rosa Pedroso Lima
Vera Lúcia Arreigoso

Jornalistas do *Público* (site)

Carlos Cipriano
Clara Viana
Pedro Crisóstomo
Rita Brandão Guerra
Samuel Silva
Sérgio Anibal
Sofia Rodrigues

Jornalistas do *Diário de Notícias*

André Macedo (diretor do Dinheiro Vivo)
João Pedro Henriques
Luís Reis Ribeiro (Dinheiro Vivo)
Manuel Carlos Freire
Miguel Marujo
Miguel Pacheco (Dinheiro Vivo)
Paula Sá
Pedro Araújo (Dinheiro Vivo)

Apêndice V

Pesquisa sobre enquadramento de notícias

Prezado(a) senhor(a),

Seguem abaixo perguntas sobre a cobertura na imprensa a respeito do OE 2013. Agradeço a gentileza das respostas.

Gilberto Costa

Depto. de Sociologia da Universidade de Brasília /
Inst. de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Roteiro de perguntas

- 1 - Durante o período de tramitação e promulgação do OE 2013 (outubro de 2012 a janeiro de 2013), o senhor se informou a respeito por meio da imprensa?
- 2 - Considera que as notícias veiculadas pela imprensa foram úteis para esclarecimento da opinião pública?
- 3 - Como avalia a cobertura? Houve tratamento equilibrado dos assuntos ou ocorreu predomínio de algum tema relacionado? Se sim, qual?
- 4 - Faltou tratar de algum assunto ou aspecto? Qual?
- 5 - O impacto social do OE 2013 foi devidamente abordado?
- 6 - A análise previa do noticiário salienta o predomínio da agenda governamental, o debate político (com a personalização em torno da figura de Vitor Gaspar); com referências constantes aos credores internacionais de Portugal e uma atenção especial ao aumento de impostos. Essa percepção parece correta? Por quê?
- 7 - Ressaltaria alguma reportagem, análise ou enfoque que deveria ter sido feito a respeito do OE e que os jornais não fizeram?
- 8 - A cobertura da imprensa influenciou os resultados de tramitação do OE 2013?
- 9 - Gostaria de fazer mais algum comentário sobre o OE 2013 e a cobertura da imprensa?

Relação de fontes entrevistáveis e instituições a contatar

Arménio Carlos – Secretário-Geral da CGTP
Assessora do Ministério das Finanças (<i>off</i>)*
Economista do Banco de Portugal (<i>off</i>)*
Eduardo Cabrita – Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública - AR
Filipa Subtil – Professora da Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico
Jorge Bateira – Economista a da Universidade de Coimbra
José Coelho – Coordenador Unidade Técnica de Apoio Orçamental (Utao/AR)
José Miguel Cardoso Costa - coordenador do Gabinete de Estudos do IGCP
Luís Morais Sarmiento - ex-secretário de Estado do Orçamento do Ministério das Finanças
Nuno Ramos de Almeida – Ativista do Movimento Que se Lixe a Troika! Queremos nossas vidas
Paulo Trigo Pereira – Professor Finanças Públicas (ISEG)
Silva Peneda – Presidente Conselho Econômico e Social (CES)
Teodora Cardoso – Presidente Conselho de Finanças Públicas

*Condicionaram a entrevista à não identificação

Anexo I



Artur Baptista da Silva Coordenador do Observatório Económico e Social da ONU para o Sul da Europa

“Se Portugal não negociar agora irá fazê-lo daqui a seis meses de joelhos”

Texto ANABELA CAMPOS e JORGE NASCIMENTO RODRIGUES
Foto JOSÉ VENTURA

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem uma situação de risco geopolítico e social na Europa do Sul em virtude dos programas de ajustamento, que são uma repetição do que foi feito na América Latina e na Ásia no século passado. O secretário-geral Ban Ki-moon nomeou, por isso, uma equipa de sete economistas que trabalhou no tema durante mais de um ano e que apresentará um relatório no segundo trimestre de 2013. O coordenador desse trabalho foi o português Artur Baptista da Silva, um quadro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que ficará encarregado do Observatório Económico e Social das Nações Unidas para a Europa do Sul, a instalar em Portugal, por dois anos, a partir de 2013. Preocupada com o impacto da crise em Portugal ao nível do desemprego, pobreza e coesão social, a ONU apresentou ao Governo e a várias autoridades uma proposta de renegociação da dívida total (pública e privada) e das condições do resgate da *troika* (ver artigo).

■ A equipa que coordena falou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE) expressando preocupação e alertando para os riscos no Sul da Europa. Porquê?
■ O mundo e a ONU estão cansados de procurar resolver problemas quer bélicos quer de conflitos sociais que depois não resolvem bem, porque atuam já depois de acontecerem. A missão da ONU é evitar que as coisas aconteçam, quer por via diplomática ou, então, por via da elaboração de diagnósticos que possam gerar, a jusante, uma terapêutica alternativa àquela que está a criar o problema.

“

A elaboração prospetiva que a ONU faz a médio prazo leva-nos a crer que Portugal entrará em graves dificuldades de controlo social dentro de seis meses

■ Porquê o enfoque no Sul da Europa?
■ A Europa tem sido um tampão que permite uma zona de paz social, e é um paradigma da coexistência pacífica dos povos. Agora, no Sul da Europa, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, nesta zona intermédia entre a África do Norte e o Médio Oriente, está a criar-se uma mancha que pode gerar a passagem, por osmose, dos problemas do Sul para o Norte. Uma mancha de descontrolo, o que preocupa a ONU.

■ Temem uma mancha de pobreza extrema na Europa?
■ Para o PNUD, que combate a pobreza a nível mundial, é preocupante que aos 780 milhões de pessoas que vão morrer este ano de fome, se juntem novas bolsas de pobreza em países que estão no primeiro pelotão do desenvolvimento humano. Como é possível, no mundo rico, aparecerem bolsas de pobreza de milhões de pessoas com menos de sete euros por dia? Em Portugal são dois milhões. É o limiar da indigência. No limiar da pobreza, fixado nos €14/dia, são três milhões de pessoas no país.

■ Quando é que começaram a detetar esse risco?

■ A seguir à crise do *subprime*, e com a eclosão da crise grega com consequências sociais gravíssimas, o secretário-geral decidiu chamar a si o dossiê da Europa do Sul. Criou uma equipa de sete economistas que vêm do PNUD. Dirigimos programas em países onde este paradigma do ajustamento já foi aplicado com resultados muito graves. E onde foi preciso depois injetar capitais das Nações Unidas para que as pessoas saíssem de uma pobreza extrema, gerada por paradigmas cuja aplicação teve resultados absolutamente tenebrosos, como no caso da América do Sul e depois a Ásia. A Europa é, agora, o terceiro caso da aplicação desse paradigma.

■ Dos encontros que tiveram a nível internacional que reação acharam mais marcante?
■ Um aspeto que nos marcou foi a afirmação de Durão Barroso de que, no exercício do seu cargo, aprendeu o princípio básico de que na União Europeia “tudo é negociável em todo o tempo”. É que não há propostas desonestas, há propostas legítimas desde que apresentadas por um Estado-membro. São todas apreciadas pela Comissão Europeia. Por conseguinte, o Estado-membro não pode fazer

nunca o juízo: isto não é passível de ser aprovado.

■ Muitos dos nossos responsáveis políticos passam a vida a dizer que não negociam porque não há abertura para o fazer...
■ As Nações Unidas o que dizem aos Estados-membros da Europa do Sul é que é preciso que haja legitimidade das posições. Tem de se afirmar enquanto membros de pleno direito.

■ Como surge a vossa proposta de renegociação dos termos de assistência a Portugal?

■ Dizemos, no nosso relatório, *finita causa cessat effectus* (finda a causa cessa o efeito). Não é

“

É inacreditável que o governador do banco central tenha sido eleito vice-presidente do BCE. Foi uma decisão política para cobertura de erros de política económica europeia

possível que, em cada avaliação da *troika* à Grécia e a Portugal — como acontecerá também com Espanha e Itália no futuro —, se venha reconhecer que está pior do que estava antes. Mas se continue a avançar.

■ A *troika* diz, que no caso de Portugal, está a cumprir-se o fixado no programa...

■ Sim, mas os resultados são péssimos. Então há, certamente, um logro nos pressupostos. Quando as etapas intermédias vão sendo queimadas e não são atingidos todos os parâmetros e se assiste a um agravamento das condições, o que é que há a fazer? Refazer o resto do clausulado contratual.

■ A ONU propõe renegociar a parte do sobre-endorividamento português que deriva de razões externas, ou seja, das condições impostas pela CE para acesso aos fundos estruturais entre 1986 e 2011?

■ Analisámos os fundos estruturais país a país, projeto a projeto, e chegámos à conclusão que, no caso de Portugal, o mais grave a seguir à Grécia, 41% do total da dívida soberana que calculámos advém da obrigatoriedade do cofinanciamento pelo Orçamento do Estado (OE) portu-



Cem por Cento
Nicolau Santos

nsantos@expresso.impresa.pt

O que diz Artur e o Governo não ouve

Artur Baptista da Silva é um ilustre desconhecido para a maioria dos portugueses. Mas não devia ser um ilustre desconhecido para o Governo. Em primeiro lugar, porque coordena a equipa de sete economistas que o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, decidiu criar para estudar o risco geopolítico e social na Europa do Sul como resultado dos programas de ajustamento. E em segundo, porque é ele que ficará encarregado do Observatório Económico e Social das Nações Unidas para a Europa do Sul, a instalar em Portugal a partir de 2013.

Quais são as razões que levam a ONU a estar preocupada com o ajustamento nos países do Sul? Por um lado, a Europa, que tem sido uma grande zona de paz social, está agora a ser confrontada com uma mancha de descontrolo no Sul que pode gerar a passagem, "por osmose, dos problemas do Sul para o Norte". E a tal mancha de descontrolo assenta no aparecimento, em países catalogados como ricos,

de bolsas de pobreza, que atingem milhões de pessoas. Segundo as contas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUP), em Portugal existem dois milhões de pessoas que vivem com menos de 7 euros por dia, o limiar da indigência. E no limiar da pobreza, menos de 14 euros por dia, estão três milhões de pessoas.

Por outro, os sete economistas passaram, todos eles, por países onde processos de ajustamento semelhantes foram levados a cabo, "com resultados tenebrosos", na opinião do Artur Baptista da Silva.

Tendo por pano de fundo estas razões, a ONU propõe então a renegociação da dívida acumulada pelos países sob intervenção externa e que os está a asfixiar. Nesse sentido, os sete economistas analisaram os fundos estruturais a que estes países tiveram acesso, mas que obrigavam a um cofinanciamento nacional, e chegaram à conclusão que 41% do total da dívida soberana portuguesa, que de 1986 a 2011 soma €121 mil milhões, resultam precisamente dessa obrigatoriedade e não de

A ONU defende a renegociação da dívida, senão o ajustamento será devastador para a economia portuguesa. Passos e Gaspar não leem nem ouvem a ONU?

decisões políticas internas ou de políticas económicas erradas. Defendem assim que o Banco Central Europeu refinancie esta parte da dívida a vencer à taxa de 0,25% por um prazo de dez anos, bem como a suspensão do artigo 123 dos estatutos do BCE por uma década para que a instituição possa comprar dívida soberana no mercado primário. Portugal pouparia assim €3,1 mil milhões com esta operação.

A segunda proposta é que a *troika* aceite um desconto global de 15% sobre o total dos juros a pagar, na casa dos €34,4 mil milhões, pelo empréstimo que nos foi concedido de €78 mil

milhões. Este montante de juros é superior a 40% do total do empréstimo, o que "é um absurdo para um fundo que se diz de assistência."

Finalmente, a parte do FMI no empréstimo a Portugal usa os Direitos de Saque Especiais (DSE), que estão indexados à cotação de quatro moedas. A penalização cambial de Portugal entre 2012 e 2015 é estimada em 12%, devido à valorização do euro em relação àquelas moedas (dólar, euro, iene e libra esterlina), num total de mais de €2 mil milhões. A ONU propõe a renegociação com o FMI desta penalização cambial.

Conclusão: a ONU, que suponho não pode ser acusada de estar contra o Governo, defende que Portugal tem de renegociar a sua dívida, pois de outra maneira o processo de ajustamento terá consequências devastadoras para a economia e para a sociedade portuguesas. Será pedir muito a Passos Coelho, Vítor Gaspar e Carlos Moedas que leiam a entrevista que Artur Baptista da Silva deu ao caderno de Economia do Expresso a 15 de dezembro?